

ANAIIS

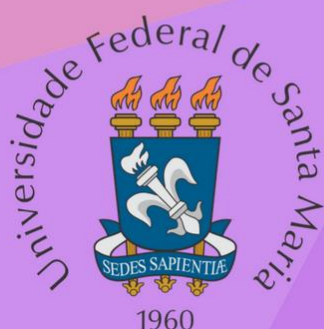
**XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
II SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**" Espaços e Tempos de
Aprendizagem na Educação
Especial"**



**22 A 24 DE
NOVEMBRO DE
2017**



UFSM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
(DIURNO, NOTURNO, EAD)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – LP 3**

**XI Seminário de Educação Especial
II Seminário Latino-Americano de Educação Especial**

22 a 24 de novembro de 2017

Santa Maria / RS

Apoio:



Promoção

Curso de Educação Especial (diurno), Curso de Educação Especial (noturno), Curso de Educação Especial (a distância) e Linha de Pesquisa Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria.

Coordenação Geral

Prof.^a. Dr.^a. Mônica Zavacki de Moraes.

Comissão Organizadora

Prof.^a Dr.^a Márcia Lise Lunardi-Lazzarin
Prof.^a Dr.^a Eliana da Costa Pereira de Menezes,
Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes de Castro,
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Marostega,
Prof.^a Dr.^a Guacira Azambuja

Prof. José Luiz Padilha Damilano,
Prof.^a Ms. Fabiane Vanessa Breitenbach,
Prof.^a Dr.^a Liane Camatti,
Prof.^a Dr.^a Giovana Hautrive,
Prof.^a Dr.^a Fabiane Costas

Comissão Científica

Adriana da Silva Thoma (UFRGS)
Ana Cláudia Oliveira Pavão (UFSM)
Andréa Tonini (UFSM)
Andréia Devalle Rech (UFSM)
Anie Pereira Gomes Goularte (UFSM)
Camila Righi Medeiros Camillo (UFSM)
Carlo Schimidt (UFSM)
Carmen Rosane Segatto Souza (UFSM)
Cinara Rechico Barbarena (UFRR)
Clarissa Hass (IFF)
Cleidi Lovatto Pires (UFSM)
Daniele Noal Gai (UFRGS)
Elisane Maria Rampelotto (UFSM)
Fabiane Romano de Souza Bridi (UFSM)
Fernanda Sarturi (UFSM)
Giovana Fracari Hautrive (UFSM)
Glaucimara Pires Oliveira (UFSM)

Josefa Lúdia Costa Pereira (UFSM)
Leandra Boer Possa (UFSM)
Maiandra Pavanello da Rosa (UFSM)
Márcia Doralina Alves (UFSM)
Maria Alcione Munhóz (UFSM)
Mauren Lúcia Tezzari (NEPIE/UFRGS)
Mayara Costa da Silva (UFRGS)
Melânia Melo Casarin (UFSM)
Melina Chassot Benincasa Meirelles (UFRGS)
Morgana Christmann (UFSM)
Nara Joyce Wellausen Vieira (UFSM)
Patrícia Graff (UFFS)
Priscila Turchiello (IFF)
Taís Guareschi (UFSM)
Tatiane Negrini (UFSM)
Vera Lucia Marostega (UFSM)
Wilson Miranda (UFSM)

S471a Seminário de Educação Especial (11. : 2017 : Santa Maria, RS)
Anais [recurso eletrônico] / XI Seminário de Educação Especial,
II Seminário Latino-Americano de Educação Especial, 22 a 24 de
novembro de 2017. – Santa Maria, RS : UFSM, CE, Departamento
de Educação Especial, Cursos de Licenciatura em Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, 2019.
1 e-book

Tema: Espaços e tempos de Aprendizagem na educação especial
ISBN 978-85-61128-51-7

1. Educação especial – Eventos 2. Educação inclusiva – Eventos
Aprendizagem – Eventos 1. Seminário Latino-Americano de Educação
Especial (2. : 2017 : Santa Maria, RS) II. Título.

CDU 376(063)
376.1/.5(063)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

ISBN

978-85-61128-51-7

Sumário

Apresentação	05
---------------------------	-----------

Resumos das Comunicações Orais.....	06
--	-----------

Eixo 1. Formação de Professores e Educação Especial

Eixo 2. Políticas Públicas e Educação Especial

Eixo 3. Acessibilidade e Educação Especial

Eixo 4. Práticas Pedagógicas e Educação Especial

Eixo 5. Culturas, Identidades, Diferença e Educação Especial

Resumos dos Pôsteres.....	119
----------------------------------	------------

Eixo 1. Formação de Professores e Educação Especial

Eixo 2. Políticas Públicas e Educação Especial

Eixo 3. Acessibilidade e Educação Especial

Eixo 4. Práticas Pedagógicas e Educação Especial

Eixo 5. Culturas, Identidades, Diferença e Educação Especial

Apresentação

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada em 1960, atua de forma pioneira desde 1962 na formação de recursos humanos para atuarem na Educação Especial. Atualmente oferece três cursos diferentes de licenciatura em Educação Especial (diurno, noturno e ensino a distância). Preocupados em ofertar aos acadêmicos de educação especial um espaço para discussões sobre temáticas relevantes a área, tais cursos têm ofertado o SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE), da UFSM. Tal Seminário, que inicialmente foi organizado pelo Diretório Acadêmico do CE, em articulação com a turma do 5º Semestre do Curso diurno, ganhou em 2015 maiores proporções e passou a ser organizado de forma unificada pelos três cursos de graduação e pela linha de pesquisa Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação do CE, com o apoio do Núcleo de Acessibilidade da Instituição. Nessa edição, passou a chamar-se, também, I SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, visto que a localização privilegiada da UFSM no estado do Rio Grande do Sul possibilita integração, especialmente, com países como Uruguai, Argentina e Paraguai. Em 2017, com a temática “Espaços e Tempos de Aprendizagem na Educação Especial”, o XI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL e II SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL tem como objetivo problematizar a produção do conhecimento e as políticas públicas de Educação Especial, que norteiam as práticas nos espaços e tempos educacionais do seu público alvo na contemporaneidade. Trata-se, desse modo, de valorizar a Educação Especial no cenário educacional contemporâneo nacional e latino-americano, destacando a oferta do Atendimento Educacional Especializado, mas não abandonando os demais *locus* da Educação Especial. Tomam-se como premissas das discussões as questões da Educação Especial e das suas modalidades de atendimento na Educação Básica e na Educação Superior, na perspectiva da inclusão escolar, bem como das produções acadêmicas nos cursos de graduação e de pós-graduação, organizando um espaço onde, especialmente, os alunos dos cursos de graduação da UFSM possam interagir com pesquisadores, docentes e outros acadêmicos do contexto nacional e latino-americano, além de promover visibilidade e oferecer materialidade às questões emergentes no nosso contexto de formação inicial.

Resumos das Comunicações Orais

Eixo 1. Formação de Professores e Educação Especial

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇOS DE COMPARTILHAMENTO E REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA

Vitória Machado Nani
Alexia Bahuschewkyj Soares
Tasia Wisch,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

O trabalho aqui proposto contempla ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “A formação de professores e estudantes na perspectiva da educação inclusiva” desenvolvido no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande Sul. Esta ação de extensão parte das demandas evidenciadas pelos professores da educação básica e estudantes dos cursos de licenciatura, que manifestam a necessidade de um investimento em espaços formativos que favoreçam o debate sobre processos inclusivos e práticas docentes, em busca de uma escola inclusiva. No que tange à formação de professores, os estudos desenvolvidos por Imbernón (2005, 2006, 2010) permitem maior clareza sobre a relevância destes processos formativos. Em busca do fortalecimento da compreensão a respeito das principais legislações da Educação Especial e qualificação dos processos de ensino-aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, ofertamos a estudantes e professores ações formativas com temática central a inclusão, promovendo o debate sobre situações práticas de sala de aula, problematizando as deficiências e os desafios nos processos de ensino e aprendizagem. Na presente investigação abordaremos a ação: “Processos de aprendizagem: relatos de experiências no contexto dos anos iniciais e EJA do Colégio de Aplicação”. O curso buscou constituir um espaço de compartilhamento de experiências sobre os anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos - EJA. Também se contemplou os processos inclusivos no contexto da dinâmica da sala de aula regular. Esta proposição é dialógica e construída com todos os participantes envolvidos. Como resultados preliminares, podemos destacar a importância desta ação, visto que o debate sobre processos inclusivos ainda precisa ser ampliado no ambiente escolar e social. Percebe-se que houve grande procura e participação da comunidade acadêmica, explicitando a relevância desta oferta. A saber: aproximadamente 80 professores e estudantes de graduação participaram desta ação de formação a longo do segundo semestre de 2017. Tais resultados vêm ao encontro dos estudos de Imbernón (2006) os quais indicam que a formação está para além da atualização científica, pedagógica ou didática, ou seja, implica a possibilidade de adaptar-se às mudanças e incertezas vivenciadas cotidianamente. A prática dialógica, fundamentada pelos estudos Freireanos evidenciaram no compartilhamento uma importante estratégia de aprendizagem. Nem sempre havia respostas para os questionamentos levantados, porém o próprio grupo buscou formas de construir reflexões e proposições para tais desafios. Além disso, a proposta de formação continuada na escola fortaleceu o entendimento de que os processos inclusivos são favorecidos por ações em grupo e mostrou aos professores que juntos são capazes de produzir conhecimentos e serem agentes ativos em sua formação e ação pedagógica. Dessa forma, tal proposição vem promovendo a aprendizagem dos professores e estudantes que buscam qualificar metodologias dentro da sala de aula e contribuir para as práticas inclusivas nas escolas de educação básica.

Palavras-chave: Educação especial, formação, professores, reflexão

ANÁLISE DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR

Paula Silvianna Muniz Figueiredo
Sílvia Alicia Martinez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

O trabalho vincula-se a um projeto maior que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação, mestrado *stricto sensu* em Políticas Sociais, e se justifica pela necessidade de um conhecimento mais profundo sobre a formação e inclusão de pessoas com deficiência para atuação docente. Como resultado da luta de vários grupos sociais que buscam a igualdade de oportunidades para todos, nas últimas décadas é possível perceber o crescimento da ênfase em educação especial tanto a partir da legislação pertinente à área como nas inúmeras produções científicas relacionadas a essa modalidade de ensino para garantir a inclusão dos deficientes em todos os âmbitos da sociedade. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária pautada na equidade social supera a criação de leis e precisa ser naturalizada na formação social de cada cidadão para que a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais ocorra de forma plena. As experiências e estudos relacionados à educação inclusiva abordam, em sua maioria, professores sem deficiência atuando nas escolas de educação regular, no atendimento a alunos com deficiência e o processo de inclusão nas escolas regulares. Mas, na tentativa de compreender uma realidade complexa, na presente pesquisa perguntamos: como é o trabalho de preparação do sujeito com deficiência para atuar como docente? A falta de acessibilidade arquitetônica nas instituições de ensino, a ausência de provas e materiais adaptados e a carência na formação dos professores para trabalhar com as diversas deficiências que fazem parte do cotidiano escolar são exemplos que revelam os entraves que contribuem para a exclusão no processo de escolarização. Contudo, há sujeitos que conseguem superar essas limitações e fazem valer os seus direitos como cidadãos, se tornando exceções no meio social em que estão inseridos. Assim, interessa à pesquisa ouvir do próprio indivíduo com deficiência como se deu seu processo de inclusão na sociedade, buscando se aproximar com mais precisão da realidade a ser compreendida. Dessa forma, por meio das trajetórias de vida objetiva-se conhecer como se efetivou a formação e o acesso à profissão docente dos professores com deficiência que atuam nas escolas do município de Campos dos Goytacazes, identificando se o contexto socioeconômico influenciou ou não em sua trajetória profissional e as principais políticas sociais que oportunizaram o acesso aos níveis de ensino e a atuação docente. Até o momento já foram encontrados três sujeitos para a pesquisa com deficiências distintas. O estudo se baseia, a princípio, no contexto histórico da educação especial no país e na legislação que garante a formação integral de todos. Dentre os autores selecionados, até o momento, pode-se destacar Nóvoa, Caiado e Esteban.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Especial; Atuação Docente.

APROPRIAÇÃO/PRODUÇÃO DE SABERES INCLUSIVOS NO ENSINO DE QUÍMICA A PARTIR DA ATIVIDADE DO PIBID

Amélia Rota Borges de Bastos

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus Bagé

O trabalho relata o processo de apropriação/produção de saberes inclusivos no âmbito do ensino de Química por pibidianos participantes do subgrupo PIBID Química Inclusão. A pesquisa do tipo intervenção pedagógica, objetiva implementar e avaliar um modelo de formação docente baseado nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural da Atividade, e avaliar seus efeitos sobre o processo de apropriação de conteúdos afeitos ao ensino de Química e à temática da educação especial/inclusiva. A Teoria da Atividade, que dá suporte à intervenção, compreende os processos psicológicos, dentre eles a aprendizagem, como resultantes da atividade do homem sobre o mundo. Pela atividade, o homem apropria-se dos instrumentos e signos produzidos em sua cultura e, ao incorporá-los, constitui-se com ser humano. No contexto da pesquisa intervenção, a atividade de ensino de química com alunos cegos, desenvolvida pelo subgrupo PIBID Química Inclusão, constitui-se como instrumento de mediação entre os pibidianos e os conhecimentos específicos da educação especial. Para além da atividade de ensino, os pibidianos participam de atividades de aprofundamento de temas da educação especial/inclusiva, dentre eles, a temática do Desenho Universal para a Aprendizagem, pressupostos Vigotskyanos relacionados a Defectologia e, conhecimentos específicos relacionados a pessoa com deficiência. O pressuposto da intervenção, que vem sendo confirmado pela análise preliminar dos dados, é de que a partir da atividade prática, ocorrerá uma ampliação do repertório acadêmico-profissional dos futuros professores de química, habilitando-os para a realização de práticas educativas inclusivas. Dentre os achados que materializam tais pressupostos está a produção de recursos alternativos e acessíveis ao ensino de química por parte dos pibidianos; os resultados positivos em termos de aprendizagem do conteúdo químico por parte dos alunos cegos e a percepção dos pibidianos sujeitos da investigação de que, pela atividade prática com alunos cegos, os saberes da química podem ser ressignificados de forma a responder as características de aprendizagem dos estudantes com deficiência. A pesquisa sinaliza que a atividade prática permite a percepção positiva dos licenciandos com relação aos processos de escolarização de alunos com deficiência no âmbito da escola comum.

Palavras-chave: teoria da atividade; inclusão; formação de professores

AUTISMO E INTERVENÇÃO INSTRUCCIONAL MEDIADA POR PARES: DESAFIOS NA PRÁTICA DE PESQUISA EM UMA ESCOLA PÚBLICA

Daniele F. C. Denardin de Bittencourt
Fabiane dos Santos Ramos
Carlo Schmidt

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O autismo é um distúrbio do neurodesenvolvimento que apresenta alterações nas dimensões sócio comunicativas e comportamentais, as quais tendem a dificultar a interação da criança e constituir obstáculos à sua escolarização (SCHIMIDT, 2013). Intervenções que busquem minimizar essas dificuldades ganham espaço na literatura internacional, destacando-se entre elas a Intervenção Instrucional Mediada por Pares (IIMP). A IIMP consiste em favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais ou de aprendizagem formal a partir da mediação por parte dos colegas de sala de aula. Um dos principais pontos positivos da IIMP é que ela aproxima a prática do professor de educação especial do conhecimento acadêmico. Vale ressaltar que, a resolução que institui as diretrizes operacionais do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2009), destaca a importância da parceria universidade/escola em relação às redes de apoio para tal atendimento, corroborando com a importância de parcerias no trabalho a ser desenvolvido frente a este público alvo. O presente ensaio tem como objetivo descrever e analisar os desafios de um projeto que envolve a implementação da IIMP para desenvolvimento de habilidades acadêmicas de alunos com autismo em uma escola pública da cidade de Santa Maria. Neste contexto, vivenciamos algumas barreiras que merecem ser abordadas, pois exigem flexibilidade e habilidade de resolução de problemas dos pesquisadores. Dentre os desafios encontrados, o pouco conhecimento docente sobre o autismo se constituiu como um dos principais. Para tanto, foi tomado como objetivo inicial do projeto e convertido em ações formativas através de encontros para formação destes professores. Transcorrências como a reestruturação do cronograma de ações da implementação devido a paralisações e greves da escola; a falta de profissionais de apoio para acompanhar os alunos-alvo da intervenção, ameaçaram a frequência e participação dos alunos nas atividades desenvolvidas no âmbito escolar, o que foi superado com adaptações do projeto original e combinações de alternativas escola/universidade. Reuniões periódicas entre equipe escolar e grupo de pesquisa favoreceram o engajamento de todos os envolvidos com a intervenção, clareando papéis e redefinindo prazos e metas. Esta aproximação mostra resultados na relevante troca de saberes entre os campos da prática e da pesquisa, ao passo que as acadêmicas aprendem sobre limites e possibilidades de mobilidade do conhecimento científico para as práticas escolares, respeitando tanto a instituição escolar quanto os critérios para a ética em pesquisa. Conclui-se que há uma necessidade de se pensar e propor ações a favor de uma consonância entre a realidade escolar e as práticas vivenciadas no meio acadêmico para uma efetivação de qualidade das ações educacionais.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Escolar. Mediação de Pares

EFEITOS DA ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diana Alice Schneider
Fabiane Romano de Souza Bridi

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, passaram a frequentar a escola regular, cabendo aos sistemas de ensino a oferta e organização dos serviços da Educação Especial. A presença deste aluno no ensino comum lança grandes desafios às práticas pedagógicas, dessa forma, a articulação pedagógica entre os professores da Educação Especial e da Educação Regular tem se tornado promissora para o processo de escolarização e inclusão desses alunos. A problematização acerca das ações do ensino colaborativo como um dos eixos norteadores do PIBID/Educação Especial propõe discussões quanto à formação inicial em Educação Especial. Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da articulação pedagógica no âmbito do PIBID/Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria para o processo formativo das bolsistas. Os elementos históricos e políticos que circundam a história da Educação Especial foram abordados a partir dos autores Januzzi (2009), Pessotti (2012) e Tezzari (2009) e o processo formativo em Educação Especial teve como referencial teórico principalmente os estudos das autoras Oliveira; Mendes (2016). A presente pesquisa se insere numa abordagem qualitativa de investigação. Utilizamos a entrevista semiestruturada como técnicas de produção dos dados e a análise de conteúdo como método para o processo analítico. Os resultados versam sobre as contribuições das ações do ensino colaborativo no âmbito do PIBID/Educação Especial, a partir das experiências vivenciadas no programa, as quais de acordo com Dewey (1979) são oriundas das relações entre sujeito e o meio e dessa forma o modifica e é modificado por ele. Nesse interim, baseando-se nos pressupostos de Silva (2015) as experiências vivenciadas dão significado e são parte importante da constituição do professor. As análises realizadas enfatizam que as experiências da articulação pedagógica na perspectiva do ensino colaborativo no PIBID/Educação Especial tornaram-se fatores importantes para o enriquecimento da formação inicial, pois de acordo com as bolsistas elas puderam aperfeiçoar seus conhecimentos sobre o conceito de ensino colaborativo, perceberam que a Educação Especial está para além do atendimento individualizado na Sala de Recursos Multifuncional, bem como reconhecem que as possibilidades de articulação pedagógica deveriam compor a proposição curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação Inicial. Ensino Colaborativo. Inclusão Escolar

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ATUAR EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM MANAUS

Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiróz
Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro

Instituto Federal Amazonas – IFAM

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado sobre formação de professor para atuar em Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Neste sentido a formação de professores para atuar junto aos alunos público alvo da educação especial é pertinente, tendo em vista que esta formação tanto inicial quanto continuada apresenta lacunas nos aspectos legais e pedagógicos. Neste sentido a abordagem utilizada na pesquisa é de cunho qualitativo; foi utilizado questionário para coleta de dados e os resultados foram examinados por meio da análise de conteúdo no *Software Sphinx Lexica*. Assim, elencou-se como objetivo analisar a formação do professor em meio aos dispositivos legais na perspectiva da educação inclusiva para atuar em (SRM), bem como descrever seu conhecimento a respeito dos documentos para o atendimento educacional especializado (AEE) em SRM. Participaram da pesquisa 11 professores que atuam em SRM. A Rede de ensino público de Manaus compreende no ano de 2017, 46 Sala de Recursos Multifuncionais e 31 Sala de Recursos e apresenta 4.384 matrículas de alunos público alvo da Educação Especial nas escolas regulares, desse modo evidencia-se a demanda de alunos para o AEE em SRM. Neste sentido a formação de professores para atuar em SRM nas escolas de ensino público em algumas das zonas de Manaus, é composta por 90% de professores do gênero feminino, com faixa etária de 30 a 40 anos, com 72,7% graduados em pedagogia e apenas 27%, ou seja, somente 03 professores possuem pós-graduação na área de Educação Especial. Desta forma observou-se que a maioria dos professores não apresenta formação para atuar em SRM, segundo preconiza os dispositivos legais. Quanto a experiência para atuar em SRM, 54,6% não apresentam experiência e somente a adquiriram quando começaram a trabalhar na SRM. Quanto ao conhecimento de documentos legais sobre a função do AEE, 63,6% sinalizaram que desconhecem esses documentos. Portanto, há a necessidade de que a formação dos professores contemple além dos aspectos pedagógicos, conhecimentos teóricos que fundamentem sua atuação de forma a atender as especificidades de aprendizagens dos alunos. A formação do professor precisa contemplar a diversidade e a necessidade de romper com modelo homogeneizador de ensino. O professor e sua formação são um dos principais meios para a construção de escolas inclusivas, juntamente a equipe escolar, gestores, comunidade e sociedade.

Palavras-chave: Formação de professores, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais.

O PAPEL DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiróz
Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro

Instituto Federal Amazonas – IFAM

A pesquisa versa a respeito do estágio de docência que é parte integrante do Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico, que se realizou na disciplina de Educação Especial ofertada no curso de Pedagogia. Neste sentido o objetivo do estudo pautou-se em: discutir as atividades desenvolvidas na disciplina de Educação Especial no curso de pedagogia, descrever a percepção dos alunos do curso de pedagogia sobre a disciplina de Educação Especial e verificar se a disciplina capacita para atuação junto aos alunos público-alvo da Educação Especial. A metodologia utilizada na pesquisa foi abordagem qualitativa, o instrumento utilizado para coleta de dados foi questionário semiestruturado, os resultados foram examinados por meio da análise de conteúdo no *Software Sphinx*. Participaram da pesquisa 10 alunos. A ementa da disciplina contemplava a reflexão crítica sobre o Sistema Educacional Brasileiro, em seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos, culturais e legais, que orientam as Políticas de Atendimento Inclusivo. Na atualidade as discussões perpassam pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva que preconiza escolas inclusivas com foco também na formação de professores. Neste sentido, no término da disciplina 90% dos alunos assinalaram que a referida disciplina colaborou para os conhecimentos com relação à inclusão na perspectiva inclusiva; a entrevistada B relatou que “Sim, nessa disciplina foi possível ter esclarecimentos maiores sobre a parte legislativa da Educação Especial para desconstruir medos e preconceitos por causa da ausência de informação. Assim, verifica-se que os conhecimentos específicos precisam ser trabalhados neste processo de formação, na medida que o conceito de deficiência foi historicamente construído”. Quanto a capacitação, 80% dos alunos assinalaram que a disciplina não os capacita para atuar junto os alunos público-alvo da Educação Especial, dentre as falas dos participantes destacou-se a fala da participante D que sinaliza “a disciplina nos capacita, porém precisamos de mais contato com a prática”. Portanto evidencia-se que a disciplina de Educação Especial precisa ser repensada, havendo a necessidade de associar os conhecimentos teóricos com a prática e propiciar espaços para a construção de conhecimentos a respeito da diversidade em sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão, Formação de Professores, Educação Especial.

O TRIPÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA UFSM

Daniela Bernardes
Sabrina Fernandes de Castro
Leandra Boer Possa

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

É objetivo deste resumo apresentar a pesquisa realizada no âmbito do curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisa esta que tinha como objetivo refletir sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão durante a formação inicial do Educador Especial, considerando sua inserção em práticas de inclusão no contexto da Educação Básica. A pesquisa se desenvolveu tomando como referência à metodologia de casos de ensino e utilizou-se como instrumento de coleta de dados a análise de documentos dos cursos (Projeto Político Pedagógico), Currículo Lattes dos participantes e questionários. Com base nisso, foi possível construir uma materialidade analítica que teve como função captar opiniões e vivências, ocorridas durante a formação, que tivessem relação com o tripé ensino-pesquisa e extensão. As participantes da pesquisa foram acadêmicas formandas do ano de 2017 dos dois Cursos de Educação Especial (diurno e noturno) da UFSM. O caso de ensino é um documento descritivo de situações reais que ocorrem no decorrer da docência escolar, eles devem apresentar início, meio e fim, descrevendo as situações que acontecem e/ou aconteceram em determinado local e tempo específico. Assim, permitiram aos participantes, (re)pensar vários aspectos que envolveram a sua formação inicial. É possível considerar como resultado da pesquisa que o tripé ensino-pesquisa-extensão, quando acontece durante o processo de formação, oportuniza ao futuro profissional conhecer os desafios da profissão, mas, também, avaliar pontos frágeis na sua formação inicial, o que contribui para reflexão e produz dados para a reformulação dos Cursos de formação inicial. Identificou-se como fragilidade da formação inicial temas tais como: terminalidade específica, diagnóstico, adaptação de matérias para o público-alvo da educação especial, indicadores para reconhecer demandas da sala de recursos e das classes comuns em que o público-alvo da educação especial está incluído. A contribuição desta pesquisa indica que é necessário produzir uma reflexão permanente de como são construídas as condições de produção de conhecimento desses egressos formados pela UFSM, possibilitando aos mesmos a construção de um olhar mais crítico sobre sua formação e as formas posterior de trabalho.

Palavras-chave: Formação inicial. Educador Especial. Caso de Ensino.

ENSINO DE CORES PARA CEGOS SOB A PERCEPÇÃO DE LICENCIANDOS EM FÍSICA

Laurita I. da S. Teles
Caroline D. P. Portela

Instituto Federal do Paraná – IFPR/Campus Paranaguá

Dados do IBGE revelam que 3,2% da população brasileira possui deficiência visual e a maior parte desses sujeitos encontra-se no sul do país (Garcia, 2013). Além disso, o número de matrículas de alunos com deficiência em escola regular tem aumentado significativamente (Brasil, 2008). Nesse sentido, este trabalho apresenta a preocupação com o processo de ensino e aprendizagem de física para alunos cegos com o objetivo geral de identificar, a partir da percepção de estudantes do curso de Licenciatura em Física, de que maneira deve ocorrer o ensino de cores para alunos cegos congênitos. Trata-se de um estudo de caso (Gil, 2010) realizado em 2016 com licenciandos em anos finais do curso no Instituto Federal do Paraná, *Campus Paranaguá*, e que cursaram a disciplina Educação Inclusiva. Ao identificar os participantes, de acordo com os critérios acima estabelecidos, foram encontrados dez licenciandos, entretanto somente dois concordaram em colaborar com a pesquisa. Para coleta de dados, foram utilizados planos de aula elaborados pelos licenciandos e um questionário após a entrega dos planos de aula, previamente construído a partir da leitura dos mesmos. Baseando-se em princípios da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), apresenta-se um panorama geral dos resultados obtidos, em que os colaboradores da pesquisa serão tratados como Sujeito I e Sujeito II. Os resultados revelam a dificuldade dos sujeitos em propor uma aula para o ensino de cores considerando a presença de um aluno cego congênito. Observou-se que ambos os planos de aula não estão baseados na teoria física de cores, e a metodologia apresentada pelo Sujeito I conta com pontos ainda não inclusivos, enquanto o Sujeito II buscou uma metodologia com interação social para favorecer a inclusão. Contudo, ambos os sujeitos apontam o uso de materiais que explorem os demais sentidos humanos, que não somente o visual. Os sujeitos denotam que a disciplina de Educação Inclusiva auxilia o professor na busca por materiais e práticas diferenciadas, mas não para discutir e preparar aulas nesse contexto. O Sujeito II descreve a disciplina como fator para alertar a inclusão nas escolas, conscientizando os futuros professores sobre a possibilidade de encontrar esses alunos em suas salas de aula. Reforça-se então a necessidade de discutir a inclusão na formação inicial de professores, buscando não somente cumprir com as diretrizes, mas fornecer subsídios para a educação inclusiva tornar-se real no ambiente escolar.

Palavras-chave: Ensino de Física. Deficiência Visual. Formação Inclusiva.

Eixo 2. Políticas Públicas e Educação Especial

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE E SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NA BAHIA

Nataly Farias de Goes
Rosângela da Luz Matos

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Este estudo parte do tema atenção à saúde mental infantojuvenil nas políticas educacionais e tem como objeto de estudo a intersectorialidade na atenção à saúde mental infantojuvenil. A pesquisa considera o atual cenário educacional no qual se encontra em processo de implementação a educação inclusiva. Portanto, está situada em um campo de conhecimento que reconhece a educação enquanto prática que deve legitimar a importância de que todos aprendam e de que se reconheça a necessidade de atendimento a uma diversidade de condições dos sujeitos, desde as físicas às psicossociais. A questão problema é formalizada na pergunta: Quais ações intersectoriais apontam para a atenção à população em sofrimento psíquico infantojuvenil nos PME no estado da Bahia? O objetivo geral é analisar as ações intersectoriais voltadas para a população infantojuvenil em sofrimento psíquico nos PME no estado da Bahia. Os objetivos específicos se propõem a: identificar ações intersectoriais entre os setores educação e saúde nos PME; discutir a articulação intersectorial entre educação e saúde em diálogo com a Política Nacional de Educação Especial e a Política Nacional de Saúde Mental infantojuvenil; debater a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, seus marcos legais, teóricos e políticos. A pesquisa tem abordagem qualitativa e desenho de estudo orientado pela Pesquisa Aplicada. O procedimento de acesso aos dados deu-se a partir dos PME dos municípios baianos do Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Os resultados evidenciaram a presença tímida de indícios que apontam para a intersectorialidade nos regramentos legais da educação nacional e estadual para a efetivação da educação especial. Além disso, a atenção à saúde mental não foi identificada no rol de ações das políticas públicas educacionais dos PME analisados. Na análise dos planos, na esfera municipal, a pesquisa demonstrou que há uma repetição das estratégias da Meta da Educação Especial dos Planos Nacional e Estadual nos PME, sem considerar os diagnósticos educacionais, as realidades locais, as necessidades e especificidades da população alvo destas políticas públicas e os potenciais espaços de efetivação nos municípios. Ademais, evidenciou-se que não há nos PME proposições de ações intersectoriais para a população infantojuvenil escolar em sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Educação Especial. População infantojuvenil. Intersectorialidade. Planos Municipais de Educação. Saúde Mental.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO PROPOSTA DE ESCOLARIZAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Querubina Aurélio Bezerra

Universidade de Caxias do Sul - UCS

O movimento inclusivo, que ganhou força a partir da década de 1980, proporcionou o acesso ao sistema regular de ensino de estudantes que anteriormente eram mantidos às suas margens. São objetivos deste trabalho analisar: as políticas de inclusão e seus efeitos no processo de escolarização dos estudantes com deficiência intelectual (DI); a educação profissional como proposta de escolarização. O método utilizado é o bibliográfico. A educação inclusiva é tratada como questão de direitos humanos, de forma a proporcionar o acesso à educação de todos os estudantes, independentemente de suas limitações, talentos, condições socioeconômicas ou culturais (STAINBACK. STAINBACK, 1999). No Brasil, os reflexos dos movimentos sociais e das políticas mundiais foram expressos em políticas públicas, especialmente a partir do século XXI, quando os documentos normativos (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008; Lei 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência) apresentaram o conceito de inclusão de forma explícita e os movimentos em prol da inclusão contemplaram propostas de acesso, permanência, participação e aprendizagem do público-alvo da educação especial. Ao longo desse período, estudos (LIMA, 2009; PLESTCH, 2014; SILVA, 2016) indicam fragilidades nos processos de inclusão escolar, especialmente para estudantes com DI, cuja limitação é de natureza cognitiva. Por ser a educação especial para o trabalho uma das propostas de formação para público da educação especial, conforme LDBEN/1996, e o direito à educação da pessoa com deficiência em escolas inclusivas estender-se a todos os níveis e modalidades de ensino e ao longo de toda a vida, conforme Lei 13.146/2015, é preciso pensar como a educação profissional (EP) pode proporcionar formação aos estudantes com DI que alcançam níveis mais elevados de escolarização, ou mesmo àqueles que, não tendo aprendido determinados conteúdos curriculares, chegam a outras etapas escolares devido a faixa etária. Manica e Caliman (2015) indicam a contradição no sistema educacional brasileiro: a EP é uma alternativa de escolarização para pessoas com DI que buscam ingressar no mercado de trabalho, porém é limitada pelas condições da escola, que não atende às especificidades de aprendizagem desse alunado e pelos pré-requisitos necessários para o ingresso em cursos de EP, indicando a necessidade de adequação da EP às propostas inclusivas.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Educação Profissional. Educação Inclusiva.

A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE ENSINO FUNDAMENTAL PARA SURDOS

Sandy Mary Azevedo Bonatti
Vinicius Martins Flores

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

A presente pesquisa é uma análise documental realizada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O objetivo geral é proporcionar uma reflexão acerca da qualidade de livros didáticos criados para o ensino de surdos para atender as séries iniciais do ensino fundamental. Partindo do princípio de que os livros didáticos no Brasil atualmente são escolhidos pelos professores e sua aquisição e distribuição são feitas por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), sentiu-se a necessidade de averiguar como são os livros didáticos direcionados para o ensino de surdos no espaço inclusivo. Para tal, foram analisados dois livros de ensino de Língua Portuguesa para 4º e 5º ano que foram distribuídos nacionalmente, pertencentes a coleção Portas Abertas. Ao final das análises percebeu-se que os livros didáticos para o ensino de surdos exibem características específicas, que necessitam de um olhar diferenciado que considere a Libras como a primeira língua de instrução do aluno surdo. Dessa forma, o fato de o livro didático estar traduzido do Português Brasileiro para Libras não contempla as especificidades linguísticas dos alunos surdos.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Livro didático. PNLD. Libras.

A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL EM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO?

Sabrina dos Santos Pires,
Mayline Konopacki e
Carmen Sá Brito Sigwalt.

Universidade Federal do Paraná - UFPR

A educação inclusiva é hoje ponto das principais discussões do meio educacional. Atuando como tutoras de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que frequentam a escola comum, nos motivamos a aprofundar nossos conhecimentos sobre o assunto: Educação Inclusiva. A exigência de um recorte preciso na delimitação do tema de pesquisa nos levou a busca da resposta para a seguinte indagação: Como os programas oficiais do governo federal, estadual (Paraná) e municipal (Curitiba) se posicionam sobre a inclusão de alunos com NEE, nas salas comuns do ensino regular? O estudo teve como objetivo conhecer a proposta da Educação Inclusiva e seus fundamentos psicológicos, descrever e analisar os pressupostos básicos da Educação Inclusiva segundo o Governo Federal, o governo estadual e o governo municipal. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por meio de um estudo bibliográfico e análise documental, portanto uma pesquisa qualitativa, onde foi analisada a Educação Inclusiva, a partir de seus pressupostos psicológicos e das diretrizes e políticas públicas do Governo Federal, estadual e municipal, sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas comuns do ensino regular. Os principais resultados obtidos na pesquisa possibilitaram a ampliação e a consolidação de conhecimentos sobre a Educação Inclusiva a partir dos fundamentos pedagógicos defendidos por Vygotsky sobre alunos com NEE ao desenvolvermos o primeiro capítulo desta pesquisa. As descrições e análises desenvolvidas nos capítulos II, III e IV nos permitiu compreender a distância existente entre as orientações federais e as estaduais e municipais. As determinações do MEC, direcionam para a perspectiva de uma educação inclusiva, levando à transformação dos sistemas educacionais, ainda que a realidade atual nos mostre que apenas documentos, não dão conta desta demanda. Por outro lado, os documentos oficiais do governo do estado e do governo municipal, ao mesmo tempo em que preconizam a educação inclusiva, ainda mantêm um processo de “segregação” de alunos, em escolas e instituições conveniadas à SEED-PR e SME-Curitiba, coexistindo um sistema dual para o atendimento dos alunos com NEE. Desta forma, a transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo ainda tem um longo caminho a ser percorrido e estes documentos norteadores são o início de um processo cheio de ramificações que não podem ser esquecidas ou ignoradas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Inclusão, Educação Especial.

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO CENÁRIO DAS LICENCIATURAS: DOZE ANOS DE DISCIPLINARIZAÇÃO DA LIBRAS

Jane Teresinha Donini Rodrigues
Patrícia Graff

Universidade da Fronteira Sul – UFFS

O presente trabalho resulta de uma pesquisa que teve na Língua Brasileira de Sinais (Libras) seu objeto de estudo e pretendeu identificar – a partir da obrigatoriedade do componente curricular Libras, para os cursos de licenciatura, instituída pelo Decreto 5.626/2005 – se e como esse componente curricular vem sendo ofertado nas instituições de Ensino Superior de Chapecó/SC. A partir de um referencial ancorado nos Estudos Foucaultianos e usando o *discurso* como ferramenta metodológica, pautou-se em uma pesquisa nas páginas eletrônicas de oito instituições que ofertam cursos de licenciatura na modalidade presencial e dez instituições com oferta de cursos de licenciatura a distância, em busca de matrizes curriculares e ementas. Os dados resultantes da busca nas matrizes curriculares permitiram concluir que: 1) todas as instituições de Ensino Superior pesquisadas ofertam Libras como componente curricular obrigatório para as licenciaturas; 2) há uma heterogeneidade de carga horária na oferta desse componente, variando entre 20 e 100 horas/aula. A análise das sete ementas disponibilizadas nas páginas eletrônicas das instituições possibilitou traçar os contornos desse componente, no que refere aos conteúdos abordados. Por meio de leituras das ementas e de aproximações entre os conteúdos descritos, chegou-se a seis unidades analíticas que produzem discursivamente a Língua Brasileira de Sinais, no currículo das licenciaturas. Embora não seja possível identificar unidade nas ementas analisadas, algumas recorrências discursivas permitem afirmar que as ementas centralizam quatro focos principais de conteúdo: 1) aspectos linguísticos da Libras; 2) Cultura e identidade surdas; 3) Processos de constituição da Libras; 4) Práticas de conversação em Libras. Destacam-se, ainda, dois focos periféricos – aparecem em duas ementas – que perpassam o cenário de inclusão educacional contemporâneo e a inclusão escolar dos surdos e a Escrita de Sinais (*Sign Writing*). Dessa análise depreende-se que a heterogeneidade nas ementas apresentadas decorre da falta de clareza que perpassa o processo de disciplinarização da Libras, que percorreu sete anos entre a câmara e o senado federal até obter aprovação e mais três anos para ter sua regulamentação. A ênfase nos aspectos linguísticos, históricos e de conversação, embora não apareça em todas as ementas, traz os elementos centrais para a composição e aprendizagem de uma língua. O foco na cultura e na identidade surda ancora-se nos distintos processos de luta pelo reconhecimento linguístico e cultural dos surdos. Por fim, o tangenciamento das discussões sobre a inclusão e a escrita de sinais demonstram a resistência dos surdos frente educação inclusiva e o pouco uso da escrita de sinais na contemporaneidade.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Licenciatura; Disciplina; Ensino Superior.

AÇÃO TECNEP: MOVIMENTOS, MEDIAÇÕES E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO IFFAR CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL

Lizandra Falcão Gonçalves
Mariglei Severo Maraschin

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O estudo tem sua origem em questões provocadas nas reuniões da Comissão de Acessibilidade da UFSM, as quais levam à reflexão acerca da inclusão em Educação Profissional e Tecnológica. Desse modo, este projeto de pesquisa tem como tema a implementação da política pública Ação TECNEP, voltada para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A problematização versa sobre quais os movimentos provocados pelas ações e experiências desenvolvidas na implementação da Ação TECNEP, no Instituto Federal Farroupilha, partindo do campus São Vicente do Sul. O objetivo geral é analisar os movimentos da Ação TECNEP, a fim de identificar as ações implementadas, os seus limites e possibilidades no contexto do Instituto Federal Farroupilha no campus São Vicente do Sul. Os objetivos específicos são: investigar a historicidade da Ação TECNEP no contexto do campus; analisar as condições de inclusão, permanência e conclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais e compreender os limites e possibilidades da Ação TECNEP no contexto do referido campus. A elaboração da pesquisa partiu da busca por referencial teórico sobre políticas públicas, inclusão e educação profissional e tecnológica; e também de uma investigação documental nos marcos políticos de inclusão, e em documentos relacionados a política Ação TECNEP. Assim sendo, a metodologia escolhida é a pesquisa qualitativa na perspectiva do materialismo histórico e dialético com a qual se investigou o campus por meio de entrevista semiestrutura direcionada aos servidores e estudantes com necessidades educacionais especiais e registro em diário de campo. Como resultado chegou-se ao entendimento de que os movimentos de implementação da Ação TECNEP no campus São Vicente do Sul provocaram implicações significativas para a instituição, as quais permitem pensar que a implementação da política de inclusão está na base do processo de inclusão desenvolvido pela instituição. O atual processo de inclusão desenvolvido pela instituição representa uma síntese iniciada no processo histórico de implementação da Ação TECNEP e em um *continuum* permanece em movimento. Entende-se que as experiências de implementação da política Ação TECNEP podem contribuir para a implementação de outras políticas de inclusão.

Palavras-chave: Ação TECNEP. Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão.

ADAPTAR, DIFERENCIAR OU COMPLEMENTAR? ALTERNATIVAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cléia Demétrio Pereira

Yasmin Piris

Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Desde a década de 1990 os direcionamentos políticos da Declaração de Educação para Todos (WCEFA, 1990), da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) têm promovido acordos mundiais com vários países. Nesta pesquisa, analisamos as apropriações destas orientações nas políticas educacionais do Brasil e Portugal. Decorrente desses acordos internacionais, os desdobramentos políticos para educação escolar têm resultado na implementação de diferentes documentos normativos em ambos os países, pautados na perspectiva da educação inclusiva. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão acerca dos termos ‘adaptação’, ‘diferenciação’ e ‘complementação’ recorrentes nos textos políticos oficiais dos dois países, no que se refere à escolarização de estudantes com deficiência intelectual inseridos na educação básica. Este estudo foi subsidiado pela pesquisa bibliográfica e documental, com o recorte temporal entre 2008 e 2016, considerando a instituição de duas políticas educacionais significativas que demarcam diretrizes e normatizam a organização do ensino básico para a escolarização de estudantes com deficiência: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) no Brasil e o Decreto-Lei n.º 03 de 2008 (PORTUGAL, 2008). Contamos com as contribuições de Ball et al (2016), Ball (2001), Mainardes (2016), Dale e Gandin (2014) na abordagem da política de atuação, Pacheco (2008, 2016a; 2016b) e Roldão (1999, 2003a, 2003b) sobre diversificação e diferenciação curricular, Pletsch (2010), Pletsch e Lunardi-Mendes (2015) e, Souza e Pletsch (2017) sobre políticas de inclusão no Brasil e práticas curriculares. Os resultados apontam que as políticas instituídas nos dois países são, ainda que ambos sejam guiados pelos mesmos direcionamentos políticos internacionais para uma educação inclusiva, interpretadas e traduzidas localmente sob diferentes óticas, no seu contexto de atuação. No âmbito brasileiro os documentos oficiais são instituídos nacionalmente, entretanto, as traduções das políticas para a escolarização de estudantes com deficiência intelectual variam de acordo com as atuações dos atores que protagonizam os processos curriculares locais, referenciando com maior ênfase as adaptações curriculares e complementação curricular, que na tradução da prática, não há especificações claras, mas sinalizam a necessidade de um currículo apropriado mantendo o currículo comum. No contexto português os documentos oficiais, regulamenta especificamente, a partir da diferenciação curricular para estudantes com deficiência, que na tradução da prática, os atores escolares têm a possibilidade de minimizar ou até mesmo excluir conhecimentos previstos no currículo comum, definido como currículo específico individualizado, para os estudantes com deficiência no contexto da educação básica. Com isso, verifica-se que nem todas as políticas são incorporadas no contexto escolar conforme são criadas originalmente e, por vezes, são modificadas e até mesmo excluídas no contexto de atuação, apontando que, conforme destaca Ball et al (2016), o processo de tradução também é um processo de criação.

AS EXPERIÊNCIAS DOCENTES DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati
Priscila dos Santos Ebling
Juliana Cerutti Ottonelli

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Ao considerar que as políticas públicas de inclusão visam garantir o acesso universal a todos os indivíduos no ensino regular, objetiva-se investigar como os docentes percebem essas ações de governo no dia a dia da sala de aula. Diante disso, foram selecionadas 13 narrativas docentes, produzidas a partir de uma pesquisa maior e com o consentimento de todos os participantes. As entrevistas foram produzidas em uma roda de conversa, que, entre outras questões, potencializou as discussões sobre políticas públicas de inclusão. No processo de análise do material, foi possível observar que os professores discorriam sobre como eles percebiam as políticas públicas de inclusão e sua real reverberação em suas práticas de ensino. Portanto, foram analisadas neste trabalho 18 narrativas docentes – 2 do Rio de Janeiro (RJ), 8 de Porto Alegre (RS), 1 de Belém (PA), 6 de Vitória (ES) e 1 de Juiz de Fora (MG). Essas narrativas foram devidamente gravadas, transcritas e codificadas. Desse modo, observa-se que a partir da Resolução CNE/CP nº 01/2002, as instituições de Ensino Superior passaram a organizar seus currículos em torno da formação de professores da educação básica. Tal formação era voltada para a diversidade a fim de contemplar os conhecimentos dos alunos com necessidades educacionais especiais, fomentando, uma formação que viabilize o acesso e a permanência de todos os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. A inclusão começa a surgir com força na política educacional brasileira a partir de 2002; a princípio, é pensada para incluir a todos: deficientes, afrodescendentes, alunos carentes, dentre outros, que são integrados na escola, tornando-a um espaço de/para todos. Isso é percebido como algo positivo pelos docentes em suas narrativas. Nesse sentido, os programas sociais, como por exemplo, o Bolsa Família, contribuíram para a permanência dos educandos no Ensino Fundamental. Apesar de haver o aporte das secretarias federais, estaduais e municipais, a estrutura precária de diversas instituições de ensino, ao somar com as baixas condições salariais e a alta jornada de trabalho, fez com que muitos docentes se tornassem receosos, e até relutantes, em relação às políticas públicas de inclusão. Essas políticas foram implementadas verticalmente, pois muitos professores não se sentiam preparados. Logo, mesmo diante dessas circunstâncias desfavoráveis, os professores se declararam favoráveis às políticas públicas de inclusão, embora estejam garantidos o acesso e a permanência na escola, a qualidade ainda está aquém. Pensou-se na inclusão dos alunos, mas não na qualidade do ensino, o que se dá, entre outras coisas, devido às condições precárias de trabalho. Alguns docentes sequer são concursados ou tem um plano de carreira que os motivem e os valorizem. Outra questão que influencia negativamente no processo de inclusão ocorre no âmbito político/partidário, pois a cada mudança de governo, há também uma reverberação na *práxis* escolar. O trabalho que começava a engrenar tem de ser modificado a fim de atender as novas diretrizes políticas, o que em certa medida desmotiva os professores, por não saberem até quando a proposta de inclusão vigente permanecerá, e quando virá outra mudança que precisarão atender.

Palavras-chave: Inclusão social. Experiência docente. Políticas públicas de Inclusão.

CLASSE HOSPITALAR: INCLUSÃO E LEGISLAÇÃO

Rosemeire Silva Bueno
Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiróz

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

O atendimento pedagógico oferecido no ambiente hospitalar já possui amparo legal e se caracteriza como uma das modalidades de ensino destinada a toda criança e adolescente que necessita de internação hospitalar para tratamento de saúde. Na busca de ofertar atendimento para as crianças e adolescentes no âmbito do hospital, seja por tratamento ou por internação, visando à continuidade do seu processo de aprendizagem durante o período de hospitalização, o MEC propõe, através da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), que a educação no hospital se faça através de classes hospitalares, definidas dentro do hospital destinado ao atendimento educacional a esses educandos. Desta forma, elencou-se como objetivo analisar o contexto legal que garante a continuidade do processo educacional em classe hospitalar aos educandos em tratamento ou internação; discutir o atendimento educacional em classe hospitalar e descrever a visão e ações da gestão de educação especial sobre classe hospitalar na perspectiva de educação inclusiva. Assim, a pesquisa torna-se relevante, pois trata do direito fundamental desses educandos que ao longo do período de internação ou tratamento precisam dar continuidade ao processo aprendizagem. A presente pesquisa está em andamento e pautou-se na abordagem qualitativa com análise documental. O instrumento de coleta de dados será um questionário direcionado a Gestão de Educação Especial do Estado do Amazonas, órgão ligado à Secretaria Estadual de Educação do Amazonas. Nesse primeiro momento a análise documental baseado nas legislações vigentes sobre classe hospitalar e inclusão no Brasil, remete-se as ações voltadas para o direito a educação para todos. A necessidade que a educação esteja acessível a todos, ademais para os educandos que se encontram em processo de tratamento ou internação hospitalar, a Resolução nº 41 de Outubro de 1995 CONANDA, aprovou o texto relativo à Sociedade Brasileira de Pediatria, que trata sobre os direitos da criança e do adolescente hospitalizado no qual os mesmos tem direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar, durante sua permanência hospitalar”. Quanto ao documento do MEC mais recente sobre classe hospitalar, intitulado “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e Orientações visa promover o desenvolvimento e contribuir para o conhecimento desses educandos (BRASIL, 2002). O referido documento define classe hospitalar como, “atendimento pedagógico educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação do atendimento no hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção à saúde mental”. Para que esse processo aconteça há necessidade da inclusão e articulação entre os demais setores da sociedade, pois todos os que estão envolvidos com a educação ganham, todos aprendem com as diferenças e oportunidades do trabalho coletivo. Os sistemas de ensino precisam organizar-se para o atendimento aos alunos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola por estarem em tratamento de saúde hospitalizados ou em permanência prolongada em domicílio para em tratamento.

Palavras-chave: Classe Hospitalar, Educação Especial, Legislação,

CENAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ESTRATÉGIAS DE GOVERNAMENTO DA ESCOLA INCLUSIVA

Juliana Cezimbra Conrado

Escola Municipal de Ensino Fundamental Chácara das Flores

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “As artes de governar no contexto da educação de surdos: estratégias de governo da escola inclusiva”. Nesse resumo, trago uma discussão sobre a Política Nacional de Educação Especializado na perspectiva da educação inclusiva (SEESP/MEC, 2008), que apresenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando compreender como o mesmo vem se configurando como um espaço privilegiado para as práticas de controle da população, nesse caso, dos deficientes. Tal empreendimento de pesquisa segue uma abordagem pós-estruturalista, a partir da qual passo a perceber a inclusão como uma verdade produzida por discursos construídos cultural e socialmente. A partir da referida política o Atendimento Educacional Especializado passa a configurar-se como um espaço que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC, 2008). Nessa esteira o AEE é atualmente a maneira como a educação especial está configurada dentro da escola, o que implica que o aluno da educação especial matriculado na escola regular, dita inclusiva, deve frequentá-lo. Percebo o AEE como a “meninas dos olhos” das políticas inclusivas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC), ou seja, vejo a implementação do AEE nas escolas quase que como sinônimo de inclusão escolar. Ao passo que o AEE é um atendimento acionado e produzido pelas reconfigurações da Educação Especial, que para mim tem se caracterizado como forma de garantir que a inclusão aconteça nas escolas, por meio do atendimento da demanda dos alunos público alvo da educação especial, ou seja, todos aqueles sujeitos do desvio na escola inclusiva. A escola regular, como espaço que acolhe os alunos público-alvo das políticas inclusivas, necessitava, a partir de 2008, de novos discursos que determinassem práticas e estratégias pedagógicas também inclusivas para que se alcançasse a “escola para todos”. Assim surge o AEE que, a partir da sua implementação, coloca em funcionamento mecanismos de controle para gerenciar e regular o aluno no seu processo escolar, refinando as práticas de normalização e controle da educação especial na contemporaneidade.

COENSINO/ENSINO COLABORATIVO/BI-DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DOS DOCUMENTOS LEGAIS AO CONTEXTO DA PRÁTICA

Sandy Varela de Christo
Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Esse trabalho resultante de um projeto de pesquisa de mestrado que está em andamento. Nossa temática é uma prática de inclusão resultante da colaboração entre professores da educação especial e geral em sala de aula comum, nomeada de ensino colaborativo/coensino/bidocência. Esse suporte de apoio à inclusão tem como o principal objetivo a colaboração entre os professores de educação especial e educação geral, no qual esses dividem a responsabilidades da escolarização de todos os estudantes de uma turma heterogênea. Esse termo vem das palavras em inglês *co-teaching* e *collaborative teaching* que são traduzidas para o português de diferentes formas: coensino, ensino colaborativo, bi-docência, entre outros. Desse modo, utilizaremos desses três termos para nominar essa prática e assim investigá-la. Considerando que esse serviço de apoio à inclusão não é recomendado pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e que a produção sobre essa temática vem crescendo, temos como objetivo central: compreender como os textos políticos, juntamente com a produção científica da Educação Especial, evidenciam as questões do ensino colaborativo/coensino/bi-docência e como os professores traduzem na prática escolar. Para isso usamos como aporte teórico os estudos de políticas educacionais de Stefen J. Ball. Esse autor entende que textos normativos (legislações e estratégias nacionais) não são meramente implementados nas escolas, mas sim traduzidos, interpretados, reconstruídos e refeitos dependendo da realidade e particularidades de cada escola. Por meio disso, as políticas são feitas para e pelos professores, sendo esses sujeitos e objetos da política. Assim, caracterizamos essa pesquisa como exploratória de cunho qualitativo e teremos três fontes de informação: bibliográfica, documental e a de campo. Na pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento de teses, dissertações e periódicos. Na fase documental, analisaremos documentos da Educação Especial a partir do ano de 2008. Já na de campo, iremos a uma escola que possui práticas colaborativas para realizar entrevistas com os professores. Estamos na fase da pesquisa bibliográfica em que encontramos o total de vinte e duas produções sobre o tema entre teses, dissertação e artigos. De maneira geral, as pesquisas que abordam essa temática realizam intervenções colaborativas nas escolas, levando essa prática de inclusão aos professores de sala comum e educação especial. E assim, além da pesquisa realizam formação de professores a partir da filosofia de trabalho.

Palavras-chave: Ensino colaborativo/bidocência/coensino; Políticas educacionais; práticas de inclusão.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISES DA PRODUÇÃO DISCURSIVA NO PPGE/UFSM

Josué Castagna Feltrin e
Eliana Menezes

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho procura apresentar fragmentos do exercício analítico produzido pelo projeto de pesquisa “A produção de práticas discursivas no campo da educação especial no contexto da racionalidade inclusiva”, que visa investigar diferentes práticas discursivas no campo da educação especial produzidas no contexto da racionalidade inclusiva. Ao tomar a perspectiva dos estudos pós-críticos em educação como mote de pesquisa traçamos um percurso metodológico inspirado no exercício genealógico cunhado por Michel Foucault, o qual busca conhecer, pela análise histórica, as condições que possibilitaram que os indivíduos se tornassem sujeitos objetivados e subjetivados por diferentes relações de poder/saber. Para a discussão ora proposta elegemos como materialidade analítica trabalhos acadêmicos produzidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, mais especificamente aqueles que apresentam a educação especial de forma articulada a princípios de condução de Estado dentro de uma racionalidade inclusiva, no período de 2012 a 2017. No processo de coleta dos dados foram encontrados no Curso de Mestrado em Educação 01 trabalho em andamento em 2017; 02 em 2016; 03 em 2015; além de 05 trabalhos concluídos em 2016; 02 em 2015; 03 em 2014; 04 em 2013 e 06 em 2012. Com relação ao Curso de Doutorado em Educação foram encontradas 02 pesquisas em andamento, com início em 2016, 01 em 2014 e 01 em 2013, além de 01 concluída em 2012; 02 em 2013; 02 em 2014; 02 em 2015; 03 em 2016 e 03 concluídas em 2017 com início em 2013. A partir da análise nas investigações já concluídas foi possível perceber um acento no conceito de governamentalidade cunhado por Michel Foucault (2004), tendo sido esse ora operado como ferramenta analítica, ora utilizado como conceito que dá embasamento teórico para as discussões apresentadas. Considerando nosso foco nos discursos produzidos sobre a Educação Especial, nota-se que há tensionamentos relativos a ênfase na aliança com as políticas de inclusão escolar, gestadas a partir da racionalidade neoliberal, e nos efeitos em termos de produção dos sujeitos que tal aliança tem produzido. Mesmo aqueles trabalhos que se ocupam da educação de surdos e que centram as discussões em problematizações sobre a diferença e a produção de identidades, a partir de novas formas de pensar o sujeito, a cultura e a sociedade no cenário contemporâneo, anunciam alianças com a lógica neoliberal.

Palavras-chave: educação especial, práticas discursivas, educação inclusiva

ENSINO COLABORATIVO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA CULTURA COLABORATIVA NA ESCOLA

Daniele F.C. Denardin de Bittencourt
Ana Paula Rodrigues Machado
Natasha Silva Nunes
Cláucia Honnef

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Diante das perspectivas inclusivas, estudos indicam que o Ensino Colaborativo, ou também conhecido como Coensino, é uma das modalidades facilitadora do processo de inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial, que implica em uma redefinição do papel do Educador Especial, até então centrado no Atendimento Educacional Especializado (AEE), geralmente realizado em Salas de Recursos Multifuncionais. No ensino colaborativo o Educador Especial passa a atuar como co-professor na classe comum. Sendo assim, professores de Educação Especial e ensino regular devem se responsabilizar pela elaboração e execução de planejamentos, bem como na avaliação e adequação das necessidades e demandas da sala de aula comum, trabalhando em prol da escolarização de todos os alunos, resguardando-se sempre os conhecimentos específicos de cada professor de modo que eles sejam complementares no objetivo de ensinar. Sob este viés, o presente estudo teve como objetivo promover articulações e discussões da proposta de Ensino Colaborativo no âmbito da educação inclusiva, considerando seu arranjo cultural nas práticas e vivências de docentes. A partir do exposto, se explanará aqui sobre uma pesquisa realizada em três escolas públicas com três professoras de classe comum, em um município do interior do estado do Rio Grande do Sul. Utilizou-se de uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, que permite maior familiaridade do pesquisador com o tema a ser pesquisado, como instrumentos foram utilizados roteiro de entrevista semiestruturada e questionários fechados. Desta forma, podemos observar que as principais dificuldades encontradas entre os professores valem-se, majoritariamente, da falta de orientação, estrutura, recursos pedagógicos, apoio por parte da gestão e cursos de formação continuada. Além disso, a falta e/ou ausência de conhecimentos a respeito das singularidades do aluno com deficiência impede professores de classe comum de identificar corretamente as necessidades específicas de cada sujeito. As professoras relataram que o número de profissionais nas escolas é inexpressivo, pois falta pessoal capacitado para atender e auxiliar os alunos incluídos em sala de aula comum. Considerando que, mesmo com a existência de leis que embasam a educação inclusiva, ainda falta muito a ser refletido e posto em prática sobre este tema. O que verificamos a partir das entrevistas com os professores é a atuação baseada em uma prática tradicional, que ainda não está preparada para a cultura do Ensino Colaborativo. Sendo assim, ratificamos a importância do Ensino Colaborativo como uma estratégia de promoção e inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial, pois, além de proporcionar a troca de conhecimentos e aprendizagens entre todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem desse alunado, entendemos que essa prática valoriza e amplia conhecimentos de modo a atender as demandas propostas pelo sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Colaborativo. Inclusão.

EDUCAÇÃO DE CEGOS NO NORTE FLUMINENSE: A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL E DA CULTURA ESCOLAR (1960/1970)

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso
Silvia Alicia Martínez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Este trabalho busca contribuir com a compreensão da história da educação para o cego no interior do estado do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida o Educandário para Cegos São José Operário, localizado na região do norte fluminense, no município de Campos/RJ. O recorte espacial justifica-se tendo em vista que a historiografia da educação especial é restrita em sua abordagem periférica aos grandes centros. O marco temporal abrange o período de fundação da instituição em um contexto marcado pela assistência técnico-financeira do Estado às secretarias de educação e às instituições especializadas, além de abranger um período de governo militar que promoveu a participação da comunidade e firmou acordos internacionais, com o discurso de implantar políticas sociais destinadas ao combate à pobreza, incluindo a infância pobre, como estratégia de minimizar os conflitos sociais. Trata-se de uma instituição filantrópica, de forte influência católica, fundada em 1963 por um grupo de mulheres da elite campista, sendo a presidente e idealizadora pertencente a uma família considerada, pela sociedade local, à época, de prestígio social, por ser proprietária de duas usinas de açúcar na cidade. Busca-se, especificamente, identificar e compreender, por intermédio da cultura escolar desse Educandário, quais, quando e como essas políticas alcançaram a região norte fluminense. Os principais referenciais teórico-metodológicos são: Julia (2001), em relação à Cultura Escolar e Magalhães (1998), acerca da História das Instituições Escolares. A fonte oral se destaca, na medida em que a memória dos entrevistados contribui para a descrição e reconhecimento de agentes, tempos e espaços; assim como a iconografia e documentos do acervo histórico da instituição. Contudo, a triangulação das fontes entre entrevista oral, acervo escolar, jornais da época, além da legislação, faz-se necessária, contribuindo para uma maior solidez dos resultados. Dentre os resultados parciais alcançados, identifica-se uma estreita relação do Educandário com o Estado por meio das parcerias firmadas com a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais, o Centro Nacional de Educação Especial, Ministério da Saúde, a Secretaria de Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro, além da Legião Brasileira de Assistência, e da Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense. Pode-se apontar que o Educandário, como instituição filantrópica, assumiu a lacuna do Estado que, se por um lado favorecia a instituição ao conceder as subvenções e firmar convênios com a cessão de professores da rede regular, por outro, se abstinha de assumir uma efetiva política pública de Estado para educação do cego no interior que atendesse, de fato, a demanda desse público.

Palavras-chave: Educação Especial; Políticas Públicas; História da Educação; Educação de Cegos; Estado do Rio de Janeiro

GESTÃO EDUCACIONAL: REGULAÇÃO E OBRIGATORIEDADE COMO ESTRATÉGIA INCLUSIVA

Martiéli de Souza Rodrigues
Leandra Bôer Possa

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

No presente é possível perceber mudanças nos modos como a legislação e as políticas de governo têm apresentado, discursivamente, o sujeito público alvo da educação especial. Esses modos de dizer produzem efeitos, dentre eles, alterações de sentido para definir quem é o público alvo e qual seria o processo educativo a ele destinado. Nesta rede discursiva se modificaram projetos e propostas de atendimento educacional que hoje estão descritos no imperativo da inclusão. Para compreender a relação entre modos de produção do sujeito público alvo da educação especial e propostas de Atendimento Educacional Especializado, tomamos como referência noções dos estudos foucaultianos que, como ferramentas, são úteis. Dentre elas, uma noção de história que nos possibilita perceber o presente como um acontecimento em que se mobiliza saberes no âmbito da psicologia, da medicina, da educação que, articuladas atuam em relações de poder que possibilitam a invenção de um sujeito público alvo da Educação Especial, bem como de seu atendimento educacional. A análise destes discursos produzidos sobre o sujeito público-alvo da educação especial ao mesmo tempo em que produzem modelos e espaços educacionais para a educação, também vêm intervindo para que ele se constitua como o aluno da inclusão. Neste cenário da inclusão, a partir de alguns documentos legais entre os anos de 2004 a 2015 (que movimentam as práticas inclusivas nas instituições educacionais), buscamos identificar a ordem da regulamentação e da obrigatoriedade, estratégias discursivas que visam a manutenção da divisão dos alunos no espaço escolar da educação básica. Estratégias que também se tornam capazes de gestar e fazer manutenção da diversidade, já que a obrigatoriedade de todos estarem matriculados na escola é o modo de dizer sobre a inclusão e sobre a “educação para todos”. Especificamente foi possível identificar como se produz o aluno público alvo da educação e como ele passa a ser representado em um número de matrícula na escola comum, ou seja, como o aluno público-alvo ganha o direito de ir à escola comum e ser denominado aluno da inclusão. Ao mesmo tempo, como estes alunos números da ampliação da matrícula obrigatória da inclusão criam um outro modo de gestão escolar em que a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais se torna num marco para a distribuição de recursos financeiros e técnicos pelo Governo Federal, dando a sensação de que é simples e depende de cada um, no contexto escolar, incluir.

Palavras-chave: Gestão educacional. Educação Especial. Escola Inclusiva.

INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A SOCIEDADE DE APRENDIZAGEM

Graciele Marjana Kraemer

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

No presente trabalho, analiso e problematizo a ordem discursiva que institui a inclusão escolar das pessoas com deficiência e a necessidade de aprendizagem ao longo da vida como verdades inquestionáveis produzidas no contexto de uma sociedade de controle. Frente a esta realidade, são desenvolvidas tecnologias de controle que, no presente, se inscrevem de forma indireta e sobre as questões sociais, diferentemente de uma perspectiva moderna, em que administração da população se configurava em uma ordem direta e disciplinar. É pela produção de práticas que intervêm de modo específico na modulação dos comportamentos e na maneira pela qual cada sujeito conduz sua vida, sua relação consigo e com os demais, que o Estado tem governado. Para o estudo proposto, organizo a pesquisa pautada em três documentos elaborados e instituídos nas duas primeiras décadas do século XXI, quais sejam: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o Plano Nacional de Educação, com ênfase na Meta 4, e a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Para operar as análises, utilizo as noções de governo, a partir de Michel Foucault (2008), e de sociedade de aprendizagem, desenvolvida por Popkewitz, Olsson e Petersson (2009). No movimento da inclusão escolar das pessoas com deficiência, as práticas educacionais buscam desenvolver capacidades e competências de acordo com as condições individuais de aprendizagem. Essa ênfase objetiva constituir sujeitos autônomos em um ambiente escolar que deve “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”, entre outros, o “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades” para “o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015, Art. 28), mediante a garantia de condições de acessibilidade para que possam permanecer continuamente aprendendo. Assim, a inclusão escolar de pessoas com deficiência organiza-se como potente estratégia de mobilização social e de responsabilização individual, a fim de organizar a vida do coletivo da população. É por meio da responsabilização coletiva que o movimento de inclusão escolar se constitui território produtivo para a organização e o desenvolvimento de toda a sociedade. Assim, o enfoque das políticas educacionais inclusivas vem deslocando-se da correção do sujeito para o ajuste do espaço e das práticas nele desenvolvidas. Para conduzir, orientar, guiar os sujeitos, é condição de vida do presente o investimento na formação permanente. É pelo investimento nessa formação que se conduz o conjunto populacional a inclinar-se à visão de mundo e aos valores desejados socialmente.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Governo; Sociedade de Aprendizagem

INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES TEÓRICAS, LEGAIS E EDUCACIONAIS DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL

Larissa Victoria Mota de Souza
Cátia Lemos
Claudenilson Pereira Batista
Maria Almerinda de Souza Matos

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

As reflexões desenvolvidas neste trabalho de pesquisa versam sobre alguns pressupostos da Inclusão Escolar e tiveram como objetivos identificar os subsídios teóricos, legais e educacionais que respaldam a presença da criança com Paralisia Cerebral na escola. Desse modo, o estudo procurou aprofundar-se na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), buscando na literatura da Educação e Saúde os subsídios teóricos da criança com Paralisia Cerebral. E, finalmente, buscou averiguar nos documentos norteadores do Ministério da Educação – MEC para educação infantil as orientações pedagógicas para educar as crianças com Paralisia Cerebral. Assim, foi realizada uma pesquisa em uma abordagem Qualitativa. A coleta de dados se deu por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A inclusão escolar é o resultado de um longo caminho percorrido pelas mudanças executadas na sociedade em busca de uma educação que seja de fato para todos. Ela implicou nas transformações de paradigmas educacionais buscando assegurar uma educação com a garantia de igualdade, independente das diferenças e necessidades de cada um. Dado isto, foi averiguado nos documentos do MEC direcionado a Educação Infantil orientações pedagógicas para a inclusão de crianças com Paralisia Cerebral. Neste sentido, o MEC oferece algumas orientações pedagógicas para a formação de professores da educação infantil na área da educação especial em uma perspectiva inclusiva, tais orientações visam auxiliar os profissionais da Educação para receber um alunado com deficiência. Dentre as orientações, foi possível identificar alguns subsídios como Saberes e Práticas para trabalhar com a Paralisia Cerebral. Municípios, acredita-se que os professores poderão além do conhecimento adquirido, preparar materiais pedagógicos de acordo com a necessidade de cada criança que estará presente em sala apresentando deficiência ou não. Entretanto, observou-se que alguns materiais datam o ano de 2006, necessitando de uma atualização. Contudo, os estudos apontaram que toda criança aprende independentemente de quais forem as limitações intelectuais, físicas ou até as dificuldades de aprendizagem do educando. Neste sentido, faz-se necessário partir da premissa de que todos têm potencial de aprender e ensinar.

Palavras – chave: Inclusão Escolar. Paralisia Cerebral. Educação Infantil.

O ACOMPANHANTE ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: LIMITAÇÕES LEGAIS

Joíse de Brum Bertazzo

Pela Lei 12.764/2012 pessoas com autismo são consideradas pessoas com deficiência e passam a ter assegurados os mesmos direitos que cabem aquelas. Dentre eles está o direito ao acompanhante escolar. Visando uma reflexão crítica sobre as previsões legais a respeito da atuação de tal profissional, privilegiando o contexto do município de Santa Maria/RS, tem-se o objetivo de identificar como vem sendo descrito legalmente o acompanhante escolar. Para responder ao objetivo realizou-se uma pesquisa documental de caráter qualitativo (MINAYO, 2004; SEVERINO, 2007), baseada nos documentos legais que citam o acompanhante escolar. A partir de uma análise descritiva constatou-se que não abordam com a clareza necessária o papel a ser desempenhado pelo profissional em questão, sendo que alguns limitam a sua participação como apoio a atividades de alimentação, higiene e locomoção e, quiçá, de comunicação e interação social (RESOLUÇÃO Nº 04/2009; NOTA TÉCNICA 19/2010; LEI Nº 12.764/2012; NOTA TÉCNICA Nº 24/2013) e outros ampliam para todas as atividades escolares em que se fizer necessário ou no desenvolvimento de atividades escolares em que apresentem alto grau de dependência (LEI 13.146/2015; RESOLUÇÃO CMESM nº 31/2011). Em todos esses documentos identificam-se denominações diferentes: acompanhante especializado, profissional de apoio escolar, profissional de apoio especializado (auxiliares ou monitores), monitor, cuidador. Já em relação a formação, a legislação nacional voltada especificamente para o público da educação especial não traz determinações, enquanto que documentos legais da esfera municipal estabelecem que a formação mínima exigida para o candidato é em nível médio (LEI Nº 5626/2012; RESOLUÇÃO CMESM Nº 31/2011). No entanto, em se tratando de estudantes de ensino superior, conforme esses mesmos documentos, exige-se que tenha concluído os dois primeiros semestres do curso. Essa realidade aponta para a demanda de uma problematização persistente referente aos documentos legais sobre o acompanhante escolar para que as limitações atuais não permaneçam recorrentes em documentos futuros, em especial no que se trata da sua formação e funções, colaborando para que sua atuação favoreça o movimento da inclusão e não haja o risco de ter efeito contrário.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Profissional de apoio. Acompanhante especializado. Monitor.

ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E OS DIREITOS DOS ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Paulo Augusto Luz de Araújo
Nilton Lins Geysykaryny Pinheiro de Oliveira

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Esta pesquisa apresenta o estudo do ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/S) na busca por um link entre a área do direito e educação, por ser imprescindível que a escola e a comunidade estejam a parte do direito destes educandos. Apresentamos como objetivo geral: reconhecer no ordenamento jurídico brasileiro os direitos dos estudantes com AH/S, haja vista ser um público que faz parte da Educação Especial, mas que não tem recebido tanto destaque quanto as demais áreas da educação. E como objetivos específicos: a) Identificar leis direcionadas ou que incluem estudantes com AH/S; b) Verificar como as leis vêm sendo aplicadas no sentido de garantir os direitos dos estudantes dos com AH/S; c) Refletir os impactos na vida dos estudantes superdotados o desconhecimento das leis que asseguram seus direitos no âmbito escolar. Neste sentido, a pesquisa justifica-se pela necessidade que esta área de estudo seja evidenciada e ocorra a garantia de seus direitos e políticas públicas que os incluam. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, foi utilizado como técnica de coleta de dados a pesquisa documental, com suporte bibliográfico e para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Os resultados apontam que os estudantes com AH/S têm seus direitos garantidos na legislação brasileira, mas que a desinformação das mesmas pode culminar na negação dos direitos deste público acarretando sérias dificuldades ao longo da sua vida acadêmica. Consideramos que a pesquisa foi pertinente por oportunizar a professores, família e estudantes, o acesso ao ordenamento jurídico aplicados a área de AH/S e desta forma buscar a aplicação dos direitos já existentes com o aperfeiçoamento das Políticas Públicas Educacionais.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação; Educação Especial; Ordenamento Jurídico; Lei; Direito.

PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: RELAÇÕES COM O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maiandra Pavanello da Rosa
Diana Alice Schneider
Fabiane Romano de Souza Bridi
Michele de Oliveira Rocha

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O presente trabalho objetivou conhecer os fatores que influenciam no alto índice de alunos classificados como público-alvo da Educação Especial nos 3º e 4º anos do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino em Santa Maria; identificar qual a categoria predominante entre os alunos público-alvo da Educação Especial no 3º e 4º ano; e analisar as possíveis relações entre os processos de identificação de alunos com deficiência intelectual e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Como questão norteadora, indagamos quais os fatores influenciam na grande incidência de alunos público alvo da Educação Especial nos 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa. A produção dos dados foi realizada a partir do Censo Escolar da Educação Básica – Microdados (MEC/INEP, 2013;2014), onde observamos principalmente as estatísticas referentes ao público-alvo da Educação Especial e o Ensino Fundamental. A análise foi realizada a partir de autores, como: Bridi (2011), Evangelista, Shiroma e Santos (2014) e também de documentos orientadores, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012). A partir da análise dos dados observamos que o 3º e 4º ano do Ensino Fundamental são as etapas de ensino com o maior percentual de alunos classificados como público-alvo da Educação Especial e também que a deficiência intelectual se apresentou como a categoria com maior número de matrículas. Em 2013, no 3ª ano, do total de 1698 alunos, 125 se enquadravam no público alvo da Educação Especial e, destes, 108 na categoria deficiência intelectual. No 4º ano, do total de 1649 alunos, 108 público-alvo, 84 com deficiência intelectual. Em 2014, no 3ª ano, do total de 1604 alunos, 133 se enquadravam no público-alvo da Educação Especial e, destes, 106 na categoria Deficiência Intelectual. No 4º ano, do total de 1669 alunos, 112 público-alvo, 97 com deficiência intelectual. Ao problematizarmos as possíveis relações do PNAIC com o alto índice de alunos público-alvo da Educação Especial, principalmente na categoria de deficiência intelectual, refletimos sobre as ações e proposições do programa referente ao desempenho dos alunos nesta etapa de ensino, já que nem todos conseguem alcançar o rendimento estabelecido pelo PNAIC. Dessa forma, infere-se que ao não alcançar os desempenhos pretendidos pelo programa e uma suposta dificuldade de aprendizagem, ou da necessidade de maior tempo para o processo de alfabetização ou metodologias diferenciadas, os alunos podem vir a ser identificados como público-alvo da Educação Especial, na categoria de deficiência intelectual, considerando que o PNAIC entende que todos os alunos devem estar alfabetizados ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Educação Especial. Deficiência intelectual.

PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: O MAPA DOS CONCURSOS APÓS A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PNEEPEI

Marilene Faria Büttenbender
Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Em 2008, o Ministério da Educação (MEC) lançou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), seguindo os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006). Com base nesta política desde 2008, os municípios brasileiros têm organizado e ofertado um conjunto de serviços de Educação Especial. Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados parciais da pesquisa do curso de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Preocupou-nos entender quais funções nos serviços de Educação Especial foram criadas e que perfil profissional tem sido requerido para atuar nestes serviços, prescritos nos editais de concursos, a partir da PNEEPEI. O desenvolvimento desse estudo deu-se pela pesquisa documental, tendo como fontes os editais de seleção dos concursos públicos dos municípios envolvidos, no período de 2008-2016. Para análise teórico-metodológica tomou-se como referência à abordagem da “Política de Atuação” (*Theory of Policy Enactment*), proposto por Stephen Ball, Meg Maguire e Annet Braun (2016) que fazem a análise de políticas públicas, a partir de contextos convergentes, e é no contexto da prática que as políticas são interpretadas e traduzidas. Com base nesse referencial, analisamos o modo como as 10 Redes Municipais de Ensino (RME's) interpretam e traduzem as diretrizes da PNEEPEI nas questões afetas ao perfil profissional do professor de Educação Especial. Com os dados coletados, almejou-se encontrar respostas para os questionamentos: *quem é esse Professor de Educação Especial a partir da PNEEPEI?* Os resultados provenientes da análise documental revelam traduções diferentes dos gestores municipais ao implantarem a PNEEPEI em suas RME's e ao evidenciarem diferentes ofertas de serviços de Educação Especial. Com isso, verificamos certa fragilidade na efetivação das ‘Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da educação básica’ (BRASIL, 2002; 2015), visto que, os atores envolvidos nestes processos de seleção, ao cargo de professor de Educação Especial, apresentam um perfil profissional divergente ao exigido pelos editais. Este estudo é um recorte da pesquisa em rede que envolveu os Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), vinculada ao projeto “A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem”, financiado pelo Programa Observatório da Educação (OBEDUC).

Palavras-chave: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Serviços de Educação Especial; Formação Profissional do Professor de Educação Especial.

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MANAUS

Marcio Gonçalves dos Santos
Danielle Mariam Araújo dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva completará 10 anos em 2018. Tal política foi uma conquista para a Educação em Direitos Humanos, principalmente no sentido da garantia do direito à educação de grupos estigmatizados por concepções e discursos hegemônicos. Baseado nessa premissa, este trabalho objetivou analisar percepções de professores sobre a implementação dos objetivos dessa política em Manaus, visualizando “avanços”, “cristalizações” ou “retrocessos” na sua implementação. Ele é recorte de uma pesquisa maior do Grupo de Pesquisa “Educação Inclusiva: o aprender na diversidade”. A partir de uma abordagem qualitativa foram discutidos temas como a acessibilidade das escolas, o processo de integração das crianças e o papel da família no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem da criança especial. Para isso, aplicou-se entrevistas abertas a 18 professores que fazem parte da rede estadual e municipal da cidade e que trabalham com alunos especiais. Sobre a acessibilidade, a maioria dos professores disse haver acessibilidade, mas atribuem outros sentidos para essa categoria analítica, correlacionando-a com acolhimento e aceitação do aluno especial. Em relação à integração da criança, alguns informaram que a escola precisa se adaptar à criança, tanto em recursos estruturais, materiais e humanos, como a formação continuada de professores via capacitação da secretaria. Outros apontaram que essa integração ocorre por meio da classificação diagnóstica do Conselho Municipal de Educação Especial, o que denota ainda um caráter essencialista via biopoder. Sobre o papel da família no acompanhamento do processo educativo das crianças, os professores afirmaram que é notório quando as crianças são acompanhadas pela família, pois demonstram maior possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, devendo ser a família extensão da escola. Os professores relataram também que como a equipe multiprofissional ainda não é uma realidade nas escolas, a família deve estar atenta à saúde integral da criança especial que possui uma dinâmica diferente na relação saúde/doença. Nas entrevistas encontramos ainda informações de que algumas famílias ainda não compreendem ou aceitam a criança especial, deixando de trazê-la para o atendimento na sala de recurso. De acordo com as análises feitas, concluímos que, houve “avanços” na implementação da política em algumas dimensões, mas outros objetivos ainda não alcançaram efetivamente suas finalidades como na formação de professores e demais profissionais da educação, nos projetos de acessibilidade nos equipamentos e transportes e na participação da família e comunidade que também precisam ser instrumentalizadas, garantindo significativamente o direito de educação às crianças especiais.

Palavras – chave: Educação Especial – Políticas Públicas – formação de professores

PERSPECTIVAS DE EDUCADORES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES COM INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM MANAUS

Flávia Cristina Milon do Nascimento
Andreza Belota Lopes Machado

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Desenvolver uma prática pedagógica inclusiva requer respeitar as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, bem como práticas pedagógicas diversificadas de acordo com as necessidades educacionais dos discentes e a eliminação de situações de exclusão na ambiência escolar. Porém, nem sempre essas práticas estão sendo realizadas, prejudicando o processo de aprendizagem, principalmente dos alunos com necessidades educacionais especiais, em destaque os alunos com características de Altas Habilidades/Superdotação (AH/S), entretanto, é recorrente a dificuldade dos educadores em reconhecer esses estudantes. Frente a esta problemática, o estudo objetivou compreender como ocorrem os processos de identificação de estudantes com indicadores de AH/S na rede municipal de ensino de Manaus. A pesquisa desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, na perspectiva de compreender os processos para a identificação e a estimulação educacional dos estudantes com indicadores de AH/S pelos professores da rede municipal de ensino. Para tanto, utilizamos a observação direta do trabalho desenvolvido em um Centro Municipal de Educação Especial e em uma escola integral da cidade. A pesquisa também tem abordagem exploratória, que permitiu maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que tal temática ainda é pouco conhecida e pouco explorada na cidade de Manaus. De natureza fenomenológica, foi utilizado a técnica de coleta de dados através de análises bibliográficas, documentais e a escuta de professoras e pedagogas da rede municipal de ensino, por meio da pesquisa de campo. Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa foram: entrevistas semiestruturada, questionário com questões abertas e observação participante. Os sujeitos da pesquisa foram: (i) 2 (duas) Pedagogas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que desenvolvem suas atividades no Complexo Municipal de Educação Especial – CMEE, com as quais realizamos a coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas; e, (ii) 4 (quatro) Professoras de classes regulares. Para a análise dos dados, foi utilizado a análise de conteúdo sobre a percepção das professoras e pedagogas. Constatou-se como resultados da pesquisa que a dificuldade em reconhecer os alunos com AH/S nas salas de aula ocorre em virtude de: a) carência de formação específica do professor; b) heterogeneidade das características dos sujeitos com AH/S; c) representação social errônea; e, d) carência de políticas públicas que os contemplem. Diante disso, percebe-se a necessidade de disseminar a temática e ampliar as ações de formação de educadores, pois, a identificação precoce facilita sua inclusão escolar e social, viabilizando condições e oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação; Identificação; Educação Inclusiva.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: A PRODUÇÃO DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA

Denise Ferreira da Rosa
Leandra Boer Possa

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O presente trabalho configura-se em um recorte da dissertação desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação/Linha de Pesquisa de Educação Especial/PPGE/UFSM, a qual se intitula “Produção do sujeito deficiente no contorno das políticas de Educação Inclusiva e da Formação de Professores em Educação Especial”. Esse estudo teve como foco explicitar uma possível produção, de um tipo de sujeito com deficiência. Para tanto, foram tomados como material de pesquisa os relatórios de Estágio Supervisionado/Déficit Cognitivo do Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena – Diurno da Universidade Federal de Santa Maria, escritos pelos acadêmicos em formação, no final do Curso, considerando o atravessamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEEPEI de 2008. O estudo procurou analisar as narrativas produzidas pelos acadêmicos para entender de que maneira, nessa formação, se produzem: modos de narrarem os sujeitos com deficiência como público-alvo a ser diferenciado pela condição de deficiência na escola inclusiva; e, uma possível legitimação política em que atuam aqueles que se formam no curso. Foram selecionados relatórios de estágios produzidos entre 2010 e 2013, em que as práticas tenham sido realizadas no contexto de educação inclusiva. Como cenário de análise, a PNEEPEI (2008), e alguns documentos internacionais: a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), esses que dizem da racionalidade política de práticas inclusivas. Deste conjunto de materiais, organizados para análise em forma de fragmentos enunciativos, emergiram as noções de sujeito, discurso e normalidade tomados dos estudos foucaultianos e que se constituíram em ferramentas analíticas. A partir da análise, ao pensar a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, identificou-se elementos para dizer da captura dos sujeitos com deficiência, sob a insígnia público-alvo da Educação Especial. Foi possível considerar que a malha da rede proposta pela PNEEPEI (2008) é tão específica ao ponto de capturar os sujeitos agora definidos como público-alvo. Também, capaz de capturar, no discurso inclusivo, os acadêmicos que atuam com o sujeito com deficiência. Concluiu-se observando que os discursos inclusivos colocam a Educação Especial como uma prestadora de serviços transversais nos níveis e modalidades de ensino, com a função de garantir a eliminação de barreiras no processo de escolarização do público-alvo da Educação Especial. Em relação aos acadêmicos, estes se posicionam como *expertise* da Educação Especial, assumindo a condição de dar certa visibilidade ao público-alvo pois, ao dizerem e caracterizarem os sujeitos como público, atuam para operar o jogo da vontade de conhecer e da vontade de corrigir esses sujeitos.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Produção do sujeito.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA OS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA

Raquel Fröhlich

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

A partir da década de 1990, a Educação Especial é entendida nas legislações educacionais como uma modalidade de atendimento, e não como um sistema a parte da educação geral. Tal entendimento aponta mudanças nas práticas educativas em relação à escolarização dos sujeitos com deficiência. Assim, o objetivo desse texto é dar visibilidade as práticas educativas para a escolarização dos sujeitos com deficiência, que aparecem nas políticas de inclusão escolar a partir da década de 1990, problematizando o caráter de mudança de tais práticas a partir do entendimento da Educação Especial enquanto modalidade. Para tanto, foram utilizados como materiais de pesquisa, documentos legais sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96 (1996); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Resolução nº 4 de 2009 – Diretrizes operacionais do AEE (2009); Lei nº 13.146 /2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Também foram utilizados textos das décadas de 1940 e 1950 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) que fazem referência às práticas educativas para as pessoas com deficiência, para evidenciar o deslocamento, ou não, das mesmas. Para a análise dos materiais foi utilizado o conceito de prática de Michel Foucault. Compreende-se que as práticas são constituídas por técnicas (*techné*) e finalidades (*télos*). Tais elementos podem, ou não, se modificar através dos diferentes tempos históricos, principalmente quando se articulam a diferentes formas de pensamento e racionalidades que organizam os sujeitos. Ao retirar os excertos dos materiais, visualizam-se técnicas muito semelhantes, independente do período analisado, que foram/são utilizadas enquanto práticas educativas para as pessoas com deficiência, mas com finalidades diferentes. Nos artigos da RBEP é possível verificar que tais técnicas tinham como uma das finalidades retirar os sujeitos dos espaços escolares comuns e prepará-los para o convívio social. Já os documentos a partir da década de 1990, inscritos em uma racionalidade que torna a escola um espaço comum e obrigatório a todos, apresentam finalidades de manter tais sujeitos nas escolas comuns e investir em suas capacidades. Assim, é possível afirmar que, ao reconfigurar a Educação Especial em modalidade escolar, as práticas educativas passaram por um processo de atualização: mesmo com técnicas semelhantes, as finalidades se diferenciam, produzindo novas práticas.

Palavras-chave: Políticas de Inclusão. Práticas educativas. Sujeitos com deficiência. Michel Foucault.

**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PONTOS E CONTRAPONTO DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE
DE MANAUS**

Daniele Vieira Araújo Anunciação
Francianne Farias
Maria Norma Stelli
Wania Ribeiro Fernandes

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visa a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação garantindo entre outras diretrizes o Atendimento Educacional Especializado – AEE (2008). Desta forma, o presente trabalho constitui-se em uma pesquisa documental e qualitativa, tendo por objetivo apresentar como está configurado o AEE na rede Municipal de Ensino da cidade de Manaus no Estado do Amazonas, considerando o que postula a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008). Os dados foram coletados através de demonstrativos fornecidos pela Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação- SEMED – Manaus, onde foi verificado que nas 491 escolas de Ensino Fundamental estão matriculados um total de 233.077 alunos, dentre eles, 3.100 configuram-se o público alvo da Educação Especial. O AEE ofertado a eles acontece em ambientes denominadas salas de atendimento educacional especializado, salas de recursos multifuncionais e classes especiais, com o quantitativo em toda a cidade de: 20, 49 e 28 respectivamente. Os resultados apontam que o Atendimento Educacional Especializado não tem a sua efetivação em conformidade com o que rege a PNEEPEI, 2008. Também foi verificado que ainda há necessidade do aumento de números de salas de AEE para atender a demanda do município. Considerando assim as necessidades identificadas no ensino público de Manaus, que são diversas, entre elas destaca-se a importância do AEE como aliado no desenvolvimento integral dos alunos público-alvo da Educação Especial no acompanhamento e entendimento das reais dificuldades dos educandos, respeitando suas especificidades, com foco em suas potencialidades e não nas limitações, desta forma a escola será um ambiente mais inclusivo. Ressaltamos ainda a importância de mais ações da Gestão Educacional e Escolar que proporcionem a inclusão desse público alvo da Educação Especial na rede básica de ensino e demais projetos de extensão das universidades, aproximando a academia com a comunidade escolar. Assim trazendo novas reflexões sobre a problemática na cidade de Manaus.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva; Política Nacional de Educação Especial

POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marilia do Nascimento Moraes
Angela Bayer de Moraes
Liliane Silveira Bonorino

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Ao considerar os desafios para a educação inclusiva, este estudo trata das políticas de inclusão para estudantes com deficiência, tendo como objetivo diagnosticar qual é a compreensão dos participantes da pesquisa acerca da inclusão nos espaços educacionais. Ainda, propõem-se algumas considerações sobre a diversificação das metodologias, as quais possuem a possibilidade de ser ampliadas através das tecnologias, empregando recursos como a audiodescrição e métodos de leitura como o braille. Com esta pesquisa, pretende-se oportunizar reflexões sobre as legislações que abarcam a temática proposta, assim como de que forma poderão ocorrer os processos inclusivos de pessoas com deficiência. O estudo tomou como base a análise documental da legislação que regulamenta o acesso e permanência destes estudantes nas instituições de ensino. Inicialmente, foram analisados a Declaração de Salamanca e a Declaração de Jomtien, visto que ambas promovem a igualdade de direitos no campo da educação. Na sequência, foram consideradas as legislações nacionais e sua ascensão ao longo dos anos no cenário educacional. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas com deficiência visual, moradores dos municípios de Santa Maria/RS e São Pedro do Sul/RS. Para exame dos dados, fez-se uma análise de conteúdo dessas informações, considerando-se as partes mais expressivas para a questão de pesquisa (FLICK, 2009), ou seja, a fim de verificar se os participantes da pesquisa foram incluídos educacionalmente. No que se refere à inclusão educacional dos cinco (5) entrevistados, três (3) vivenciaram a fase escolar com baixa visão, entretanto, os dois (2) restantes não tiveram essa experiência. Após a análise dos dados, evidenciou-se que, para tornar a educação inclusiva efetivamente, é importante proporcionar aos profissionais da educação formações continuadas e cursos de capacitação para habilitá-los a trabalhar com estudantes com deficiência, como também compartilhar com os mesmos as orientações propostas pelas políticas públicas com a finalidade de instigá-los a dar significado à sua prática. Sabe-se da dificuldade de fazer com que essas ações se concretizem em razão de que há muito o que avançar no âmbito das políticas de incentivo para a formação de professores e na infraestrutura dos recursos educacionais. Concluiu-se que, ao refletir acerca da educação inclusiva, é perceptível que, para implementá-la, as políticas públicas não dependem apenas de políticas públicas, como também de ações educacionais e dos gestores para que sejam incentivadas e disseminadas práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Inclusão. Educação Inclusiva. Inclusão.

PROFISSIONAL DE APOIO/MONITOR: QUE SUJEITO É ESTE E QUE PAPEL ESTÁ OCUPANDO NA ESCOLA PRIVADA?

Manoela da Fonseca
Fabiane Romano de Sousa Bridi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho é resultado da pesquisa produzida no Mestrado em Educação (UFSM) em que se propôs a conhecer a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto da inclusão escolar. Entre as constantes reorganizações frente à educação inclusiva, a presença do profissional de apoio/monitor no contexto das escolas vem ampliando-se. Este profissional é mencionado em distintos documentos orientadores de uma prática inclusiva como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), a Nota Técnica nº 19/2010 (MEC/ SEESP/GAB, 2010), a Lei 13.146 (BRASIL, 2015), entre outras, que apresentam a função de apoio às necessidades básicas de higiene, alimentação e locomoção, bem como, quando necessário, um suporte à comunicação e interação dos alunos em situação de inclusão escolar. De acordo com o momento histórico, a função do profissional de apoio/monitor vem apresentando-se de distintas maneiras, possibilitando diversas interpretações. O objetivo do presente trabalho foi compreender quem é o sujeito que ocupa o papel de profissional de apoio/monitor no contexto da rede privada de ensino de Santa Maria/RS e qual a função que está exercendo. As reflexões para tal trabalho têm como base o pensamento sistêmico (VASCONCELLOS, 2013), ou seja, uma abordagem que compreende o desenvolvimento humano a partir da complexidade. A pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem metodológica da bricolagem (KINCHELOE E BERRY, 2009) envolvendo as formas de ver do pesquisador e o lugar social que o mesmo ocupa. A escolha pelo campo de pesquisa emergiu dos dados estatísticos-educacionais a nível nacional, através do Banco de Dados do Censo Escolar de educação Básica (MEC/INEP) a partir dos dados disponibilizados no Data Escola Brasil de 2014 e do Microdados de 2013. Cinco profissionais de apoio/monitores responderam a uma entrevista semiestruturada. Conclui-se que o sujeito que ocupa o papel de profissional de apoio/monitor está vinculado ao campo da educação e, em sua maioria, ao campo da educação especial. Exerce um papel pedagógico e isto é resultado de uma falta de especificações a respeito das atribuições deste nos documentos legais e normativos. Cabe ao campo da educação especial se ocupar das discussões de quem pode e deve exercer o papel de profissional de apoio/monitor, tendo a compreensão de que não se trata de um professor da Educação Especial ou outro profissional docente, caso contrário, temos a precarização do trabalho docente, chegando a crise de identidade e ao limbo profissional.

Palavras-chave: Profissional de apoio; inclusão escolar; rede privada de ensino; educação especial

RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A INCLUSÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE

Alana Cláudia Mohr

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho busca entender como na atualidade é central um discurso sobre a inclusão em documentos orientadores mundiais, fornecidos para todos os países através dos organismos internacionais, tendo estes, atuado e atualizado no Brasil práticas de governo para a produção de sujeitos economicamente sustentáveis. Para trilhar este caminho de pesquisa empreendo um processo que tem como fio condutor uma abordagem pós-estruturalista, a partir dos estudos e teorizações de Michel Foucault, que ao oferecer uma caixa de noções-ferramentas, oferece diferentes possibilidades de olhar e movimentar esse processo analítico. Para o empreendimento analítico organizei dois grupos de materiais: o primeiro se refere aos discursos de organismos internacionais e o segundo aos discursos de políticas públicas e programas nacionais (área da saúde, assistência social e educação). Desses materiais se movimenta a minha vontade de saber e para tanto coloco em jogo as noções-ferramentas da governamentalidade, seguridade, biopolítica e biopoder. A partir de uma primeira análise empreendida em alguns materiais selecionados foi possível compreender como a inclusão, enquanto imperativo de Estado, vem gestando e conduzindo os modos de vida da população e de cada um, enquanto estratégia da governamentalidade neoliberal, no qual o enunciado “*ninguém será deixado para trás*” vem assumindo centralidade nos discursos veiculados internacionalmente. Feita a captura e governo de todos, cabe ao Estado empreender esforços para que todos permaneçam na rede a qual foram capturados, ou seja, não basta “entrar” o sujeito deve desejar permanecer no jogo neoliberal. Para isso, algumas estratégias são colocadas em operação, dessas, a estratégia da “*aprendizagem ao longo da vida*” vem funcionando de forma bastante produtiva na condução e subjetivação dos sujeitos para investirem em si, constantemente, enquanto capital humano, garantindo sua permanência nas malhas do neoliberalismo. Com isso, foi possível perceber ainda que, atualmente, a inclusão, a partir de uma lógica neoliberal, vem se reconfigurando em uma rede discursiva, na qual a relação de imanência entre o social e o econômico, faz emergir a inclusão sob o título de inclusão sócio produtiva, onde o sujeito deve investir em si esforços e técnicas que garantam sua inserção social e produtiva na sociedade. Não basta estar incluído, social e educacionalmente, é preciso produzir, desenvolver e sustentar seu modo de vida.

Palavras-chave: Governamentalidade. Inclusão. Sustentabilidade. Capital Humano.

REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REPENSANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ane Caroline Alves da Silva
Glaucimara Pires de Oliveira
Guacira de Azambuja

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho refere-se à um relato sobre assessoria pedagógica realizada em uma Escola Especial, quanto à reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP). A instituição escolar atende a uma população de adultos com deficiência que tradicionalmente frequentaram instituições especializadas e/ou que não passaram pelo processo de inclusão escolar satisfatoriamente. Atende também na área clínica, através de convênio, alunos matriculados nas escolas da rede pública. Este trabalho apresentou como objetivo principal assessorar a instituição especial na reelaboração e implementação do novo Projeto Político Pedagógico, com vistas as suas especificidades. Primeiramente foi realizada uma discussão sobre a importância do PPP enquanto instrumento orientador da organização pedagógica, assim como da necessidade do envolvimento da comunidade escolar na sua construção e reformulação. Durante o período de assessoramento, três critérios foram utilizados para a coleta e organização dos dados: marco situacional, marco conceitual e marco operacional. Os dados foram coletados a partir dos instrumentos aplicados nas reuniões pedagógicas e com a direção da escola. Após a coleta e organização dos dados, foi estruturado em conjunto a proposta do PPP que deverá ser alimentado e atualizado pela instituição escolar. Após dois anos de trabalho a proposta de reformulação do PPP foi finalizada junto aos profissionais da instituição. Além do PPP a escola está revendo o regimento e o estatuto, documentos importantes e complementares ao PPP. Considera-se a importância da instituição na reformulação do seu PPP, pois este é fundamental na organização e concepção pedagógica de uma instituição de ensino. O processo de reformulação do PPP com a comunidade escolar possibilitou para além do documento, o repensar sobre a instituição que se tem e a instituição que se quer.

Palavras-chave: Educação Especial, Projeto Político Pedagógico, Escola Especial.

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE DEFICIENTES VISUAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: QUANDO A ESCURIDÃO CHEGA SEM AVISAR

Josete Pereira Peres Soares
Sílvia Alícia Martinez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

O presente trabalho é parte integrante de um projeto de pesquisa do curso de pós-graduação *strito sensu*, doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. A pesquisa investiga as trajetórias de vida e escolarização de deficientes visuais no município de Campos dos Goytacazes. Os sujeitos foram selecionados a partir de contato realizado com uma instituição de atendimento a cegos no município, o Educandário para cegos São José Operário. Os sujeitos estão vinculados a universidade estadual, federal, rede de educação municipal, instituto superior de educação estadual e Educandário. Dentre os objetivos busca-se tornar evidente as políticas disponíveis ao longo da escolarização, o uso ou não dessas políticas, a ajuda da família durante o processo e a contribuição da(s) instituição(ões) escolares, a partir de entrevistas em profundidade, autorizadas, gravadas e transcritas com os sujeitos. As entrevistas estão sendo realizadas a partir da visão dos sujeitos e não do pesquisador. A metodologia utilizada, história de vida, foi escolhida por permitir ouvir os sujeitos conforme as histórias contadas por eles. Todos os sujeitos têm perda total da visão, possuem ensino superior completo ou em curso, ou com pós-graduação *lato e stricto sensu*. As subcategorias são: cegos de nascimento, cegos por doença degenerativa, cegos por outras doenças e cegos por acidente de trabalho. Destacaremos a trajetória de um dos cegos que ficou deficiente a partir de um acidente de trabalho. Conforme o entrevistado, sua vida era normal, com trabalho fixo, bem remunerado e iniciando empreendedorismo. Ao fazer vistoria no trabalho de funcionários da empresa em que trabalhava, parte do teto caiu sobre sua cabeça, causando imediatamente o rompimento da retina. Como o dia estava bem claro, com um sol de verão intenso e o seu rosto voltado para o nascente, os cristais de seus olhos foram queimados, conforme relato médico, causando cegueira instantânea e irreversível. Com mais de 40 anos foi difícil a adaptação, pois sempre foi vidente. Após o incidente veio o desemprego e ajustes foram necessários. Iniciou um curso médio-técnico com o objetivo de retomar a vida, porém com muitas dificuldades durante o percurso. Após a conclusão do curso fez o vestibular, ingressou em curso de licenciatura, estando no 3º período, apesar de enfrentar dificuldades com a nova realidade de trabalho e escolarização. Autores como Bertaux, Caiado, Mazzota e documentos legais estão sendo utilizados para embasar a pesquisa.

Palavras-chave: deficiente visual. Escolarização. Políticas públicas. História de vida.

Eixo 3. Acessibilidade e Educação Especial

A GESTÃO DAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI E SÃO BORJA

Angélica da Silveira Mendes
Eliana Menezes

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A escrita aqui apresentada foi produzida a partir da pesquisa realizada no Curso de Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Nessa oportunidade nos detivemos a olhar para o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), tendo como objetivo analisar a gestão das práticas da educação especial no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, campus Jaguari e São Borja, visando a garantia do ingresso e permanência de discentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) nos cursos escolhidos por eles. Elencamos como materiais de análise a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a), que apresenta direitos das pessoas com NEEs de ser incluída no espaço escolar regular, bem como as especificidades organizacionais destes ambientes para receber esses indivíduos em idade escolar, sendo acessível em termos estrutural e pedagógico. A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a criação dos Institutos Federais, explana a finalidade e organização de cada instituição e ainda a localização destas. A partir desses, acabamos nos direcionando de forma analítica aos Planejamentos da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) do IFFar - campi de Jaguari e São Borja. Nesses documentos são apresentadas as funcionalidades e organizações dos atendimentos pensados aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Ainda compondo a documentação analisada temos a Resolução CONSUP 015/2015, a qual aprova e regulamenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito do IFFar. Além desses documentos referidos, realizamos uma entrevista com a professora de educação especial/AEE que responde pela Coordenação de Ações Inclusivas – Reitoria, na Pró-Reitoria de Ensino do IFFar. A leitura de tais materiais, produzida dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa, nos permitiu perceber que as práticas realizadas nos campus do Instituto Federal são desenvolvidas a partir da existência de garantias legais para o ingresso de alunos com NNEs que exigem, por sua vez, a criação de estratégias de permanências destes alunos nos cursos, como a atuação do educador especial como profissional que fornece o apoio. Com isso compreendemos que os acontecimentos na área da Educação estão interligados com os processos sociais, de acordo com os momentos que vivenciamos, a partir dos quais somos produzidos e passamos a produzir os outros.

Palavras-chave: Inclusão, gestão, educação especial, profissionalização e concorrência.

A INCLUSÃO A PARTIR DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Clarissa Medianeira Caxambú da Rosa de Souza

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Esse trabalho trata-se de um relato de experiência sobre uma prática psicopedagógica clínica envolvendo um paciente com diagnóstico de Transtorno Espectro Autista - TEA. Pretende-se abordar as possíveis contribuições da consciência fonológica para o desenvolvimento e autonomia do processo de alfabetização de crianças com TEA. O paciente é um menino de nove anos de idade, cursando o 2º ano do Ensino Fundamental na rede privada de ensino de Santa Maria. Chegou ao consultório apresentando dificuldades no seu processo de alfabetização. A queixa escolar era de que não avançava significativamente no seu processo de alfabetização e consequentemente não tinha interesse pela leitura e escrita. Os atendimentos psicopedagógicos eram divididos em dois momentos semanais. No momento da avaliação psicopedagógica foram utilizados alguns instrumentos avaliativos como: Avaliação da Compreensão Leitora de Textos Expositivos, PROLEC (Provas de Avaliação dos Processos de Leitura), Teste da Psicogênese da Língua Escrita e o teste da CONFIAS (Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial), que objetivam avaliar o nível da consciência fonológica do paciente. O paciente teve um baixo rendimento, principalmente nas atividades que envolviam a manipulação de sílabas e fonemas, identificação e produção de rimas. Consequia apenas identificar os fonemas iniciais das palavras, não os manipulando em diferentes posições das palavras. Nas suas hipóteses de escritas, o paciente fazia a correspondência entre o grafema e fonema da letra inicial, o restante das letras que compunham a palavra não relacionava letra ao som. Partindo destes dados iniciaram-se as intervenções. As atividades sempre partiam de jogos ou brincadeiras com o intuito de explorar também as diferentes funções cognitivas. Foram dois meses de avaliação diagnóstica e oito meses de intervenção psicopedagógica. O desenvolvimento desta prática esteve amparado por alguns autores, entre eles CAPOVILLA e CAPOVILLA (2003), FERREIRO (1996), MOOJEN (2007), ZORZI (2003) e VYGOTSKY (2001), os quais ajudaram a compreender a importância de trabalhar com jogos e brincadeiras em consonância com atividades que proporcionassem o desenvolvimento das habilidades metalinguísticas. Foi possível perceber que por meio da decodificação fonológica cria-se uma representação mental ortográfica e a partir desta representação o sujeito consegue construir a via lexical da leitura, conseguindo fazer a inter-relação entre o pensamento e a linguagem de um texto mais complexo. Os resultados foram positivos, pois ao final das intervenções o paciente estava mais seguro para realizar hipóteses de leitura e escrita, conseguindo escrever palavras e frases, pois construiu uma via fonológica. Na escola passou a participar das atividades propostas escrevendo pequenos textos, mesmo que com erros ortográficos, participando até mesmo dos procedimentos de avaliações como testes e provas, necessitando de pouco auxílio para a leitura das mesmas. Diante disso, compreende-se que o trabalho visando desenvolver a consciência fonológica foi fundamental para que o paciente encontrasse o caminho para a sua aprendizagem, proporcionando, desta maneira, maior sucesso no seu processo de escolarização e inclusão.

Palavras-chave: consciência fonológica; intervenção psicopedagógica; escolarização e inclusão; Transtorno Espectro Autista.

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AÇÕES DE PERMANÊNCIA QUANTO AO CURRÍCULO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Eliane Sperandei Lavarda

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este artigo é resultado da pesquisa sobre Ações de Permanência quanto ao currículo em cursos da Educação Superior. As Ações de Permanência são compreendidas como ações que, quando realizadas, promovem maior acessibilidade aos alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais (NEE). Nesta pesquisa o currículo é compreendido como todo o processo educacional do aluno em sua aprendizagem dentro do curso de graduação que ingressou, englobando desde a metodologia e planejamento docente até a grade de conteúdos a ser vencida para se concluir o curso de graduação. De forma abrangente, objetivou-se analisar as Ações de Permanência necessárias ou não em relação ao currículo dos cursos de graduação para o processo de inclusão de alunos público alvo da educação especial na Educação Superior. Esse objetivo desdobrou-se em averiguar, junto aos coordenadores de cursos de graduação da UFSM, a existência da realização de Ações de Permanência em relação ao currículo para alunos com deficiência/NEE, ingressos pela Ação Afirmativa “B”; constatar a procedência dessas Ações de Permanência; buscar como essas Ações, quando ocorrem, são normatizadas, registradas; e, por fim, verificar a eminência de alteração de formação/diplomação causadas pelas Ações de Permanência realizadas. A pesquisa é de cunho qualitativo-descritivo e fez uso de entrevistas semiestruturadas. A análise das entrevistas se deu através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. O conteúdo das falas demonstrou: as várias Ações de Permanência realizadas tanto a partir de solicitações de alunos como das coordenações de curso; a necessidade de formação dos docentes quanto ao processo de inclusão de alunos com deficiência/NEE; as reflexões acerca das possíveis Ações de Permanência quanto ao currículo e a fragilidade do processo de inclusão na universidade, que necessita de políticas institucionais que balizem esse processo. Concluiu-se que, apesar dos movimentos em busca da construção de Ações de Permanência solicitadas pelos alunos, elaboradas pelas coordenações de curso e orientadas pelo Núcleo de Acessibilidade da UFSM, ainda se faz imperativo: a implantação de políticas institucionais de orientação conjuntas entre a Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD, o Núcleo de Acessibilidade e os cursos de graduação quanto às adaptações curriculares; a formação continuada em serviço dos professores da Educação Superior sobre o tema: Educação Inclusiva e orientações gerais quanto ao procedimento para as possíveis Ações de Permanência que se fizerem necessárias.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Superior. Ações de Permanência.

ACESSIBILIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E INCERTEZAS

Vera Lúcia Barbosa
Priscila Manzoni
Rubia Luciani da Silva
Laiza Ferraz
Nara Joyce Vieira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O Projeto de Pesquisa Identificação dos Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nos Acadêmicos em uma universidade pública é desenvolvido desde 2012, com objetivo de identificar esses indicadores nos estudantes matriculados nos cursos presenciais. Essa ação também visa problematizar as estratégias de atendimento, possibilitando encaminhamentos para atender suas necessidades no ensino superior. Em anos anteriores, foram identificados dez estudantes com indicadores de AH/SD, dos quais, apenas dois continuam no grupo de acompanhamento. Em 2017, o projeto foi procurado por um acadêmico que se identifica com as características do sujeito com AH/SD e que relata sentir-se deslocado no âmbito acadêmico. Nesse processo de identificação, os indicadores de AH/SD ainda estão sendo investigados. A metodologia utilizada no estudo alicerça-se no paradigma qualitativo do tipo estudo de caso e busca responder às dúvidas desses acadêmicos. Observou-se que os indicadores de AH/SD apresentam-se multifacetados na fase adulta. Segundo Massuda et al (2016, apud Lovecky, 1986), há cinco características comumente apresentadas por adultos com AH/SD de forma generalizada: divergência; excitabilidade; sensibilidade; perceptividade e entelúquia. É importante ressaltar que a manifestação dessas características depende de fatores pessoais e psicológicos, e também considerar que uma pessoa com AH/SD pode apresentar mais do que uma dessas características. Percebe-se, então, a complexidade que existe nesses sujeitos, implicando na maioria das vezes em dificuldades na sua inserção em diferentes ambientes. Nesse sentido, a inclusão educacional dos alunos com AH/SD no ensino superior consiste na eliminação das barreiras atitudinais e pedagógicas. As primeiras consistem nas crenças errôneas por parte dos próprios alunos identificados, docentes e colegas e que dificultam o reconhecimento e desenvolvimento dos potenciais desses estudantes. As barreiras pedagógicas consistem na falta de incentivo ao desenvolvimento de seus potenciais. No caso, dos alunos identificados anteriormente, o que se verificou foram questões relacionadas à assincronia e à negação de seus potenciais. Assim, considera-se que a identificação desses sujeitos é relevante para que seja possível avaliar suas reais necessidades educacionais. Ressaltamos que no ensino superior há a necessidade de um atendimento que enfoque o melhor desenvolvimento de seu potencial. No entanto, observou-se que ainda são poucas as iniciativas pensadas para estes estudantes na universidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Acessibilidade. Altas Habilidades/Superdotação. Processo de Identificação.

ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÕES DE UM ESTUDO DE CASO

Carolina Terribile Teixeira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho tem como intuito apresentar um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “Escola e Instituição de Acolhimento: articulações necessárias para a acessibilidade de estudantes com deficiência” (TEIXEIRA, 2016). Para tanto, delimitou-se como objetivo: apresentar qual é o entendimento sobre acessibilidade que possuem os profissionais que trabalham na escola e na instituição de acolhimento. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso e, para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações. Sendo que a pesquisa aconteceu em uma instituição de acolhimento, uma escola municipal e em uma escola especial. Os participantes foram profissionais das referidas instituições. Com a realização da pesquisa constatou-se que o entendimento sobre acessibilidade permanece sem muito esclarecimento, causando confusão com o termo “acesso” e aparecendo nos relatos, geralmente, atrelado a estruturas arquitetônicas. Também foi observado em relação à acessibilidade nas escolas e na instituição de acolhimento que de maneira geral esses espaços não estão completamente de acordo com o Decreto 5.296/ 2004 (BRASIL, 2004), apresentando algumas inadequações como em suas edificações e acessos. Contudo, também ficou evidente os esforços para procurar garantir, mesmo que minimamente, as condições de acessibilidade. Dessa forma, ressalta-se o comentário de uma das entrevistadas que é diretora de uma escola, dizendo que: “Aqui na instituição a gente tem bastante dificuldade com isso, a gente tem acessibilidade [...] mas ainda não é o ideal. Nós precisamos ter mais tipos de acessibilidade [...] infelizmente o que falta é recursos mesmo”. Assim, fica explícito que há consciência sobre a necessidade de acessibilidade para os estudantes com deficiência, porém, ao mesmo tempo a direção da escola está em circunstâncias difíceis devido à falta de recursos. Destaca-se que a acessibilidade acontece quando é garantido aos estudantes estruturas e recursos que supram suas necessidades e possibilitem sua participação e atuação efetiva no ambiente escolar. Esta ideia está em acordo com o que é proposto por Camargo (2013) quando considera que são as ações e estratégias realizadas que efetivam a acessibilidade educacional. Portanto, para que a acessibilidade na educação de fato aconteça faz-se necessário que os professores busquem conhecimentos, para que, ao surgir a necessidade de atender um aluno com deficiência, possam encaminhar o trabalho de maneira adequada.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação Especial; Estudantes com Deficiência.

APLICATIVOS MÓVEIS INCLUSIVOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Autora Paula Lemos Silveira
Co-autora Vaneza Silva da Rosa
Orientador Claudio Jose de Oliveira

Universidade de Santa Cruz – UNISC

O presente estudo tem por objetivo pesquisar aplicativos móveis utilizados em sala de aula como recursos tecnológicos inclusivos que favoreçam o processo de ensino aprendizagem. A Educação é um processo de construção constante na vida do ser humano e a educação digital pautada no uso de tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, vistas como facilitadoras. O problema da pesquisa é: Como utilizar aplicativos móveis inclusivos como apoiadores de forma que auxiliem docentes e discentes no processo de ensino aprendizagem em Sala de aula? Para tal pergunta, foi realizado uma pesquisa elencando alguns softwares que auxiliam neste processo educacional pensando em contribuir com a prática docente, em que se justifica a importância do presente projeto de pesquisa. **OBJETIVOS:** verificar a contribuição do uso de aplicativos inclusivos como recursos tecnológicos em sala de aula aliados ao ensino, tendo como objetivos específicos: Conhecer as tecnologias voltadas para educação, verificar os tipos de softwares e aplicativos inclusivos, analisar outras práticas educativas que contribuem com o docente, acompanhar o desempenho dos alunos. **METODOLOGIA:** O presente trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o uso de recursos tecnológicos e experimental em que foi elaborado um projeto de pesquisa durante uma disciplina do curso de Pedagogia, organizando os conteúdos apoiados pelos aplicativos utilizando tais recursos tecnológicos. **RESULTADOS:** Como resultado observou-se que os professores precisam estar capacitados para que tecnologia seja aplicada de forma efetiva na metodologia de ensino. Fica constatado a importância dos cursos de formação profissional, atender a três grandes dimensões: Pedagógica – domínio dos conhecimentos relativos ao campo específico da pedagogia; Tecnológica – abrange as relações entre tecnologia e educação em todos os aspectos; Didática – diz respeito à formação específica do professor em determinado campo. Os testes realizados com o uso de aplicativos em dispositivos móveis em sala de aula contribuíram de forma eficaz no processo de ensino aprendizagem tornando mais atraente tanto para docentes, como para discentes. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os professores precisam de capacitação para que os alunos sejam beneficiados pela utilização de aplicativos inclusivos, justificando assim a importância da educação digital, promovendo a busca de novas práticas e formas de conhecimento, utilizando diferentes dispositivos digitais e das linguagens que se constroem em torno do que denominamos “mundo digital”. Acredita-se que a utilização de tablets e dispositivos móveis como ferramenta de apoio no processo de ensino aprendizagem voltado para pessoas com deficiências seja algo promissor, visto que, o uso da tecnologia na educação já é uma realidade e os conceitos de inovação, acessibilidade e usabilidade tornam o aprendizado ainda mais prazeroso e possibilitam que o aprendizado continue fora do âmbito escolar.

Palavras-chave: Softwares Aplicativos Inclusivos, Docência, Ensino Aprendizagem.

ATENDIMENTO À COMUNIDADE SURDA ATRAVÉS DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE: ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Raquel Nascimento de Souza
Luciana Coelho Rodrigues Lima
Arlete Marinho Gonçalves

Universidade Federal do Pará - UFPA

Este estudo tem como objetivo apresentar resultados dos atendimentos realizados pelos Intérpretes de Libras no contexto do Ensino Superior, especificamente no núcleo de acessibilidade da Universidade Federal do Pará – UFPA, denominada também de Coordenadoria de Acessibilidade - CoAcess, ligada à Superintendência de Assistência Estudantil - SAEST. O estudo também é parte integrante das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – GEPTILS, vinculado à UFPA e certificado pelo CNPq. Destaca as ações desenvolvidas na realização da tradução e interpretação das Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais nos espaços da universidade pesquisada. A garantia de acesso a comunicação e informação considerando a singularidade linguística do surdo, reconhecida legalmente, embasam as ações que possibilitam esta acessibilidade permitindo aos estudantes não apenas o ingresso na universidade, mas também sua permanência com sucesso durante o período de graduação, bem como a acessibilidade comunicacional entre os professores surdos da instituição. A metodologia adotada foi a pesquisa documental, de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por meio da análise dos relatórios da Coordenadoria de Acessibilidade, produzidos semestralmente desde a criação do núcleo, no ano de 2012. Destaca-se que as atividades realizadas pelos intérpretes perpassam os espaços da sala de aula dos diversos cursos na qual os surdos estão matriculados, pois também são desenvolvidas outras atividades voltadas a esse público, tais como, produção de vídeos de editais e de acompanhamento de atividades acadêmicas, na qual sejam necessárias a acessibilidade de comunicação e informação. Estende-se ainda ações voltadas para a garantia de acessibilidades aos professores surdos no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas/profissionais. A estimativa é que ações de promoção da Língua Brasileira de Sinais e seu uso primordial em processos seletivos de acesso à universidade sejam ofertados ao público surdo, favorecendo sua entrada neste nível de ensino. Em conjunto com essa ação, a difusão da profissão Tradutor e Interprete acontecerá, e estes profissionais estarão prontos à promoção de acessibilidade no Ensino superior. Ao longo do estudo, concluiu-se que a Universidade Federal do Pará, através da CoAcess/SAEST tem se preocupado com a garantia de acessibilidade de comunicação e informação tanto do aluno quanto do profissional surdo, procurando não só incentivar ações de ensino, mas também de pesquisa e a extensão que é o tripé da educação superior, sendo de grande valia para a formação acadêmica dos alunos e o desenvolvimento de práticas educacionais.

Palavras-chave: Acessibilidade, Intérprete de Libras, Ensino Superior.

AUDIODESCRIÇÃO COMO ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Cristian Evandro Sehnem
Andreia Ines Dillenburg

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

A acessibilidade para pessoas com deficiência tem obtido crescente destaque nas últimas décadas e, como estudiosos da área, pelas pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-graduação, busca-se uma investigativa aprofundada sobre um recurso com esse fim. Aqui, objetiva-se apresentar a Audiodescrição, técnica utilizada para a acessibilidade comunicacional a pessoas com deficiência visual. **MÉTODO:** Esta pesquisa é qualitativa, pois, conforme Gil (2008) preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. E bibliográfica, porque, segundo Minayo (2001) retoma e analisa o que já foi produzido sobre a temática. **ENSAIO:** Em documentos oficiais a inclusão de pessoas com deficiência destaca-se, entre outros, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), na Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Nesta última, acessibilidade é “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de (...) informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias (...) de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. E conforme a Lei da Acessibilidade (2004) as pessoas com deficiência visual são aquelas que se caracterizam pela cegueira ou baixa visão. Então, para as pessoas com deficiência visual surge um recurso de acessibilidade para a compreensão de elementos imagéticos, denominado Audiodescrição. Na ABNT (2016) audiodescrição é “recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão. Para tanto, dois profissionais e etapas são fundamentais para a sua elaboração: o roteirista, que redige um roteiro inicial a partir da imagem original; e o consultor, que possui deficiência visual e revisa a imagem mental gerada por este roteiro. Assim, ambos realizam trocas até que a imagem mental seja o mais próximo possível do elemento visual originário. **CONCLUSÕES:** A implementação de políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência criou recursos e serviços de acessibilidade para a maior independência e autonomia desse público. Na acessibilidade comunicacional, a Audiodescrição é um deles.

Palavras-chave: Acessibilidade comunicacional; Pessoa com deficiência; Audiodescrição.

AÇÕES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA VILHENA ALVES.

Waléria Augusta Araújo Costa
Universidade Federal do Pará
Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Universidade Federal do Pará – UFPA

O trabalho apresenta o relato de minha experiência como bolsista PIBID na Escola Estadual Vilhena Alves situada na cidade de Belém-PA, desenvolvido com alunos com deficiência visual. A escola é considerada como referência no atendimento inclusivo de alunos com deficiências. A mesma possui um quantitativo de 893 alunos matriculados regularmente na rede de ensino, sendo 20 alunos surdos, 6 alunos com deficiência visual e 5 alunos com deficiência intelectual. Minha intervenção nas atividades desenvolvidas com os discentes se deu especificamente com os alunos com deficiência visual os quais recebem atendimento educacional especializado em um período de três dias semanais com duração de uma hora para cada atendimento. O atendimento na sala multifuncional realizado pelos professores com o auxílio dos bolsistas visa oportunizar aos alunos em situação de deficiência um ensino pautado nos princípios inclusivos, que são resguardados pela lei. Nesta perspectiva as ações de caráter inclusivo implementadas no cotidiano da escola exercem influências positivas na aprendizagem desses alunos. Dentre as ações desenvolvidas em parceria entre a sala regular e a sala de recurso multifuncional, destacamos o uso da lupa eletrônica, adaptação dos conteúdos para o código Braille, aumento do uso da fonte utilizada na digitação das atividades propostas em sala de aula e adaptadas na sala de recurso multifuncional. Com o auxílio da SRM os conteúdos trabalhados na sala regular são adaptados à necessidade de cada aluno; para os alunos com baixa visão os materiais são ampliados e impressos no computador, já para os alunos cegos a escola dispõe de máquina Braille para a devida adaptação das atividades. As ações realizadas na escola em questão só foram efetivadas com êxito devido às formações organizadas pelo projeto de pesquisa vinculado ao PIBID sobre adaptações curriculares, ofertadas a mim e aos demais bolsistas lotados na escola, com a participação dos docentes da SRM e o auxílio de uma bolsista com conhecimento do código Braille. A partir das adaptações dos conteúdos exigidos pelo currículo escolar, os resultados das ações desenvolvidas foram observados positivamente nas provas semestrais, nos trabalhos com conteúdos avaliativos, na interação com os colegas de classe, no aumento significativo da frequência escolar e nas demais atividades do cotidiano da escola.

Palavras-chave: Ações inclusivas. Deficiência Visual. Sala de Recurso Multifuncional.

COMUNICAÇÃO *IN FOCO*: FERRAMENTA PEDAGÓGICA ACESSÍVEL PARA O ENSINO DA QUÍMICA NO 1º ANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFAP, CAMPUS MACAPÁ

Adriana do Socorro Tavares Silva
Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães
Mizael da Silva Costa
Rosana Tomazi

Instituto Federal do Amapá – IFAP

O ensino da química na educação básica é realizado de forma tradicional, as aulas são dialogadas e expositivas sem qualquer metodologia diferenciada. Nessas condições, o processo avaliativo dá ênfase à memorização e reprodução do conteúdo aprendido em classe. Sendo a química uma ciência experimental, o método de ensino tradicional deixa a desejar, pois acarreta em dificuldades de compreensão a todos os alunos. Quando nos remetemos aos discentes surdos essa metodologia se torna ainda mais inacessível já que os mesmos não possuem o *feedback* auditivo nas aulas expositivas, as quais focam somente na oralidade. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva trouxe novas concepções à atuação da educação, essencialmente, na definição dos alunos atendidos e como deve ser realizado o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2008). No que se refere à inclusão de alunos surdos, para Falcão (2011, pág. 121), o ambiente inclusivo deve favorecer a aprendizagem de forma natural, intencional e intensamente, por meio de gestos e sinais, e não apenas dentro da sala de aula com intérpretes. Nessa pesquisa objetivou-se em elaborar uma ponte facilitadora para a comunicação entre docentes e discentes surdos, assim, buscou-se investigar quais as principais terminologias químicas utilizadas pelos docentes da componente citada, para elaboração de um Glossário Técnico em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esse glossário é composto por 20 termos/palavras mais utilizados. A metodologia utilizada foi da pesquisa-ação, uma vez que os pesquisadores e colaboradores estão integrados, de modo cooperativo e participativo, com abordagem qualitativa. Colaboraram com este trabalho 05 professores da área de Química que lecionam para o 1º ano dos cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal do Amapá (Ifap) - *campus* Macapá. A pesquisa desenvolveu-se em 04 etapas: levantamento das turmas de 1º ano e aplicação de questionário para coleta de dados; organização dos dados obtidos; levantamos os sinais dos termos/palavras em Libras mais utilizados pelos docentes e a compilação do glossário. Em todos os trabalhos pesquisados, os autores são unânimes em concluir que é de fundamental importância a produção de sinais científicos em Libras relacionados às terminologias usadas frequentemente no ensino de Química e concordam ainda que a falta desses sinais torna o aprendizado uma tarefa complexa.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Aluno Surdo, Química, Libras.

COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE DA UFPA: ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR.

Arlete Marinho Gonçalves

Universidade Federal do Pará – UFPA

O estudo apresenta como objetivo conhecer acerca da acessibilidade no ensino superior e as ações do núcleo de acessibilidade, em consonância com os documentos legais e apontar os desafios do trabalho no núcleo de acessibilidade da UFPA. O estudo é parte integrante do Grupo de estudos e pesquisas da Educação Especial/inclusiva, da linha Educação Especial no Ensino superior. Em conformidade com a legislação vigente que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação, com a atual política de Educação Especial e com os referenciais pedagógicos da educação inclusiva, ressalta-se a importância da garantia de condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, TEA e superdotação/altas habilidades na educação superior em todas as atividades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior. Os núcleos de acessibilidade tornaram-se, nos últimos anos, um espaço de apoio, produção e serviços aos alunos público-alvo da educação especial e professores que necessitam de orientações pedagógicas acessíveis para trabalhar com esses alunos no Ensino Superior. A metodologia adotada foi a pesquisa documental de abordagem qualitativa. Os documentos levantados foram os relatórios das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Acessibilidade - CoAcess; o Plano de ação, e o Programa de acessibilidade da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA. A análise deu-se de forma descritiva-analítica. A CoAcess/UFPA apresenta um programa articulado com várias ações que impulsionam a diminuição das barreiras atitudinais, pedagógicas, estruturais, tecnológicas e curriculares aos alunos com deficiência no ensino superior. Além disso, tem uma organização e estrutura ligada ao gabinete da reitoria, vinculados a Superintendência de Assistência Estudantil e possui uma equipe multiprofissional em sua estrutura organizacional. Os principais desafios apresentados nos relatórios ainda perpassam pela falta de aceitação do outro, advindo, na maioria das vezes, do corpo de professores que ainda se sentem despreparados para adequar conteúdos e metodologias aos alunos com deficiência no ensino superior. A falta de participação de docentes e técnicos nas formações continuadas para a cultura inclusiva ainda é um obstáculo, decorrentes da falta de tempo docente ou de carga horária insuficiente para progressão funcional. As barreiras estruturais e de mobiliários ainda são desafiadoras, pois o processo ainda é moroso e com muita burocracia para a realização de serviços o que dificulta a acessibilidade imediata ao público atendido e assistido pela coordenadoria de acessibilidade na UFPA.

Palavras-chave: Acessibilidade. Ensino Superior. Estrutura e funcionamento.

INCLUSÃO DO ALUNO CEGO: REFLEXÕES SOBRE A IGUALDADE DE CONDIÇÕES E ACESSO AO ENSINO

Charline Fillipin Machado
Josefa Lídia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Considerando que a Política de Educação Especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar dos alunos público-alvo, orientando os sistemas de ensino para garantir acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade em todos os níveis (BRASIL, 2008), entende-se que, além da matrícula, a qualidade de ensino é assegurada por lei. No entanto, não existe garantia de sua concretização. Logo, este estudo tem por objetivo apresentar algumas reflexões frente às possibilidades e desafios para garantir igualdade de condições e acesso com qualidade ao ensino regular na escolarização do aluno cego. Tais reflexões são parte do trabalho de conclusão de curso da autora, o qual está em desenvolvimento e partiu das práticas de estágio no ano de 2016. A metodologia segue uma abordagem qualitativa, através de um estudo de caso do tipo único, tendo como instrumentos para coleta de dados questionários e análise documental (relatórios de estágio). Destaca-se que a cegueira é uma alteração grave ou total das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber o mundo, considerando que 80% dos estímulos ambientais são adquiridos e integrados de forma imediata pelo sistema visual (SÁ, CAMPOS E SILVA, 2007). O termo igualdade de oportunidade é o ponto-chave, pois, o direito de igualdade a todos está diretamente relacionado às necessidades individuais de cada um, ao direito de um ensino sem distinção com os mesmos níveis e qualidade, no entanto, adaptando o que não for de seu acesso. Deste modo, evidencia-se que nem todos os envolvidos na educação do aluno cego percebem tais princípios. Ainda se encontra a ideia de que não é "preciso" realizar todas as tarefas e/ou atividades que a escola proporciona, assim como, em momentos não é entendida a necessidade de diferenciação para garantir a igualdade de acesso. Porém, ações estão sendo desenvolvidas na busca da qualidade educacional. Destaca-se alguns recursos de acessibilidades importantes para efetiva inclusão, como o uso do Braille, a audiodescrição, os recursos de Tecnologias Assistivas, as adaptações curriculares, o ensino colaborativo entre o professor e o educador especial, dentre outros. Muitos são os desafios para que os alunos estejam, além de inseridos no ensino regular, vivenciando um ensino de qualidade. Contudo, mais do que o uso de recursos, a educação precisa de novas concepções de ensino que visem garantir os direitos de todos.

Palavras-chave: Inclusão. Aluno Cego. Igualdade de Oportunidade. Acessibilidade.

ORIENTAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS ACESSÍVEIS EM EDITORES DE TEXTO

Daniele dos Anjos Schmitz
Ana Cláudia Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A acessibilidade de documentos digitais pode ser compreendida como uma forma de democratização, em que se amplia o acesso à informação e ao conhecimento. Nessa perspectiva, um sistema educacional inclusivo demanda a articulação de ações que garantam o direito das pessoas com deficiência a não apenas ingressarem nos espaços regulares de ensino, mas também a terem condições de permanecer e concluir os seus estudos de forma efetiva. A Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009) assegura às pessoas com deficiência o acesso aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à internet, e inclui a identificação e a eliminação de barreiras à acessibilidade. Nesse sentido, existem diretrizes e recomendações de acessibilidade para conteúdos *web*, no âmbito internacional, o *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG 2.0) e no âmbito nacional, o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Porém, esses documentos orientam para a acessibilidade de conteúdos disponibilizados na *web*, então, como poderiam ser adaptados para documentos digitais criados em editores de texto? Tendo em vista esse questionamento, o objetivo da pesquisa foi comparar as diretrizes WCAG 2.0 e as recomendações eMAG 3.1 e adaptá-las para desenvolver orientações para criação de documentos digitais acessíveis em editores de texto. A abordagem metodológica envolveu pesquisa exploratória, com a intenção de identificar recursos e funcionalidades que possibilitam a acessibilidade em documentos nos softwares editores de texto (Microsoft Word 2010 e LibreOffice Writer) e também foram exploradas as diretrizes e recomendações de acessibilidade. A partir da comparação desses dois documentos, elaborou-se as orientações para criação de documentos digitais acessíveis nos editores de texto Microsoft Word 2010 e LibreOffice Writer. Como resultado, chegou-se a vinte e duas orientações, entre elas: orientações para o uso de elementos não textuais, uso dos estilos para formatar títulos, uso do sumário automático, uso da quebra de página e quebra de seção, entre outras. Concluindo, é possível afirmar que as orientações apresentam potencial para apoiar a criação de documentos digitais mais acessíveis e considera-se imprescindível que as instituições continuem trabalhando para desenvolverem estratégias que favoreçam os processos inclusivos em seus espaços para que a democratização do conhecimento seja uma realidade possível.

Palavras-chave: Orientações. Acessibilidade. Documentos digitais.

MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL E LINGUÍSTICA DOS SURDOS NA REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ.

Patrícia Paula Schelp

Universidade Federal do Paraná – UFPR

O presente trabalho traz resultados parciais de uma pesquisa que visa verificar as condições educacionais e linguísticas das pessoas surdas matriculadas em instituição de ensino, nos sete municípios da região litorânea do Paraná: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. São muitas as motivações que nortearam o desejo desta pesquisa ser realizada, sendo o principal deles os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o ano de 2010. O censo da região litorânea do Paraná aponta um número considerável de pessoas com deficiência auditiva, um total de 12.983, sendo categorizados em *não consegue de modo algum*, 629 pessoas; *grande dificuldade*, 316 e, *alguma dificuldade*, 1.392. Estes dados não permitem identificar sua situação educacional e, principalmente a situação linguística. Como estas pessoas se comunicam? Por meio da língua de sinais, gestos, oralmente? Qual a faixa etária destas pessoas? Há atendimento especializado? Estão matriculadas? Possuem Tradutor/Intérprete de Libras? Estas e inúmeras outras questões nos fazem perceber que os dados ofertados pelo Censo de 2010 são amplos demais e acaba dificultando o trabalho de investigação da região, necessitando assim de uma pesquisa mais aprofundada para investigar especificamente cada município, obtendo dados mais precisos, a fim de contribuir com o desenvolvimento educacional e linguístico das pessoas com deficiência auditiva/surdas. A investigação é de caráter qualitativo e quantitativo, através de estudos bibliográficos, coleta de dados e análise. Os resultados parciais, obtidos até o momento, foram dados enviados pela secretaria municipal de Matinhos, onde há quatro sujeitos com deficiência auditiva/surdez matriculados em escolas municipais, dois em escolas estaduais e uma criança matriculada no município de Paranaguá, numa instituição bilíngue para surdos. O Núcleo Regional de Educação informa que há seis escolas que atendem sujeitos com deficiência auditiva/surdos, matriculados, todos usuários de Libras e com Intérprete, com perda auditiva acima de 41 decibéis. A dificuldade maior encontrada na coleta, até o momento, foi em relação a forma de comunicação destes estudantes matriculados nas escolas municipais, visto que nos dados do município, não há menção da utilização da Libras, gestos ou leitura labial, nem mesmo se possui Tradutor/Intérprete de Libras. A etapa que segue para obtenção de mais resultados e para atingir os objetivos propostos são: visitar as escolas e conversar com os sujeitos surdos em cada município da região.

Palavras-chave: situação educacional, situação linguística, educação de surdos.

OS CLÁSSICOS DA LITERATURA INFANTIL CONTADOS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Dhenifer Bedin
Michele Foresti Baldo

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/Campus Chapecó

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo, fazer um estudo comparativo dos vídeos produzidos pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sobre os clássicos da literatura infantil, a fim de perceber os elementos visuais que compõem as histórias e possibilitam que as crianças surdas tenham acesso a elas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A partir de uma perspectiva qualitativa, selecionamos e analisamos os vídeos produzidos pelo INES no período de 2010 a 2016. Com essa pesquisa podemos concluir que o INES é um instituto preocupado com a contação de histórias para o público infantil. A partir de todo o processo de análise dos vídeos foi possível perceber que: a) a qualidade de suas publicações vem melhorando ao longo dos anos, incorporando elementos mais adequados ao imaginário infantil, como o desenho animado; b) as produções do INES passaram a ser mais complexas na elaboração das ilustrações; c) os personagens passaram a expressar-se melhor; d) os cenários também foram adaptados e melhorados. Por fim ressaltamos que a produção desses vídeos abriu caminhos para que outras produções fossem possíveis e para que os surdos tivessem acesso às histórias na Língua de Sinais, tanto aos clássicos da literatura infantil, quanto a outras histórias disponíveis na rede mundial de computadores, subsidiando pais e professores no exercício de contar histórias para crianças surdas.

Palavras-chave: Infância. Literatura. Libras.

PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA INGRESSANTES POR COTAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Morgana Christmann
Luise Ferreira de Queiroz
Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

As políticas de reserva de vagas (Cotas) para pessoas com deficiência na Educação Superior são recentes e, por isso, há um aumento gradativo do número de matrículas de pessoas com deficiência nesse nível, o que vem exigindo o desenvolvimento de estratégias das Instituições de Ensino Superior (IES) para a garantia de acesso, manutenção e conclusão dos cursos pelos estudantes. As pessoas com deficiência física, sujeitos deste estudo, são compreendidas como aquelas que apresentam alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. **Objetivo:** Traçar o perfil sociodemográfico dos estudantes com deficiência física de uma IES pública, ingressantes nos anos de 2008 a 2016. **Método:** O estudo trata de uma pesquisa quantitativa descritiva do tipo levantamento. A coleta dos dados foi feita no arquivo setorial do Núcleo de Acessibilidade da IES e a análise destes realizada por meio de estatística descritiva. **Resultados:** No período de 2008 a 2016, houve 158 matrículas de estudantes com deficiência física nos diferentes cursos de nível superior. Quanto a estas deficiências, foi possível observar uma diversidade de doenças de base, causadoras de deficiência física, que vão de casos que não implicam em problemas de funcionalidade que interfiram nas atividades acadêmicas, até aqueles que necessitam de adaptação de estrutura física, mobiliário, material pedagógico, entre outros. As principais doenças/condições de saúde encontradas foram deficiência física não especificada na entrevista (11,4%), sequelas de paralisia cerebral em diferentes níveis (10,12%), amputação de membros superiores ou inferiores (7%), doenças ósseas (5,06%), acondroplasia (2,53%), além de diferentes síndromes e distrofias musculares. **Considerações Finais:** Tais resultados evidenciaram a importância da presença de profissionais da área da saúde, com conhecimento acerca das diferentes condições patológicas, com o intuito de contribuir na entrevista inicial dos estudantes quando chegam a IES, garantindo um cadastro adequado, de acordo com as condições de saúde e que favoreça o direcionamento de práticas, que contribuam para a qualidade na vida acadêmica do estudante com deficiência. A partir de uma entrevista inicial completa é possível verificar as necessidades do estudante, elencando prioridades e realizando os encaminhamentos necessários, para garantir a inclusão do estudante no espaço acadêmico. Verificou-se ainda uma diversidade de condições de saúde que denotam em maior e menor escala a necessidade de adaptação de material pedagógico, mas principalmente de acessibilidade estrutural e arquitetônica, para a circulação do estudante pela universidade, nos diferentes espaços, com autonomia, segurança e independência.

Palavras-chave: Deficiência física. Educação Superior. Inclusão.

REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NA ESCOLA PÚBLICA

Danilo Batista de Souza
Maria Almerinda de Souza Matos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

O movimento em favor da inclusão escolar orienta que a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e principalmente as escolas se envolvam e preparem a construção de um contexto favorável à inclusão escolar dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida, rompendo o paradigma tradicional, buscando atender todos os alunos, propiciando uma escola para todos e respeitando seus direitos. O estudo defendido no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFAM teve como objetivo analisar a produção científica, a legislação e os subsídios teóricos sobre acessibilidade com vista a inclusão educacional dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública. Para isso, inicialmente mapeamos a produção científica referente à acessibilidade em dissertações e teses na área da Educação, identificamos na legislação pátria, leis e decretos, normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade, bem como conhecemos os subsídios teóricos referentes à acessibilidade e os entraves físico, de comunicação e informação aos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública. A investigação foi respaldada no método dialético, onde por meio da abordagem qualitativa, nosso estudo configurou-se como descritivo, a coleta de dados foi feita através da pesquisa bibliográfica e documental e para interpretação dos mesmos, utilizamos a análise de conteúdo. Diante disso, evidenciou-se a falta de pesquisas sobre acessibilidade no campo da Educação, principalmente sobre a situação da acessibilidade nas escolas comuns, mostram que as estruturas físicas das escolas, bem como os meios de comunicação e informação possuem inúmeras barreiras que impedem e/ou dificultam a real inclusão dos alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas escolas públicas. Os direitos referentes à acessibilidade ainda não estão sendo garantidos, as intenções legislativas nem sempre se convertem na prática, o que nos leva a nos deparar cotidianamente com situações que privam pessoas da garantia de seus direitos. Por fim, apreendemos com os subsídios teóricos, que a acessibilidade e a inclusão estão intimamente ligados, um depende do outro, onde essa articulação é necessária para o processo de inclusão escolar e superação dos desafios para a promoção da acessibilidade nos espaços escolares. A acessibilidade é um elemento importante para que as pessoas com deficiência tenham uma vida com qualidade e estejam incluídas em todos os contextos. Tendo em vista a carência de pesquisas sobre a temática na Região Amazônica e a crescente demanda de alunos com deficiência nas escolas comuns, apresentamos os resultados de nossa investigação.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoa com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida. Políticas Públicas Inclusiva.

REFLEXÕES SOBRE O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO RECURSO DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS/AM

Vanessa Macedo Nogueira
Maria Almerinda de Souza Matos
Danilo Batista de Souza

Universidade federal do Amazonas – UFAM

Objetivou-se compreender de que maneira os recursos de Tecnologia Assistiva são utilizados junto aos alunos com deficiência dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de Manaus/AM. A Tecnologia Assistiva é um conceito novo e em pleno processo de construção que envolve várias áreas do conhecimento, seu objetivo é reduzir distâncias e limitações de comunicação, deslocamento, manipulação de objetos, entre outros, e gerar participação, autonomia e qualidade de vida as pessoas com deficiência. Sendo uma pesquisa qualitativa de análise documental e bibliográfica, utilizamos materiais recolhidos em artigos científicos, dissertações, teses e documentos internacionais e nacionais que versam sobre a educação como direito de todos, com enfoque no uso da Tecnologia Assistiva na escola. Bersch (2014), Galvão Filho (2009) e Rocha (2013) serviram de aporte teórico no que se refere aos recursos de Tecnologia Assistiva na perspectiva da educação inclusiva. A análise de dados foi realizada através da leitura de conteúdo da temática, que teve como eixos norteadores os documentos legais referentes ao processo histórico e metodológico da Tecnologia Assistiva e da Inclusão, o mapeamento das escolas de ensino regular, onde estão matriculados os educandos com deficiência dos anos iniciais da rede municipal de ensino fundamental da cidade de Manaus, o conhecimento dos instrumentos pedagógicos propostos pela Tecnologia Assistiva e a identificação das dificuldades dos alunos com deficiência e como a Tecnologia Assistiva vem sendo utilizada. Os resultados da pesquisa sinalizam a presença, importância, disponibilização e da Tecnologia Assistiva nas escolas, em documentos legais e orientadores nos diversos níveis de abrangência como estratégia à acessibilidade e inclusão dos alunos com deficiência. Apresenta os instrumentos pedagógicos propostos pela Tecnologia Assistiva que auxiliam os alunos com deficiência, transformando-os em sujeitos ativos na escola, pois seu uso ajuda na diminuição das dificuldades que interferem no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa revela ainda, um aumento no número de escolas distribuídas pela cidade de Manaus, nas quais estão matriculados os alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Por fim, aponta as dificuldades dos alunos com deficiência e como a Tecnologia Assistiva é utilizada nesse contexto. A partir desse estudo, percebe-se que a legislação é específica e que todos os meios legais de inclusão e utilização da Tecnologia Assistiva estão sendo discutidos em vários âmbitos. Assim, o aluno com deficiência tem a possibilidade de reconhecer suas habilidades e mostrar todo seu potencial, com vistas à participação e à aprendizagem, assegurando um sistema educacional inclusivo.

Palavras-chave: Tecnologia Assistiva. Acessibilidade. Inclusão.

BULLYING NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUNS ACHADOS PERTINENTES ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Kauisa G.C Menezes
Fabiane Adela Tonetto Costas

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

As pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais conquistaram o direito de ingressar nos sistemas de ensino, sejam eles tanto as escolas como as universidades. Muitos desses direitos foram assegurados a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, pois através dela foi garantido-se direito de igualdade e acesso permanência a todos nas redes de ensino, incluindo as pessoas com deficiência que passam a ter direitos assim como qualquer outra pessoa. Desde 1994, a Educação Especial vem sendo normatizada por documentos que preconizavam a integração, passando por resolução específica¹, e constituindo-se numa perspectiva inclusiva a partir do ano de 2008. Tratando-se das universidades, em 2012 foi promulgada a Lei 12.772/12, denominada “Lei das Cotas”, que garante a inclusão étnico-racial e socioeconômica de uma parcela considerável da população brasileira que não acessava à educação superior. Ao final do ano de 2016 foi promulgada a Lei 13.409/2016, cujo objetivo é dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, transformando em obrigatoriedade algo que a Universidade Federal de Santa Maria já disponibilizava desde 2007, a partir criação da Resolução 11/07. O CENSO do IBGE (2000) revelava que 14% da população brasileira apresentava algum tipo de deficiência. Já o CENSO do IBGE (2010) aponta que 24% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, fato que revela um acréscimo de 10% desta população e a necessidade de sua escolarização e sua inserção no mundo do trabalho. Com isso, esse papel de incluir não fica proposto apenas para a escola, mas sim, para a Educação no seu sentido mais amplo. Dessa forma, através das pesquisas realizadas desde 2009 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia da Educação e Educação Inclusiva- GEPEIN, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)², vem se propondo a investigar e analisar as diversas facetas no processo de inclusão dos alunos com NEE em diversas escolas da rede pública e na UFSM. O intuito dessa pesquisa é averiguar sobre o que os alunos da Universidade Federal de Santa Maria que ingressaram pela Cota B têm a dizer sobre as práticas de Bullying neste espaço.

Palavras-chave: Bullying; Educação Especial; Inclusão; Ação afirmativa B; Alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais

Eixo 4. Práticas Pedagógicas e Educação Especial

A ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO COMUM NO CONTEXTO ESCOLAR

Cláucia Honnef
Fabiane Adela Tonetto Costas

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho é proveniente de estudos que estão sendo realizados durante uma pesquisa de doutoramento, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Durante a pesquisa realizou-se um estudo bibliográfico a fim de identificar como o tema da articulação pedagógica entre educação especial e ensino comum no contexto escolar se apresenta na realidade acadêmica e o que as publicações evidenciam sobre isso. Como indexadores foram utilizadas as palavras “trabalho em parceria na Educação Especial” e “trabalho colaborativo”, sendo encontradas basicamente publicações sobre o ensino colaborativo, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BT-CAPES). É importante destacar que se entende tanto o ensino colaborativo como o atendimento educacional especializado (AEE), em sala de recursos multifuncionais, como formas de apoio e serviço da Educação Especial. Ao analisarem-se as publicações sobre o tema (ZANATA, 2004; CAPELLINI, 2004; FONTES, 2007; DÈVENS, 2007; TOLEDO, 2011; CRIPPA, 2012; ARAÚJO, 2012; BRAUN, 2012; RABELO, 2013; MELO, 2013; HONNEF, 2013; ZERBATO, 2014; LAGO, 2014; VILARONGA, 2014), chama atenção que na maioria dos estados ou municípios em que os estudos são desenvolvidos, não há uma organização no que tange a gestão educacional e/ou escolar para que a prática do ensino colaborativo ou de uma articulação pedagógica entre educação especial e ensino comum aconteça. Assim, nos estudos geralmente o pesquisador é a pessoa que desenvolve o ensino colaborativo, utilizando-se da pesquisa-participante ou da pesquisa-ação como eixos norteadores da investigação. Nos trabalhos de Dèvens (2007), Zerbato (2014) e Vilaronga (2014) já havia a prática do ensino colaborativo nas escolas quando da realização das respectivas pesquisas acadêmicas. Entretanto, o que se pode constatar a partir da análise dos trabalhos é que mesmo a prática do ensino colaborativo não garante elo pedagógico entre as ações da educação especial e destas com o ensino comum, visto que não há menção nos trabalhos sobre alguma forma de diálogo entre as práticas de ensino colaborativo e de AEE. Dessa forma, tendo por base as realidades escolares onde o ensino colaborativo acontece, pensa-se importante não o tomarmos como sinônimo ou alusão a uma articulação pedagógica efetiva entre educação especial e ensino comum.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Colaborativo; Articulação Pedagógica.

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NOTAS DE PESQUISA.

Aldarlei Aderbal da Rosa
Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

O objetivo desse texto é apresentar dados coletados em sala de aula na turma Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta observação fez parte de um bloco de atividades utilizadas para a pesquisa em rede “A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem”, que foi realizada do ano de 2013 ao início de 2017. A rede era composta pelas Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). A turma observada era composta por onze estudantes, sendo dez senhoras e um jovem com deficiência intelectual que foi incluído nesta sala por ser filho de uma das frequentadoras do EJA/NETI e por acompanhá-la nesse processo. Um dos objetivos desse estudo foi investigar os processos de elaboração conceitual deste jovem e como isso era trabalhado para promover a aquisição de conhecimentos. A observação ocorreu nas aulas realizadas na sala informatizada. O NETI tem como princípio valorizar a pessoa idosa inserindo-a no contexto acadêmico e comunitário e com o compromisso de lutar pelo desenvolvimento de políticas de atenção a pessoas idosas e de formar profissionais na área de gerontologia. Em parceria com o setor de EJA da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis foi criada a turma EJA/NETI, como forma de ampliar o alcance dos serviços oferecidos à essa clientela. Nessa observação, o jovem demonstrou conhecimento da utilização do computador e de seus recursos, assim como dos periféricos. Soube fazer uso correto do mouse, tendo domínio do artefato e a perfeita associação com seu correspondente virtual - o cursor que navega na interface gráfica. Embora hoje possamos considerar isso como uma ação simples, o domínio do mouse vai além do controle de motricidade e visual. Processos mentais complexos são necessários para a execução dessa ação. O uso do teclado, embora não tenha sido com a intencionalidade de redigir textos, também foi explorado pelo estudante, com compreensão de comandos e funções de acesso ao PC. Neste curto tempo de observação podemos perceber um potencial de aprendizado muito grande por parte do aluno e, embora as pistas estivessem evidentes nos desenvolvimentos de suas atividades, foram desconsideradas por não estarem contemplados no que havia sido planejado para a aula. Reside aí a relevância da formação dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes com deficiência intelectual, para que as práticas pedagógicas sejam orientadas pela assertividade que o processo de aprendizagem exige.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Educação de Jovens e Adultos, Processos Cognitivos, Inclusão Escolar.

AS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: UMA POSSÍVEL ALIANÇA

Fernanda Bordoli Charopem
Andryella Dotto

Universidade Federal de Santa Maria -UFSM

O presente trabalho apresenta uma análise de observações realizadas em uma classe especial da instituição APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Santa Maria/RS, em uma turma composta por 14 alunos com faixa etária de 25 a 30 anos. Tal atividade foi realizada a partir da disciplina Déficit Cognitivo, ofertada no 6º semestre do Curso de Educação Especial – Diurno, da Universidade Federal de Santa Maria, e tinha como objetivo analisar as práticas desenvolvidas em espaços de educação especial no contexto das políticas de inclusão escolar. Os espaços de educação especial têm sido alvo dos discursos inclusivos, sendo significado pelos documentos legais como espaços que desenvolvem práticas segregadoras que precisam ser superadas. Tal argumento é um dos utilizados para a defesa da obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos na escola regular, onde práticas inclusivas seriam desenvolvidas. Sobre esses aspectos, as observações que resultaram neste trabalho nos provocaram alguns questionamentos: em que medida as escolas, com a estruturação que hoje apresentam, se constituem como espaços benéficos e produtivos para todos os alunos? Como a falta de professores aptos para atuarem com alunos de educação especial pode afetar seus processos de escolarização? As interações que os alunos estabelecem nos espaços de educação especial, e que resultam na conquista de maior autonomia pelos alunos para atuarem na sociedade, podem ser consideradas segregadoras? Nesse sentido, entendemos que não são os espaços que são inclusivos ou segregadores, mas sim as interações que são neles estabelecidas. Assim, consideramos de grande importância que os alunos tenham a possibilidade de estar nos espaços em que se sintam atendidos em suas necessidades, e, portanto, defendemos que os espaços de educação especial e regular podem desenvolver práticas articuladas que se complementam. Defendemos então a ideia de que o processo inclusivo não precisa extinguir as instituições especiais, mas vê-las como um espaço aliado da escola regular, com o qual se pode estabelecer ações de colaboração em prol do desenvolvimento dos alunos.

Palavras-chave: interação, inclusão, instituição especializada, articulação.

A SIGNIFICANCIA DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL: PERSPECTIVAS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Mirian Mirna Becker,
Robélia Cristrina Saraiva Hahn,

Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima – CAP/UFRR

Este trabalho objetiva compreender qual a função da Sala de Recurso Multifuncional na escola, que perpassa o Atendimento Educacional Especializado, e sua importância frente ao processo de inclusão escolar, no Ensino Fundamental no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima – CAP/ UFRR. Frente ao atual paradigma da inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos, compreendemos que a sala de recursos multifuncionais, por meio do Atendimento Educacional Especializado, se dá na articulação das relações escola, aluno e família, que visa garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. Nesse sentido, questionamos, de que maneira a Sala de Recursos Multifuncionais, pode articular e influenciar no processo de inclusão escolar. Qual o seu papel frente ao paradigma da inclusão escolar? Que atividades permanentes podem ser desenvolvidas de modo que este espaço passe a ser um local de convivência e troca de experiências? A pesquisa desenvolvida a partir do método da abordagem qualitativa com caráter de pesquisa-ação, diante dessas questões, descreve e aponta perspectivas de práticas pedagógicas inclusivas. Para tanto, foram desenvolvidas atividades permanentes de modo a tornar o espaço da Sala de Recurso Multifuncional um local de convivência e troca de experiências entre todos. Elucidamos, portanto, as atividades, que foram desenvolvidas no ano letivo de 2017: 1) recreio inclusivo na SRM; 2) circulação de murais: informativos e murais coletivos para exposição das produções dos alunos; 3) participação e representação do AEE em todos os eventos da escola; 4) formação continuada de professores e cuidadores que desenvolvem o trabalho do auxiliar educacional; 5) comemoração das datas alusivas as pessoas com deficiência, mediante oficinas e palestras com alunos e comunidade escolar. Percebe-se que o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola, perpassa o rompimento das barreiras atitudinais, pois reconhece as diferenças deste aluno diante do processo educativo. Cabe a escola, a partir da vontade política coletiva, por meio do projeto político pedagógico, encontrar soluções próprias de acordo com suas peculiaridades para superar os seus desafios no que tange ao processo de inclusão. O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima CAP/ UFRR, tem proposto formações continuadas aos seus professores, bem como temas para discussão e conhecimento sobre as deficiências nos encontros pedagógicos, assim como palestras e formações com profissionais das diferentes áreas, em parceria com o departamento de Psicologia da escola e do Núcleo Incluir da UFRR, promovendo o envolvimento de todos no processo de respeito, aceitação e inclusão escolar.

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncionais. Inclusão Escolar. Estratégias Inclusivas.

ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: ALGUNS APONTAMENTOS

Sonize Lepke
Cleusa Inês Ziesmann

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada no programa de Pós-Graduação no curso de mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) no ano de 2013, intitulada “O aluno com deficiência: a caixa preta da escola pública”. O objetivo que conduziu a investigação era de conhecer os espaços de atendimento dos alunos com deficiência e as representações dos professores em relação a estes alunos. A pesquisa é de natureza qualitativa e se insere na modalidade de pesquisa com viés etnográfico. Para compor os dados foram selecionadas duas escolas da rede estadual de abrangência da 17ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Rio Grande do Sul. Os critérios de seleção das escolas foram: a escola (denominada na pesquisa como Escola A) que no ano de 2013 mantinha em funcionamento a Classe Especial e a primeira escola a cessar as atividades da classe especial e implantar sala de recursos (denominada de Escola B). Foram realizadas observações na escola e entrevistas com professores nas séries finais do Ensino Fundamental, diretora, coordenadora pedagógica, professora da classe especial da Escola A e três professoras que atuam na sala de recursos da Escola B, procurando identificar as representações diante a deficiência. A análise e escrita estava centrada nos apontamentos e indicativos da legislação brasileira quanto a educação especial na perspectiva inclusiva, a interlocução entre Gilberta S. de M. Januzzi (2006), Stuart Hall (2006), Tadeu T. da Silva (1999, 2000, 2001, 2011), Jurgo T. Santomé (2011), Jorge Larrosa e Carlos Skliar (2011) e na coleta de dados, compondo a análise. As evidências indicam que a organização das Salas de Recursos Multifuncionais favorece mudanças conceituais dos professores quanto ao aluno com deficiência. Porém, o acesso à escola dos alunos com deficiência é também um processo marcado pela identificação, diagnóstico das faltas e das impossibilidades. A diferença, na escola A que pauta a suas práticas nas atividades realizadas na Classe Especial, explicita através dos discursos a preocupação de apagar e corrigir a diferença para acessar a normalidade da classe regular. Na escola B, que cessou as atividades da Classe Especial e implantou a Sala de Recursos na qual oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), evidencia a preocupação em apropriar-se de discursos em que a diferença é entendida como uma peculiaridade, porém esbarra na contradição das representações dos professores, na necessidade dos diagnósticos e nas práticas que continuam a representar o aluno com deficiência a partir das dificuldades e impossibilidades. A pesquisa alerta para a necessidade de mudanças profundas nas escolas diante a educação na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Deficiência. Identidade. Representação.

A IN/EXCLUSÃO EM NARRATIVAS DOCENTES: PRÁTICAS ESCOLARES QUE SIGNIFICAM

Juliana Cerutti Ottonelli
Priscila dos Santos Ebling
Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

A inclusão pode ser compreendida como um imperativo de Estado, materializada em práticas observáveis em distintos gradientes de inclusão. Nesse sentido, inclusão se constitui como uma necessidade de movimento, de participação nas diferentes relações estabelecidas, conforme suas possibilidades. Isso implica apontar, também, que alguém ficará de fora, ou seja, excluído. Este trabalho objetivou analisar, a partir da noção de in/exclusão, as práticas escolares que mais significaram os docentes e que circulam nas salas de aula. Para tanto, tal análise se deu por meio de narrativas docentes e buscou encontrar como ocorreram as práticas de in/exclusão escolar. Assim, este trabalho utilizou-se de uma parte do material produzido em uma pesquisa maior, em que foram produzidas 57 narrativas docentes, em diferentes regiões brasileiras. Foram selecionadas, para o recorte deste trabalho, sete narrativas de professores da região metropolitana de Porto Alegre. Tal seleção consiste na potência observada no material, que permite visualizar recorrências de práticas de in/exclusão, bem como a circulação destas práticas na região gaúcha. As narrativas selecionadas foram produzidas em uma roda de conversa, que oportunizou discussões e posicionamentos entre os docentes em relação às suas práticas. No processo de produção do material, foi solicitado aos professores que narrassem práticas escolares significativas, no decorrer de suas experiências docentes. A roda de conversa foi gravada e, posteriormente, transcrita e codificada. Os professores assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando o uso do material para fins acadêmicos e de estudo. A análise das narrativas transcritas embasou-se nos estudos pós-estruturalistas. Diante das narrativas dos professores, foi possível analisar que as escolas têm se esforçado para incluir o aluno que apresenta alguma dificuldade, algum transtorno e/ou alguma deficiência nas classes regulares. Os esforços consistem em procurar socializá-lo e desenvolvê-lo juntamente com os demais alunos. Porém, ao inclui-lo na classe regular, os professores vêm encontrando dificuldades em trabalhar com esse aluno, principalmente pela falta de recursos e de formações específicas ao processo inclusivo. Dessa forma, é preciso atuar na diversificação dos modos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. Ao se pensar em uma escola aberta à diversidade humana, se requer o rompimento de alguns pressupostos teóricos e práticos, que por muito tempo fundamentaram as práticas. A criação de múltiplos e plurais sentidos para as aulas e para as relações que se estabelecem na escola com esses alunos, passam a fazer parte de tal processo. Pensar a educação inclusiva no contexto educacional é compreender que esse discurso se amplia na mesma velocidade em que aumenta a exclusão social. Além disso, os valores e as práticas que alicerçarão uma sociedade, uma educação ou uma escola dita inclusiva estão por se construir nas práticas.

Palavras-chave: In/exclusão. Inclusão escolar. Professores. Práticas escolares.

ADAPTAÇÃO E/OU ELABORAÇÃO DE JOGOS PARA O ENSINO DE LIBRAS

Schütz, Andressa B.
Lopes, Catiele P.
Brondani, Estelamaris B.
Morais, Mônica Z.

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A inclusão escolar de alunos surdos vem sendo discutida amplamente, principalmente no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ressaltamos a importância que a língua exerce na vida do sujeito surdo, pois se trata de uma língua natural. Porém, dentro do sistema educacional brasileiro, há diversos espaços escolares e cada espaço toma a libras de uma forma diferente. Por essa razão, as escolas inclusivas precisam assegurar condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, o desenvolvimento de atividades que envolvam a libras dentro do espaço pedagógico é uma alternativa para que os colegas ouvintes possam estabelecer uma comunicação com o colega surdo. Assim, o desenvolvimento dessa língua dentro das políticas educacionais inclusivas tem sido um desafio enfrentado pela comunidade escolar que busca alternativas para que essa diferença linguística vença barreiras de comunicação entre alunos surdos e ouvintes. O uso de recursos nas práticas educacionais como a criação e adaptação de jogos visando uma educação inclusiva faz-nos pensar como é possível fazer uma atividade diferenciada e atrativa com materiais lúdicos - educativos. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é evidenciar o processo de construção de jogos que estimulem o desenvolvimento da cultura visual do aluno surdo e a aprendizagem de libras pelos alunos ouvintes. A metodologia utilizada é relato das práticas desenvolvidas na disciplina de libras pelas alunas do terceiro semestre do curso de pedagogia - licenciatura plena diurno -UFSM. Desse modo, as ações foram da elaboração e adaptação de jogos, para revisão dos conteúdos trabalhados em aula sobre alimentos e bebidas, através dos jogos Pega-flor e Dominó. O jogo Pega-flor, constitui-se na construção de vinte e oito flores de papel cartão vermelho com velcro, contendo recortes de alimentos e bebidas de encartes de supermercados e de duas mãozinhas com velcro. Em duplas, um aluno neutro ou a professora, será o que irá virar a carta com o sinal em libras sobre alimento ou bebida. Cada jogador da dupla receberá uma mão com velcro. Vire a carta e procure o desenho correspondente, cuidado para não pegar a Flor errada. O aluno que pegar primeiro a carta correspondente a palavras em libras irá juntando a flor com a carta. Para o jogo de Dominó, números e quantidades, confeccionado com papel cartão colorido, sendo que uma imagem representa o número, outra carta a quantidade. Acreditamos que pensar sobre as práticas desenvolvidas no contexto educacional inclusivo possibilitam novas aprendizagens a todos os sujeitos envolvidos respeitando as suas particularidades. Com base nisso, concluímos que para professores desenvolverem uma atividade que contemple o aluno surdo e o ouvinte, a formação acadêmica do professor deve contemplar práticas que deem importância a essa língua, uma vez que o jogo possibilita o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da expressividade e da interação com os colegas.

Palavras-chave: inclusão, libras, práticas pedagógicas

ALFABETIZAÇÃO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO

Natasha Silva Nunes
Glaucimara Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Esse trabalho aborda a prática de alfabetização e letramento na Sala de Recursos Multifuncional referente à experiência da disciplina de Estágio Supervisionado II- prática pedagógica e relatório, obrigatório na integralização do Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo desse relato é analisar a prática de alfabetização desenvolvida na Sala de Recursos Multifuncional com um aluno com deficiência Intelectual. A proposta de estágio partiu de um processo de observação realizado intensivamente no primeiro semestre letivo de 2017 e atualmente se implementa numa prática pedagógica, que acontece numa Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do município de Santa Maria-RS. O sujeito da pesquisa é um aluno de nove anos, com diagnóstico de deficiência intelectual, estudante do 4º ano do ensino fundamental, e encontra-se em processo de alfabetização em um nível alfabético. Nessa fase o aluno conhece o valor sonoro das letras e consegue agrupá-las formando sílabas. Estando nesse nível não quer dizer que já saiba ler e escrever corretamente, apesar de conseguir estabelecer uma relação entre leitura e escrita. A Deficiência Intelectual, segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), é caracterizada com limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança. Sendo que, a ocorrência dessas limitações acontece antes dos 18 anos de idade. A deficiência intelectual não é uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA, FRIZANCO, 2008). O Atendimento Educacional Especializado ocorre na Sala de Recursos Multifuncionais afim de criar condições de aprendizagem e desenvolvimento escolar para o aluno, dando suporte para as possíveis barreiras impostas pela deficiência e pelos padrões institucionais de educação. A importância de atividades de letramento no processo de alfabetização, considerando a idade, o interesse, a experiência e a vida cotidiana do aluno, ficam evidentes para a funcionalidade ou função social da alfabetização. Conforme Soares (2003), não basta saber ler e escrever, é necessário saber fazer uso das práticas sociais da leitura e escrita, num processo de compreensão, onde o indivíduo seja capaz de produzir sentido para a linguagem e, assim, chegar as suas próprias descobertas, análises e sínteses. Salienta-se que a ênfase em exercícios grafo-motores, como de cobrir pontilhados e preencher folhas de exercícios fotocopiados, muitas vezes não produzem um significado concreto na aprendizagem do aluno. Uma aprendizagem significativa para alunos com necessidades especiais refere às especificidades educacionais desses sujeitos com a elaboração de formas integradas de aprendizagem com o uso social da linguagem em contextos reais em que ela pode acontecer. Portanto para promoção da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, destaca-se o planejamento de estratégias pedagógicas sistematizadas de forma intencional, não se restringindo à mera decodificação, e sim a habilidade de saber ler e escrever para construção do conhecimento e a sua prática social.

Palavras-chave: Alfabetização. Deficiência Intelectual. Sala de Recursos Multifuncional.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA A PARTIR DO CONHECIMENTO ACERCA DO MANGÁ

Eduarda Oliveira da Silva
Ana Paula Paim da Rosa
Priscila Fonseca Bulhões
Leandra Costa da Costa
Andréia Jaqueline Devalle Rech

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho é oriundo de ações pedagógicas voltadas ao público infanto-juvenil com características de altas habilidades/superdotação (AH/SD), realizado por um projeto de extensão do Centro de Educação (CE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O referido projeto teve seu início no ano de 2016, abarcando a aprendizagem em distintas áreas do conhecimento a fim de auxiliar os estudantes, de diferentes faixas etárias, a desenvolver suas habilidades, tendo enfoque em sua área de interesse e, por vezes, justamente a de maior potencial. Cabe contextualizar que o referencial teórico e metodológico do projeto se embasa, principalmente, na Teoria das Inteligências Múltiplas (GARDNER, 1994) e no Modelo Triádico de Enriquecimento (RENZULLI, 2004), respectivamente. Dessa forma, têm-se como prerrogativa o desenvolvimento do potencial dos estudantes abarcando as múltiplas inteligências, respeitando os interesses e a individualidade de cada estudante, bem como valorizando seus potenciais por meio de um trabalho personalizado que atenda suas demandas específicas. Por esta razão, têm-se a perspectiva da interdisciplinaridade no trabalho de Enriquecimento Curricular (RENZULLI, 2004), junto aos estudantes, sobretudo no Grupo de Interesse (GI) denominado “Literários Criativos” – o qual é foco do presente trabalho. Cabe esclarecer que o projeto de extensão tem sua organização pedagógica por meio da constituição de diversos grupos de interesses, que são formados a cada início de semestre a partir, como o nome já supõe, pelos interesses dos estudantes participantes em aprender mais profundamente um determinado tema ou área do conhecimento. Dessa forma, originou-se o “Literários Criativos” no início do ano de 2017, contanto com a participação da equipe gestora do projeto bem como voluntários (pessoas especialistas na área das Artes Visuais, Cênicas e Cinema, por exemplo) afim de que os estudantes neste GI tivessem a oportunidade de conhecer a cultura japonesa, de forma interdisciplinar, criando e expressando produtos de diferentes formas, conforme seus interesses e habilidades. Considera-se que até o presente momento o referido GI tem desenvolvido um trabalho capaz de enriquecer o potencial do participante, enriquecendo e suplementando seus conhecimentos relacionados a área geral de desempenho (a partir da linguística), bem como áreas específicas (pintura, dramatização teatral, audiovisual etc), visto que quanto mais é submetido a estímulos, mais pode desenvolver-se. Portanto, defende-se a relevância das atividades, ações, programas e projetos direcionados aos estudantes com AH/SD a fim de que seus direitos como público-alvo da Educação Especial sejam garantidos conforme apregoa a política de inclusão (BRASIL, 2008). Para tanto, necessita-se do comprometimento de toda a sociedade, sobretudo das famílias, professores e do Estado.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Enriquecimento extracurricular. Interdisciplinaridade

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO EDUCANDO COM AUTISMO

Geyse Patrizzia Teixeira Sadim
Maria Almerinda de Souza Matos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

A partir da Declaração de Salamanca, em 1994, o Brasil compromete-se a transformar a educação em um sistema inclusivo, o que significa que as escolas públicas devem ser planejadas e os programas de ensino organizados. Desde então, a escola passa a redimensionar a sua forma de organização e o seu funcionamento. Assim, a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, vem sendo assegurados pelos instrumentos legais (BRASIL, 1988; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2011; BRASIL, 2015) que orientam a garantia de oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse contexto, os alunos com autismo devem estar inclusos e participativos no AEE, de forma complementar, com vistas ao seu desenvolvimento global. Desse modo, objetivou-se conhecer as atividades do AEE aos educandos autistas em duas escolas da Rede Municipal de Manaus. Este estudo, de cunho qualitativo, utilizou como instrumento para coleta de dados uma planilha com a relação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, e questionários aplicados a 3 professores das salas comuns e a 2 professores das SRM, os quais atuavam com educandos autistas. Depois de realizada a coleta com todos os dados necessários, o material foi organizado sistematicamente, tendo por base as respostas contidas nos questionários devolvidos. Desta forma, constatou-se que na Rede Municipal de Ensino há 46 SRM. Os resultados demonstraram que os professores das SRM tinham como foco atividades voltadas para a comunicação dos alunos, fazendo uso de pranchas e cartões de comunicação. Um ponto levantado foram que os materiais fornecidos não são suficientes, sendo comum produzir ou adequar o material. Porém, essas adequações fazem parte das atribuições do professor (ALVES, 2006). O espaço físico das salas investigadas, sendo uma delas tipo I e outra tipo II, estava equipado com todos os itens de acordo com suas especificações, diferenciando-se pelos recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual (BRASIL, 2010). Entretanto, a articulação pedagógica entre os professores que atuavam nas SRM e os professores das salas de aula comuns acontece muito pouco ou raramente, indo na contramão do que propõe o Decreto nº 7.611/2011. Para tanto, as SRM, apesar dos desafios, devem manter seu efetivo funcionamento, propondo uma contínua reestruturação da educação que beneficie todos os alunos, centrada nas suas potencialidades.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Autismo.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRIMEIROS ENSAIOS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Luciana Monteiro do Nascimento
Tatiana Pires Escobar

Instituto Federal Catarinense - IFC

O presente trabalho visa apresentar os primeiros ensaios da organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal Catarinense - IFC. Este movimento inicia-se com os concursos para professores na área de educação especial e amplia-se para um segundo concurso para docente na área específica de Atendimento Educacional Especializado. Assim organiza-se um grupo de trabalho (GT) consistente, constituído por professores da área de educação especial, técnicos educacionais envolvido na área e professores de áreas afins, representando todos os quinze campus do IFC, juntamente com a PROEN (Pro Reitoria de Ensino do IFC), com o objetivo de discutir e viabilizar a construção da regulamentação deste serviço na instituição. Para o Instituto Federal Catarinense, a organização deste serviço de AEE é um elemento importante para a inclusão de estudantes com necessidades específicas, e que a necessidade destas discussões no âmbito dos IFs é urgente, pois entende-se que este espaço educacional público e gratuito deve ser de acesso e permanência de todos. As discussões e reflexões do referido grupo de trabalho permearam principalmente os campos conceituais e políticos da área de educação especial, e foram dificultadas pela pouca referência encontrada no que diz respeito aos Institutos Federais. Percebe-se que assim como a criação dos IFs, esta discussão sobre o atendimento educacional especializado nos institutos federais ainda é recente no Brasil. No Instituto Federal Catarinense a organização do regulamento de Atendimento Educacional Especializado é fruto de um ano de trabalho intenso deste GT, que através de encontros presenciais e web conferências, conseguiu organizar um documento inicial cujo o teor perpassa as concepções institucionais sobre o atendimento educacional especializado e os processos de educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino que o IFC oferece. A perspectiva desta regulamentação traz à tona alguns aspectos inovadores, como a criação de uma equipe de atendimento educacional especializado e a forte participação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFC, com o intuito de envolvimento mais efetivo de servidores na perspectiva inclusiva do Instituto Federal Catarinense.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; educação inclusiva; regulamentação

AValiação da intensidade de apoio em habilidades adaptativas de jovens com síndrome de Down

Polyane Gabrielle de Freitas;
Márcia Duarte; Patrícia Zutião.

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

O objetivo deste estudo foi avaliar a intensidade de apoio nos comportamentos adaptativos de jovens com síndrome de Down. Foram participantes três jovens (J) com síndrome de Down, J1 com 21 anos, J2 com 20 anos e, J3 com 24 anos e suas mães. A pesquisa ocorreu em dois municípios de médio porte do interior do Estado de São Paulo, na residência dos participantes. Utilizou-se como instrumento a Escala de Intensidade de Apoio - SIS, para avaliar a intensidade de apoio nas áreas adaptativas: vida doméstica, vida comunitária, aprendizagem ao longo da vida, emprego, saúde e segurança, social e proteção e defesa. Os dados foram analisados quantitativamente, considerando as variáveis: tipo, tempo diário e frequência de apoio. Os resultados apontaram baixa intensidade de apoio nas áreas avaliadas. J2 e J3 tiveram maior necessidade de apoio na área de “Vida Doméstica” e, J1 na área de “Vida Comunitária”. Nessas áreas, as mães de J2 e J3 relataram que auxiliam na maioria das atividades, principalmente aquelas que utilizam aparelhos domésticos ou eletrônicos. Já a mãe de J1, salientou que, na área de “Vida Comunitária”, o apoio é fornecido, menos na interação com pessoas da comunidade, devido à dificuldade no deslocamento, por sua casa ser afastada de locais de comércio, lazer e escolas. Já a área com menor apoio, ou seja, maior independência foi a de “Sociais”, uma vez que a socialização vem sendo foco de trabalho com os jovens com deficiência dentro de escolas e instituições. Os jovens frequentavam ambientes escolares, sendo J1 o 9º ano do ensino regular e, J2 e J3 instituições especializadas. Destaca-se o relato das mães, durante a aplicação do instrumento, de que sempre buscaram auxiliar na independência de seus filhos, incentivando-os a participar de forma ativa de atividades em casa, na escola e na comunidade. Assim, é possível demonstrar a importância de oferecer oportunidades para que os jovens síndrome de Down realizem as habilidades adaptativas, acreditando em seu potencial e respeitando suas especificidades. Ressalta-se também, a importância da família para desenvolver a autonomia, visto que ela é o primeiro ambiente integrador e tem papel essencial na vida dos jovens. Sugere-se a criação de programas de intervenção para empoderar a família e auxiliar no desenvolvimento da independência.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Comportamento Adaptativo. Família.

AVALIAÇÃO DE HABILIDADES ADAPTATIVAS DE JOVENS PRETOS E PARDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Marcela Negri de Mello
Patricia Zutião
Iasmin Zanchi Boueri

Universidade Federal do Paraná – UFPR

A atual definição de deficiência intelectual considera além dos déficits intelectuais, os níveis de intensidade de suporte em comportamentos adaptativos para melhor funcionamento do indivíduo em seu contexto. Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar e apresentar dados sobre a intensidade de suporte em comportamentos adaptativos de jovens e adultos com deficiência intelectual pretos e pardos em âmbito nacional. Foram participantes deste estudo 70 jovens ou adultos pretos ou pardos com deficiência intelectual com idade entre 16 e 46 anos, acompanhados de seus familiares. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a Escala de Intensidade de Suporte – SIS, a qual está em processo de validação no Brasil. Realizou-se análise qualitativa da escala, considerando o tipo, frequência e tempo diário de apoio. Dos participantes, 25 eram mulheres, e 45, homens. Quanto a escolarização, em 37 casos os participantes não informaram a formação acadêmica, em 10 casos os entrevistados declararam não ter nenhuma escolarização, 6 iniciaram os estudos no ensino fundamental I, porém não concluíram a etapa e apenas 1 entrevistado concluiu o ensino fundamental I. E, 11 dos participantes cursaram o ensino fundamental II, sendo que apenas 4 o concluíram. Dos 70 casos analisados, somente 2 participantes chegaram ao Ensino Médio e 3 cursaram a EJA. Quanto a moradia, 69 participantes residem com seus familiares, sejam pais, irmãos ou outros e 1 vive em instituição residencial. Nenhum participante possui residência própria, com ou sem apoio. Os resultados da escala variam entre 1-4 a 17-20, para cada área, sendo que, quanto mais alto, maior intensidade de apoio. Na subescala Emprego, encontra-se o maior número de índices 1-4, o que indica baixa necessidade de apoio contínuo, dos 70 jovens e adultos entrevistados, apenas 2 atuam no mercado de trabalho e 4 participam de oficinas protegidas, reflexo da realidade brasileira em que a grande maioria das pessoas com deficiência intelectual são economicamente improdutivas e não fazem parte da parcela empregada da população, o que retrata as ineficientes políticas de inclusão ao mercado de trabalho para essa fração do público estudado. Observamos nas demais subescalas (Vida Doméstica e Comunitária, Aprendizagem ao Longo da Vida, Saúde e Segurança) que essas são áreas que os participantes precisam de bastante apoio, apresentando índices altos, entre 17-20, o que indica alta necessidade de apoio e deixa explícita a necessidade de intervenção, nas rotinas familiares e escolares, a fim de garantir um melhor desenvolvimento e autonomia, tornando as pessoas com deficiência intelectual parte da sociedade e de todos os processos que a envolvem, além de favorecer a discussão no âmbito da inclusão e das políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Habilidades Adaptativas.

CLASSES ESPECIAIS: ESPAÇOS PEDAGÓGICOS ESPECIALIZADOS EM TEMPOS DE INCLUSÃO ESCOLAR

Maiandra Pavanello da Rosa
Fabiane Romano de Souza Bridi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este estudo é fruto da dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo foi conhecer os fatores que contribuem para a permanência das classes especiais, em atual contexto de políticas de inclusão escolar. Pretendeu-se conhecer as características dos alunos, as práticas pedagógicas desenvolvidas e a forma como os professores, que atuam nestas turmas, compreendem estes espaços e os alunos que as frequentam as classes especiais pesquisadas. Como opção metodológica, utilizou-se o Método da Cartografia, proposto por Deleuze e Guattari (1995), o qual compreende as bases da filiação teórica desta investigação com o pensamento sistêmico, a partir de autores como: Maturana e Varela (2001), Maturana (2002), Pellanda (2009) e Vasconcellos (2013). A pesquisa se desenvolveu em duas classes especiais de uma Escola da Rede Estadual de Ensino de Santa Maria/RS. Para a produção de dados foi realizada análise dos documentos dos alunos presentes na escola, observações no contexto das classes especiais e entrevista semiestruturada com as professoras que atuam nestas turmas. A partir da aproximação com o contexto pesquisado, identificou-se que todos os alunos que frequentam as duas classes especiais possuem diagnóstico clínico emitido por médicos de diferentes especialidades. A idade destes alunos varia entre nove (9) e dezessete (17) anos. Quanto ao percurso escolar dos alunos, alguns iniciaram seu percurso escolar no contexto das classes especiais e outros vieram transferidos do ensino regular, dos anos iniciais do ensino fundamental, muitos destes após um histórico de reprovação e fracasso escolar. Em relação às práticas pedagógicas, observou-se que estas são pouco desafiadoras. No decorrer das aulas há uma grande parcela de tempo destinado “atividades livres”, demonstrando uma fragilidade no planejamento pedagógico frente a propostas mais sistematizadas. Referente à forma como os professores compreendem as classes especiais e os alunos que as frequentam, observou-se que há uma visão reducionista das capacidades dos sujeitos, acreditando que estes necessitam das classes especiais, as quais trabalham valorizando as diversidades dos alunos. Com base no pensamento sistêmico, acredita-se que estes fatores funcionam como potentes dispositivos na permanência dos alunos em classes especiais, consequentemente, colaborando para a permanência destes espaços pedagógicos em tempos histórico e político de inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Especial. Classes Especiais. Diagnóstico. Práticas Pedagógicas.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A INSERÇÃO DE ALUNOS SEM DIAGNÓSTICO CLÍNICO NO CENSO ESCOLAR

Betina Weber de Souza
Fabiane Bridi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma análise documental dos alunos com Deficiência Intelectual inseridos no Censo Escolar da Educação Básica em uma escola urbana com maior incidência de matrículas destes alunos na rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS no ano de 2013. A escolha da escola se deu através dos números de matrículas disponíveis no banco de dados do INEP/MEC. Para o acesso a estes números foi usado o programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, onde para a escola em questão encontrou-se 25 alunos inseridos nessa categoria – 13,2% do seu total de matrículas. Ainda, buscou-se verificar se o crescente aumento de alunos identificados com deficiência intelectual tem relação com as orientações de preenchimento do Censo Escolar que, a partir de 2011, por meio da Nota Técnica nº4, deixam de exigir como obrigatório o diagnóstico clínico para a inserção do aluno no Censo Escolar e sua frequência no atendimento Educacional Especializado. O foco de estudo centrou-se nos alunos sem diagnóstico clínico, por meio da análise dos pareceres pedagógicos procurando identificar nestes documentos os aspectos que justificassem a frequência do aluno no atendimento e sua inserção no Censo Escolar. Assim, foi possível identificar que estes pareceres estavam organizados a partir das diferentes áreas relacionadas à atenção e concentração, sócio afetiva, linguagem, leitura e escrita, raciocínio lógico-matemático e aspectos psicomotores, servindo estes aspectos como critérios de análise e decisão sobre a frequência do aluno no atendimento. Como aporte teórico para análise dos dados e para as reflexões intrínsecas nesta pesquisa, utilizou-se das contribuições de Moojen (2004) no que se refere à dificuldade de aprendizagem e de Bridi (2011) para pensar os processos de identificação e diagnóstico, ambas auxiliando nas reflexões sobre o percurso entre a identificação de dificuldades no processo de aprendizagem até a decisão pela frequência no atendimento e inserção no censo escolar. Com base nessas discussões e nos dados encontrados nos pareceres pedagógicos, concluiu-se que, embora existam áreas de aprendizagem comuns a todos os sujeitos, estes apresentam características diferentes de aprendizagem e respostas diferentes aos estímulos ofertados, o que nos permitiu compreender que as próprias áreas descritas nos pareceres são os critérios estabelecidos para a inserção desses alunos no Censo Escolar.

Palavras-chave: Censo Escolar. Deficiência Intelectual. Parecer Pedagógico. Diagnóstico clínico.

DEFICIÊNCIA VISUAL: O ENSINO DA INFORMÁTICA E TECNOLOGIA ASSISTIVA

Miriã Raskopf
Josefa Lúcia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir do projeto de Extensão Deficiência visual e acessibilidade: do sistema braille às Tecnologias Assistivas, em uma instituição filantrópica localizada na cidade de Santa Maria, RS e, está voltada para o atendimento de pessoas com deficiência visual. Tem-se como objetivo, descrever a importância dos recursos de Tecnologias Assistivas através da utilização da informática para pessoas com deficiência visual. Este estudo tem como abordagem a pesquisa qualitativa e a metodologia adotada para este estudo é observação participante. Uma das principais ferramentas de comunicação dos seres humanos é a leitura e a escrita; um dos métodos utilizados pelos sujeitos com deficiência visual é o Sistema Braille, assim como os com baixa visão utilizam auxílios ópticos e não ópticos para auxiliar neste processo. Porém, com o avanço das tecnologias e da comunicação virtual, o uso da internet e da informática tornou-se fundamental para a nossa vida cotidiana e profissional. Os leitores de telas com síntese de voz auxiliam na inclusão dos deficientes visuais e abrem as portas para a área da informática, possibilitando a esses sujeitos oportunidades de inclusão e capacitação, tanto profissional como social, permitindo seu acesso a redes sociais, correios eletrônicos, planilhas, documentos de texto e inúmeros conteúdos que o mundo virtual proporciona nos dias atuais. O sujeito desta pesquisa será identificado neste relato como “A”. “A” demonstra interesse pela área da informatização para lazer e ampliação dos seus conhecimentos. Primeiramente foi feito um levantamento do sujeito para obter as informações necessárias e traçar o método de ensino adequado para atender às suas necessidades. O aluno “A” tem cegueira adquirida e está na fase adulta, porém permaneceu no imobilismo por 10 anos após a perda da visão, tendo pouco contato com o mundo exterior, saindo apenas para passeios com a família e o restante do seu tempo permanecia no aconchego do seu lar. O interesse de “A” pelo aprendizado da informática o trouxe à instituição e conseqüentemente ao convívio com a sociedade. Pelo fato de o mesmo ter sido um profissional ativo quando era vidente, e utilizava com frequência a máquina de datilografar, foi iniciado neste segundo momento o processo de conhecimento do computador e seus componentes. Após iniciou-se a aprendizagem de digitação, o que o aluno desenvolveu com rapidez e com grande alegria por sentir-se novamente ativo e com possibilidade de ler e escrever poemas através do computador. O desafio a seguir será manter o interesse do aluno e conseguir guiá-lo através deste novo mundo que se abre e concretizar o seu aprendizado na área da informática. Por tanto, buscou-se alternativas metodológicas para aplicar em laboratório, assim como programas diversos de leitores de tela, teclados adaptados com Braille para estudo em casa, na tentativa de ampliar o conhecimento do aluno e assim, favorecer a sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Visual. Tecnologia Assistiva. Informática.

DESENVOLVIMENTO DE FAMILIARES DE JOVENS/ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DO PROGRAMA ONLINE VIDA INDEPENDENTE

Patricia Zutião

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

(Processo nº 2017/03800-9)

Maria Amelia Almeida

Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

O despreparo de pais e familiares para o ensino e aprendizagem de pessoas com Deficiência Intelectual – DI é notório, portanto torna-se essencial a criação de programas de intervenção para empoderá-los. Esse estudo tem como objetivo relatar o desempenho de quatro familiares participantes do Programa Online Vida Independente. Esse programa foi criado e vem sendo implementado como parte da tese de doutorado da primeira autora e, os dados que serão relatados são um recorte dele. O programa tem como intuito auxiliar/ensinar pais/familiares de pessoas com DI, procedimentos de ensino/aprendizagem de habilidades adaptativas. Ele é oferecido na plataforma Moodle, com 150 horas de duração divididas em oito unidades. As participantes são do gênero feminino, faixa etária entre 26 e 38 anos, todas trabalham com pessoas público-alvo da educação especial e, são familiares de jovens e adultos com DI, sendo uma irmã, uma esposa, uma prima e uma cunhada. Os instrumentos de coleta foram: um questionário inicial; dois questionários de acompanhamento e; atividades na plataforma (fóruns; diários e; plano individual). Os dados foram analisados de forma qualitativa. No questionário inicial, aplicado antes do início do programa, nota-se pouco conhecimento dos familiares quanto a deficiência intelectual e aos procedimentos de ensino destinados a essa população, desde a avaliação até o planejamento e implementação das atividades. Apenas uma delas já tinha ouvido falar do currículo funcional natural, nenhuma fez ou faz planejamento para o ensino e, todas veem a família como elemento de total importância no desenvolvimento dos jovens/adultos com DI. O programa teve início há 5 meses e, atualmente elas estão na unidade 6, na qual realizam a intervenção com os familiares com DI, planejada por elas de acordo com os resultados obtidos na aplicação da Escala de Intensidade de Apoio – SIS. Nos questionários e atividades analisadas, nota-se bom desenvolvimento das familiares que responderam e analisaram os resultados dos jovens/adultos na Escala SIS e, que com as unidades conheceram a definição atual de deficiência intelectual, as habilidades adaptativas, o currículo funcional natural, entre outros temas relacionados ao ensino, o que as fez visualizar a importância do planejamento, fornecimento de oportunidades, da “quebra” da atividade em pequenos passos e, da avaliação contínua. Nos planos individuais, já é possível observar clareza ao selecionarem estratégias que tenham funcionalidade no cotidiano de cada jovem/adulto. Nota-se que o programa vem sendo eficaz com esses familiares e, que uma das vantagens relatadas por elas é a oferta online, que fornece flexibilidade de tempo e compartilhamento de ideias, sucessos e dificuldades entre os familiares de diversas regiões do Brasil.

Palavras-chave: Educação Especial; Família; Jovens/Adultos com Deficiência Intelectual; Educação à Distância.

EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ENSINO COLABORATIVO

Daniela Camila Froehlich
Poliana Possamai Gomes

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Esse relato de experiência tem por intuito abordar práticas educativas de ensino colaborativo na educação infantil, desenvolvidas em uma instituição pública de Educação Infantil de Santa Maria, RS. Essa instituição volta suas atividades a educação de crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses, em turmas de multi-idades¹, baseadas na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil - RCNEI, (1998), pensando o trabalho pedagógico na criança como protagonista. Essa instituição conta com diferentes profissionais, professores/educadores, nutricionista, enfermeira, psicóloga, bolsistas, estagiários e atividades voltadas ao Atendimento Educacional Especializado. O objetivo desse trabalho é relatar o ensino colaborativo desenvolvido pelos professores das turmas regulares com os professores da Educação Especial para com os sujeitos público-alvo da Educação Especial. Esse trabalho ocorre não apenas no contexto da sala, mas também, no desenvolvimento de planejamentos, propostas, atividades e demais necessidades, de forma suplementar/complementar, priorizando a aprendizagem. O ensino colaborativo é uma forma de atendimento da Educação Especial, realizado em sala regular, que prima pelo apoio tanto das crianças desse espaço, como aos seus professores, predominando práticas pedagógicas articuladas entre as áreas da Educação Infantil e Educação Especial. Metodologicamente as atividades decorrem inicialmente da elaboração dos planejamentos, estudos, para após serem desenvolvidos na prática, articulados na perspectiva colaborativa. Percebe-se que esse ensino contribuiu para a inclusão das crianças público alvo da Educação Especial, melhorando a integração das turmas como um todo e facilitando o ensino e aprendizagem. Assim, considero de suma importância o ensino colaborativo, não só para as crianças, mas também para os professores que desenvolvem esse tipo de trabalho, pois faz com que os mesmos consigam trabalhar a totalidade das turmas, o que consequentemente reflete na aprendizagem dos sujeitos desse contexto. A multi-idade é o agrupamento de crianças de diferentes idades em uma mesma turma.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação Especial; Ensino Colaborativo.

EDUCAÇÃO MUSICAL E AUTISMO: A MÚSCIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO

Natasha Silva Nunes¹

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O presente trabalho aborda a temática da educação musical e suas contribuições para o desenvolvimento de potencialidades de crianças com autismo. O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma desordem do neurodesenvolvimento caracterizado por prejuízos na interação social, alterações na comunicação verbal e não-verbal e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses, dentre outros sinais e sintomas (APA, 2014). A estimulação musical não se destina apenas na educação pela música, mas também engloba diversos aspectos que favorecem para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, coordenação motora, linguagem e habilidades sociais, atribuições nas quais muitas vezes os indivíduos com autismo apresentam limitações. O objetivo desse estudo é investigar e refletir sobre as contribuições da educação musical como instrumento pedagógico no atendimento de crianças com autismo. Para a realização do trabalho utilizou-se a metodologia de revisão narrativa (MATTOS et al., 2015), procedendo-se à consulta ao Portal Periódicos CAPES e Google Acadêmico entre 2012 e 2017. Ao realizar atividades musicais dentro de um contexto comum de interação, o aluno tem oportunidade de desenvolver e melhorar habilidades como a atenção compartilhada, imitação e reciprocidade, que por sua vez estão associados com posterior desenvolvimento da linguagem e competência social (Geretsegger et. al., 2012). Os estudos revelam que a Educação Musical propicia diversas possibilidades de aprendizagem, comunicação, exploração, improvisação e imaginação. Segundo o compositor alemão Hans-Joachim Köellreutter, referência da educação musical no Brasil nos anos 40, considerava a música como linguagem, pois adota e utiliza um sistema de signos capaz de transmitir informações e provocar sensações. Em indivíduos com autismo, os diferentes estímulos provocados pela música contribuem para a construção de conceitos, habilidades, áreas socioemocionais importantes para às relações com o outro e o mundo externo, e um eficiente meio de comunicação não verbal. A relação multifuncional da música, por meio dos sons, dos jogos, do lúdico e dos instrumentos musicais, oportunizam para indivíduos com autismo melhorias na sua comunicação e interação. Portanto a educação musical como instrumento pedagógico no atendimento, auxilia no desenvolvimento das percepções psicomotoras e sensoriais, e impulsiona o comportamento social de crianças com autismo.

ESTÁGIO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DURANTE O ANO LETIVO EM UMA INSTITUIÇÃO

Aline da Rosa Bilhar Pereira,
Glaucimara Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Esse relato de experiência faz parte do estágio supervisionado na área de deficiência intelectual realizado no ano letivo de 2017 numa escola especial com alunos da Educação de Jovens e Adultos. Tem como objetivo relatar a experiência de uma prática pedagógica que vincule conteúdos de alfabetização, raciocínio lógico matemático e coordenação motora às atividades do cotidiano. Durante o primeiro semestre de 2107 foi realizada uma intensa observação do contexto pedagógico dos alunos, registradas em Diário de Campo, assim como a elaboração de uma proposta de intervenção pedagógica para o segundo semestre. A partir das observações identificou-se a necessidade da continuidade do processo de alfabetização, do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático relacionados ao fazer cotidiano, promovendo maior autonomia desses sujeitos. O planejamento das aulas ocorre em conjunto com a professora regente da sala de aula, que juntamente com a prática pedagógica totaliza doze horas semanais. A turma tem uma média de 17 alunos frequentes, com idades que variam de 18 a 44 anos, apresentando também níveis de alfabetização diferenciados, do silábico ao alfabético. As intervenções pedagógicas utilizadas nesse relato se embasam em duas atividades principais: a elaboração de uma salada de frutas, realizada em conjunto, desde a compra das frutas até a produção, onde torna-se necessária a discussão da importância das frutas na alimentação, nomeação, conceitos de cor, formas e noções de grandezas para quantidade, peso e valores monetários. Outra atividade é organização de um brechó, simulando um comércio de roupas, contemplando identificação, gênero, classificação, valor monetário. Todas as atividades planejadas envolvem escrita, leitura, contagem, cálculo, expressão oral, motricidade ampla e fina. Espera-se como resultados a ampliação dos conhecimentos dos alunos e da apropriação da leitura e escrita, assim como maior interação social com a comunidade interna e externa à escola. Considera-se que uma proposta de estágio com essas características possa enriquecer o cotidiano, promovendo autonomia, valorização das potencialidades, respeitando e aprimorando as relações com o meio em que vivem.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Escola Especial.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA VISUAL: EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DE SOROBAN

Camila Santos da Silva
Josefa Lídia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este relato tem como objetivo descrever o desenvolvimento das habilidades de um aluno cego ao que se refere ao ensino de Matemática. As atividades relatadas neste trabalho são oriundas das experiências adquiridas na disciplina de Estágio Supervisionado II – Prática Pedagógica e Relatório, do Curso de Educação Especial-Noturno(UFSM). O estágio ainda em andamento está sendo realizado com um aluno do quarto ano do ensino fundamental, de uma escola da rede municipal de Santa Maria. Ele está incluído na classe regular e tem atendimento educacional especializado uma vez na semana, no turno inverso. Após observações realizadas notou-se que o aluno reconhece números, tem excelente memória, realiza todas as atividades que lhe são propostas, sem muitas dificuldades e, para a realização dos cálculos utilizava o ábaco como recurso. No entanto, observou-se a necessidade de inserir o soroban para melhor aproveitamento e desenvolvimento dos cálculos. Os atendimentos são realizados em sala de recursos multifuncional e sala de aula comum. Para o processo de ensino–aprendizagem foi necessário inicialmente, a apresentação do instrumento para efeito de conhecimento e exploração do recurso. Em seguida foi ensinada a forma adequada de registro dos numerais, localização das partes do soroban e as operações matemáticas de adição, subtração e multiplicação. Considerando o desenvolvimento, a agilidade, a memória e disponibilidade do aluno para aprender, o soroban contempla melhor o processo de realização das operações matemáticas. E como experiência de estágio pode-se concluir que está sendo gratificante observar as evoluções do aluno. Percebe-se ainda, o quanto é enriquecedor para a profissão do futuro professor de Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência visual. Soroban. Estágio Supervisionado.

GESTÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS POSTERIORI A EXPERIÊNCIA DE ENSINO COLABORATIVO: AVALIANDO A EXISTÊNCIA DE EFEITOS

Franciele Rusch Koning
Fabiane Bridi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este escrito constituiu um recorte do estudo monográfico apresentado como requisito para aprovação no curso de Especialização em Gestão Educacional, pela Universidade Federal de Santa Maria. Emerge de experiências teóricas e práticas vivenciadas ao longo do meu percurso formativo no curso de Licenciatura Plena em Educação Especial – UFSM relacionadas as possibilidades de articulação das práticas pedagógicas entre os professores do ensino comum e da Educação Especial. Tais ações colaborativas são discutidas como uma possibilidade potente aos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, a partir da organização das práticas pedagógicas em Educação Especial no contexto das salas de aula comuns. Em Santa Maria, embora previstas no Plano Municipal de Ensino, práticas de Ensino Colaborativo são desenvolvidas pontualmente pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/UFSM/Educação Especial. Assim, o estudo tem como lócus uma escola da rede pública de Santa Maria, com o objetivo de compreender a existência de efeitos o desenvolvimento de ações colaborativas, por meio do PIBID, nas formas de gestar as práticas pedagógicas das professoras de ensino comum que tiveram a experiência colaborativa com as bolsistas pibidianas. Em um viés qualitativo, a pesquisa organiza-se em um Estudo de Caso, tendo como procedimento de construção de dados analíticos entrevistas semiestruturadas com as professoras dos anos iniciais que desenvolveram ações articuladas com o PIBID/UFSM/Educação Especial. Os discursos das professoras são unânimes em afirmar a relevância dos movimentos de colaboração desenvolvidos, contudo apontam para a inexistência de efeitos na organização das práticas pedagógicas após o encerramento das atividades desenvolvidas pelo Programa nesta escola. Como principais fatores de influência para a inexistência de efeitos nesta ordem foram avaliados o tempo de desenvolvimento das ações do PIBID, as formas organizacionais da Gestão Escolar, as orientações legais para a Educação Especial, a disponibilidade de recursos humanos e os processos formativos dos professores envolvidos. Assim, compreende-se que a organização escolar ainda não consegue viabilizar as condições necessárias para a produção de práticas pedagógicas articuladas, apontando para a necessidade da continuidade de desenvolvimento de ações teóricas, investigativas e práticas, bem como fortalecimento de experiências formativas referentes ao trabalho colaborativo.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo; Práticas Pedagógicas; Inclusão.

LABORATÓRIO DE TEORIA E PRÁTICAS DA APRENDIZAGEM HUMANA: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA EM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Natália dos Santos Chaves
Daniele Vieira Araújo Anunciação
Júlia Graziela Bernardino Araújo de Queiroz
Danilo Batista de Sousa

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e apresentar os resultados parciais obtidos por meio da intervenção realizada com duas crianças em processo de alfabetização, matriculadas na rede pública de ensino de Manaus, cursando o 3º ano do ensino fundamental I, atendidas no Laboratório de Teoria e Práticas da Aprendizagem Humana, no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial- NEPPD, na Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, por considerarmos que este nos permite uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, com observação participante que possibilita o contato pessoal do pesquisador com o objeto pesquisado. As práticas pedagógicas adotadas visam desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para consolidar o processo de alfabetização na perspectiva do letramento, que segundo Ferreiro e Teberosky (1985) é um processo onde os alunos são colocados em contato com práticas sociais de leitura e escrita, no qual o professor precisa ter conhecimentos da psicogênese da língua escrita para compreender os diferentes níveis de alfabetização da criança. Os instrumentos utilizados para realização das atividades pedagógicas, foram adaptados às necessidades e características da pessoa com TEA, os quais em sua maioria são confeccionados com materiais recicláveis ou de baixo custo. Assim, consistindo em atividades lúdicas que possibilitam a criança aprender através de experiências concretas uma vez que a pessoa com TEA possui dificuldade para lidar com abstrações (desenvolver e concluir a descrição das atividades). Neste sentido, os alunos têm demonstrado atitudes de socialização e afetividade, desenvolvendo habilidades, tanto de leitura quanto de escrita, sendo que no início das intervenções um dos alunos estava no nível de leitura silábica e avançou para o nível alfabético e a outra se encontrava no nível pré-silábico e evoluiu para o silábico-alfabético. Ambas, no que se refere ao raciocínio lógico matemático, reconhecem numerais, resolvem operações matemáticas (adição e subtração) simples. Portanto, verifica-se que os alunos têm alcançado bom desenvolvimento de aprendizagem por meio das atividades de intervenções pedagógicas utilizadas no laboratório.

Palavras –chaves: Práticas pedagógicas, TEA, Intervenção, Inclusão.

MAPEAMENTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS LOCALIZADAS EM BELÉM/PA

Kelly Paixão de Castro
Profa. Dra. Amélia Maria Araújo Mesquita

Universidade Federal do Pará - UFPA

Este texto tem por objetivo apresentar o mapeamento da inclusão de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino de Belém, na intenção de identificar a deficiência com maior incidência de matrículas e em que escolas esses alunos se concentram. O mapeamento foi realizado numa leitura quanti-qualitativa de dados levantados junto a fontes físicas e virtuais sobre o processo de inclusão nas escolas públicas de Belém. Este processo foi dividido em análise bibliográfica, levantamento de dados estatísticos (INEP, IBGE) e levantamento do número de alunos com deficiência matriculados na escola regular em 2016, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir dos documentos: listagem das escolas com Salas de Recursos Multifuncionais; Lotação 2016/Educação Especial; Lista de Professores Itinerantes; Quadro demonstrativo de lotação para Sala de Recursos Multifuncionais; Listagem de alunos por escola do Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes. O mapeamento permitiu identificar que, diante dos catorze tipos de deficiência admitidos pela Secretaria Municipal, o número de crianças com deficiência intelectual é de aproximadamente 50% do total de 1.368 alunos com deficiência matriculados nos anos iniciais, distribuídos nos oito Distritos Administrativos que compõem a rede municipal de Belém, seguido por crianças com TEA (19,6%), Deficiência Física (13%) e Deficiência Múltipla (7,5%), sendo que todos os casos de Deficiência Múltipla apresentam associação de Deficiência Intelectual com outras deficiências. O Distrito Administrativo do Guamá, constituído por vinte e quatro escolas, é o que maior concentra matrícula de alunos com deficiência. A escola Rotary, vinculada a esse Distrito, é a que tem maior incidência de matrículas de crianças com deficiência com um total de 254 indivíduos, seguido das escolas Padre Leandro Pinheiro com 29, e Parque Amazônia com 25 alunos. No geral, observou-se que a média de crianças atendidas na Sala de Recurso Multifuncional é de 24,5 de crianças com deficiência e que cada professor especializado atende uma proporção de 11,5 alunos. No que se refere aos aspectos qualitativos, considerando a escola com o maior número de crianças com deficiência, pode-se inferir a possibilidade de comprometimento do atendimento, considerando que o número de alunos preenche o total de horários da semana, dificultando o cumprimento do que se entende como atribuições do professor (planejar, elaborar materiais, orientar o professor da sala regular e a família, entre outras) expressas na Diretriz do Atendimento Educacional Especializado.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos com Deficiência. Escola.

NAS ONDAS DA RÁDIO BILAC: POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO MENOR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

Andressa Silveira Vargas
Eliana Menezes

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho constitui-se de uma análise acerca das práticas pedagógicas, gestadas em uma escola pública estadual no município de Santa Maria, a partir de um Projeto de educomunicação com turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como possibilidade de educação menor no contexto da educação escolarizada. O projeto intitulado Rádio Bilac consiste na criação de uma rádio da Escola, onde estudantes e professores integram-se e articulam suas práticas, visando estratégias de comunicação de rádio que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem, para além do currículo pré-estabelecido. A Rádio Bilac caracteriza-se em uma prática pedagógica mobilizada pelos interesses dos estudantes com questões surgidas no cotidiano da escola e fora dela, dando voz a cada um, além de compartilhar atividades realizadas em aula e propor a integração de turmas, envolvendo estudantes de diferentes idades, professores e equipe diretiva da escola. Para tanto, buscou-se compreender como se dá a gestão dessas práticas pedagógicas que em um devir-menor transcendem o espaço da sala de aula e os efeitos destas na constituição dos sujeitos enquanto estudantes. Para desenvolver a temática, optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa a partir de narrativas produzidas por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com estudantes participantes do Projeto. Na análise das narrativas foi possível verificar a constituição do Projeto que em um agenciamento coletivo entre estudantes e professores, com práticas pedagógicas gestadas para além do currículo, a partir de princípios de igualdade intelectual e democracia, viabilizou a invenção de um novo espaço/tempo no instituído baseado na experiência, possibilitando que formas outras de ser e estar na escola fossem concebidos. Desse modo, as práticas anunciadas pelo Projeto em estudo não representam uma indicação de modelo de educação menor a ser seguido e instituído, mas talvez possam ser lidas como uma possibilidade de análise de formas outras de se estar na escola, formas essas que se mostram urgentes de serem inventadas se considerarmos o atual contexto educacional inclusivo. O Projeto Rádio Bilac foi a forma encontrada em um contexto, em determinado momento para criar um novo espaço/tempo para além do instituído, atendendo, assim, as demandas daqueles sujeitos envolvidos. Cabe assim a cada contexto encontrar as suas possibilidades de educação menor que contemplem as múltiplas formas de se ser e estar na escola vivenciadas pelos estudantes.

Palavras-chave: educação menor; gestão de práticas pedagógicas; emancipação intelectual.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ATRAVÉS DE PROJETOS PEDAGÓGICOS

Daniela dos Santos Morales

Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop

Apresentamos dois projetos desenvolvidos no Atendimento Educacional Especializado de uma Escola Rural, localizada na 4ª Colônia de Imigração Italiana, nos anos letivos de 2016 e 2016. O objetivo de ambos projetos foi o desenvolvimento cognitivo e construção de aprendizagem escolar dos alunos da sala de recursos. Foram desenvolvidos os projetos: “Conto de Fadas na Sala de Recursos” e “Criando a Brinquedoteca da Sala de Recursos”. Assim o objetivo dos projetos é, ampliar e desenvolver atividades pedagógicas com diferentes contos de fadas e jogos na sala de recursos da Escola, buscando o envolvimento e o prazer do aluno, a fim que esses se apropriem do espaço, das histórias e dos jogos, se desafiando e construindo o conhecimento de forma mais autônoma e significativa. Os objetivos dos projetos tomam como referência os objetivos do atendimento educacional especializado da Escola. O projeto “Conto de Fadas na Sala de Recursos” ocorreu no ano letivo de 2016. Os alunos leram e reelaboraram à sua maneira, diferentes contos de fadas, de sua escolha. Foram realizadas interpretações, recontagens das histórias, confecção de personagens em feltro e elaboração de um texto teatral. Os registros das atividades ocorreram através de desenhos, fotografias, escritas no computador, atividades de interpretação e releituras. Este projeto teve duração de três meses, culminando com a apresentação do texto teatral, elaborado e utilizando os fantoches criados por eles. Foram duas apresentações, uma pela parte da manhã e outra à tarde, a plateia foram os colegas dos anos iniciais. O projeto “Criando a Brinquedoteca da Sala de Recursos” está em andamento, neste ano letivo de 2017. Estão sendo confeccionados jogos, de cunho pedagógico, para atender interesses e necessidades escolares dos alunos. A escolha foi realizada em conjunto professora e aluno. Estão sendo confeccionados jogos de memórias, com figuras, números e quantidades, letras, palavras; Jogos de trilha, com adição e subtração e com os conteúdos escolares do 5º ano do Ensino fundamental; Jogo de sequência de formas geométricas e cores; e Banco Imobiliário. No mês de dezembro iremos realizar uma mostra dos trabalhos realizados. Durante a realização dos projetos foi possível observar: a forma fácil, prazerosa e com desenvoltura do envolvimento dos alunos com a leitura dos livros, mesmo daqueles que não leem, desenvolvendo, ainda mais, o gosto pela leitura dos livros; Dificuldade em fazer releituras das histórias e dos personagens, dificultando a desconstrução dos personagens, para os alunos não tem possibilidade da “Branca de Neve” ser má; Utilização da internet e computador como uma ferramenta de trabalho; Valorização dos alunos do Atendimento Educacional Especializado; e Observar o crescimento dos alunos através de seus desenhos e escritas. Mesmo não sendo objetivo dos projetos foi possível demonstrar para a comunidade escolar as atividades desenvolvidas pela sala de recursos. Através da utilização desses projetos, como condutores da prática pedagógica do atendimento educacional especializado foi possível observar o envolvimento dos alunos, seu desenvolvimento e construção de conhecimentos. Pensamos que os objetivos dos projetos foram alcançados, pois houve desenvolvimento dos alunos.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; sala de recursos; escola do campo; projetos pedagógicos

OBJETO DE APRENDIZAGEM “HORA DO CONTO”: FERRAMENTA FACILITADORA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ana Paula Rodrigues Machado
Ana Cláudia Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Os Objetos de Aprendizagem são ferramentas desenvolvidas para o auxílio no processo de ensino e aprendizagem por alunos em diferentes fases do desenvolvimento, utilizando-se de recursos tecnológicos para sua execução. O Objeto de Aprendizagem (OA) denominado “Hora do Conto” foi desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa da disciplina de TICs Aplicada a Educação Especial I e II, em 2016, no curso de Educação Especial Noturno UF “Hora do Conto”, é um jogo lúdico, que proporciona informação e conhecimento, auxiliando Educadores Especiais em diferentes propostas de atividades, para os alunos público-alvo da educação especial. O OA foi construído e desenvolvido na plataforma do sistema operacional da Microsoft PowerPoint, utilizando-se de imagens e sons. Os sons foram criados utilizando-se do programa Audacity para gravação em MP3. O OA “Hora do Conto”, consiste em quatro contos de fadas infantis com audiodescrição: Chapeuzinho Vermelho, O patinho feio, Os três porquinhos e a Branca de neve e os sete anões com questões de múltipla escolha. Para sua utilização foi gravado em CD-ROM, sendo um recurso barato, de fácil acesso e aplicação. O objetivo deste estudo é validar o uso do Objeto de Aprendizagem “Hora do Conto” por alunos com deficiência em instituição de ensino municipal do interior do Rio Grande do sul. Neste trabalho será utilizada a metodologia qualitativa, de natureza exploratória. Para este tipo de pesquisa utilizou-se estudo de caso, que permite vivenciar eventos reais, sendo a forma mais adequada para se conhecer a realidade e os sujeitos da pesquisa. Os sujeitos deste estudo são quatro alunos de 04 a 18 anos, com deficiência que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em turno inverso. Sujeito A1 com idade de 18 anos, sexo feminino, apresenta deficiência intelectual, frequenta o 6º ano, não alfabetizada. A2 tem idade de 10 anos, sexo feminino, apresenta dificuldade de aprendizagem, frequenta a 4ª série. A3 tem idade de 6 anos, sexo masculino, apresenta deficiência intelectual, frequenta a educação infantil. A4 com idade de 6 anos, apresenta deficiência intelectual e baixa visão, sexo masculino, frequenta a educação infantil. A aplicação e validação do objeto de aprendizagem na escola ocorreu em dias distintos e com o auxílio de duas Educadoras Especiais e foi aplicado em sala de recursos multifuncionais. Diante do que foi apresentado percebeu-se que o Objeto de Aprendizagem “Hora do Conto” contribuiu de forma significativa ao processo de ensino e aprendizado dos participantes, favorecendo a inclusão e socialização com os demais colegas, e seu direito resguardado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Palavras-chave: Objeto de Aprendizagem. Ensino e aprendizagem. Educação especial.

O ENSINO COLABORATIVO COMO APOIO PARA PROFESSORES E ALUNOS

Gabriela Brutti Lehnhart
Sabrina Fernandes de Castro
Cláucia Honnef

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O projeto de pesquisa intitulado “O Ensino Colaborativo e a Docência Articulada como Práticas em Educação Especial” tem buscado desenvolver e estudar o trabalho docente articulado, o qual caracteriza-se pelo elo entre as práticas de ensino colaborativo e de atendimento educacional especializado (AEE). No ano de 2017, o projeto está presente em uma escola municipal da cidade de Santa Maria/RS, tendo a participação de duas bolsistas colaboradoras inseridas em turmas dos anos finais que possuem alunos com Deficiência Intelectual. Este trabalho irá apresentar uma prática do ensino colaborativo, realizada em conjunto entre uma das acadêmicas colaboradoras e a professora de ciências referida escola, o tema foi “Sistema Reprodutor”. A partir de diálogos em sala de aula entre a colaboradora e a professora, surgiram algumas ideias, como a de criar um cartaz com a identificação das partes do corpo já abordadas pela professora em aula. Também se percebeu a necessidade de levarmos à escola uma palestrante para tratar do assunto. Porém, antes desse momento, pensou-se adequado apresentar aos alunos alguns temas da Adolescência, como por exemplo, os meios contraceptivos, trazendo-os para a sala de aula, em uma aula expositiva, permitindo aos alunos verem e tocarem na materialidade do tema que estava sendo abordado, sendo importante aos alunos com DI e, também, aos demais. A partir desse trabalho em conjunto entre professora e colaboradora foi proposto uma caixa que os alunos pudessem deixar as suas perguntas, sem qualquer identificação, os temas tratados foram introdutórios para a palestra, sendo que nesta os alunos puderam esclarecer as dúvidas e, ao final de toda a experiência, estes mencionaram o quanto foram satisfatórias as atividades realizadas, lhes esclarecendo dúvidas importantes para a vida. Percebe-se como a prática do ensino colaborativo foi importante na abordagem do tema, pois após as observações da colaboradora em sala de aula detectou-se a necessidade de utilização de materiais concretos para o trabalho não só com o aluno com DI, mas, também, com os demais alunos. Outro ponto importante foi a disponibilidade da professora de ciências que, ao possibilitar um gerenciamento compartilhado da sala de aula com a colaboradora. Assim, essa experiência mostrou dois fatores importantes para o sucesso de ensino colaborativo que foram efetivamente essenciais nessa proposta, sendo eles o voluntarismo das pessoas que se lançam a proposta e o apoio da equipe gestora da escola (que possibilitou que a aula expositiva e a palestra fossem ministrada a todos os alunos dos anos finais e não somente as duas turmas em que as acadêmicas colaboradoras estão inseridas).

Palavra-chave: Educação Especial; Ensino colaborativo, Deficiência Intelectual

O MODELO DE ENRIQUECIMENTO PARA TODA A ESCOLA: UMA PROPOSTA DE COLABORAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO COMUM E ESPECIAL NAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Andressa Machado
Priscila Manzoni
Rubia Luciani da Silva
Nara Joyce Vieira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O projeto de extensão O Modelo de Enriquecimento para toda a Escola: Uma Proposta de colaboração entre Educação Comum e Especial nas Altas Habilidades/Superdotação objetiva desenvolver o modelo de enriquecimento nas turmas, em uma proposta de colaboração entre educação comum e especial. A proposta surgiu a partir da experiência de estágio desenvolvida em escolas públicas de Santa Maria, no ano de 2015 e 2016. A metodologia empregada é o Modelo de Enriquecimento para toda a escola (SEM) de Renzulli (2014), cujo principal objetivo é introduzir no currículo regular um currículo expandido de oportunidades de atendimento, recursos e apoio para os professores, aprofundando o conhecimento do aluno com uma aprendizagem mais investigativa para toda a turma. Por sua vez, o Ensino Colaborativo propõe, de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) um serviço de apoio, no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes. A partir dessa perspectiva têm-se trabalhado com alunos identificados com indicadores de AH/SD, juntamente com todo o restante dos colegas, em duas escolas, uma da rede Municipal e outra da rede Estadual de Ensino. As atividades vinculam-se ao ensino das disciplinas de Ciências e Geografia, objetivando a autonomia dos alunos para estimular outras formas de apreender o conhecimento, seja por contato com a natureza, por dinâmicas feitas em sala de aula, pela produção de poesias, músicas e representações gráficas, dentre outras manifestações. Pela avaliação das professoras regentes essa proposta de enriquecimento tem favorecidos a todos os alunos, por um lado porque elas utilizam as atividades em outras disciplinas e por outro os alunos estão mais exigentes e autônomos em sua aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Especial. Altas Habilidades/Superdotação. Modelo de Enriquecimento para toda Escola. Ensino Colaborativo.

O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CAMINHO DA INCLUSÃO

Tania Maria Moura Dutra Menegazzi

Instituto de Educação Olavo Bilac

O presente trabalho relata uma prática pedagógica desenvolvida no atendimento educacional especializado (AEE) no Instituto de Educação Olavo Bilac na cidade de Santa Maria, R/S. O público alvo foram os alunos inclusos nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental com diagnósticos de deficiência intelectual, seguido da síndrome do espectro autista. Observou-se que esse grupo, ao entrar na sala de recursos, demonstrava um significativo interesse pelo computador instalado no ambiente. Considerando as suas curiosidades por esse instrumento, buscou-se uma estratégia de ação com o objetivo de usar a informática como ferramenta de ensino-aprendizagem na construção do conhecimento desses alunos com necessidades especiais. A metodologia utilizada pela educadora especial pautou em trabalhar, inicialmente, de forma individual com cada educando, em virtude de suas dificuldades e especificidades. Grande parte desse grupo ainda não tinha, até então, se quer tocado em um computador. A proposta iniciou-se pela inserção de conhecimentos básicos da máquina, como os cuidados com a mesma e os procedimentos para ligar e desligar. Em um segundo momento, partiu-se para os exercícios dos movimentos visomotores com o mouse. Nessa fase, alguns alunos demonstraram dificuldades em função da sua contratura muscular e do simultâneo acompanhamento manual e ocular. Dentre as ações articuladas, explorou-se as atividades já instaladas no computador da sala de recursos, além da pesquisa em sites de programas educativos sob a forma de jogos que oferecessem a possibilidade de desenvolver habilidades como a memória, linguagem, atenção, coordenação e a percepção. Os jogos educativos foram as atividades selecionadas pelo fato de desafiarem de forma lúdica a participação de todos. Durante a operacionalização da proposta, observou-se, na fisionomia dos alunos, a satisfação e a euforia a cada conquista. Os alunos introvertidos começaram a demonstrar iniciativa ao escolherem seus jogos preferidos. Neste processo, a autoestima foi o grande destaque. Controlar a máquina, ser seu condutor, possibilitou maior segurança aos envolvidos, pois, em certas ocasiões, esses alunos eram vistos com pouca capacidade, até por si mesmos, fato que começou a mudar com os estímulos dos próprios jogos ao fornecerem um retorno em frases exclamativas como “Parabéns, você conseguiu!”. Ficou evidenciado, assim, o quanto foi importante a utilização do computador, através do uso de jogos, e as contribuições que o mesmo trouxe no aspecto cognitivo, afetivo, físico e motor. Essa prática propiciou a obediência às regras, a socialização, o espírito colaborativo, uma maior capacidade de concentração, bem como a autonomia e a persistência foram de suma importância para o desenvolvimento destes alunos, no qual foi possível perceber que o uso da informática aplicada à educação especial é uma ferramenta auxiliar de modo a abrir caminhos para a complementação do trabalho de inclusão digital e escolar

Palavras-chave: Alunos inclusos; informática; ensino.

O TRABALHO ARTICULADO ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO REGULAR EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS

Thais da Silva Oliveira
Sabrina F. de Castro
Cláucia Honnef
Carmen Damaris da Silva,

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Com base no desenvolvimento do projeto de extensão “*O Ensino Colaborativo e à Docência Articulada como Práticas na Iniciação à Docência em Educação Especial*” que objetiva implementar as propostas pedagógicas do ensino colaborativo e do trabalho docente articulado e, analisar seus resultados na promoção do desenvolvimento tanto dos alunos quanto dos professores, iremos apontar quais implicações o ensino colaborativo pode trazer para o trabalho no atendimento educacional especializado (AEE) de alunos com deficiência intelectual (DI). O projeto está sendo desenvolvido em uma escola da rede municipal em Santa Maria/RS, contando com duas acadêmicas do curso de graduação em Educação Especial, noturno, como colaboradoras. Estas acadêmicas estão inseridas em duas turmas de anos finais do ensino fundamental, que possuem alunos com DI, atuando duas tardes por semana em sala de aula, em parceria com os professores do ensino regular, realizando o ensino colaborativo. Essa parceria objetiva atuar no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação dos planos de ensino dos alunos com deficiência (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014). As acadêmicas realizam, também, uma vez por semana em turno inverso o AEE com esses alunos, desenvolvendo, assim, o chamado trabalho docente articulado como elo entre o ensino colaborativo e o AEE (HONNEF, 2015). Com o contato na sala regular com o aluno, a partir do ensino colaborativo, percebeu-se o nível de interação entre o aluno com deficiência e seus colegas. Além disso, essa prática propiciou também uma relação mais próxima com os professores das disciplinas, possibilitando a identificação de dificuldades enfrentadas pelo aluno com deficiência que, possivelmente, sejam manifestadas de forma mais específicas na sala de aula. A partir desses aspectos observados pela acadêmica colaboradora, foi possível realizar a organização dos atendimentos, em sala de recursos, de forma mais direcionada as particularidades e necessidades de aprendizagem dos alunos com DI. A educadora especial da escola aponta a dificuldade de poder apoiar os alunos com deficiência e seus professores em sala de aula, atribuindo esse fato a reduzida carga horária na escola e a grande demanda de atendimentos no AEE. A mesma ressalta a importância do olhar das acadêmicas colaboradoras a partir da inserção tanto em sala de aula como na sala de recursos, sendo elas o elo entre as ações desenvolvidas nesses espaços, efetivando um fundamental apoio à aprendizagem dos alunos com deficiência na escola. Nesse sentido, percebe-se que o trabalho docente articulado, o ensino colaborativo e o AEE desenvolvido pelo mesmo docente, tem-se mostrado positivo no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Palavra-chave: Educação Especial. Ensino Colaborativo. Deficiência Intelectual

O TRABALHO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E SEUS COLEGAS DO ENSINO REGULAR

Maria Cristina Ferreira da Silva de Carvalho

Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR

Apresenta um relato de experiência qualitativa que teve como objetivo trabalhar conteúdo de Língua Portuguesa, sob perspectiva de mostrar aos alunos videntes como se pode incluir o aluno com deficiência visual oportunizando a todos uma estratégia diferenciada para a execução do trabalho sobre reportagem. A elaboração da estratégia apoiou-se teoricamente na afirmação de que a inclusão “é uma inovação...inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que o direito de todos à educação, (MANTOAN, 2004). O desenvolvimento desta atividade teve como laboratório uma turma do oitavo ano, do ensino fundamental composta por alunos videntes e um aluno com deficiência visual da Rede Pública da grande Curitiba, no Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, no município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná. O trabalho empírico destinou-se a abordar o conteúdo de reportagem na disciplina de Língua Portuguesa compartilhando os recursos e acessibilidade que seriam usados apenas para o aluno de necessidades especiais com todos os alunos videntes da sala de aula. Notou-se um envolvimento com o desafio de algumas descobertas como: o sistema de escrita Braille, visualização de vídeo, pesquisa na internet, trabalhos manuais, criação em relevos, exploração de atividades e jogos paraolímpicos. Foram também analisados o processo e aprendizagem diante da execução de tarefas e participação nas atividades. Os resultados apontaram que incluir os alunos videntes na proposta de trabalho preparada para o aluno cego reconhecendo as especificidades de cada aluno traz uma perspectiva inversa e estimulante. Todo aluno, cego ou não, tem limitações. Houve a percepção de que os recursos direcionados a aprendizagem do aluno com deficiência visual dão mais vida à aquisição do conhecimento, pois este só se efetiva se realizado na prática: no uso da voz, audição, tato, olfato. Sentidos que orientam e permitem o entendimento do conteúdo quando só nos falta, a visão. O processo de ensino e aprendizagem acaba favorecendo o processo de inclusão de alunos cegos no Ensino Regular.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Aprendizagem; Língua Portuguesa

PESQUISAS SOBRE DISLEXIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO PRELIMINAR

Clariane do Nascimento de Freitas
Fabiane Adela Tonetto Costas

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O trabalho aqui apresentado é resultado de exaustiva pesquisa realizada para a elaboração do estado de conhecimento de um projeto de tese. Para Romanowski e Ens (2006) esse tipo de estudo permite que o pesquisador identifique as lacunas e também contradições entre as pesquisas, tornando seu trabalho mais significativo. Assim, o objetivo deste estudo foi verificar o que tem sido produzido sobre pessoas com dislexia que estão cursando o nível superior de ensino para ratificar – ou refutar – a relevância da pesquisa de doutoramento proposta. A metodologia de investigação deu-se da seguinte forma: primeiramente, definiram-se as palavras-chave: **dislexia** e **Educação Superior** e também se delimitou o recorte temporal a partir do ano de 2007 tendo em vista as políticas que referenciam à pesquisa central. As buscas foram realizadas no banco de tese da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no portal *Scielo* e no Google Acadêmico. Destaca-se a dificuldade em selecionar as produções, pois os filtros de busca não foram eficientes. Foi necessária uma leitura prévia dos títulos e quando os mesmos não forneciam informações suficientes, era realizada a leitura do resumo para a posterior seleção das produções. Assim, devido à dificuldade de encontrar as produções a partir dos descritores, a leitura inspeccional foi fundamental para a seleção e arquivamento apenas do que poderia referir-se à temática pesquisada. Foram selecionados 46 trabalhos (artigos, dissertações e teses) após serem descartadas as repetições; os trabalhos selecionados foram arquivados em pasta específica em computador pessoal e catalogados a partir do título, tipo de produção e palavras-chave. Num segundo momento, foi realizada a leitura das produções na íntegra. Nesse processo, constatou-se que, apesar dos trabalhos apresentarem alguma das palavras-chave, não se tratavam da temática em questão. Realizando-se nova triagem dos trabalhos reclassificando-os, obtendo-se o seguinte resultado: relacionam-se com a pesquisa central (14); referem-se à um dos descritores e podem contribuir com o referencial da pesquisa (17) e não compatíveis (15). Portanto, são 14 trabalhos que se referem à dislexia na Educação Superior. Os resultados da pesquisa demonstram que existem inúmeras pesquisas sobre dislexia, mas são poucas as que tratam sobre as pessoas com dislexia na Educação Superior. Nelas, constata-se que dificuldades de leitura permanecem na adultez, mesmo naqueles que conseguem ingressar num curso de Educação Superior não havendo uma redução das dificuldades ao longo da vida. Destaca-se o reduzido número de pesquisas realizadas no Brasil (2) o que ratifica a relevância da pesquisa pretendida que, entende-se, poderá contribuir para uma melhor compreensão das pessoas com dislexia.

Palavras-chave: dislexia; educação superior; estado de conhecimento

PRÁTICAS EDUCATIVAS COM CRIANÇAS CEGAS

Daverlan Dalla Lana Machado
Josefa Lúcia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho é decorrente das práticas educacionais que envolvem a alfabetização em Braille de crianças com Deficiência Visual, vivenciadas em escolas públicas na cidade de Santa Maria, RS. Tem-se como objetivo relatar as práticas e o decorrer do processo de alfabetização de crianças com deficiência visual no ensino fundamental. Adotou-se como metodologia a abordagem qualitativa, usando a pesquisa-ação como forma de registrar os dados. Os dados emergiram a partir das intervenções em campo. Os relatos são oriundos de intervenções com três crianças cegas, matriculadas em uma escola comum. Os resultados apontaram questões relevantes quanto à alfabetização e pré-alfabetização de crianças cegas. Percebeu-se a partir destas práticas que a aprendizagem da criança com deficiência visual é diretamente proporcional à importância que ela e as pessoas que estão à sua volta dão para a Alfabetização. Identificou-se no decorrer do tempo de experiência com crianças cegas em escolas públicas, que o ponto nevrálgico do aprendizado é exatamente este. Para uma criança cega chegar até a alfabetização, há vários passos a serem seguidos; como por exemplo, reconhecimento espacial, organização numérica, lateralidade, a comunicação e a construção do sistema de significação e de linguagem, entre outros. Nota-se que os passos anteriormente citados são levados em conta em grande parte das vezes no processo de alfabetização. Porém, em casa não há continuidade no processo de aprendizagem e assim as habilidades que a criança deveria adquirir, desenvolver e internalizar, acabam se perdendo em meio a falta de estímulos. Contudo, o professor em sala de aula apoiado por profissionais da área da Educação Especial, deve sempre manter os estímulos principalmente os táteis e auditivos dando cada vez mais autonomia para o educando, fazendo com que ele perceba o quão importante é a alfabetização em sua vida especialmente a escrita braille. Enfim, o destaque para o processo de aprendizagem da criança cega precisa ser valorizado, tendo em vista as diferentes habilidades que são necessárias para o seu desenvolvimento global. Vale destacar que a coordenação motora ampla, fina, a linguagem, a formação do conceito, a orientação espaço-temporal, a orientação e mobilidade e atividade de vida autônoma são indispensáveis nas questões educacionais de crianças com deficiência visual.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência visual. Alfabetização em Braille.

PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BERÇÁRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM BEBÊ COM SÍNDROME DE DOWN

Rosecléia Machado Trindade
Glaucimara Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

A disciplina Estágio Supervisionado I –Observação e Proposta do curso de Educação Especial Licenciatura Noturno da Universidade Federal de Santa Maria, possibilita a inserção dos acadêmicos no campo de estágio e na estruturação de propostas de intervenções aplicadas na disciplina Estágio Supervisionado II-Prática Pedagógica e Relatório. Assim, esse relato de experiência aborda a prática vivenciada no estágio Supervisionado I e II, sendo que as observações ocorreram no primeiro semestre letivo de dois mil e dezessete, duas vezes por semana, no turno da manhã. O local da observação foi em uma sala de berçário composta por oito bebês, com faixa etária de zero a um ano e oito meses, encontrando-se nesse grupo uma criança com Síndrome de Down. Durante as observações foram analisados os aspectos sociais, comportamentais e pedagógicos da criança, visualizando em seu repertório atual a necessidade de desenvolver as áreas psicomotoras e de linguagem. A intervenção na área psicomotora tem como proposta ampliar o esquema corporal, através do caminhar, da identificação das partes do corpo: como o pé, a mão, o nariz, a boca, os olhos, tanto em si como no outro, bater palmas através da solicitação oral, explorar com os movimentos de dança. E na área da orientação espacial a proposta visa ampliar a exploração, a descoberta e a ampliação dos movimentos através de brincadeiras, objetos de diferentes tamanhos e atividades como esconder, abrir e fechar potes e embalagens. Na área da linguagem, a proposta tem como objetivo o apontar com intencionalidade, a ampliação do interagir com a imagem frente ao espelho através da identificação de si e do outro, desenvolver o vocabulário de palavras simples como sim, não, papai, mamãe, bola, mama, papa. Nesse sentido, as intervenções estão sendo desenvolvidas nesse segundo semestre letivo, três vezes por semana no turno da manhã. Os recursos didáticos que são utilizados estão disponíveis no espaço físico da sala e também são confeccionados pela estagiária, estando adequados para cada tipo de atividade. Dessa forma, espera-se que com as intervenções da prática pedagógica propiciem ao bebê estímulos necessários para o desenvolvimento do seu potencial motor atingindo aquisições mais elaboradas de aprendizagem, de melhora do tônus muscular, da postura, da lateralidade, da linguagem, da motricidade fina e ampla. E também, que descubram o mundo ao seu redor enriquecendo suas experiências e habilidades.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Infantil; Psicomotricidade.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Stefhani D. Michelon
Karen M. Rosa
Marília H. Dutra
Mônica Z. Morais

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este trabalho foi desenvolvido com a necessidade de compartilhar o conhecimento acerca das questões que envolvem a surdez, a língua de sinais e a educação de surdos. O trabalho fez parte da disciplina de Libras, ministrada no primeiro semestre de 2017, no curso de Pedagogia – Licenciatura Plena Diurno, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A partir da referida disciplina, surgiu a proposta da criação de um jogo didático para o ensino e a aprendizagem da Libras em uma turma de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com alunos surdos incluídos. Para isso, foram realizadas várias discussões e pesquisas acerca de materiais condizentes com a idade e série dos alunos do ensino regular. O objetivo do jogo que norteou o presente trabalho foi dar apoio e suporte na aquisição e ampliação de conhecimento da Libras, considerando que a turma em que o jogo foi aplicado já possuía conhecimento prévio da Língua e o mesmo atuou como uma atividade complementar. Essa atividade possibilitou a ampliação do vocabulário, produzindo um ambiente de interação e possibilidades. O jogo didático foi pensado como uma possível estratégia pedagógica buscando sair do ritmo de memorizar e fixar o conhecimento, fazendo com que os alunos reflitam, pensem, criem e improvisem, assim se apropriando do conhecimento de forma prazerosa e instigante. A metodologia do trabalho desafiava os participantes a sinalizarem diversas palavras e números que eram representados por imagens ilustrativas através de um jogo de tabuleiro que compreendia um início e um final. Quando não soubessem sinalizar alguma palavra, poderiam utilizar a datilologia, ou seja, a comunicação através de sinais indicativos do alfabeto manual. No decorrer do percurso, havia espaços que continham pontos de interrogação (?) onde era proposta a retirada de uma carta e em seguida a realização de uma mímica referente à tal palavra, enquanto os demais participantes tentavam adivinhá-la, e assim, avançarem no jogo. Por conta disso, a proposta tornava a atividade mais descontraída. A execução do jogo foi realizada somente com a turma onze do terceiro semestre do Curso de Pedagogia Diurno, na qual fazíamos parte, pois não estávamos inseridas no contexto escolar no referido semestre. Apesar de alguns contrapontos e das diversas interpretações acerca da proposta inicial, os objetivos do trabalho foram alcançados, respeitando o tempo, espaço e as individualidades de cada um, além de proporcionar grande interação, movimentação e empolgação da turma na realização da proposta. Assim, constatou-se que o jogo é uma relevante estratégia facilitadora que gera avanços rápidos no ensino e na aprendizagem da Língua, permitindo de forma lúdica a prática da mesma. Além disso, promove uma integração bilíngue no contexto educacional infantil entre crianças surdas e ouvintes, proporcionando o direito da criança surda adquirir a Língua através de processos naturais ao mesmo tempo em que a criança ouvinte. Sendo assim, salienta-se que é fundamental contribuir e incentivar o ensino da Libras no ensino regular, considerando as necessidades de inclusão das crianças surdas através da oferta de recursos e atividades que agucem seus conhecimentos e desenvolvam a linguagem.

Palavras-chave: Ensino Fundamental, Libras, Inclusão, Educação Bilíngue.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO - REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – DESATANDO NÓS

Fernanda Sarturi
Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O Programa de Educação pelo Trabalho (PET) Saúde Redes de Atenção, financiado pelo Ministério da Saúde, entre os anos de 2013 a 2015 foi implementado na Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões/RS junto ao Curso de Enfermagem e Nutrição com o intuito de oportunizar aos alunos a possibilidade de vivenciar na prática a implementação e uma rede de cuidados e, de fomentar a formação em serviço dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Das quatro redes implementadas destaca-se a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência que por seu teor ainda insipiente na formação e no cotidiano de trabalho em saúde foi a linha de cuidado que exigiu maior dedicação do grupo de alunos, docentes e profissionais da rede de saúde. Pensando em trazer um recorte de algumas das pesquisas realizadas durante a execução deste programa tem-se como objetivo pontuar os avanços e perspectivas que emergiram com o PET Saúde Redes de Atenção na formação e no trabalho em saúde. A pesquisa ação foi a metodologia escolhida para as intervenções do programa já que esta é concebida e realizada com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e participantes então envolvidos de modo cooperativo ou participativo (GIL, 2006). Vale mencionar que todos os Preceitos éticos e legais da pesquisa envolvendo seres humanos foram respeitados (BRASIL, 2014). Como resultado das intervenções destacam-se: os encontros teóricos realizados com alunos, docentes e trabalhadores que sustentaram as ações junto aos serviços de saúde, a realização de um mapa na Associação de Pais e Amigos do Excepcionais (APAE) que identificou a origem dos usuários do serviço possibilitando atividades preventivas nas unidades básicas de saúde conforme o território de origem; ações preventivas nos grupos de pré-natal; inserção deste tema em algumas disciplinas dos cursos de enfermagem e nutrição; organização de atividades de extensão com cunho de educação permanente; participação dos alunos na Semana Nacional de Trânsito do município pensando na prevenção de acidentes e, para tanto de agravos a saúde; produção de publicações científicas, dentre outros avanços, mas principalmente do reconhecimento coletivo diante da necessidade de investimentos teóricos e práticos que reconheçam a pessoa com deficiência como um cidadão de direito e deveres. Como perspectivas denota-se retomar as discussões junto aos serviços de saúde e oportunizar aos acadêmicos vivências e experiências que possibilitem melhor capacitar a área da saúde para atenção as pessoas com deficiência a fim de fomentar a rede de atenção à saúde destes usuários. Ao findar o programa pode-se dizer que foi possível identificar um nicho na formação em saúde diante da pouca ou nenhuma discussão sobre as pessoas com deficiências, bem como que no cotidiano do trabalho em saúde os profissionais não se sentem habilitados para atender de forma adequada e qualificada este grupo de usuários.

Palavras-chave: pessoa com deficiência, saúde, formação, trabalho, educação.

PROFESSORES DA REFORMA: CRENÇAS, PROGRESSOS E DIFICULDADES NA ESCOLA INCLUSIVA

Mariana Luzia Corrêa Thesing

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O professor de Educação Especial atua na escola com os diferentes sujeitos que nela circundam: com estudantes, professores das salas de aula comuns, equipes pedagógicas e diretivas, com as famílias e com as equipes de profissionais multidisciplinares. Diante do trabalho multifuncional desse professor e a partir de referências como Garcia (2013, 2014), Kassar (2014), Michels (2011) e Evangelista; Triches (2014) essa pesquisa foi realizada com o objetivo de conhecer os caminhos formativos e profissionais de professores de Educação Especial de três municípios do Rio Grande do Sul (Bagé/RS, Santana do Livramento/RS e Uruguaiana/RS). Além desse objetivo, a pesquisa também buscou conhecer os cenários escolares, as crenças dos professores nos processos de inclusão escolar, os progressos e as dificuldades por eles percebidas em seus contextos de trabalho. Para atingir os objetivos, a pesquisa, com uma abordagem qualiquantitativa, utilizou um questionário, no formato Google Formulários, enviado por correio eletrônico aos professores de Educação Especial. Os resultados revelam que a maioria dos professores participantes da pesquisa acreditam nos processos de inclusão em seus contextos de trabalho, por perceberem progressos como a aprendizagem dos estudantes; o trabalho articulado com os professores das salas de aula comuns; e o apoio das equipes pedagógicas nos processos de inclusão dos sujeitos com deficiência nas escolas regulares. Em contrapartida, os professores sinalizaram dificuldades presentes em seus contextos, como a inexistência de uma rede multiprofissional de apoio à inclusão; a falta de conhecimentos específicos dos demais professores sobre os processos de inclusão escolar; e a falta de apoio das famílias dos estudantes. A partir de outras questões, constata-se que os professores atuam com um variado grupo de estudantes, com diferenciadas deficiências, e têm um significativo tempo de docência no campo da Educação Especial. A partir da pesquisa com os professores, compreende-se que há significativos avanços nos processos inclusivos escolares nos contextos da pesquisa e que os professores acreditam na inclusão das pessoas com deficiência como um processo possível e necessário nas escolas, essas entendidas como espaços de e para todos – apesar das dificuldades enfrentadas. Contudo, diante das questões que ainda dificultam as práticas nos contextos escolares, questiona-se: como desenvolver práticas inclusivas e garantir o direito constitucional de todos à educação, “*mesmo sem toda a estrutura necessária*”?

Palavras-chave: inclusão escolar; trabalho pedagógico; professores de Educação Especial.

**PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/AEE EM UM INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU FAZER PEDAGÓGICO E O AEE**

Bruna de Assunção Medeiros
Fabiane Adela Tonetto Costas

Instituto Federal Farroupilha - IFF

Os Institutos Federais de Educação recentes na realidade educacional brasileira, a partir da perspectiva da Educação Inclusiva, também passaram a se ocupar dos processos de inclusão, implementando o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Desse modo, o trabalho aqui apresentado e que se materializa em uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de Educação Especial e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação e Educação Inclusiva – GEPEIN da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, problematiza o processo de inclusão e o AEE como alguns dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais da Educação Especial do nosso tempo. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar como se constitui o fazer pedagógico dos Professores de Educação Especial/AEE no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. O estudo teve como embasamento as legislações da área da Educação Especial, referentes à Educação Inclusiva e ao AEE. Os encaminhamentos metodológicos abordaram a pesquisa de base qualitativa, contando com auxílio de questionário, como instrumento para coleta de dados, realizada com os Professores de Educação Especial/AEE que atuam nos campi da instituição pesquisada. Para a interpretação dos dados coletados utilizou-se como técnica a Análise de Conteúdo, através da Categorização. A investigação contribuiu para a melhor compreensão do trabalho desenvolvido pelos Professores de Educação Especial/AEE nos Institutos Federais, podendo, com isso, problematizar as questões referentes ao mesmo, permitindo conhecer as possibilidades, fragilidades e desafios que o permeiam institucionalmente. Contudo, observa-se que ainda há desconhecimento, por parte de muitos na instituição, sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido por esses profissionais. Evidenciou-se também, que a instituição ainda se encontra em uma caminhada inicial quanto à institucionalização do AEE, mas que tem procurado investir em questões ligadas à inclusão educacional. Contudo, o fato de que somente 6 dos 11 campi da instituição possuem professor de Educação Especial/AEE demonstra, por parte da gestão, a importância relegada a estes profissionais, o que tem impactado diretamente no seu fazer pedagógico. Nessa lógica, com a sobrecarga de atribuições delegadas aos professores da Educação Especial/AEE nos campi onde estão lotados e a falta de uma regulamentação específica da carga horária para o AEE, não é possível desenvolver um trabalho com a qualidade desejada. Portanto, procuramos através dessa pesquisa provocar a instituição a (re)pensar os próximos passos a serem dados para real efetivação desse atendimento institucionalmente.

Palavras-chave: Fazer Pedagógico. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Institutos Federais.

RECURSOS DIDÁTICOS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS DA NATUREZA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Quelen Silveira Coden
Nilson Marcos Dias Garcia

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Relata pesquisa qualitativa que teve como objetivo investigar, sob o ponto de vista de alunos com deficiência visual e de seus professores, aspectos do processo de ensino-aprendizagem de conhecimentos relativos às disciplinas de Ciências da Natureza. A elaboração da pesquisa apoiou-se teoricamente em estudos relativos à participação de alunos com deficiência visual em aulas de Física (CAMARGO, 2012); na aplicação do desenho universal (BURGSTAHLER, 2009) e ao direito de ser diferente na escola (MANTOAN, 2004) e desenvolveu-se tendo como suporte os trabalhos de apoio aos alunos com deficiência visual desenvolvidos numa Sala de Recursos da Rede Pública de Ensino de Curitiba, no Estado do Paraná, Brasil. O trabalho empírico ocorreu através de entrevistas com alunos com deficiência visual e com seus professores, cujos alunos já haviam desenvolvido atividades junto à Sala de Recursos Multifuncional da Escola Estadual Dom Pedro II, onde uma das autoras atua. Verificou-se, dentre outros aspectos, como são por eles utilizados o livro didático, os objetos educacionais digitais e as mídias e as suas concepções a respeito de inclusão do aluno com deficiência. Foram também analisados aspectos relativos ao exercício da docência em turmas com alunos videntes e deficientes visuais e da participação de alunos cegos numa turma formada majoritariamente por alunos videntes. Os resultados apontaram que reconhecer as especificidades do aluno cego e estabelecer uma empatia professor-aluno possibilita a escolha de recursos e metodologias que possibilitam atender o que é comum e o que é específico entre os estudantes, favorecendo o processo de inclusão de alunos cegos no Ensino Regular. Os professores relataram a inexistência ou carência, na sua formação inicial e continuada, de conhecimentos que lhes auxiliassem no desenvolvimento de atividades inclusivas, o que ocorre, em geral, depois de já estarem em contato com o aluno com deficiência. Tanto alunos quanto professores atribuem um papel significativo às atividades desenvolvidas na Sala de Recursos: para os professores elas são motivadoras na busca de formação continuada; para os alunos, facilitadoras do processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Deficiência visual; Sala de Recursos Multifuncional; Ensino – aprendizagem; Inclusão.

REPROVAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: DESAFIOS ÀS PRÁTICAS DOCENTES ALFABETIZADORAS

Rejane Ramos Klein
Rosemeri do Amaral

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Este texto apresenta um recorte da pesquisa intitulada “Alfabetização na ‘idade certa’ numa perspectiva inclusiva: tensões e desafios às práticas docentes alfabetizadoras”, a qual tem como objetivo conhecer, analisar e problematizar práticas pedagógicas alfabetizadoras desenvolvidas sob a orientação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC. Nesse recorte específico, buscamos analisar os posicionamentos de cinco professores do ciclo de alfabetização da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, as quais participaram de uma oficina que se constituía como campo da investigação da pesquisa mais ampla. Evidenciamos como o tema da reprovação aparece como problema em suas práticas, principalmente no terceiro ano do ciclo. A partir dos estudos de GRAFF (1990), SIBILIA (2012), PICCOLI E CAMINI (2012), verificou-se como resultados parciais um desafio para as professoras aliar-se as orientações do PNAIC, pois as mudanças almejadas por ele nem sempre eram possíveis de serem realizadas. O desafio do planejamento de uma proposta pedagógica que articulasse os três primeiros anos a partir da ideia de ciclo e não mais seriada se colocava para as professoras de modo individualizado e pouco coletivo enquanto orientação da escola. A possibilidade da reprovação era resgatada pelas professoras como a grande questão para que o trabalho pedagógico não ocorresse da forma como elas gostariam, pois reprovar o aluno se constituía como um elemento importante de autonomia docente. O argumento trazido nos encontros era o de perda também relativa ao apoio e parceria das famílias, as quais não compreendiam a proposta de os filhos terem aprovação mesmo ainda sem estarem alfabetizados, sendo reprovados no terceiro ano.

Palavras-chave: reprovação; Aprendizagem; PNAIC

UM PANORAMA SOBRE O ENSINO COLABORATIVO NAS REALIDADES ESCOLARES

Flávia Cristina Rodrigues,
Sabrina F. de Castro
Cláucia Honnef

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este trabalho apresentará os resultados de uma pesquisa bibliográfica feita no projeto “O ensino colaborativo e a docência articulada como práticas na iniciação à docência em educação especial” a fim de agregar referenciais sobre uma das práticas do projeto, qual seja, o ensino colaborativo. O ensino colaborativo é uma das formas de atuação da educação especial, que acontece em sala de aula comum, em conjunto com os professores do ensino regular. É uma prática que visa contribuir com o desempenho e a participação dos alunos público-alvo da educação especial nas atividades propostas pelos professores do ensino regular. No Brasil, o ensino colaborativo vem sendo objeto de estudo a mais de dez anos, porém ele ainda é uma proposta nova de atuação da Educação Especial. Essa pesquisa foi realizada nos meses de junho e julho no Portal de Periódicos da CAPES, e como descritores foram utilizados a combinação dos termos: ensino colaborativo e bidocência como termo educação especial. Como resultado dessa busca encontramos onze artigos, e após a leitura inicial dos resumos identificou-se três artigos como diretamente relacionados à temática do projeto (CASTRO, MENEZES e BRIDI, 2016; PINHEIRO e MASCARO 2016; SANTOS, SCHLUNZEN e SCHLUNZEN JR, 2016;). Percebeu-se a recorrência de que um dos fatores considerados inibidores para a realização do ensino colaborativo nas escolas é a baixa carga horária dos professores de educação especial ou, ainda, a inexistência desses profissionais nas escolas. Também, identificamos nos artigos que a formação dos professores deve ser continuada reconhecendo que cada aluno tem sua maneira de aprender e, também, cada aluno tem seu próprio tempo de aprendizado. Para Pacheco (2008) um sistema escolar realmente inclusivo deve estar baseado em algumas crenças e princípios, em que todas as crianças consigam aprender, frequentando classes comuns adequadas a sua idade e ao seu contexto. Segundo Capellini (2004) o ensino colaborativo associa vantagens e dificuldades na sua proposição, sendo uma vantagem e o crescimento profissional dos docentes com formações diferenciadas. Percebemos que as produções relacionadas à temática no Brasil estão em expansão, porém ainda em número reduzido.

Palavra-chave: Educação Especial. Ensino Colaborativo. Bidocência.

Eixo 5. Culturas, Identidades, Diferença e Educação Especial**A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO CONTEXTO DAS ESCOLAS DE SURDOS DO RIO GRANDE DO SUL**

Júlia Jost Beras
Laisa de Castro Almeida
Natalia de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Para a escrita do presente trabalho, realizamos um recorte da pesquisa trabalhada pelo projeto intitulado “Produções Culturais Surdas no contexto da Educação Bilíngue”, empreendido pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES) e que reúne três instituições de ensino: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste recorte da pesquisa nos propomos a analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de três escolas de surdos do Rio Grande do Sul, quais sejam: Escola Estadual de Educação Especial Reinaldo Fernando Cóser/Santa Maria, Escola Especial Helen Keller/Caxias do Sul e Escola Especial Concórdia/Santa Rosa. Os objetivos deste exercício analítico, neste texto são: conhecer e problematizar como as escolas de surdos têm compreendido as relações entre o bilinguismo, a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa na modalidade escrita e suas formas de apropriação no contexto escolar. Filiamo-nos, como aporte teórico aos Estudos Culturais em educação, pensando em articular os discursos sobre a educação bilíngue nas escolas de surdos e as representações culturais sobre estes sujeitos. Nesse sentido, também estamos filiados teoricamente aos Estudos Surdos pois, tratamos de olhar para o sujeito surdo a partir de uma diferença cultural. Interessou-nos olhar, principalmente, as relações com o bilinguismo que se estabelecem nas escolas a partir do que encontramos nos PPP’s das três escolas referidas anteriormente. A partir das análises empreendidas pelo grupo, podemos perceber que em seus documentos (PPP’s) as escolas de surdos sinalizam que a educação bilíngue abrange a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, sendo ela, a língua de aprendizagem, comunicação e socialização dos sujeitos surdos e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para a inserção desses sujeitos nos contextos em que estão inseridos.

Palavras-chave: Bilinguismo; Escolas de surdos; Projeto Político Pedagógico.

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL PARA A INCLUSÃO

Adriana Salete Loss
Universidade Federal da Fronteira Sul/RS

Naiara Greice Soares
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/RS

O ensaio “A educação intercultural para a inclusão” surge das discussões e reflexões realizadas na disciplina Educação, Subjetividades e Cotidianidade ministrada no Mestrado Profissional em Educação, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim e objetiva apresentar apontamentos acerca da educação intercultural como possibilidade de constituir propostas pedagógicas para a inclusão, de modo especial, nos processos formativos da Educação Especial. Assim, a metodologia de estudo dá-se com base na revisão bibliográfica, de modo a constituir apontamentos a partir de três dimensões: Culturas, Identidades e Diferença; Educação Especial; Educação intercultural e prática pedagógica. Para os Estudos Culturais, a cultura é um território de produção de significados em que entram em disputa diferentes grupos sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade e a diferença são criadas pelos atos de linguagem do mundo cultural e social. O reconhecimento do outro no espaço escolar, perpassa pela Educação Especial e pelo processo inclusivo, que proporciona a geração da construção de identidade, permeado pela cultura e diferença de cada educando que compõe a escola. Em se tratando da Educação Especial, muitas marcas já estão impressas historicamente e por isso podemos afirmar que o caminho da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, ainda está sendo percorrido, sendo que muitas legislações corroboram para que isso ocorra, mas o que de fato estamos vivendo? Será que as culturas, identidades e diferença estão sendo pensados neste novo cenário? Pensar na educação especial como proposta pedagógica integrante da escola regular é permitir-se um constante ensinar- aprender, é o respeito dado à diferença, ao educando, com seus sonhos, desejos, identidade, cultura, é o NÃO à cisão ou classificação entre normais x deficientes. A proposta da Educação Intercultural para a inclusão necessita constituir espaços educativos promotores da participação, da sensibilização, da autonomia, da capacidade crítica e da ação interventiva no contexto social. A prática pedagógica, na perspectiva da Educação Intercultural, requer a promoção de processos educativos para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Assim, na perspectiva da Educação Intercultural é possível o agir pedagogicamente contra a exclusão e, educar em prol do reconhecimento da diferença e da diversidade.

Palavras-chave: Educação Intercultural. Educação Especial. Prática pedagógica.

A ESCOLA DE SURDOS DE SANTA MARIA E A OFERTA DE CURSO NORMAL PARA JOVENS E ADULTOS SURDOS INSERIDOS NO ENSINO MÉDIO

Cleidi Lovatto Pires
Fernando Coser

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Coser inaugurada em 2001, oferece educação para crianças, jovens e adultos surdos desde a educação infantil até o ensino médio, sendo que nesse último é oferecida a profissionalização dos estudantes surdos a partir da oferta do curso Normal. Essa oferta ocorre desde o ano de 2007 e o objetivo geral do curso é: Proporcionar ao educando surdo a formação ética e específica de docente para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na Educação Especial, preparando-o para uma prática crítica e transformadora da realidade através da ação-reflexão-ação. Quanto aos objetivos específicos é importante destacar: Construção de uma pedagogia da diferença, onde os surdos têm um papel fundamental na educação de sua comunidade, proporcionando a mesma ir ao encontro de sua identidade, consolidar a sua língua e a sua cultura. Proporcionar uma sistemática alternativa de atendimento, de caráter experimental, para solucionar as necessidades educacionais de nível médio da comunidade de surdos. Propor uma escola que vivencie a diferença, que concretize os sonhos e os anseios desta comunidade. O perfil do egresso do curso é de integrar-se ao esforço coletivo da escola de elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica; apresentar competência para resolver os problemas que se colocam no cotidiano escolar; construir uma prática pedagógica teoricamente fundamentada, contextualizada e criativa; entender as relações interpessoais e as regras de convivência democrática no desempenho docente; compreender a necessidade de educação continuada em educação. Como princípios relevantes para a formação pedagógica é importante destacar: A construção de uma pedagogia da diferença que considere as identidades surdas, a cultura surda, as políticas públicas para os surdos, bem como a atuação dos surdos na educação de seus pares. Atualmente a escola contabiliza cinquenta surdos egressos do curso com a formação em curso normal (a opção pela formação no ensino médio é opcional). Desse grupo cinco estudantes já concluíram cursos de licenciatura (Educação Física, Pedagogia, Letras-Libras). Há um grupo expressivo nos cursos de graduação de diversas universidades, mas a grande maioria está inserido na Universidade Federal de Santa Maria (cursando Artes Cênicas, Educação Especial, Pedagogia, Educação Física) e um estudante cursando licenciatura em Matemática no Centro Universitário Franciscano). Entende-se, portanto, que a escola de surdos de Santa Maria vem cumprindo o seu papel mais precisamente atendendo uma demanda reprimida de pessoas surdas que por muito anos não tiveram acesso a escolarização nem mesmo o acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Escolarização-Formação-Surdos

A INCLUSÃO E O GERENCIAMENTO DE RISCO NAS TRAMAS DAS PRÁTICAS DA PRODUÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte
Leandra Boer Possa

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa que buscou analisar as práticas da produção do professor alfabetizador no Brasil. Aqui objetiva-se compreender alguns fios que tecem as práticas da alfabetização no contexto da racionalidade inclusiva. Para tal, foram selecionados materiais relacionados às décadas de 1980 e 1990: os anais dos seminários de alfabetização, a legislação do Ciclo Básico de Alfabetização, a Revista Nova Escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Referenciais para a Formação de Professores. A pesquisa, inspirada nos estudos pós-estruturalistas, especialmente nos estudos foucaultianos, opera com a noção-ferramenta da governamentalidade para desenvolver um exercício de produção e análise de uma materialidade construída a partir dos materiais selecionados. No trajeto metodológico dessa investigação buscou-se organizar a materialidade analítica, considerando as recorrências e as repetições presentes nos materiais: palavras, frases, modos de dizer sobre alfabetização e alfabetizador. O modo como aparece e se organiza o discurso em torno da previsão de intervenção e regulação das várias formas de ensinar e aprender, bem como, a necessidade de aproximar todos – alunos, professores, gestores, famílias, empresas, Estado – a um lugar seguro e desejável – o sucesso na e da alfabetização – leva a perceber que o investimento em alfabetizar e formar um professor alfabetizador está na ordem do gerenciamento de casos vistos ou fabricados como riscos dentro de uma racionalidade inclusiva. A análise realizada permitiu considerar que os diferentes discursos das práticas de alfabetização, para atingir o objetivo inclusivo, produzem e constituem os sujeitos como riscos através da sua nomeação como alunos de classes populares; filhos do analfabetismo; com dificuldades; com déficit sensorial, motor ou psíquico ou superdotação intelectual. Os saberes produzidos e em uso nos processos de formação de professores alfabetizadores, derivado do intenso debate do construtivismo como mobilizador destas práticas de alfabetização de crianças podem ser identificados como estratégia ativa para que se conheça e exerça a vigilância dos riscos. Ou seja, saberes e relações de poder que articulados, promovem estratégias que têm como efeito colocar a alfabetização como remédio preventivo para que não ocorram outros problemas para o Estado e, ao mesmo tempo, coloquem esses sujeitos no jogo. A partir dessa análise, foi possível encontrar vestígios para dizer que, no presente, a alfabetização de crianças e a formação de professores alfabetizadores se constituem em estratégias vinculadas à ordem do governo e da condução dentro de uma racionalidade que pretende incluir todos e gerenciar riscos.

Palavras-chave: Alfabetização. Inclusão. Gerenciamento de riscos.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O OLHAR PELO VIÉS DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE ASSENTAMENTO.

Debora Silvana Vaz Soares

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A educação do campo e a educação especial hoje vêm sendo tema de várias discussões, seminários e congressos dentro da área de educação. Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) são considerados um dos públicos da educação especial, sendo assim a identificação e o trabalho com os mesmos é assegurado pelas leis e políticas atuais de inclusão. Mas qual é a representação dos professores sobre alunos com altas habilidades/superdotação, quando este sujeito é do campo? Quais as características que estes alunos podem apresentar quando se trata de altas habilidades/superdotação? Busca-se assim, compreender as representações que são elaboradas e apresentadas pelos professores de escola do campo acerca das AH/SD, bem como referi-las no contexto campesino. Procura-se também a caracterização dos sujeitos com AH/SD pela visão dos educadores. A pesquisa justifica-se pelos estudos realizados na área de educação do campo através de projetos de pesquisa e pela busca pessoal acerca de conhecimentos sobre Alta Habilidades/Superdotação(AH/SD), assim como a necessidade de um estudo que visualize a atual realidade do sujeito com AH/SD na educação do campo. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa sendo definida como um estudo de caso, utilizando entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com o diretor e quatro professores de uma escola do campo, oriundos de uma escola de assentamento da cidade de Júlio de Castilhos-RS. Para o embasamento das reflexões acerca do tema proposto, foram utilizadas como referências Caldart, Meurer, Antunes os quais dialogam sobre a educação do campo, fazendo uso também de aportes teóricos de Freitas, Virgolin, Winner, Renzulli para as reflexões específicas da educação especial e AH/SD. Através da pesquisa realizada pode-se notar a importância e a necessidade da vinculação entre as áreas de educação especial e educação do campo, pois a invisibilidade do sujeito com AH/SD nas escolas do campo é uma realidade presente, que se torna angustiante e causadora de novos questionamentos e da necessidade de aprofundamento de estudos em tal área. O campo, como um cenário rico em estímulos, pode ser um local eminente para o trabalho com as habilidades apresentadas por estes sujeitos. Para isso é necessário mais do que a identificação dos mesmos, é necessário realizar um trabalho coletivo entre profissionais qualificados na área de educação especial e da educação do campo.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação do Campo; Altas Habilidades/Superdotação; Professores de Assentamento.

AMBIENTE LINGÜÍSTICO FAVORÁVEL EM EDUCAÇÃO DE SURDOS: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DOCENTES

Pedro Henrique Witches
Virgínia Maria Zilio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Com o advento da inclusão escolar, emerge no cenário educacional brasileiro um intenso debate sobre a escola em que preferencialmente deve acontecer a educação de surdos e que polariza duas instituições: a escola regular e a escola de surdos. Sem intenção de binarizar a questão, este trabalho tem por objetivo desenvolver uma discussão sobre o fator *ambiente linguístico favorável* em educação de surdos. Por ambiente linguístico favorável, entende-se o espaço que oferece plenas condições não só para o desenvolvimento linguístico, mas também cognitivo e socioemocional de falantes nativos de uma determinada língua ou ainda de indivíduos em fase de aquisição da linguagem. No caso de surdos que se encontram nessa fase, assume-se a língua de sinais como uma língua de aquisição natural devido sua modalidade e estrutura adequadas às condições da surdez. Para tanto, sob a perspectiva de autores dos estudos foucaultianos e dos estudos surdos em educação, empreendeu-se uma análise sobre um conjunto de narrativas docentes produzidas em diferentes capitais do Brasil por meio de rodas de conversa e de entrevistas narrativas. Nas narrativas, o fator do ambiente linguístico pode ser relacionado quando professores elencam, como um desafio enfrentado, o trabalho com alunos surdos não usuários da língua de sinais por uma escolha parental e que têm dificuldades no uso da língua portuguesa ainda que essa seja a primeira língua na escola; quando a língua de sinais é narrada como um elemento estranho e uma forma de comunicação exótica que precisa ser conhecida ainda que com dificuldades por professores ouvintes; quando docentes surdos atribuem o sentimento de pertença ou não-pertença a uma ou outra instituição escolar de acordo com a principal língua nelas utilizadas. Diante dos elementos extraídos das narrativas, percebe-se que, embora a língua seja um dos principais elementos destacados quando se discute a educação e a inclusão escolar de surdos, raramente o ambiente linguístico favorável é mencionado e menos ainda tensionado ou questionado. É também possível observar, no material analisado, que as práticas de inclusão escolar de surdos narradas aparentam ignorar a potencialidade educativa do ambiente linguístico favorável. Entende-se que a noção de ambiente linguístico favorável ao desenvolvimento linguístico, educacional e identitário de surdos, se rigorosamente pensada, pode incorporar um importante espaço nas concepções de inclusão que permeiam a Contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação de surdos. Inclusão escolar. Língua de sinais. Ambiente linguístico. Narrativas docentes.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Nathália Andregtoni
Carla Peres Souza

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

O contexto da alfabetização vem sendo foco de diversas pesquisas na atualidade, nesse contexto destacam-se as dificuldades de aprendizagem que surgem na escola, a partir das reflexões que aparecem quando se pensa numa perspectiva inclusiva de educação. Para tanto, nessa pesquisa buscou-se verificar quais dificuldades de aprendizagem podem surgir ao longo do processo de alfabetização e conhecer algumas propostas pedagógicas que podem ser utilizadas para a superação dessas dificuldades promovendo a inclusão escolar de todas as crianças. Para dar suporte às análises nesse trabalho, optou-se por abordar os estudos acerca da Alfabetização realizados por Cagliari (2005). Para discussão de organização curricular numa perspectiva inclusiva, utilizou-se os estudos do Desenho Universal para a Aprendizagem (CAST, 2011) e como base às discussões acerca da compreensão das dificuldades de aprendizagem, principalmente, os estudos de Garcia (1998) e Molina e Pretti (2007). Essa pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada por meio de um estudo de caso que teve como foco o contexto da alfabetização de um grupo de estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental, as propostas e ações da professora alfabetizadora. Os dados para compreensão do fenômeno educacional em estudo foram coletados por meio de registros de observação na sala de aula, documentos de planejamento, atividades propostas pela professora e, ainda, as produções dos estudantes. Para análise dos dados foi utilizada a metodologia denominada Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a qual prevê em sua realização a construção de categorias que surgem a partir da pré-análise dos dados, a luz dos referenciais teóricos escolhidos. Dessa forma, surgiram três categorias que contribuíram com a organização e compreensão dos dados: Dificuldades de Aprendizagem na oralidade; Dificuldades de Aprendizagem na escrita; Dificuldades de Aprendizagem na leitura. A partir dessa análise, foi possível compreender que essas dificuldades estão presentes no contexto de alfabetização. Os sujeitos do estudo ainda estão em processo de alfabetização, enfrentando diversas dificuldades durante sua aprendizagem, em que muitos não leem nem escrevem de forma autônoma e a oralidade precisa ser desenvolvida. Isso revela que precisam ser desenvolvidas estratégias e propostas pedagógicas numa perspectiva inclusiva, estabelecendo um currículo inclusivo, em que é oportunizado o acesso e apropriação dos conhecimentos a todos os estudantes, superando tais dificuldades.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Dificuldade de aprendizagem; Alfabetização.

INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE CONVIVER COM O OUTRO

Neusete Machado Rigo

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS

A questão das diferenças tem se apresentado como uma temática central nas discussões pedagógicas atuais. Como resultado das transformações culturais, econômicas e políticas que ocorreram na sociedade contemporânea, motivadas tanto pelas lutas sociais quanto por interesses político-econômicos, elas passaram a compor um debate constante em diversos espaços, entre eles o campo da educação. Esse debate se amplia nas escolas mediante a definição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, que intensifica a inclusão das crianças e adolescentes com deficiências nas escolas comuns. O objetivo desse estudo é problematizar o enredamento que se dá entre o processo de inclusão escolar e a questão das diferenças nas práticas dos professores de uma escola pública de educação básica. Discute-se como a escola, embora sendo uma instituição normativa, pode desenvolver uma educação em que as diferenças possam existir e não sejam consideradas como um ‘problema’ de ordem pedagógica e social, como frequentemente constatamos. As escolas possuem muitas dificuldades em lidar com as diferenças, desde a aceitação da circulação de diferentes identidades em seu interior, até manifestações de pensamentos e formas de vida que não se enquadram às normatizações e modelos por elas assumidos. A metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa que desenvolve um estudo de caráter descritivo analítico sobre os processos de inclusão escolar. Para o levantamento de dados, utiliza-se a pesquisa documental e a observação participante em momentos de planejamento e de formação pedagógica dos professores dessa escola. A análise dos dados foi realizada à luz de um referencial que aproxima os estudos de Carlos Skliar, Silvio Gallo, Veiga-Neto e Lopes ao pensamento de Michel Foucault, seguindo a problematização de duas categorias: a inclusão que normaliza e conduz o outro ao mesmo e; a inclusão que problematiza a questão das diferenças. Os resultados apontaram que a inclusão escolar está produzindo práticas que constroem, tanto processos de normalização que anulam as diferenças e conduzem à mesmidade, quanto processos que produzem experiências nos sujeitos, levando-os a reconhecer o outro como diferença que não depende do consentimento do eu para existir. No processo de normalização evidencia-se um interesse em conduzir o outro à mesmidade e, desta forma, apagar as diferenças, tornando-o idêntico. No entanto, outras práticas de inclusão apontam para o acolhimento às diferenças como possibilidade destas existirem para além da deficiência ou da anormalidade, permitindo a convivência com as diferenças.

Palavras-chave: Diferenças. Inclusão escolar. Normalização. Encontro com o outro.

CULTURA SURDA E APRENDIZAGEM: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO SURDO NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Camila Righi Medeiros Camillo
Anie Pereira Goularte Gomes

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este ensaio tem como objetivo problematizar a cultura surda e a aprendizagem compreendendo que ambas engendram práticas que produzem efeitos no contexto escolar, atuando nos modos de subjetivação dos sujeitos surdos. Para isso nos filiamos à perspectiva pós-estruturalista e operamos com as ferramentas analíticas do *dispositivo pedagógico* e da *subjetivação* para discutir sobre o fazer pedagógico atrelado a arena de significações que permeiam a comunidade surda. Nesse cenário em que se enreda escola regular e alunos surdos é impensável não tratar sobre os modos pelos quais esses alunos são constituídos em meio a todos esses investimentos no âmbito pedagógico que visam à produção de sujeitos que desenvolvam habilidades e competências, como princípio de aprendizagem e mobilidade social. Da mesma forma, a relação entre a esfera cultural e educacional pode produzir um “determinismo” na forma como esse sujeito se relaciona com o conhecimento. Parafraseando Larrosa (1994), analisar as práticas pedagógicas que constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo, na esteira do pensamento foucaultiano, possibilita compreender os processos pelos quais os sujeitos surdos se regulam, se modificam ou permanecem os ‘mesmos’ e constroem suas experiências culturais e educacionais da escola regular, nessa complexa rede de saber, poder e subjetivação. E neste cenário em que o tempo nos é tão caro e, na mesma medida, tão rápido, e que não conseguimos alcançá-lo, é que se constitui o tempo da aprendizagem. Somos conduzidos a aprender sempre, ininterruptamente, e sobre tudo. Nesse tempo que é da escola, do calendário a cumprir, do currículo a seguir, da inclusão a fazer, do aluno a prosseguir, do futuro a alcançar, encontra-se eu, você, todos nós, inclusive o aluno surdo. Para tanto, é central para a discussão entender que se acrescenta a essa questão o fator comunitário do sujeito surdo. Justamente pelos seus processos identitários e de reconhecimento pela diferença se darem em comunidade é que a inserção dos recém-chegados é entendida não apenas como caricaturalmente simbolizadas pela Língua de Sinais, mas experienciadas e constituidoras. Enfim, pensar sobre como os surdos se constituem sujeitos culturais e de aprendizagem a partir de modos de subjetivação, que se dão na relação consigo mesmo e com os outros, é uma possibilidade para entender as formas de ser e estar na contemporaneidade.

Palavras-chave: sujeito surdo, cultura surda, aprendizagem, subjetivação.

“SURDO-MUDO”, “DEFICIENTE” E “DIFERENTE” NARRATIVAS DOCENTES SOBRE A SURDEZ.

Peterson da Rosa Costa
Amanda Denise da Rosa Foza

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Ao longo da história, a surdez tem sido produzida e definida por diferentes discursos e narrativas. Esses variados discursos atravessam a educação, instalando-se nas práticas docentes e nos modos de como os professores compreendem seus alunos surdos. O *corpus* analítico desta investigação fora extraído de 57 narrativas de docentes que atuam em escolas de educação básica em nove estados brasileiros (Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina), produzidas por meio das técnicas da roda de conversa (AFONSO; ABADE, 2008) e da entrevista aberta (HAGUETTE, 1997). Destas narrativas, 12 foram produzidas por docentes que já atuaram com alunos surdos, sendo 11 de docentes que trabalharam com aluno surdo incluso em sala de aula de ouvintes e uma docente que atuou em escola de surdos. Diante de tal constatação, esse trabalho tem por objetivo identificar como o conceito de surdez surge nas narrativas analisadas, problematizando o modo como tal conceito é narrado pelos docentes. A partir da leitura dos materiais, foi possível identificar que a surdez é interpretada de três maneiras distintas, são elas: 1) a surdez atrelada ao entendimento de surdo-mudo; 2) a surdez interpretada pelo viés da limitação e deficiência e; 3) a surdez entendida como condição de diferença e potência. Pode-se dizer, a partir das análises realizadas, tomando como referência os Estudos Surdos em Educação e os estudos de inspiração foucaultiana, que ao identificarmos distintas formas da surdez ser narrada, esse movimento acaba por cristalizar as formas como a surdez passa a ser entendida e significada. No primeiro grupo, a surdez é marcada pelo olhar da limitação por estar acompanhada pelo que é entendido ser outra deficiência, nesse entendimento, todo surdo é mudo. Já no segundo grupo, a surdez passa a ser interpelada pelos discursos que a marcam como um desafio, tanto pedagógicos como linguísticos. Por fim, no terceiro grupo, a surdez passa a ser entendida, pelos docentes que a narram, como uma condição cultural e linguística, embora oriunda de um grupo minoritário, mas que marca o lugar da diferença, logo, uma condição cultural que a partir de Lopes (2007) identificamos como cultura surda. Conclui-se que, nesse movimento de interpretar a surdez de distintas formas, os docentes que a narram acabam por produzir e fixar identidades surdas. Assim, ao marcarem a surdez através de diferentes lentes, os docentes acabam por determinar e subjetivar a condição do sujeito surdo através do seu entendimento *a priori* sobre a surdez.

Palavras-chave: Narrativas. Docentes. Surdez.

NARRATIVAS DOCENTES: AS POSIÇÕES DE SUJEITOS PRODUZIDAS NAS PRÁTICAS ESCOLARES

Priscila dos Santos Ebling
Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati
Juliana Cerutti Ottonelli

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

As práticas escolares que mais marcam os docentes em sala de aula, por vezes, são as menos registradas, divulgadas. Talvez, são menos exercitadas, no sentido de se ter um tempo para pensar o próprio exercício de suas práxis. Analisá-las exige cuidado, pois não interessa emitir juízo de valor, mas sim, explorar as condições em que determinado momento escolar os marcam. Interessa explorar o porquê que algumas práticas são mencionadas mais do que outras. Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar quais posições de sujeitos são produzidas em uma narrativa realizada com sete professores do Rio de Janeiro (RJ). Esses posicionamentos estão relacionados com as práticas escolares narradas por eles, ao discorrerem sobre os alunos ditos de inclusão. Para tanto, este trabalho utilizou-se de parte do material produzido em uma pesquisa maior, em que foram produzidas 57 narrativas docentes, em diferentes regiões brasileiras. Dessas, foram selecionadas, para o recorte deste trabalho, sete narrativas. O material selecionado foi produzido em uma roda de conversa, o que potencializou, dentre outras questões, as discussões entre os pares docentes, os tensionamentos e as distintas marcações de posições. No processo de produção do material foi solicitado aos professores que narrassem, livremente, alguma prática escolar que os tenham marcado significativamente. Tais narrativas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e codificadas. Os professores assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que autorizaram o uso de suas narrativas, para fins acadêmicos e de estudo. A partir da análise das transcrições e com inspiração nos estudos foucaultianos, as distintas posições de sujeitos produzidas foram separadas em dois grandes grupos. São eles: 1) as atribuições de terceiros (outros profissionais, direção, psicólogos, outros alunos) e 2) as atribuições dadas pelos próprios docentes analisados. Nas atribuições que eram dadas por terceiros, recorreram as seguintes posições: aquele aluno que “aprende” e aquele que “não aprende”, aquele que é “problema” e aquele que “não é problema”, aquele que é “invisível”, porque é quietinho e aquele que é “visível”, pois não é quieto. Nas atribuições dadas pelos próprios docentes, recorreram as seguintes posições: aquele aluno que precisa ser “conhecido pelo que é” e não “aquele aluno que é conhecido pelo diagnóstico”, aquele aluno que é “bom” e aquele que “não é bom”, aquele docente que é “parceiro, colega” e aquele docente que “não tem apoio de outros colegas”, entre outras posições. Nesse sentido, o recorte investigativo vem contribuir com os esforços em produzir dados que permitam, não só avaliar as condições escolares do presente, como também o desenvolvimento de outras práticas pedagógicas e de formação de profissionais para a educação inclusiva. Com base nisso, ao analisar tal material, foi possível obter dados que puderam mostrar as condições sobre as quais a educação inclusiva está sendo construída nas escolas e o que os docentes dizem sobre isso. Eles discorrem sem se dar conta de que estão narrando diferentes exercícios escolares de in/exclusão. Além disso, produzem e significam sujeitos a partir da sua própria história e pela história que os permeia, por meio dos jogos de verdade.

Palavras-chave: In/exclusão. Narrativas docentes. Práticas escolares. Posições de sujeito.

VIVÊNCIAS DE ACADÊMICOS DE CURSOS DE LICENCIATURAS NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Lorensi, Vanise Mello
Maiandra Pavanello da Rosa
Maureline Petersen

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA

Este resumo traz relato de experiência da docência na disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais em uma Instituição de Ensino Superior em cursos de Licenciaturas. A partir da publicação do Decreto nº 5.626/05, a disciplina de LIBRAS passou a ser inserida nos diferentes cursos de Licenciaturas e houve uma reformulação nas matrizes curriculares das Instituições de Ensino Superior no Brasil e a disciplina passou a ser ofertada como obrigatória, com carga horária que varia entre 36 a 60 horas, dependendo de cada Instituição. Os referenciais teóricos nas utilizados para embasar este estudo foram: Dorziat (2009); Gesser (2009); Sarturi (2015) e aquisição de segunda língua: Kail (2013); Paiva (2014). Ao trabalhar com turmas de cursos de Licenciaturas foi solicitado aos alunos, ao final da disciplina, que descrevessem, a partir da sua experiência, a importância, estratégias e dificuldades sobre o aprendizado da LIBRAS. Os alunos destacaram a importância do aprendizado da LIBRAS, considerando que a disciplina oportuniza e promove a inclusão, possibilitando, mesmo que de forma breve, a possibilidade de comunicação com pessoas surdas, além de promover a aprendizagem de uma língua espaço-visual, diferente da língua utilizada pela maior parte dos alunos, que é oral-auditiva. Além da importância, também demonstraram muito interesse na aprendizagem desta nova língua. Referente às estratégias utilizadas pelos alunos, estes relataram que foi necessária a repetição sistemática dos sinais aprendidos, muita atenção aos aspectos referentes à configuração de mão, movimento e ponto de articulação. Alguns alunos utilizaram vídeos disponibilizados na internet para praticarem os sinais em momentos extraclasse. Os alunos relataram, na sua maioria, que apresentaram dificuldades em aprender a Libras, sendo que alguns conceitos relacionados a gramática da Língua Brasileira de Sinais, como os parâmetros da LIBRAS, eram de difícil compreensão, porém com o decorrer da disciplina e a prática, foram ficando mais fáceis. Os dados mostram o interesse dos alunos pela disciplina, buscando conhecer a LIBRAS, aprender e interagir com pessoas surdas. Com a disciplina os alunos compreendem que é uma língua, com estrutura gramatical própria, composta pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Na disciplina vivenciaram situações de aprendizagem de segunda língua, assim como aprender Francês, Inglês. Conclui-se que, através da inserção da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciaturas, se contribuiu para a formação dos futuros profissionais, a reflexão da importância do reconhecimento das pessoas surdas, favorecendo a construção de uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Educação Superior. Aquisição de segunda língua.

Resumos dos Pôsteres

Eixo 1. Formação de Professores e Educação Especial

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇOS DE COMPARTILHAMENTO E REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA

Vitória Machado Nani,
Alexia Bahuschewkyj Soares,
Tasia Wisch,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

O trabalho aqui proposto contempla ações desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “A formação de professores e estudantes na perspectiva da educação inclusiva” desenvolvido no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande Sul. Esta ação de extensão parte das demandas evidenciadas pelos professores da educação básica e estudantes dos cursos de licenciaturas, que manifestam a necessidade de um investimento em espaços formativos que favoreçam o debate sobre processos inclusivos e práticas docentes em busca de uma escola inclusiva. No que tange à formação de professores, os estudos desenvolvidos por Imbernón (2005, 2006, 2010) permitem maior clareza sobre a relevância destes processos formativos. Em busca do fortalecimento da compreensão a respeito das principais legislações

da Educação Especial e qualificação dos processos de ensino-aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, ofertamos a estudantes e professores ações formativas com temática central a inclusão, promovendo o debate sobre situações práticas de sala de aula, problematizando as deficiências e os desafios nos processos de ensino e aprendizagem. Na presente investigação abordaremos a ação: “Processos de aprendizagem: relatos de experiências no contexto dos anos iniciais e EJA do Colégio de Aplicação”. O curso buscou constituir um espaço de compartilhamento de experiências sobre os anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos - EJA. Também se contemplou os processos inclusivos no contexto da dinâmica da sala de aula regular. Esta proposição é dialógica e construída com todos os participantes envolvidos. Como resultados preliminares, podemos destacar a importância desta ação, visto que o debate sobre processos inclusivos ainda precisa ser ampliado no ambiente escolar e social. Percebe-se que houve grande procura e participação da comunidade acadêmica explicitando a relevância desta oferta, à saber: aproximadamente 80 professores e estudantes de graduação participaram desta ação de formação ao longo do segundo semestre de 2017. Tais resultados vêm ao encontro dos estudos de Imbernón (2006) os quais indicam que a formação está para além da atualização científica, pedagógica ou didática, ou seja, implica a possibilidade de adaptar-se às mudanças e incertezas vivenciadas cotidianamente. A prática dialógica, fundamentada pelos estudos Freireanos evidenciaram no compartilhamento uma importante estratégia de aprendizagem. Nem sempre havia respostas para os questionamentos levantados, porém o próprio grupo buscou formas de construir reflexões e proposições para tais desafios. Além disso, a proposta de formação continuada na escola fortaleceu o entendimento de que os processos inclusivos são favorecidos por ações em grupo e mostrou aos professores que juntos são capazes de produzir conhecimentos e serem agentes ativos em sua formação e ação pedagógica. Dessa forma, tal proposição vem promovendo a aprendizagem dos professores e estudantes que buscam qualificar metodologias dentro da sala de aula e contribuir para as práticas inclusivas nas escolas de educação básica.

Palavras-chave: Educação especial, formação, professores, reflexão

DOCÊNCIA ORIENTADA: PENSANDO PRÁTICAS E CONTEXTOS DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DA TEORIA DE HENRY WALLON

Natali Esteve Torres
Fabiane Adela Tonetto Costas

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho é fruto da experiência desenvolvida durante a docência orientada na disciplina de Psicologia da Educação III onde foi trabalhada a obra completa de Henry Wallon, *A Evolução Psicológica da Criança* (2007). A obra é dividida em três partes principais: A infância e seu estudo, as atividades da criança e sua evolução mental, e por fim, os níveis funcionais. O objetivo foi estabelecer relações com a Educação especial, considerando fatores sociais e culturais para pensar a aprendizagem além de pensar diversas estratégias de aprendizagem a partir da fase desenvolvimento psicológico que a criança se encontra. Wallon (2007) aponta para o fator social e biológico como duas grandes áreas que irão influenciar em seu desenvolvimento, porém, não prioriza nenhum deles, em todo tempo reafirma que são fatores que se complementam e a aprendizagem não está em nenhum momento relacionada a apenas um deles. Partindo dessa concepção, buscou-se, além do trabalho dos conceitos básicos, trazer elementos que problematizassem as questões sociais da infância, visto que isso é uma realidade que pode ser observada em todas as escolas e representa, o lugar de atuação do educador especial, uma vez que existe comprometimento no fator biológico das pessoas com deficiência. Para isso, assistimos o documentário *O Início da Vida* e trabalhamos questões culturais que pudessem modificar a experiência de aprendizagem da criança, através de curiosidades sobre as infâncias em diferentes lugares do mundo. As discussões suscitadas na turma foram muito produtivas, pois as alunas traziam exemplos que envolviam questões sociais articulando com os conceitos trabalhados pelo autor. Para falar sobre os conceitos principais da obra – pensamento categorial e pensamento sincrético – utilizamos recursos audiovisuais de pequenos vídeos de crianças narrando situações para que fosse possível verificar os conceitos abordados na teoria. Como resultado dessa imersão, cada aluna elaborou uma atividade que, fundamentada na obra do autor, deveria estar direcionada para algum sujeito público alvo da educação especial, de determinada faixa etária, em um determinado contexto. Essa atividade foi colocada dentro de um padrão gráfico e entregue para todos os colegas da turma, além de ter sido apresentada em aula, explicando como cada autora pensou a atividade articulando os conceitos do autor. Assim, todas finalizaram a disciplina com um compilado de atividades relacionadas à obra de Wallon e as discussões estabelecidas durante a disciplina para utilizar nas experiências futuras de estágio e atuação profissional.

Palavras-chave: Formação de professores – Educação especial – Práticas pedagógicas – contextos sociais - Henry Wallon

EDUCAÇÃO, SAÚDE E INCLUSÃO: PERSPECTIVA DOCENTE

Thalia Costa Ferrari
Caroline Silva de Oliveira
Morgana Christmann
Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria

Introdução: O processo de inclusão escolar tem suscitado diferentes reflexões na escola. Entre elas os aspectos relacionados a saúde, em virtude das diferentes condições dos estudantes com deficiência no ambiente escolar, que muitas vezes denotam dúvidas e inseguranças por parte dos profissionais que atuam nesse espaço. Além disso, a discussão sobre os temas de saúde, tema transversal sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem exigido maior aprofundamento dos docentes.

Objetivo: Apresentar as concepções dos professores sobre o processo de inclusão na escola, com vistas a refletir sobre as percepções passados nove anos da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). **Método:** A pesquisa do tipo qualitativa exploratória, foi desenvolvida com professores de uma escola da rede pública de um município do estado do Rio Grande do Sul. Com o consentimento dos participantes pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi entregue aos 70 docentes da escola, um questionário contendo 24 questões fechadas, que retornaram o questionário preenchido depois de sete dias. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo clássica de Bardin (2011).

Resultados e discussão: Dentre estes docentes, somente 27 retornaram o questionário. Ao verificar os dados percebeu-se que um número considerável de docentes respondeu que estão “em parte” capacitados para trabalhar com estudantes com deficiência em sala de aula, o que é coerente com o que a literatura tem apontado desde a promulgação da política. Esses docentes definem que a inclusão é uma “prática de incluir estudantes que possuem alguma deficiência”, ressaltando a necessidade de tratamento com igualdade, mas considerando suas necessidades específicas. Além disso, referiram que a infraestrutura continua sendo uma barreira na inclusão desses estudantes no contexto escolar. No que tange a prática pedagógica, apontaram a necessidade de trabalho conjunto entre todos os profissionais da escola, salientando a importância de uma prática que permeie o incentivo, a valorização e o respeito às diferenças. **Conclusão:** Desta forma pode-se concluir que, mesmo com a diversidade de materiais produzidos sobre o trabalho docente com estudantes com deficiência nos últimos anos, ainda perdura a dificuldade em atuar com tais estudantes. Além disso, tanto a prática pedagógica, quanto a infraestrutura das escolas, necessitam ser melhoradas, possibilitando o desenvolvimento de atividades com mais segurança e autonomia, tanto para os estudantes quanto para os professores.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Inclusão. Docentes.

JOGOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE AEE DA 2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO RS.

Debora Silvana Vaz Soares

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

A formação de professores de Salas de Recursos/Multifuncionais é necessária diante do cenário das formações continuadas, precisando ser instigada e refletida, tanto pelos sujeitos que a propõem quanto para aqueles que a realizam; sendo assim, uma troca e busca única por conhecimentos que enriquecem a todos. Através do relato de experiências pretende-se apresentar as atividades e propostas de materiais elaborados durante a formação continuada intitulada “Jogos no Atendimento Educacional Especializado: Adaptar, Experenciar, Executar”; desenvolvida quinzenalmente no ano de 2016, com duração total de 120 horas. A mesma tem sua origem nas formações continuadas realizadas pelo setor de educação especial da 2ª Coordenadoria Regional do Rio Grande do Sul, ao qual propõem diferentes temas dentro da proposta de educação inclusiva. Sendo beneficiados com estas atividades, professores que atuam na mesma coordenadoria em Salas de Recurso/Multifuncional. Através das propostas de trabalho busca-se o incentivo ao desenvolvimento de atividades lúdicas durante o AEE, enaltecendo a importância da mesma para o desenvolvimento do aluno com deficiência, disponibilizando aos docentes variedades de materiais lúdicos que visam propostas diferenciadas em suas práticas. Desenvolve-se também a construção coletiva de jogos e materiais adaptados para os diferentes níveis de desenvolvimento dos alunos, sendo estes elaborados de acordo com as necessidades apresentadas por cada professor. A elaboração das oficinas teve o aporte teórico nas leituras e reflexões feitas a partir de Marquazan, Bridd, Santos, Gardner, Virgolim, Tonini, Boimare, Huizinga, Goldfeld assim como na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, entre outros. Durante o desenvolvimento das atividades foram realizadas conversas com base na teoria assim como compartilhados e disponibilizados aos profissionais em torno de 200 jogos, sendo que os mesmos criaram seu banco de jogos com arquivos digitais escolhendo aqueles para confeccionar posteriormente durante as práticas, realizando momentos de relatos sobre a aplicação dos jogos no AEE. Para a continuidade dos trabalhos, foi criado através de recursos de rede social um grupo de compartilhamento de materiais, o mesmo foi reconfigurado em forma de página. Atualmente a página Jogos no Atendimento Educacional Especializado tem o intuito de trazer novas sugestões de jogos e trabalhos a todos os profissionais envolvidos com a área da educação especial. No ano de 2017 será realizada nova edição da formação, com jogos específicos para o trabalho de alunos com Surdez, Deficiência Intelectual e Autismo. Percebe-se a importância de propiciar momentos de troca entre os profissionais, bem como a valorização que os mesmos dão aos recursos apresentados, pois é nas relações com o outro, e no contínuo processo de aprendizagem e reflexão de nossas práticas que nos constituímos como sujeitos capazes de avaliar nosso trabalho e nos reinventarmos como profissionais.

Palavras-chave: Jogos; Formação Continuada; Atendimento Educacional Especializado.

O ENSINO COLABORATIVO E A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: UM ESTADO DA ARTE

Franciele Rusch König
Fabiane Romano de Souza Bridi

Universidade Federal de Santa Maria -UFSM

Este estudo compõe os movimentos investigativos iniciais da pesquisa a ser desenvolvida ao longo do curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, voltada a discussão da construção conceitual sobre o Ensino Colaborativo na formação docente inicial. O Ensino Colaborativo vem sendo discutido como uma possibilidade de organização das práticas pedagógicas em Educação Especial, sendo capaz de potencializar o acesso aos recursos dos quais necessitam os estudantes em seus processos de aprendizagem na sala de aula comum, por meio do trabalho articulado entre um professor da Educação Especial e um professor do Ensino Comum. Nesta tangente, este trabalho é caracterizado pelo estado do conhecimento das produções científicas na área de interesse e tem o objetivo de conhecer o que se tem produzido sobre este campo atualmente, com vistas a fomentar a discussão os processos formativos docentes iniciais, mais especificamente no que tange a construção do conhecimento sobre o desenvolvimento colaborativo de práticas pedagógicas entre professores da Educação Especial e demais professores do contexto escolar, construindo, assim, alicerces para o desenvolvimento da pesquisa. A busca ocorreu no Portal de Periódicos e Portal de Teses e Dissertações da Capes por meio do cruzamento dos descritores “Ensino Colaborativo” e “Formação Inicial Docente”, totalizando 175 trabalhos no Portal de Teses e Dissertações e 96 no Portal de Periódicos. Desta totalidade de trabalhos foram selecionados aqueles cujos títulos anunciam a temática de interesse, resultando em 6 publicações no Portal de Teses e Dissertações e 2 no Portal de Periódicos. A etapa seguinte consistiu na leitura dos resumos dos seis trabalhos selecionados, resultando em 2 publicações no Portal de Teses e Dissertações e 1 no Portal de Periódicos. Estas três publicações filtradas foram acessadas para leitura na íntegra. Destas, uma refere-se à formação continuada, organizada para fins de pesquisa, com enfoque no trabalho colaborativo entre professores de Língua Inglesa. Uma publicação discute a constituição identitária do professor ao longo da formação inicial para a educação inclusiva, sem estar detido às práticas colaborativas. A terceira publicação lida aborda experiências de acadêmicos de um curso de Licenciatura em Física, mencionando o ensino colaborativo como uma decorrência de atividades do PIBID desta área. O resultado deste movimento de estado do conhecimento aponta para a inexistência de publicações que discutam as influências da formação docente inicial, em todas as licenciaturas, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em um contexto educacional adjetivado inclusivo. Deste modo, compreende-se a necessidade de fortalecimento do desenvolvimento de estudos e práticas sobre o tema, especialmente pela relevância dos processos formativos iniciais na construção da identidade docente e das formas organizacionais do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino Colaborativo; Formação Inicial.

OS SABERES DOS ESTAGIÁRIOS DE PEDAGOGIA E AS RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM

Josiane da Silveira
Rejane Ramos Klein

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Esse texto apresenta um recorte da pesquisa intitulada “Os saberes que constituem o estagiário de Pedagogia a partir de um espaço de Apoio Especializado no Programa de Educação e Ação Social - Educas/UNISINOS”, desenvolvido para o Trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo desta pesquisa foi de problematizar os saberes que constituem o estagiário como docente a partir das práticas realizadas nesse espaço que se configura como uma forma de *apoio especializado*. O caminho metodológico dessa pesquisa foi a Roda de Conversa (AFONSO; ABADE, 2008; FIGUEIRÊDO; QUEIROZ, 2012), onde foram realizados encontros com dois estagiários de pedagogia e dois estagiários de psicologia, que atuaram no Educas durante o primeiro semestre de 2016. A investigação teve como base os autores Larrosa (2002); Lopes e Reck (2013), Veiga-Neto (2001, 2003, 2011), Provin e Klein (2015); Lopes e Guedes (2008); Cunha (1995), Nóvoa (2009, 2011), entre outros. Dentre os resultados dessa pesquisa, destacou-se a compreensão dos aspectos históricos sobre a inclusão, a diferença, a escola e a formação de professores. Evidenciando aspectos que apontam a constituição do estagiário de Pedagogia e seus saberes sobre a docência: os conceitos de Inclusão, diferença e aprendizagem, significados a partir do Programa Educas, que permitam pensar as práticas pedagógicas de outros modos. A discussão, reflexão e avaliação, dimensões presentes e necessárias no planejamento compartilhado entre pedagogia e psicologia. Apontando a possibilidade desse modo da atuação ser mais frequente e efetiva no contexto escolar, como uma necessidade quando se pensa na inclusão. Nesta pesquisa conclui-se que a construção dos saberes sobre docência, proporcionados através do Educas, contribuiu de forma significativa para a formação dos estagiários do curso de Pedagogia, tornando-se docente mais fortalecido para trabalhar com a aprendizagem, considerando as diferenças no contexto educacional.

Palavras-chave: Inclusão. Aprendizagem. Educas. Estagiário.

Eixo 2. Políticas Públicas e Educação Especial

A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA DE ALUNOS DEFICIENTES INTELECTUAIS ATRAVÉS DE JOGOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, EM UMA ESCOLA ESPECIAL DE IRANDUBA - AM

Danielle Mariam Araujo dos Santos
Marcio Gonçalves dos Santos
Laila Fernanda dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

A cartografia está presente no cotidiano das pessoas e ajuda na localização, deslocamento e compreensão do espaço nas suas especificidades. A alfabetização cartográfica acontece a partir do domínio dos códigos e símbolos desta linguagem, através da qual o indivíduo consegue ler as informações presentes nos produtos cartográficos. Pessoas com deficiência intelectual necessitam de atividades diferenciadas para que possam entender e dominar esta linguagem de modo pleno. O estudo “A alfabetização cartográfica de alunos deficientes intelectuais através de jogos e recursos pedagógicos, em uma Escola Especial de Iranduba - AM”, tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas dos professores das séries iniciais em uma escola que atende a este público. O estudo é relevante porque contribui para a compreensão da realidade da prática pedagógica no ensino da Geografia, a partir da perspectiva da inclusão usando recursos diferenciados, e ainda elabora atividades pedagógicas de cartografia que auxiliam os docentes nas aulas. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e tem como método de procedimento a pesquisa ação, com a realização de levantamento bibliográfico, documental, aplicação de entrevistas, realização de oficinas com os professores e atividades práticas com alunos de 4º e 5º ano. O campo da pesquisa é uma escola com 170 alunos adultos e crianças e 15 professores. Além da escolarização, a escola desenvolve oficinas de horta, tarefas para que o aluno possa desenvolver uma vida mais independente, e ainda a prática esportiva. Os resultados parciais demonstram que os professores têm dificuldades em elaborar atividades específicas de cartografia por que não há mapas sobre o município disponível com facilidade. Verificou-se ainda que os professores, em sua maioria formados em Pedagogia e com especialização em psicopedagogia e educação especial, nem sempre conseguem dominar de modo pleno os temas de cartografia, e nas turmas, ainda há alunos não alfabetizados. Para os docentes os jogos auxiliaram no aprendizado dos alunos, despertando o interesse pelo conteúdo, a atenção e a participação nas aulas. Os jogos elaborados com os mapas de Iranduba fazem com que o aluno possa compreender de modo significativo as formas de representação gráfica do espaço começando pela sala de aula, o bairro, a cidade e o município. O ensino da cartografia precisa estimular os sentidos e fazer com que o aluno com deficiência intelectual perceba as dimensões e as representações do espaço em que vive.

Palavras – chave: Inclusão; Ensino de Geografia; Cartografia.

ANÁLISE PRELIMINAR DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Ana Carolina Michelon Silveira
Maiandra Pavanello da Rosa
Fabiane Romano de Souza Bridi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho versa sobre as relações entre Deficiência Intelectual e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A pesquisa teve como objetivo realizar uma análise preliminar da produção acadêmica referente à temática investigativa. O processo metodológico consistiu em uma pesquisa bibliográfica, os dados foram produzidos no Portal de Teses e Dissertações da CAPES por meio dos descritores “Deficiência Intelectual” e “Pacto de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)”, no período de 2012-2016. Foram identificados 639 trabalhos. Quando refinados os dados de pesquisa com os seguintes filtros: ciências humanas, educação, educação especial e educação do indivíduo especial, foram encontrados 70 trabalhos. Considerando que se tratou de uma análise preliminar, dos 70 trabalhos encontrados, foram lidos e analisados 40. A análise baseou-se na leitura dos resumos, verificação das Palavras-chave e breve leitura dos trabalhos na íntegra. Em todos os trabalhos lidos apareceu o termo “Deficiência Intelectual”. Apenas dois trabalhos continham o descritor “Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)”. Também foram encontrados três trabalhos que continham relações entre a Deficiência Intelectual e os processos de alfabetização e letramento nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, porém estes não eram relacionados ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Diante da leitura de 40 resumos e Palavras-chave dos trabalhos, bem como da breve leitura dos textos na íntegra, pudemos reconhecer que as principais temáticas de pesquisa referentes à Deficiência Intelectual estão relacionadas à avaliação dos alunos com Deficiência Intelectual, alternativas metodológicas para aprendizagem, atendimento em salas de recursos multifuncional, formação de professores, questões ligadas a políticas públicas em geral e participação dos sujeitos com Deficiência Intelectual no mercado de trabalho. Assim, percebemos que há pouca produção acadêmica sobre as relações entre os alunos com Deficiência Intelectual e Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), indicando a necessidade de se ampliar as investigações na área que interliguem estas temáticas. Ressaltamos que este trabalho se referiu à uma análise preliminar sobre a temática, a qual continuará em investigação.

Palavras-chave: Educação Especial. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Deficiência Intelectual.

CICLO DE PALESTRAS: UMA AÇÃO DE DEBATE DOS TEMAS INCLUSIVOS

Geyse Pattrizzia Teixeira Sadim
Vanessa Macedo Nogueira
Maria Almerinda de Souza Matos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

O Ciclo de Palestras e Debates sobre Inclusão no Contexto Amazônico é uma ação contínua de extensão do Programa de Apoio Educacional Especializado – PAEE, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD, com apoio da Faculdade de Educação – FAGED e Linha de Pesquisa 4 – Educação Especial e Inclusão no Contexto Amazônico do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. A idealização do Ciclo de Palestras surgiu da necessidade de discutir e trazer reflexões sobre as temáticas presentes na Ementa da Linha de Pesquisa 4 do PPGE/UFAM, tais como: Educação especial e inclusiva no Brasil; Participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/superdotação; Atendimento educacional especializado; Diversidade amazônica e os desafios da educação inclusiva. Desta forma, o objetivo desta ação é promover mensalmente um encontro entre acadêmicos, professores e profissionais da Educação para discutir as temáticas acerca da Educação Especial e Inclusão no Contexto Amazônico. A divulgação é feita através da página do Facebook “NEPPD UFAM”, site da UFAM e cartazes fixados pela Faculdade de Educação. As inscrições podem ser realizadas por e-mail ou no local do evento. Em todos os eventos são distribuídas Fichas de Satisfação para os participantes. Através delas, levantam-se os dados relativos à titulação, curso, profissão e instituição da qual pertence, com a intenção de conhecer o público-alvo. Assim como se pode identificar o grau de satisfação através de uma escala que classifica alguns pontos do evento como ótimo, bom, satisfeito e ruim. Como resultado, o Ciclo de Palestras já promoveu seis encontros no ano letivo de 2017 e alcançou um quantitativo de 735 pessoas. O primeiro evento de 2017 ocorreu em janeiro com o tema “A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): Avanços e Retrocesso”; o segundo foi realizado em Abril e abordou a temática “Autismo: para cuidar, é preciso conhecer”; a terceira edição do ciclo ocorreu em Maio com o tema “Educação e Saúde: um Diálogo Necessário às Políticas de Atenção Integral para as Pessoas com Deficiência”; o quarto evento ocorreu também em Maio e falou-se sobre “Acessibilidade e Inclusão”; o quinto abordou a temática “Informação e Documentação para Pesquisa: o uso de base dados” em Julho 2017; e o mais recente aconteceu em Agosto, com o tema “Introdução à Psicopedagogia”. Do público alcançado, 57% classificou a organização e o conteúdo abordado como ótimo; 39% como bom; 3% como satisfeito e 1% como ruim. Assim, percebe-se que o Ciclo de Palestras contribui tanto na formação inicial quanto continuada dos participantes, fomentando a discussão no campo da Educação Especial e da Inclusão, além de mobilizar mais pessoas para luta em defesa do cumprimento das políticas públicas no campo educacional.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Formação Continuada.

O ESPAÇO SOB UM OLHAR ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA ATRAVÉS DE JOGOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS COM ALUNOS DEFICIENTES INTELECTUAIS EM IRANDUBA- AM

Danielle Mariam Araujo dos Santos

Marcio Gonçalves dos Santos

Laila Fernanda dos Santos

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

A cartografia está diretamente ligada ao processo de alfabetização, pois envolve o domínio de uma linguagem existente nos mapas, formada por um sistema de códigos que permitem uma comunicação, assim como acontece na alfabetização da língua portuguesa. Os alunos com deficiência intelectual, nem sempre conseguem desenvolver a alfabetização cartográfica no mesmo ritmo dos alunos sem deficiência. Diante disto, a pesquisa intitulada O ESPAÇO SOB UM OLHAR ESPECIAL: Um estudo sobre o processo de alfabetização cartográfica através de jogos e recursos pedagógicos com alunos deficientes intelectuais em Iranduba-AM, tem como objetivo analisar o processo de alfabetização cartográfica de alunos com deficiência intelectual, nas escolas municipais de Iranduba. Esta pesquisa é importante para que se possa compreender como isto acontece com alunos com deficiência intelectual em um município do Amazonas, como os professores trabalham a cartografia, as dificuldades que enfrentam, e como o uso de jogos e materiais pedagógicos podem ajudar no aprendizado. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e tem como método de procedimento, a pesquisa ação. Foram entrevistados quatro professores que atuam na educação especial e as atividades com jogos serão realizadas em duas turmas de 4º e 5º ano. Os resultados parciais mostram que, conforme o censo escolar, Iranduba tem 198 alunos com deficiência matriculados nas escolas de ensino regular, sendo 24 com síndrome de Down e 90 alunos com deficiência intelectual, com laudos médicos apresentados. Observou-se que as escolas recebem do MEC e da Secretaria de Educação mapas e globos, porém nem sempre recursos são usados por que os docentes têm dificuldades em elaborar atividades específicas para alunos com deficiência intelectual. A maior parte das escolas urbanas e rurais de Iranduba, ainda não estão com estruturas físicas acessíveis, porém, as mudanças estão em análise. Os professores entrevistados, informam que alunos com deficiência intelectual, nem sempre conseguem realizar as atividades propostas, devido à gravidade de sua deficiência, falta de recursos adequados ou despreparo dos profissionais que atendem os alunos. Nesta perspectiva, jogos e materiais pedagógicos confeccionados com e para os alunos deficientes intelectuais, facilitam a compreensão da cartografia e promovem um aprendizado mais significativo. A compreensão do espaço pelo aluno com deficiência intelectual, precisa ser trabalhada a partir de atividades estimulantes, criativas e que envolvam os alunos do ensino regular, para que se promova uma real inclusão na escola.

Palavras – chave: Inclusão; Ensino de Geografia; Cartografia.

PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: RELAÇÕES COM O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maiandra Pavanello da Rosa
Diana Alice Schneider
Fabiane Romano de Souza Bridi
Michele de Oliveira Rocha

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho objetivou conhecer os fatores que influenciam no alto índice de alunos classificados como público-alvo da Educação Especial nos 3º e 4º anos do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino em Santa Maria; identificar qual a categoria predominante entre os alunos público-alvo da Educação Especial nos 3º e 4º anos; e analisar as possíveis relações entre os processos de identificação de alunos com deficiência intelectual e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Como questão norteadora, indagamos quais os fatores influenciam na grande incidência de alunos público-alvo da Educação Especial nos 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa. A produção dos dados foi realizada a partir do Censo Escolar da Educação Básica – Microdados (MEC/INEP, 2013; 2014), onde observamos principalmente as estatísticas referentes ao público-alvo da Educação Especial e o Ensino Fundamental. A análise foi realizada a partir de autores, como: Bridi (2011), Evangelista, Shiroma e Santos (2014) e também de documentos orientadores, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2012). A partir da análise dos dados observamos que o 3º e 4º anos do Ensino Fundamental são as etapas de ensino com o maior percentual de alunos classificados como público-alvo da Educação Especial e também que a deficiência intelectual se apresentou como a categoria com maior número de matrículas. Em 2013, no 3º ano, do total de 1698 alunos, 125 se enquadravam no público-alvo da Educação Especial e, destes, 108 na categoria deficiência intelectual. No 4º ano, do total de 1649 alunos, 108 público-alvo, 84 com deficiência intelectual. Em 2014, no 3º ano, do total de 1604 alunos, 133 se enquadravam no público-alvo da Educação Especial e, destes, 106 na categoria Deficiência Intelectual. No 4º ano, do total de 1669 alunos, 112 público-alvo, 97 com deficiência intelectual. Ao problematizarmos as possíveis relações do PNAIC com o alto índice de alunos público-alvo da Educação Especial, principalmente na categoria de deficiência intelectual, refletimos sobre as ações e proposições do programa referente ao desempenho dos alunos nesta etapa de ensino, já que nem todos conseguem alcançar o rendimento estabelecido pelo PNAIC. Dessa forma, infere-se que ao não alcançar os desempenhos pretendidos pelo programa e uma suposta dificuldade de aprendizagem, ou da necessidade de maior tempo para o processo de alfabetização ou metodologias diferenciadas, os alunos podem vir a ser identificados como público-alvo da Educação Especial, na categoria de deficiência intelectual, considerando que o PNAIC entende que todos os alunos devem estar alfabetizados ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Educação Especial. Deficiência intelectual.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SERTÃO.

Vanessa Carla Neckel
Andréa Mendiola Marcon
Gabriele Albuquerque Silva
João Anselmo Meira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/ Campus Sertão.

Introdução: O projeto de extensão “Ações educativas sobre educação especial na perspectiva da inclusão social no município de Sertão” é uma das ações do Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Sertão. Têm como público-alvo os discentes, docentes, servidores, pais, quais estão inseridas nestes grupos todas são advindas das comunidades educacionais do IFRS Campus Sertão e da Escola Estadual de Ensino Fundamental Bandeirantes localizadas na abrangência do Município de Sertão – RS. **Objetivos:** Realizar ações educativas sobre a educação especial na perspectiva da inclusão social no intuito de interação e produção de conhecimento acerca da educação especial; sensibilizar estudantes, servidores e comunidade externa sobre a importância da inclusão social das pessoas com necessidades específicas na educação básica e seus direitos; e possibilitar campo de formação para professores e servidores. **Método:** A equipe executora do projeto é composta por três bolsistas de extensão, quatro técnicos administrativos em educação e três professores. Para o desenvolvimento das atividades, são realizados encontros para realizar pesquisa e aprofundamento sobre o tema do projeto e após a elaboração de materiais. Dentre as ações encontram-se a difusão de informações, ideias, conceitos, história, entre outras, de forma construtiva e dialógica com alunos e professores, para que possa contribuir com a cultura de respeito à diversidade em nosso sistema educacional, com atitudes que visam à inclusão social e educacional. **Resultados:** Para disseminar a informação, são fixados murais semanalmente nas instituições participantes com diferentes assuntos interligados à importância da educação especial, como sugestões de filmes, leituras, legislações, entre outros. Além dos murais, foi construído um catálogo de filmes que abordam a inclusão da pessoa com deficiência e em parceria com o projeto de ensino “Campo Cultural”, foi escolhido um dos títulos, na qual foi exibido no “Cine de Quinta” para os estudantes do IFRS - *Campus* Sertão e para os estudantes do 5º a 7º ano da Escola Estadual. Com o objetivo de possibilitar campo de formação para os professores, foi discutindo sobre Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade com os professores. Tal ação, visou compreender o contexto educacional do educandário assim como suas demandas sobre a inclusão, tais questões são advindas de pesquisa qualitativa aplicada com o corpo docente da comunidade escolar, o instrumento avaliativo tem como objetivo rastrear e compreender questões levantadas pelos educadores para o auxílio pedagógico por parte da equipe componente do projeto **Conclusões:** Através das atividades do projeto, tem-se oportunizado aos bolsistas e ao público-alvo refletir e sensibilizar sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiências, sem que haja preconceito e discriminação. Além disso, possibilita ressignificar ideias e conceitos sobre a educação especial, bem como produzir conhecimento acerca dos diferentes saberes profissionais na área da educação. Desta forma, o projeto torna-se imprescindível pela necessidade de abordar um tema cada vez mais presente no ambiente educacional.

Palavras-chave: Ações educativas. Educação Especial. Pessoas com necessidades educacionais específicas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS DO NAPNE DO IFRS *CAMPUS* SERTÃO NA CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO

Gabriele Albuquerque Silva
João Anselmo Meira
Dagmar Pedro Tamanho
Marcos Antonio Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/Campus Sertão

Introdução: Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foram instituídos como setores propositivos que mediam o processo da educação inclusiva na instituição. Cada *campus* compõe seu Núcleo através de portaria própria, tendo a participação de servidores, acadêmicos e membros da comunidade externa. No *Campus Sertão*, o NAPNE desenvolve diversas ações na perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão. **Objetivos:** Facilitar e disseminar ações inclusivas, buscando a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas na comunidade acadêmica e no mundo do trabalho. **Método:** Construção de atividades e práticas através da interdisciplinaridade e articulação do núcleo em encontros e trocas constantes. **Resultados:** O NAPNE busca promover a inclusão constantemente, seja no acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas que ingressam no IFRS *Campus Sertão*, seja na articulação com projetos de ensino, pesquisa e extensão, dentre os quais se encontram: Equoterapia - fornecimento de espaço e suporte para o tratamento em equoterapia à entidades como as APAEs da região de Sertão, onde o cavalo é utilizado como agente mediador terapêutico do desenvolvimento biopsicossocial do praticante; Pet Terapia, que proporciona atividades de estimulação e realização de Terapia Assistida por Animais com a mediação de cães; apoio ao projeto Ações Educativas sobre Educação Especial na perspectiva da Inclusão Social no Município de Sertão, que desenvolve atividades de sensibilização e conscientização de estudantes e formação de professores acerca da inclusão; Produção de Material Didático Pedagógico de Apoio Docente que busca auxiliar o professor do IFRS *Campus Sertão* no desenvolvimento didático-pedagógico para mediar o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. Trabalhar a inclusão é uma jornada complexa e que demanda a articulação intensa da comunidade escolar, sendo que o modelo de núcleos dos IFES possibilita o fomento do movimento inclusivo nas instituições. **Conclusões:** O NAPNE enfrenta diversos desafios na busca por seus objetivos, porém se mostra como um trabalho de grande necessidade e relevância nos Institutos Federais. O trabalho do NAPNE possibilita articular ações inclusivas que beneficiem toda a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoas com necessidades educacionais específicas.

SÃO LUIZ GONZAGA: A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Gabrieli Pacheco Brum

Vinicius Martins Flores

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida como primeira língua do sujeito surdo pela Lei 10.436 no ano de 2002, sendo o Decreto Lei 5.626/2005 que estabelece a regulamentação dos direitos da Comunidade Surda. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996) juntamente com a Política Nacional de Educação Inclusiva (2008) propõem ações de acessibilidade comunicacional para atender o aluno surdo na sua primeira língua. Embora as leis assegurem a educação especializada, a prática pode ser outra, portanto, a presente pesquisa busca refletir sobre a questão: Como a oferta de educação básica é organizada para os alunos surdos no município de São Luiz Gonzaga/RS? A pesquisa é de cunho exploratório com análise qualitativa, com uma entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas, para compor a amostra serão entrevistados os gestores de educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a 32ª Coordenadoria Regional de Educação. O objetivo geral será verificar a aplicação da legislação relacionada à Educação de Surdos nas escolas municipais e estaduais de São Luiz Gonzaga; tendo os objetivos específicos: (I) verificar a organização de educação para surdos em São Luiz Gonzaga; (II) proporcionar uma reflexão sobre a problemática da inclusão de surdos na escola comum. O estudo proporcionará um panorama da educação de surdos no município, demonstrando a visão da gestão educacional em nível municipal e estadual na cidade de São Luiz Gonzaga sobre a educação de surdos e o bilinguismo bimodal nas práticas escolares, além de possibilitar uma reflexão sobre o surdo na escola comum. O resultado poderá auxiliar na estruturação da educação de surdos no município.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Gestão escolar. Bilinguismo. Libras.

Eixo 3. Acessibilidade e Educação Especial

ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: ADAPTAÇÕES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL – DV

Daiana Luiza Kleinert Rehbein
Fernanda Guedes Porto
Patricia de Souza Nunes
Raquel Ribas Fialho

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Quando falamos em acessibilidade, normalmente o foco está voltado para as pessoas com deficiência física e as barreiras arquitetônicas. No âmbito educacional, de modo geral, o pensamento não é diferente. Para acolher as pessoas com deficiência no ensino superior e cumprir a legislação vigente, na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC se viu necessária a iniciativa de práticas de apoio específicas, para minimizar as barreiras encontradas na trajetória acadêmica, visando à autonomia e independência dos estudantes. O Núcleo de Apoio Acadêmico – NAAC foi criado para viabilizar o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiência na universidade. Na instituição os recursos de acessibilidade são prestados desde o vestibular para garantir a inclusão do estudante que necessite de adaptações arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, e/ou outras durante seu percurso universitário. Após o ingresso do estudante, os profissionais do núcleo realizam o acolhimento e organizam um ofício para as coordenações e docentes dos cursos, com informações indicando disciplinas, a deficiência, e outro documento com orientações sobre os recursos de acessibilidade/apoios necessários ao processo de ensino-aprendizagem. O NAAC também orienta os cursos por meio de capacitações e assessorias, com o objetivo de eliminar a principal barreira que é atitudinal e propor adaptações metodológicas conforme a especificidade de cada estudante com DV. Para atender as diferentes demandas dos estudantes, o núcleo oferece recursos específicos, como programas especiais para computadores, acompanhamento psicológico e psicopedagógico, orientações individuais, identificação de barreiras no espaço físico, adaptação de materiais didáticos e de apoio às disciplinas, acompanhamento em sala de aula, leitura e transcrições de avaliações, revisão e orientação metodológica das provas, disponibilização de recursos em áudio e auxílio na locomoção. Cabe destacar que pessoas com deficiência podem realizar as atividades acadêmicas com tempo adicional. Os estudantes com deficiência visual utilizam o software leitor de tela NVDA em seus notebooks e nos computadores da universidade para ter acesso aos materiais e conteúdos das disciplinas. Este software sintetizador de voz, captura toda e qualquer informação apresentada em formato textual, transformando-a em uma resposta falada. Como grande parte dos materiais pedagógicos disponibilizados pelos docentes não são acessíveis ao software, o núcleo realiza adaptação dos mesmos, tornando-os acessíveis em formato digital. Assim como os materiais que apresentam imagens, esquemas e fórmulas são inacessíveis ao leitor de tela e, por isso, os mesmos são descritos para o estudante, no próprio texto ou oralmente pelo docente. Os vídeos e filmes quando não possuem áudio em português, o docente disponibiliza, com antecedência, um resumo, com apoio do núcleo. A UNISC vem promovendo ações em prol da inclusão e das diferentes acessibilidades e o NAAC trabalha diretamente elaboração de adaptações, na diminuição das barreiras, e na promoção de igualdade nas condições de acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência no ensino superior.

Palavras-chave: acessibilidade, ensino superior, deficiência visual.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A DEFICIÊNCIA FÍSICA E A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS

Maribel leal abreu
Bianca pagel ramson

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Este trabalho traz o relato de experiência de um estudo de caso realizado por duas professoras da rede municipal de ensino da cidade de Canguçu/RS, atrelando prática, teoria e trabalho articulado na busca de progressos na superação de barreiras para que uma aluna com deficiência física tenha autonomia e possa assim, se gerir. **INTRODUÇÃO:** Esse relato traz fragmentos da prática pedagógica de duas profissionais da educação que trabalham com alunos público alvo da Educação Especial as quais, acreditam na proposta da Educação Inclusiva. Esse estudo não se focou nos conceitos acerca da deficiência física, mas nas potencialidades inerentes a cada ser humano. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A aluna, C.V.F.F., com 13 anos está no 6º ano do Ensino Fundamental. “C” teve paralisia cerebral ao nascer, afetando a locomoção, e a coordenação dos membros superiores. Realizou três intervenções cirúrgicas para reestabelecer os movimentos dos membros inferiores, fazendo com que a mesma não ficasse atrelada só ao uso da cadeira de rodas e pudesse, futuramente, utilizar o andador para locomoção. Desde então, a mesma vem sendo assistida por diversos profissionais da saúde e educação. Estes atendimentos se tornaram facilitados, pois, a aluna era atendida numa escola de Educação Especial (APAE), vindo para a escola regular no ano de 2013. Embora na escola regular, permanece com os atendimentos dos profissionais de fisioterapia e educador físico na APAE e na escola tem atendimento no AEE. No AEE a professora articulada com a professora auxiliar desenvolve adaptações de materiais para o uso na sala regular com o uso de baixa e alta tecnologia e desenvolve, com aluna, um trabalho voltado para o uso dessas tecnologias possibilitando autonomia à aluna no acesso ao conhecimento e a sociedade. Também, é realizado um trabalho de cooperação entre as professoras e os profissionais que a atendem fora da escola buscando um crescimento integral da mesma. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para iniciar o trabalho com “C” foi realizado um estudo de caso, onde buscou-se conhecer um pouco da história de vida dela para assim, poder nortear a construção do plano de ação individualizado para trabalhar com a mesma. Após a construção desse plano individualizado foram selecionados os recursos e estratégias a serem usadas com “C”. Começando com o uso do computador na sala regular. Tem-se priorizado o trabalho com os fisioterapeutas e o educador físico possibilitando a mesma confiança na sua reabilitação motora, instigando-a a usar o andador em vários momentos dentro da escola, com orientações desses profissionais, para que “C” possa atingir o mais alto nível de autonomia. **CONCLUSÕES:** Ao concluir esse relato se faz necessário, destacar a importância do trabalho com “C” partimos sempre das suas potencialidades buscando na *práxis* pedagógica as ferramentas oportunas para que a aprendizagem fosse efetivada de maneira significativa. Essa concepção de trabalho vem mostrando-nos a cada dia que assim se consegue ter uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Física.

AÇÕES COM AS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM TEA: INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO E SERVIÇO.

Fernanda Bellé Barichello
Giovana Tocani Gindri

Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai e Das Missões - URI

A partir da década de 90, o Brasil começa a construir um novo tempo para transformar a realidade onde as pessoas com deficiência não eram vistas como cidadãos, ou como pessoas de direito. Assim, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, assume o compromisso de apoiar vários órgãos, na tarefa de fazer com que a sociedade se torne mais inclusiva, elaborando documentos legais que garantam os direitos destes cidadãos. Com isso, as crianças com necessidades educacionais especiais passaram a participar dos espaços escolares, dos espaços sociais, não podendo mais ser excluídas da sociedade, das escolas e tampouco escondidas em suas famílias. A construção de uma sociedade inclusiva exige mudança de ideias e de práticas construídas ao longo do tempo. É importante se prover de cuidados e apoio à família, à escola e demais órgãos e instituições do município, para que as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais tenham condições favoráveis para um desenvolvimento saudável. Diante das Diretrizes da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA - (2014) e da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial (2010), percebemos a necessidade de articular, no município de Santiago, ações entre o ensino e serviço, que possam identificar precocemente as crianças com TEA, assim como as famílias nas quais estão inseridas. Muitas vezes as famílias não se sentem preparadas para buscar os direitos de seus filhos por falta de informação, bem como condições de superação das barreiras atitudinais dos meios que convivem. Então, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/ Campus - Santiago, imbuída de sua missão vem realizando encontros de apoio a pais de crianças com TEA e deficiência, a fim de promover o fortalecimento destas famílias e levá-los a uma condição de autonomia, na busca de seus direitos, bem como o fortalecimento de laços afetivos entre eles e seus filhos. Cabe destacar que, quando a família se encontra em um grupo de iguais, abre-se a possibilidade de trocas, identificações e reconhecimento social, que muitas vezes não são possíveis nos lugares habituais de relacionamento. As ações para as famílias são desenvolvidas através de encontros mensais no horário da tarde/noite, nas dependências da URI, com uso de técnicas que favoreçam o surgimento de questões pertinentes as vivências do dia a dia das famílias que possuem crianças, jovens e adultos com TEA. O grupo é conduzido por uma psicóloga e uma educadora especial, que fazem parte do Núcleo de Acessibilidade da IES. Podemos constatar ao longo destes oito meses de implantação do projeto – Ações com as famílias de pessoas com TEA: integrando ensino e serviço- que as famílias encontraram um espaço de troca de experiência e fortalecimento de laços afetivos entre o grupo, bem como para com seus filhos.

Palavras-chave: família- ensino-serviço- pessoa com deficiência – TEA

BULLYING NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUNS ACHADOS PERTINENTES ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Kauisa G.C. Menezes

Fabiane A.T. Costas

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Introdução As pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais conquistaram o direito de ingressar nos sistemas de ensino, sejam eles tanto as escolas como as universidades. Muitos desses direitos foram assegurados a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, pois através dela foi garantiu-se direito de igualdade e acesso permanecia à todos nas redes de ensino, incluindo as pessoas com deficiência que passam a ter direitos assim como qualquer outra pessoa. Desde 1994, a Educação Especial vem sendo normatizada por documentos que preconizavam a integração, passando por resolução específica, e constituindo-se numa perspectiva inclusiva a partir do ano de 2008. Tratando-se das universidades, em 2012 foi promulgada a Lei 12.772/12, denominada “Lei das Cotas”, que garante a inclusão étnico-racial e socioeconômica de uma parcela considerável da população brasileira que não acessava à educação superior. Ao final do ano de 2016 foi promulgada a Lei 13.409/2016, cujo objetivo é dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, transformando em obrigatoriedade algo que a Universidade Federal de Santa Maria já disponibilizava desde 2007, a partir criação da Resolução 11/07. O CENSO do IBGE (2000) revelava que 14% da população brasileira apresentava algum tipo de deficiência. Já o CENSO do IBGE (2010) aponta que 24% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, fato que revela um acréscimo de 10% desta população e a necessidade de sua escolarização e sua inserção no mundo do trabalho. Com isso, esse papel de incluir não fica proposto apenas para a escola, mas sim, para a Educação no seu sentido mais amplo. Dessa forma, através das pesquisas realizadas desde 2009 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia da Educação e Educação Inclusiva- GEPEIN, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), vem se propondo a investigar e analisar as diversas facetas no processo de inclusão dos alunos com NEE em diversas escolas da rede pública e na UFSM. O intuito dessa pesquisa é averiguar sobre o que os alunos da Universidade Federal de Santa Maria que ingressaram pela Cota B têm a dizer sobre as práticas de Bullying neste espaço. Objetivo: Por fazer parte de um projeto guarda-chuva este texto refere-se à pesquisa sobre o Bullying no Ensino Superior e busca investigar o que dizem os estudantes com e sem deficiência e/ou NEE da UFSM sobre *bullying* na Educação Superior. Objetivos específicos: Analisar as práticas de Bullying: Bullying Físico, Bullying Verbal e Bullying Relacional; Analisar o que estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais da UFSM, que ingressaram entre os anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, os prováveis formandos, têm a dizer sobre a prática de Bullying na educação superior; Propor alternativas de minimização e eliminação de tais práticas. Método: As pesquisas deste projeto “guarda-chuva” têm um caráter qualitativo, não descartando, quando necessário, a presença de arrolamentos estatísticos e quantitativos. Segundo Triviños (1987), pesquisa qualitativa caracteriza-se por realçar opiniões e atitudes. Esse tipo de pesquisa é utilizado para que o pesquisador venha entender os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado. Já a pesquisa quantitativa, trabalha com dados, que procuram mostrar indicadores e tendências observáveis. No caso desta pesquisa, inicialmente, estamos utilizando a análise quantitativa dos dados estatísticos arrolados. No caso específico da pesquisa aqui explicitada, esta se caracteriza também por um enfoque qualiquantitativo. Resultados Fizemos parte coleta inicial desta pesquisa, os dados quantitativos fornecidos pelo Núcleo de Acessibilidade da UFSM. e, a partir destes, foram arrolados os seguintes resultados estatísticos: Um total de 80 estudantes são sujeitos de nossa pesquisa, sendo 24 estudantes que possuem Deficiência

Física e 1 com Deficiência Física Lesão de Plexo Braquial, 13 com Deficiência Auditiva, 39 com Deficiência Visual, 1 com Deficiência Mental, 1 com Transtorno de Aprendizagem, 01 com uma Deficiência não Especificada. Com o resultado desta pesquisa, propõem-se investigar e analisar as diversas facetas no processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais em diversas escolas da rede pública e na UFSM. Como a pesquisa ainda está em andamento, o que se pode aferir até o presente, é que há considerável abandono e cancelamento dos alunos ingressos pela ação afirmativa “B”. Fazem parte dos Cursos pesquisados: Ciências Biológicas - Núcleo Comum, Bacharelado em Letras-Português/Literaturas, Medicina, Enfermagem, Administração Noturno, Curso de Administração - Noturno/CESNORS/PM, Curso de Administração - Diurno/CESNORS/PM Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado em Filosofia- Noturno, Educação Física, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Serviço Social Bacharelado Noturno, Química Bacharelado, Engenharia de Produção, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Ciências Biológicas- Núcleo Comum, Educação Especial Noturno, Engenharia Civil, Sociologia, Pedagogia Noturno, Direito Diurno, Direito Noturno Administração Diurno, Fisioterapia, Ciências Biológicas – Núcleo Comum, Engenharia Civil, Arquivologia, Tecnologia em Gestão de Turismo, História Bacharelado/ Licenciatura , Artes Visuais – Bacharelado em Desenho e Plástica, Ciências Licenciatura Plena , Engenharia Sanitária e Ambiental. Discussão. Após conseguir os dados dos estudantes com o Núcleo de Acessibilidade da UFSM, de imediato, iniciou-se a análise quantitativa e, por conseguinte, foi enviado um questionário para os estudantes que ingressaram no ano de 2010 e que, provavelmente já completaram sua graduação. A ferramenta é o *Google Docs*, pois permite que os estudantes informem qual é o seu grau de concordância ou discordância em cada uma das questões composta por uma escala *Likert*, para que se possa identificar se esses estudantes já foram, ou são, vítimas de práticas de Bullying e também entender, em alguns casos, os motivos do abandonos e cancelamento destes alunos. Como resposta, obtivemos apenas uma, até o momento, o (a) entrevistado (a) relata no questionário que sofreu Bullying devido às questões religiosas. Com essa resposta, fica-nos um questionamento: “por que não obtivemos mais respostas?”. O questionário encontra-se em aberto, estamos aguardando as respostas dos demais estudantes. Conclusão: Como a pesquisa ainda está em andamento, o que se pode prever até o presente é que, a partir da análise quantitativa, percebeu-se muito abandono e cancelamento dos alunos ingressos pela ação afirmativa “B” e desses que já se graduaram ou permanecem em seus cursos houve pouco retorno de respostas do questionário qualitativo enviado. A partir disso, a nossa pesquisa buscará saber o porquê desses alunos abandonarem ou cancelaram os seus cursos, e qual a situação daqueles que ainda são alunos regulares e continuaremos a enviar novos questionários que se destinarão aos alunos ingressantes no ano de 2011. Portanto, quando obtivermos retorno dos alunos, os dados serão tabulados para que possamos diminuir. O nosso objetivo é contribuir para o bem-estar dos estudantes, para que eles se sintam acolhidos no ambiente universitário.

Palavras-chave: Bullying; Educação Especial; Inclusão; Ação afirmativa B; Alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais

LELE DE BOCA ABERTA: LIVRO ACESSÍVEL CONSTRUÍDO A PARTIR DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Amélia Rota Borges de Bastos

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus Bagé

O trabalho apresenta o livro *Lelê de Boca Aberta*. Obra infantil construída a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL) - pressuposto teórico-metodológico que, a partir da compreensão de como o cérebro aprende, propõe um conjunto de princípios para a prática pedagógica de forma a torná-la flexível e responsiva às características de alunos com e sem deficiência. O UDL propõe que os conteúdos sejam trabalhados a partir de três princípios, a saber: 1. Proporcionar modos múltiplos de apresentação da informação, disponibilizando opções para a percepção dos conteúdos a partir da mobilização de diferentes órgãos de sentido; oferecendo meios de personalização na apresentação da informação; oferecendo alternativas à informação auditiva e visual; orientando o processamento da informação por meio da visualização e da manipulação, dentre outros. 2. Proporcionar modos múltiplos de ação e expressão do conhecimento, diversificando os meios de resposta das atividades; otimizando o acesso a instrumentos e tecnologias de apoio; oferecendo opções para a expressão e a comunicação; usando meios midiáticos múltiplos para a comunicação, construção e composição de materiais de apoio ao ensino; construindo fluências com níveis graduais de apoio à prática e ao desempenho, dentre outros. 3. Proporcionar Modos Múltiplos de Auto Envolvimento – oferecendo opções para incentivar o interesse; otimizar os desafios e elevar o reforço ao saber adquirido. Para o DUA o processo de ensino/aprendizagem e os objetos e recursos nele utilizados devem ser construídos de forma acessível, permitindo a qualquer aluno o acesso aos elementos curriculares. Para essa construção, as barreiras à aprendizagem devem ser identificadas e o planejamento do currículo deve ser flexível, de forma a superá-las. No livro *Lelê de Boca Aberta*, as barreiras de acesso ao texto escrito foram superadas a partir das estratégias relacionadas ao primeiro princípio do UDL, dentre elas, a organização de modos múltiplos de apresentação da informação e a personalização do conteúdo de acordo com as necessidades dos seus usuários. Com relação a primeira estratégia, o livro conta com recursos de acessibilidade à informação escrita, permitindo a qualquer usuário o acesso ao seu conteúdo. Dentre as alternativas ao texto escrito em tinta tem-se uma versão em braile e tinta, para que alunos cegos e videntes possam ler juntos na escola; fontes ampliadas e com contrastes figura fundo para baixa visão; versão em áudio e com descrição de imagens, destinada para alunos cegos e não leitores e outra em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O texto conta ainda com uma versão em Comunicação Alternativa, que pode contribuir para o processo de leitura de alunos em construção desta habilidade e com déficit intelectual. Os recursos de acessibilidade presentes no livro foram avaliados com usuários com deficiência e, os resultados desta avaliação, definiram as características de acessibilidade presentes na publicação. Tais recursos e o processo de avaliação com o usuário constituem o foco deste trabalho.

Palavras-chave: Desenho Universal para a Aprendizagem; acessibilidade; livro acessível

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ-SP

Amanda Sousa Batista do Nascimento

Universidade Nove de Julho - UNINOVE-SP

O objeto dessa dissertação é o processo de implementação da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2008) na rede municipal de ensino de Santo André. Nosso itinerário de compreensão está pautado na análise das Políticas Públicas Educacionais Inclusivas, implementadas na cidade, a partir dos documentos oficiais nacionais e internacionais que são referência para a Educação Especial/Educação Inclusiva como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Declaração de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca (1994), LDB n.9394/96, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). O problema que orienta nossa investigação é saber como tem sido o processo de implementação dessa política, quais ações efetivas foram realizadas nesta rede pública municipal para garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares. Nosso caminho metodológico está centrado na análise documental, na revisão de literatura acerca da implementação de políticas educacionais inclusivas e estudos correlatos a este tema, na historicidade e mapeamento das ações desenvolvidas no município em prol da garantia de acesso e permanência aos estudantes com deficiência nas escolas de ensino regular. A metodologia deste trabalho de pesquisa se baseia na análise documental de documentos oficiais, revisão de literatura de trabalhos de pesquisa correlatos à temática da implementação de políticas educacionais inclusivas no Brasil. Este estudo em andamento prevê como próxima etapa a pesquisa qualitativa com questionários e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares e professores da rede municipal, para obter dados sobre suas percepções e avaliações acerca do processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fazendo a análise dos dados que serão coletados a partir do ciclo de políticas de Stephen J. Ball (2011), um ciclo composto por três contextos centrais: o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto de prática na formulação e implementação de uma política pública. Após leitura e sistematização de dados de documentos oficiais, referencial teórico e estudos correlatos acerca da temática de Políticas Educacionais Inclusivas, foi possível constatar que a escolarização de pessoas com deficiência sempre foi um tabu, visto que estes sujeitos, inúmeras vezes, ficaram à margem da sociedade capitalista, juntamente com outros tantos sujeitos, de extratos sociais menos favorecidos, sendo negligenciados por não atender aos padrões preestabelecidos. Nesta perspectiva, o surgimento de Políticas Públicas Inclusivas traz a preocupação com a equiparação de oportunidades que foram negadas a estes sujeitos, mesmo que algumas conquistas tenham sido alcançadas, por movimentos educacionais como os defensores da Educação Especial, ainda estamos muito aquém de alcançar a equidade entre todos os estudantes quanto aos seus direitos de aprendizagem. As pesquisas nos evidenciam que o fato de se ter uma Política Pública Educacional norteadora exclusivamente da Educação Inclusiva, não tem garantido o direito de acesso e permanência dos estudantes com deficiência, pois a realidade escolar brasileira evidencia um modelo de inclusão excludente, que ainda privilegia poucos e que precisa ser superado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, implementação, políticas educacionais.

REPROVAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: DESAFIOS ÀS PRÁTICAS DOCENTES ALFABETIZADORAS

Rejane Ramos Klein
Maria da Graça
Rosemeri do Amaral

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Este texto apresenta um recorte da pesquisa intitulada “Alfabetização na ‘idade certa’ numa perspectiva inclusiva: tensões e desafios às práticas docentes alfabetizadoras”, a qual tem como objetivo conhecer, analisar e problematizar práticas pedagógicas alfabetizadoras desenvolvidas sob a orientação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC. Nesse recorte específico, buscamos analisar os posicionamentos de cinco professores do ciclo de alfabetização da Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, as quais participaram de uma oficina que se constituía como campo da investigação da pesquisa mais ampla. Evidenciamos como o tema da reprovação aparece como problema em suas práticas, principalmente no terceiro ano do ciclo. A partir dos estudos de GRAFF (1990), SIBILIA (2012), PICCOLI E CAMINI (2012), verificou-se como resultados parciais um desafio para as professoras aliarem-se as orientações do PNAIC, pois as mudanças almejadas por ele nem sempre eram possíveis de serem realizadas. O desafio do planejamento de uma proposta pedagógica que articulasse os três primeiros anos a partir da ideia de ciclo e não mais seriada se colocava para as professoras de modo individualizado e pouco coletivo enquanto orientação da escola. A possibilidade da reprovação era resgatada pelas professoras como a grande questão para que o trabalho pedagógico não ocorresse da forma como elas gostariam, pois reprovar o aluno se constituía como um elemento importante de autonomia docente. O argumento trazido nos encontros era o de perda também relativa ao apoio e parceria das famílias, as quais não compreendiam a proposta de os filhos terem aprovação mesmo ainda sem estarem alfabetizados, sendo reprovados no terceiro ano.

Palavras-chave: reprovação; Aprendizagem; PNAIC

PROPOSIÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA A PARTIR DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Elisangela Luz da Costa
Prof.^a. Dr.^a. Amélia Rota Borges de Bastos

Universidade do Pampa - UNIPAMPA

O trabalho apresenta uma sequência didática para o ensino de Ciências construída a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL) - pressuposto teórico-prático que propõe a organização de práticas pedagógicas acessíveis e propulsoras de aprendizagem para todos os alunos. O UDL é uma abordagem educacional que objetiva o sucesso dos processos educativos a partir da construção de currículos flexíveis. Este pressuposto está organizado em três grandes princípios, sendo eles: Proporcionar modos múltiplos de Representação (o “quê” da aprendizagem), proporcionar modos múltiplos de ação e expressão (o “como” da aprendizagem) e Proporcionar modos múltiplos de autodesenvolvimento (o “porquê” da aprendizagem). O estudo será realizado a partir de uma pesquisa do tipo intervenção pedagógica que busca planejar, implementar e avaliar essa proposta a partir dos princípios do UDL, sobre a temática do sistema digestório, em uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, identificando contribuições e limitações deste pressuposto na construção dos conceitos científicos abordados. A Sequência Didática é planejada para alunos que apresentam diferentes estilos cognitivos e deficiências, incluindo alunas com Déficit intelectual e surda. Cada princípio será atendido na sua proposição com atividades variadas. Para o primeiro princípio será disponibilizado aos alunos documentários, slides, painéis com a imagem e o texto e paralelos relacionados ao tema em estudo, dicionários ilustrados, cartazes, vídeos, slides, recursos táteis, como maquetes e protótipos. Buscar-se-á esclarecer a terminologia através do uso de glossários, pois, ensinar antecipadamente o vocabulário ativa conhecimentos prévios auxiliando na compreensão da informação. Os textos serão acessibilizados de acordo com as necessidades de acesso da turma, destacando elementos-chave do conteúdo. Para apoio do processamento da informação serão utilizados Jogos e Laboratório de Informática e canais interativos de pesquisa orientada. Buscando-se maximizar o transferir e o generalizar, utilizar-se-á atividades de feedback, a fim de oferecer ainda imagem estarão disponíveis em sala de aula Livros Didáticos para apoio, e sempre que necessário, o aluno poderá utilizar a internet como recurso de pesquisa. O segundo princípio defende os diferentes meios de ação e de expressão do conteúdo, apoiando o desenvolvimento das funções executivas, e o terceiro princípio a importância do auto envolvimento do aluno. Para isso será diversificado o método de resposta por parte dos alunos utilizando meios midiáticos múltiplos para a comunicação e discussões sobre os assuntos. Atividades em grupo servirão de apoio para o planejamento de estratégias de desenvolvimento dos alunos e também na promoção da colaboração e do sentido de comunidade, oportunizando ao aluno a possibilidade de explicar o trabalho realizado e as estratégias cognitivas que usou para realiza-lo. Buscar-se-á orientar a autorregulação, isto é, preparar o aluno para que tenha capacidade de construir/selecionar estratégias de solução de problemas, que possa deixar de ser receptor passivo e passe a buscar por seu conhecimento. A avaliação será feita durante todo o processo e serão utilizadas listas de verificação e instrumentos de avaliação qualitativos durante todo processo ensino/aprendizagem. Os dados da investigação serão coletados por instrumentos como observação, questionário de múltipla escolha, diário de campo e análise documental e analisados por meio de análise de conteúdo.

Palavras-chave – Acessibilidade, Ensino de Ciências, Desenho Universal para a aprendizagem.

Eixo 4. Práticas Pedagógicas e Educação Especial

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO COLABORATIVO PARA A EDUCAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM BAIXA VISÃO

Ana Paula Rodrigues dos Santos
Josefa Lídia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este estudo é embasado em experiências vividas em uma escola estadual do município de Santa Maria. A possibilidade de atuação na escola se dá por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID Educação Especial UFSM) da Universidade Federal de Santa Maria. Este programa tem proporcionado vivência nas escolas, oportunidades de relacionarmos a teoria com a prática e verificarmos as possibilidades de enfrentamentos de desafios. O estudo traz a seguinte problemática: Qual a contribuição do ensino colaborativo para o ensino aprendizagem de uma criança com baixa visão? tem objetivo geral, descrever como acontece a mediação do ensino colaborativo no ensino aprendizagem de uma criança com baixa visão. Para a metodologia emprega-se uma abordagem qualitativa de estudo de caso. Como instrumento de pesquisa utilizou-se a observação participante, onde o investigador tem envolvimento com o objeto investigado. As atividades foram desenvolvidas com uma aluna de sete anos matriculada no primeiro ano do ensino fundamental. As ações elaboradas na escola contemplaram o ensino colaborativo, visando às necessidades e condições da aluna: a criança tem baixa visão, não frequentou a educação infantil anteriormente sendo esta a sua primeira experiência escolar. O trabalho do ensino colaborativo contempla a colaboração do professor da educação especial e o professor da classe comum juntos objetivando a busca por estratégias que possam favorecer a escolarização da aluna com necessidades educativas especiais na classe comum. Inicialmente foram realizadas adaptações de recursos pedagógicos para ajudar no ensino aprendizagem da aluna, como exemplo a confecção de um caderno com pautas ampliadas. As atividades foram adaptadas de modo que contemplasse o conteúdo do professor da sala, sempre objetivando o ensino e desenvolvimento total, pois cada atividade proposta procurava estimular o resíduo visual. As adaptações pedagógicas trouxeram resultados positivos para o ensino aprendizagem da criança, pois além de possibilitar a interação com os demais alunos ajudaram no processo de construção de conhecimento. O trabalho colaborativo realizado entre bolsista da área de Educação Especial e o professor da sala comum proporcionou uma troca de saberes, pois a proposta de colaboração dentro da sala de aula é o apoio para o trabalho em conjunto com o professor, e não somente para ficar ao lado do aluno com NEE.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Educação Especial. Ensino aprendizagem.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO COLABORATIVO PARA O FAVORECIMENTO DO ENSINO APRENDIZAGEM DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Ana Paula Rodrigues dos Santos
Glaucimara Pires Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A qualidade do ensino tem sido um dos temas mais discutidos se tratando de educação das crianças com necessidades educacionais especiais, necessitando uma política efetiva de educação inclusiva nos sistemas escolares. As práticas de inclusão escolar mostram o ensino colaborativo como uma forma de melhoria tanto para problemas no processo de ensino e aprendizagem quanto para o desenvolvimento profissional dos educadores. O interesse por este relato de experiência tem procedência na prática vivenciada durante o estágio curricular do curso de Educação Especial noturno, no qual está sendo realizado o trabalho de ensino colaborativo. O estágio ocorre em uma escola pública Estadual do município de Santa Maria com um aluno de dez anos com deficiência intelectual incluído no 4º ano do ensino fundamental. As atividades propostas para o estágio fundamentam-se no ensino colaborativo que traz a colaboração do professor da área de Educação Especial e o professor da classe comum em um trabalho conjunto visando buscar estratégias que possam favorecer a escolarização do aluno na classe comum. Nesse sentido este estudo remete a seguinte problemática: Qual a importância do ensino colaborativo para o favorecimento do ensino aprendizagem de um aluno com deficiência intelectual? Assim, relato de experiência traz como objetivo geral apresentar a prática pedagógica que envolve o ensino colaborativo no ensino aprendizagem de um aluno com deficiência intelectual. As ações desenvolvidas contemplam as necessidades do aluno, de modo que as atividades pedagógicas trabalhadas são bem iniciais, pois ele não é alfabetizado e seu desenvolvimento motor fino é restrito. As adaptações dos conteúdos trabalhados na sala de aula trazem resultados positivos no ensino aprendizagem, pois contemplam ações que auxiliam no desenvolvimento motor e cognitivo. Essa adaptação é feita a partir do conteúdo do professor da sala de aula e atividades diferenciadas que podem auxiliar no seu processo de desenvolvimento, sendo realizadas também na sala de recursos multifuncional (SRM) uma vez na semana no contra turno. Cada adaptação é feita com um objetivo a alcançar o aperfeiçoamento da habilidade motora fina e cognitiva, sendo utilizados como exemplo os recortes, colagens, pareamentos, conceitos. Os resultados encontrados salientam a importância do ensino colaborativo para o desenvolvimento das atividades, pois com a adaptação o educando realiza as propostas de acordo com seu ritmo. As possibilidades de ensino e aprendizagem resultam em uma maior participação das atividades com os demais alunos e para o professor da sala comum um apoio a mais. Na prática do ensino colaborativo constata-se uma efetivação como estratégia no desenvolvimento motor e cognitivo do educando e também a otimização profissional dos professores envolvidos, beneficiando assim todos os alunos da turma. Os professores em sua prática pedagógica juntam suas habilidades e conhecimentos fortalecendo o processo de ensino aprendizagem envolvendo ações motivadoras que resultam na aprendizagem de todos.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Educação Especial. Deficiência Intelectual

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sabrina Raskopf Klüsener
Taís Guareschi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A inclusão de alunos com deficiência requer que a escola repense suas práticas e produza estratégias pedagógicas para acolher os diferentes estilos de aprendizagem. Esse processo tem sido bastante desafiador para os professores que se deparam com estudantes que podem apresentar processos de aprendizagem bastante peculiares. Nesse contexto, este trabalho objetiva apresentar uma experiência de inclusão escolar de um aluno com deficiência intelectual nos anos finais do Ensino Fundamental, em uma escola pública de Santa Maria/RS. O processo de inclusão desse sujeito foi acompanhado no primeiro semestre de 2017, na disciplina de Estágio Supervisionado I – Observação e Proposta, do curso Licenciatura em Educação Especial – Noturno, da Universidade Federal Santa Maria. Esse acompanhamento aconteceu por meio de observações, realizadas em sala de aula regular, duas vezes por semana no turno da tarde, a fim de elaborar uma proposta de intervenção pedagógica para ser desenvolvida no Estágio Supervisionado II – Prática Pedagógica e Relatório no segundo semestre. O aluno observado possui 13 anos de idade e frequenta o sexto ano do Ensino Fundamental. Esse estudante apresenta entraves em diferentes aspectos do desenvolvimento, especialmente no que tange à linguagem e à aprendizagem. Na sala de aula comum, constatarem-se dificuldades significativas em relação ao processo de construção do conhecimento, fato que obstaculizava a interação com os colegas e o compartilhamento de aprendizagens e interesses. Com a realização dessas observações foi verificada a importância de propor o ensino colaborativo no plano de intervenção pedagógica, além das ações específicas na sala de recursos multifuncionais. De acordo com Capellini (2004), no ensino colaborativo há a parceria entre os professores da Educação Especial e do ensino comum, sendo que a atuação dos primeiros envolveria também o apoio na classe regular. Entende-se, a partir dessa proposição, que o trabalho em colaboração entre os professores do sexto ano, a educadora especial e a estagiária da Educação Especial será importante no processo de inclusão escolar desse aluno. O planejamento de atividades pedagógicas e de avaliação em conjunto será uma estratégia de ensino para favorecer a construção da aprendizagem do sujeito. Portanto, as observações no contexto do ensino comum foram significativas para conhecer o aluno e para elaborar a proposta de intervenção a ser desenvolvida no estágio. Diante da complexidade desse caso de inclusão escolar percebeu-se a importância de propor ações para além do atendimento pedagógico na sala de recursos multifuncionais, contemplando, assim, o ensino colaborativo entre os professores do ensino comum e da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão Escolar. Deficiência Intelectual. Ensino Colaborativo.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO A FAMÍLIA

Andréia Jaqueline Devalle Rech
Daniela Bernardes
Tatiane Negrini

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Para compreendermos o aluno que hoje se encontra na escola, é importante conhecermos sua família, sua constituição e sua configuração, uma vez que tais aspectos influenciam diretamente na formação desse sujeito. Além disso, as famílias diferenciam-se por suas peculiaridades e pelos papéis por elas assumidos, bem como pela dinâmica estabelecida em seu sistema, fatores que as tornam únicas e complexas. Nesse contexto, infere-se que a família que tem entre seus membros um que seja identificado com altas habilidades/superdotação (AH/SD), terá sua dinâmica familiar alterada. Desse modo, o projeto de extensão intitulado “Programa de atendimento às altas habilidades/superdotação: enriquecimento extracurricular”, vinculado ao Departamento de Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem como um de seus objetivos contribuir com orientações aos familiares que têm filhos participantes do projeto. Nesse sentido, este trabalho visa apresentar o referido projeto, destacando a importância da orientação às famílias dos alunos com AH/SD. Os encontros do projeto são realizados no Centro de Educação da UFSM, de forma quinzenal e possuem a duração de uma hora e trinta minutos. As atividades são pensadas e organizadas de forma a sustentar as possíveis inseguranças da família em relação ao seu filho com AH/SD, oportunizando um espaço de trocas de experiências como também a construção de novas aprendizagens. Assim, enquanto os filhos estão participando das ações de extensão os pais também estão envolvidos na orientação e troca de experiências com outros pais que tem filhos na mesma condição. Assim, a partir das discussões propostas pelo projeto, mais preciso no grupo de pais, pode-se contribuir para uma visualização mais efetiva destes alunos por parte da família, buscando maiores conhecimentos por parte das mesmas acerca das características e comportamentos de AH/SD que seus filhos possam apresentar. Portanto, ter um filho identificado com AH/SD altera a dinâmica familiar e pode interferir nos papéis socialmente atribuídos a cada um de seus membros. Sendo assim, o grupo de pais oferece orientações para que esses familiares consigam organizar sua dinâmica em prol do desenvolvimento dos potenciais identificados em seus filhos, contribuindo assim para que essa nova dinâmica seja saudável e de crescimento para todos os membros que nela interagem. Dito de outro modo, orientar a família que tem filhos com AH/SD é investir nessa família de modo que ela se configure como uma família funcional e possa, assim, ser o suporte e a base de atenção, afeto e construção de novas aprendizagens individuais e familiares. Por fim, acredita-se que uma família instrumentalizada e orientada poderá se constituir como rede de apoio na escola a qual o filho esteja matriculado.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Família. Orientação.

ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO: CLUBES TEMÁTICOS COMO ESTRATÉGIA DE INCENTIVO AOS TALENTOS.

Giovanna Scholz Rodrigues Fiorentini,
Tásia Fernanda Wisch,
Alexia Bahuschewskyj Soares,
Vitória Machado Nani.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

O presente resumo consiste em um relato de experiências desenvolvidas nos anos de 2016 e 2017 vinculadas ao projeto de Extensão “ALTAS HABILIDADES: A VALORIZAÇÃO DOS TALENTOS A PARTIR DE CLUBES TEMÁTICOS” que tem como proposta a criação de Clubes Temáticos voltados a estudantes com altas habilidades/superdotação no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Os clubes são pensados na perspectiva da teoria das inteligências múltiplas, tanto nas diferentes ofertas de atividades como nos clubes em si. A organização se dá pelo interesse dos estudantes nas atividades desenvolvidas em parceria dos professores das áreas específicas. Destaca-se que as altas habilidades/superdotação constituem público-alvo da educação especial, possuem legislação que garante atendimento educacional especializado (AEE) e indicam estratégias de suplementação da aprendizagem e incentivo ao talento. Nessa direção, o objetivo deste trabalho está pautado na busca por garantir o direito a atividades que incentivem os diferentes talentos de alunos do colégio de Aplicação e escolas da proximidade. Em termos práticos abordaremos dois clubes que são desenvolvidos e que tem apontado resultados positivos no contexto do respeito e valorização dos talentos dos estudantes. O Clube do Jornal e O Clube do Livro, ambas propostas contemplam crianças que possuem grande destaque na área gráfica, criatividade, relações interpessoais e produção escrita. Tais estudantes não possuem diagnóstico de altas habilidades/superdotação, contudo encontram-se em avaliação e por este motivo participam destas ações. O Clube do Jornal volta-se aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e consiste em produzir um jornal com temas interessantes aos estudantes. O Clube do Livro parte de uma proposição das próprias alunas envolvidas e tem como premissa a sistematização de histórias de terror contadas na escola, envolveu desde a pesquisa com professores e alunos, até a produção dos textos que irão compor o livro. Como resultados evidenciamos grande envolvimento e participação. Os clubes temáticos têm possibilitado grande avanços nas ações em grupo e na autonomia dos estudantes. Para tanto, considera-se a oferta de clubes temáticos uma importante iniciativa na área das altas habilidades/superdotação, tendo em vista a construção de espaços diferenciados a estudantes com estas características.

Palavras-chave: inclusão; altas habilidades/superdotação; clubes temáticos.

APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ENRIQUECIMENTO EXTRACURRICULAR PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Joyce Santiago de Moraes
Andréia Jaqueline Devalle Rech
Tatiane Negrini

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Há em vigência na Universidade Federal de Santa Maria um programa de enriquecimento extracurricular destinado a alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD) e seus pais, onde são ofertados grupos de interesse em diversas áreas de conhecimento. Esses grupos de interesses são ministrados por acadêmicos e professores da instituição, sendo que os alunos com AH/SD tem a oportunidade de escolher com qual grupo mais se identificam para ampliar seus conhecimentos na área. Nesse ano (2017), as atividades com os alunos iniciaram em junho e terminarão no início de dezembro, e contam com um grupo de interesse que será apresentado nesse trabalho, ministrado por duas acadêmicas de graduação, uma do curso de educação especial e outra bolsista de extensão do Centro de Tecnologia, focado em programação e robótica, que cada vez mais vem sido inserida como uma ferramenta capaz de auxiliar estudantes de todas as idades a desenvolver habilidades cognitivas e sociais importantes para sua formação (ALIMISIS, 2013). O referido grupo de interesse em programação e robótica organiza atividades, especialmente pensadas em, além de transmitir conhecimento na área específica, potencializar, estimular e ampliar as habilidades desses alunos identificados com AH/SD, e são realizadas principalmente no Scratch, que é uma tecnologia aberta de aprendizado de programação intuitiva desenvolvida pelo MIT Media Lab, disponível online gratuitamente em diversas línguas. As metodologias de ensino de programação e robótica educacional aplicadas proporcionam aos alunos uma oportunidade de colocar seus conhecimentos em prática, sejam eles adquiridos em sala de aula ou fora dela, e desenvolver habilidades importantes para sua formação, tanto profissional quanto social, como autonomia, criatividade, raciocínio lógico e pensamento crítico. Além disso, ao invés do aluno ser apenas um receptor de conhecimento, ao colocar suas habilidades em prática ele passa a ser um criador, tornando o processo de aprendizagem muito mais lúdico, significativo e prazeroso. Como o projeto está em andamento, ainda não há resultados e conclusões finais, mas o que se pode observar, principalmente, é o interesse dos alunos em participar e realizar as atividades propostas em uma área diferente das abordadas nas escolas, e o esforço que eles fazem para isso, já que geralmente no ambiente escolar o conhecimento é ofertado pronto aos alunos para que eles apenas absorvam, sendo raros os momentos em que eles devem criar e pensar por si mesmos. Além disso, também, é uma oportunidade deles se encontrarem com seus pares e conviverem com outros estudantes com AH/SD, pois nas escolas além de muitos nem serem identificados, as atividades propostas não foram desenvolvidas especialmente para eles. É importante ressaltar que todo o trabalho realizado no projeto de extensão não retira a responsabilidade da escola para com eles, pois lhes são de direito receber o atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Altas habilidades/superdotação. Enriquecimento. Programação.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO ESCOLAR

Daiane Flores Pereira
Maíra da Silva Xavier
Prof.^a Dr.^a Fabiane Romano de Souza Bridi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Esta escrita é um recorte dos resultados de um estudo desenvolvido no âmbito de trabalho final de curso - Licenciatura em Educação Especial, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2014. Com o intuito de ampliar as reflexões sobre as ações da Educação Especial a presente escrita apresenta os principais resultados da pesquisa que teve como objetivo compreender como o Atendimento Educacional Especializado está organizado em uma escola da rede pública estadual de ensino de Santa Maria/RS. Considerando que nos últimos anos a educação inclusiva é uma perspectiva que se faz cada vez mais presente nos contextos escolares, apresenta-se como justificativa a necessidade de conhecer e problematizar os serviços complementares que se constituem para a construção deste cenário inclusivo, entre eles o Atendimento Educacional Especializado. A referida pesquisa foi construída a partir de uma abordagem de cunho qualitativo e os instrumentos utilizados para a produção de dados foram questionário, observações no contexto escolar e os registros do diário de campo. Participaram desta pesquisa cinco professoras da área da Educação Especial que atuavam no Atendimento Educacional Especializado da escola onde o estudo foi desenvolvido. Os dados produzidos foram organizados em três eixos principais de análise: “Formação das professoras da Educação Especial”, “Organização do serviço da Educação Especial no contexto escolar” e “Articulação entre o serviço da Educação Especial com o ensino regular”. Para referendar o trabalho utilizou-se diferentes autores que pudessem contribuir com a produção analítica entre eles Baptista (2013), Bridi (2011), Capellini (2008). Os resultados do estudo demonstraram que as professoras da Educação Especial desenvolvem sua prática pedagógica visando contribuir com o processo de inclusão escolar. Para atingir esse propósito utilizam recursos metodológicos de forma lúdica e organizam os atendimentos individualmente ou em grupos na tentativa de promover a aprendizagem e a socialização dos alunos. As profissionais além de oferecer o atendimento individualizado procuram prestar assistência aos alunos na sala regular de ensino. Desse modo, percebe-se no trabalho das professoras a tentativa de desenvolver suas práticas pedagógicas de forma articulada com as professoras da sala regular de ensino. Algumas professoras encontram-se em um estágio mais inicial, realizando apenas trocas de informações com as professoras de sala de aula comum, outras conseguem, articular o planejamento e executá-lo em parceria com a professora da sala de aula regular. Conclui-se que o AEE vem sendo um serviço ofertado pela atuação da Educação Especial que se preocupa com processo de aprendizagem dos alunos atendido e trabalhando de acordo com as especificidades de cada educando; se configura de diferentes maneiras, algumas vezes para além do atendimento individualizado na sala de recursos de acordo com a necessidade dos alunos e possibilidades de organização das profissionais.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Concepção das Professoras.

AValiação em Educação Especial: percepções a cerca da Aplicação de uma Prova Piagetiana

Daiane Carvalho da Silva
Katiâni do Carmo Lazzarotto
Vanessa Medianeira Canzian Trindade
Ronise Venturini Medeiros

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Universidade Franciscana - UFN

Este relato de experiência é fruto das vivências oportunizadas na disciplina de Avaliação em Educação Especial, cursada no segundo semestre de 2016, ofertada para a turma do quarto semestre do curso de Licenciatura em Educação Especial. A disciplina de caráter teórico-prático proporcionou a construção de um olhar criterioso sobre o processo avaliativo de alunos público-alvo da Educação Especial. Assim, buscaram-se ao longo do semestre, respostas que auxiliassem na compressão do questionamento: Como se dá o processo avaliativo dos alunos público-alvo da Educação Especial? Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo a aplicação de um instrumento de avaliação em um aluno que tivesse desenvolvimento típico ou não, e para isso escolhemos desenvolver essa atividade em uma escola pública da rede estadual de ensino da cidade de Santa Maria – RS. No que tange ao processo avaliativo de alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, esse atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Para alcançar o objetivo proposto, optamos por utilizar o instrumento de avaliação Conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos das provas Piagetianas que é composto por vinte peças, dez de cada cor, sendo que o principal objetivo do instrumento é avaliar o nível em que o aluno está nas suas condutas conservativas, mas também é possível avaliar questões de contagem, cor e quantidade. A aplicação foi realizada durante as aulas práticas da disciplina, em uma tarde, na Sala de Recursos Multifuncional, onde foi aplicada em um aluno do 6º ano do ensino fundamental que possui 11 anos de idade e que ainda se encontra em processo de avaliação. Atualmente, são considerados como público alvo da educação especial, alunos que possuem alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Diante do processo avaliativo, foi possível concluir que o aluno sabia contar de 1 a 10 realizando correspondência um a um, porém ainda não conserva a quantidade, sendo assim, encontrasse no nível 2, ou seja, o das condutas intermediárias, pois faz a contagem corretamente, entretanto contraria-se nas suas próprias respostas em relação a quantidade. A realização deste trabalho foi de suma importância para nós, pois possibilitou a nos vivenciar de forma prática o processo avaliativo dos alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Entende-se também, que o processo avaliativo no contexto do AEE é extremamente importante para que se possa conhecer as demandas, as necessidades específicas, dificuldades e/ou potencialidades de cada sujeito. E ainda, a avaliação, quando realizada de forma contínua possibilita que o Educador Especial possa observar o desenvolvimento do aluno de forma longitudinal e não somente em um único momento, bem como permite que o docente reavalie seus planejamentos e suas práticas interventivas.

Palavras-chave: Educação Especial. Avaliação. Provas Piagetianas.

AÇÕES EXTRACURRICULARES PARA ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO VOLTADOS AOS CONHECIMENTOS DA ENERGIA ELÉTRICA

Cássia de Freitas Pereira;
Tatiane Negrini;
Andréia Jaqueline Devalle Rech

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O presente resumo trata-se de ações desenvolvidas no projeto de extensão denominado “Programa de atendimento às altas habilidades/superdotação: enriquecimento extracurricular para o estudante e orientação à família e à escola”, o qual é vinculado ao Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo é desenvolver uma proposta de enriquecimento extracurricular aos estudantes com altas habilidades/superdotação (AH/SD), a fim de enriquecer e suplementar o ensino escolar, contribuindo na orientação da família e da escola. Esse projeto é desenvolvido no Centro de Educação, aos sábados quinzenalmente. Atende tanto os alunos como suas famílias. No entanto, a partir das ações desenvolvidas no projeto de extensão, destacamos a execução de grupos de interesses para melhor desenvolver as habilidades dos estudantes com AH/SD. No ano de 2017, o grupo oferta quatro Grupos de Interesses, que são eles: “Literários Criativos”, “Programação e Robótica”, “Energia Elétrica” e “Grupo de Pais”. Além disso, salienta-se a importância do trabalho em grupo para que os estudantes tenham a oportunidade da troca de experiências e também de aprimorar e desenvolver suas capacidades e habilidades em áreas específicas. Assim, destacamos nesse resumo, um dos grupos de interesses desenvolvido no projeto o qual é intitulado “Energia Elétrica”. Esse grupo pretende abordar, de forma lúdica e com experimentos práticos, os diferentes fenômenos relacionados à geração, transmissão e consumo eficiente de energia elétrica, estimulando os estudantes a buscar novos conhecimentos no tema. Desse modo, espera-se que os estudantes com AH/SD desse grupo de interesse explorem diferentes conceitos físicos existentes no processo de geração de energia elétrica, principalmente usando fontes renováveis, além de estimulá-los a adotar práticas de uso racional e eficiente de energia. Assim, pretende-se desenvolver e estimular as habilidades dos alunos a fim de expandir os seus conhecimentos como também aprimorar as suas habilidades. Após o período de desenvolvimento das atividades de enriquecimento extracurricular tem-se observado que os participantes se mostraram interessados em aperfeiçoar seus conhecimentos na área de energia elétrica. Assim, o referido grupo de interesse tem conseguido atingir os objetivos propostos, estimulando os potenciais apresentados pelos alunos com AH/SD. Por outro lado, é importante destacar que a escola comum precisa ser sensibilizada para que ela também desenvolva atividades de enriquecimento escolar, suplementando o ensino para esse público-alvo da educação especial, que tem direito a frequentar o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011).

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação; Educação Especial; Enriquecimento extracurricular.

DEFICIÊNCIA VISUAL E A UTILIZAÇÃO DO SOROBAN: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mara Denize Brito Paiva
Josefa Lúcia da Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O soroban é um recurso que demonstrou ser eficaz na educação de pessoas cegas em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil. Este recurso é um aparelho de calcular que permite ao aluno acompanhar de forma concreta todos os passos de diferentes operações matemáticas, pode ser composto por 13, 21 ou 27 eixos. Este recurso tornou-se conhecido no Brasil graças ao Brasileiro Joaquim Lima de Moraes, que se preocupou com as ferramentas que as pessoas com cegueira poderiam utilizar para realizar cálculos. Segundo BRASIL (2006), o soroban é conhecido por ser um recurso de cálculo eficaz, utilizado há bastante tempo em escolas, em casas comerciais, pelos engenheiros, pelo setor bancário, entre outros. É um recurso de fácil manejo, de origem japonesa e torna o procedimento de calcular eficaz e concreto, permitindo mais rapidez e agilidade de raciocínio. O objetivo deste estudo é relatar uma das ações desenvolvidas no II semestre de 2017, na disciplina de Estágio Supervisionado II, realizada em uma escola municipal de Santa Maria. A metodologia utilizada neste estudo é a qualitativa, de natureza exploratória e para esse estudo utilizou-se o estudo de caso. Para caracterizar o sujeito deste estudo será utilizado um nome fictício. A aluna L, tem nove anos, está no 4º ano do ensino fundamental e possui cegueira congênita. L, já possui o conceito de número formado, já consegue realizar cálculos de adição, subtração e multiplicação utilizando material dourado que é um material concreto de contagem. O recurso Soroban, passou a ser utilizado com a aluna no segundo semestre de 2017, a proposta de intervenção com o recurso soroban partiu da necessidade de a aluna poder acompanhar o conteúdo que compõe o currículo do quarto ano, pois já está apta para utilizar deste recurso por ter conceito numérico formado e por já vir a bastante tempo trabalhando com material concreto já citado anteriormente. Em primeiro momento o recurso foi entregue à aluna para exploração, em segundo momento foram apresentadas as suas partes. Inicialmente foi trabalhado com L o pré-soroban que é um pré-requisito para poder trabalhar as operações em momentos posteriores. A intervenção com o soroban, é um processo lento, pois não se pode avançar para as operações sem o aluno estar preparado, existem pré-requisitos a serem seguidos antes de entrar diretamente nas operações, pois o aluno precisa dominar o recurso, saber registrar o número conforme sua ordem e classe pertencente. É importante ressaltar que L, já adquiriu noções de lateralidade e sequência numérica. A aluna já se localiza no soroban, com facilidade, consegue percorrer pelas classes, realiza o registro de números, com unidades, dezenas e centenas. Portanto, conclui-se que o soroban é um recurso matemático que contribui na educação inclusiva dos alunos com deficiência visual, deste modo considera-se necessário, a continuidade da utilização do soroban para que L, possa adquirir, autonomia e agilidade na utilização deste instrumento, que tem demonstrado ser eficaz na inclusão de alunos público alvo da Educação Especial no ensino da matemática.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Visual. Soroban

DEFICIÊNCIA VISUAL: O ENSINO DA INFORMÁTICA E TECNOLOGIA ASSISTIVA

Miriã Raskopf
Josefa Lúcia Costa

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este trabalho trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir do projeto de Extensão Deficiência visual e acessibilidade: do sistema braille às Tecnologias Assistivas, em uma instituição filantrópica localizada na cidade de Santa Maria, RS e, está voltada para o atendimento de pessoas com deficiência visual. Tem-se como objetivo, descrever a importância dos recursos de Tecnologias Assistiva através da utilização da informática para pessoas com deficiência visual. Este estudo tem como abordagem a pesquisa qualitativa e a metodologia adotada para este estudo é observação participante. Uma das principais ferramentas de comunicação dos seres humanos é a leitura e a escrita; um dos métodos utilizados pelos sujeitos com deficiência visual é o Sistema Braille, assim como os com baixa visão utilizam auxílios ópticos e não ópticos para auxiliar neste processo. Porém, com o avanço das tecnologias e da comunicação virtual, o uso da internet e da informática tornou-se fundamental para a nossa vida cotidiana e profissional. Os leitores de telas com síntese de voz auxiliam na inclusão dos deficientes visuais e abrem as portas para a área da informática, possibilitando a esses sujeitos oportunidades de inclusão e capacitação, tanto profissional como social, permitindo seu acesso a redes sociais, correios eletrônicos, planilhas, documentos de texto e inúmeros conteúdos que o mundo virtual proporciona nos dias atuais. O sujeito desta pesquisa será identificado neste relato como "A". "A" demonstra interesse pela área da informatização para lazer e ampliação dos seus conhecimentos. Primeiramente foi feito um levantamento do sujeito para obter as informações necessárias e traçar o método de ensino adequado para atender às suas necessidades. O aluno "A" tem cegueira adquirida e está na fase adulta, porém permaneceu no imobilismo por 10 anos após a perda da visão, tendo pouco contato com o mundo exterior, saindo apenas para passeios com a família e o restante do seu tempo permanecia no aconchego do seu lar. O interesse de "A" pelo aprendizado da informática o trouxe à instituição e conseqüentemente ao convívio com a sociedade. Pelo fato de o mesmo ter sido um profissional ativo quando era vidente, e utilizava com frequência a máquina de datilografar, foi iniciado neste segundo momento o processo de conhecimento do computador e seus componentes. Após iniciou-se a aprendizagem de digitação, o que o aluno desenvolveu com rapidez e com grande alegria por sentir-se novamente ativo e com possibilidade de ler e escrever poemas através do computador. O desafio a seguir será manter o interesse do aluno e conseguir guiá-lo através deste novo mundo que se abre e concretizar o seu aprendizado na área da informática. Por tanto, buscou-se alternativas metodológicas para aplicar em laboratório, assim como programas diversos de leitores de tela, teclados adaptados com Braille para estudo em casa, na tentativa de ampliar o conhecimento do aluno e assim, favorecer a sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Visual. Tecnologia Assistiva. Informática.

DEFICIÊNCIA X BULLYNG

Aline da Rosa Bilhar Pereira

Josefa Lídia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Esse trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de uma bolsista do Programa Institucional de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em contexto de sala de aula. Este Relato tem como finalidade abordar a preparação da acadêmica de Licenciatura em Educação Especial em sala comum e na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) com uma aluna com deficiência física e intelectual leve. Inicialmente, percebeu-se que a aluna tem ansiedade em relação a sua aceitação no grupo escolar da sua sala de aula, pois ela relatou sofrer bullying pela sua deficiência e assim se sentia constrangida em frequentar a hora do lanche junto aos colegas. Em sala de aula foi trabalhado com a sua autoestima e, assim deixava-se a Sala de Recursos Multifuncionais, no turno inverso, para trabalhar as outras questões didáticas pedagógicas que em algumas situações a aluna encontrava maior dificuldade. O bullying desestrutura o psicológico de qualquer pessoa, contribuindo para o surgimento de comportamento ou perfil antissocial. E se torna ainda mais preocupante quando a pessoa vitimada tem alguma deficiência, que nem sempre terá habilidade emocional para lidar com agressões originadas pelo bullying. Mas os resultados de uma melhor aproximação de seus colegas em sala de aula foram apresentados também uma melhora da sua autoestima. Aos poucos os colegas foram aceitando sua condição e a tratando de igual para igual. Enfim, é também importante um olhar atento do professor da escola para as questões que envolvem bullying, pois comportamentos inadequados podem afetar de forma significativa a vida de um aluno com deficiência.

Palavras-chave: Sala de recursos multifuncional. bullying. Autoestima

EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EJA: CONTRIBUIÇÕES PARA A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA INCAPACIDADE

Jennifer Aguiar Bitencourt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

A pesquisa possibilitou a reflexão sobre a escolarização de jovens e adultos, especialmente, jovens com deficiência intelectual. Dessa forma, o estudo se originou a partir da experiência de estágio docente da própria pesquisadora. Assim, explicitou desde o momento em que a professora estagiária construiu e desconstruiu seus conceitos e pré-conceitos sobre essas modalidades de Educação (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos), permeando a historicidade de ambas e também os desafios da própria docência, até estabelecer um método, enraizado em Freire, que entende o educando participando de desafios mobilizadores, esses que contribuem para que o aluno se emancipe e seja, de fato, um cidadão reflexivo e crítico. Explicitou também as marcas de fracasso e de incapacidade que esses educandos carregam por estarem lutando pelo próprio direito à Educação Básica, bem como, problematiza o atendimento educacional especializado (AEE) para esses sujeitos. Por fim, discute a importância de o/a docente compreender a singularidade de cada sujeito, assim como suas potencialidades suas possibilidades, reafirmando a importância de uma prática pedagógica que se preocupa com a aprendizagem do sujeito independente das dificuldades, pois é importante que a/o docente invista no saber do seu aluno, no seu devir e não no que ele *ainda* não sabe.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Especial. Deficiência Intelectual. Atendimento Educacional Especializado.

ESCOLARIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA SALA REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS – SC

Sandy Varela de Christo
Wiltiane Maria Barbosa Pereira
Priscila Aguiar Souza Preuss
Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Esse resumo tem por finalidade apresentar alguns resultados da pesquisa intitulada “Escarolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem”. Essa é uma pesquisa em rede, unindo três Universidades: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sendo essa última o lugar de onde falamos. O objetivo norteador da pesquisa foi analisar questões referentes ao ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, na sala regular de ensino e no AEE, atentando também para a participação desses alunos no que diz respeito às avaliações nacionais. Em meio a uma pesquisa abrangente, realizamos o recorte para as práticas escolares e a participação dos alunos com deficiência em sala de aula regular. Para isso, foram investigadas duas escolas no município de Florianópolis, sendo uma federal e outra municipal, totalizando três estudantes com deficiência intelectual acompanhados na sala regular. Desse modo, para o acompanhamento dessas observações, utilizamos alguns instrumentos previamente selecionados, como o roteiro de observação, que foi um instrumento orientador para o momento do registro das aulas; um inventário de habilidades escolares, que aponta habilidades como comunicação oral, leitura e escrita, raciocínio lógico-matemático e de informática. Além disso, também utilizamos da escala de envolvimento, na qual foi possível perceber como se dá a participação do estudante em sala de aula. Para esse último instrumento, gravamos as aulas em vídeos para, posteriormente, analisarmos em grupo. Em vista do que foi analisado nos vídeos, concluímos que os alunos com deficiência continuam invisibilizados pelo modelo de escola que se encontra vigente, especialmente no que tange ao seu papel de sujeito cognoscente. A partir da escala de envolvimento, também percebemos um baixo nível de envolvimento dos estudantes com deficiência intelectual nas atividades propostas pelos professores em sala de aula comum. De maneira geral, visualizamos nas mediações oferecidas pelos professores avanços tímidos que poderiam conduzir a uma efetiva apropriação do conhecimento para esses alunos. Por fim, um fator positivo observado foi uma prática de inclusão diferenciada em uma das escolas. Essa é denominada de ensino colaborativo/co-docência, que é o trabalho em conjunto do professor de Educação Especial com o professor da sala regular.

Palavras-chave: Práticas de inclusão; escolarização de alunos com deficiência intelectual; educação especial.

EQUOTERAPIA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Roberta Rossarolla Forgiarini
Lorrana Pozzatti
Victor Cezar Kraetzig

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho é oriundo do projeto de extensão intitulado “Equoterapia e Educação: desafios e possibilidades para a inclusão social de pessoas com deficiência”. Esse projeto surgiu de uma parceria entre o Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Campo de Instrução de Santa Maria (CISM), com o objetivo de oportunizar atendimento de Equoterapia à comunidade de Santa Maria/RS, mais especificamente as pessoas com deficiência que frequentam escolas da rede pública de ensino do município. Atualmente o projeto proporciona atendimento de equoterapia para 14 praticantes. A Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo em uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiências (MEDEIROS; DIAS, 2008). Na área da educação especial, a Equoterapia auxilia no processo de inclusão do/a praticante, trabalhando interdisciplinarmente com a pessoa incluída na rede regular de ensino. Entendemos que a oportunidade em ofertar Equoterapia gratuita e de qualidade para a comunidade santa-mariense contribuirá para que as pessoas com deficiência, financeiramente carentes, usufruam de seus benefícios, favorecendo seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, o que, por sua vez, poderá colaborar para a efetivação de práticas inclusivas eficazes e significativas aos sujeitos. A prática da Equoterapia não consiste apenas em exercícios de estimulação neuromuscular, mas também de um método terapêutico que envolve o ser humano por completo. O cavalo, utilizado como um instrumento cinesioterapêutico, se transforma em um personagem na vida do/a praticante, passando então a ser considerado como um ponto de conexão entre o mesmo e o mundo que o rodeia. A Equoterapia constitui-se da interação entre ambiente, cavaleiro/a, cavalo e equipe formada por profissionais responsáveis pelo/a praticante e, também, pelo tratamento adequado do cavalo. Essa atuação em conjunto é de suma importância, pois se aliam conhecimentos de áreas específicas, uma complementando a outra, e resultando, assim, em um único método que pode solucionar as dificuldades enfrentadas pelos/as praticantes. A equipe é composta por acadêmicos de educação especial, pedagogia, terapia ocupacional, fisioterapia e zootecnia, bem como, militares. O projeto teve seu início no ano de 2017, o planejamento das atividades ocorre a partir de trabalho interdisciplinar entre escola, projeto de extensão e família, considerando as necessidades individuais dos/as participantes. As atividades são desenvolvidas no Campo de Instrução de Santa Maria (CISM), área de Equitação. Buscam-se como resultados: a evolução do/a praticante no que se refere à melhora da autoestima, equilíbrio, postura, capacidade de concentração, entre outros, que por sua vez poderão favorecer os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos participantes, contribuindo para seu processo de inclusão na sociedade.

Palavras-chave: equoterapia – deficiência – inclusão social.

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM AUTISMO

Regiane Silva Menezes
Marcia Doralina Alves

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho trata de um relato de experiência vivenciado na disciplina “Estágio Supervisionado I – Observação e Proposta” do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no ano de 2017. O presente estágio foi realizado numa Unidade de Educação Infantil localizada no interior do Rio Grande do Sul, em uma turma multi-idade e teve como objetivo descrever aspectos relacionados à inclusão e à socialização de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os dados observados favorecerão a construção de uma proposta de intervenção pedagógica a ser desenvolvida no segundo semestre do corrente ano. Por se tratar de uma turma de Educação Infantil a observação do brincar dos alunos foi o foco central. Entende-se que o brincar é constituinte para o sujeito e contribui para o desenvolvimento global da criança desde os primórdios da relação mãe e bebê. Acredita-se que no autismo há um prejuízo no campo do imaginário, contribuindo para que o faz-de-conta e os jogos se apresentem empobrecidos na criança. Sendo assim, é imprescindível que o brincar seja trabalhado, a fim de povoar esse imaginário com conteúdos simbólicos e fantasias que serão resgatados pelo sujeito e usados como ferramentas nas brincadeiras. A proposta pedagógica de intervenção levou em consideração os aspectos relatados em diários de campo, a partir de observações realizadas nas dependências internas e externas da instituição no primeiro semestre. Para tanto, ao término do estágio busca-se potencializar a estruturação do campo simbólico do aluno e consequentemente a sua constituição psíquica. Vale lembrar que esse trabalho está em andamento e será concluído ao final do segundo semestre de 2017, na disciplina de “Estágio Supervisionado II – Prática Pedagógica e Relatório”.

Palavras-chave: Educação Infantil, Autismo, Brincar.

O ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA PEQUENA

Autora: Jaqueline Daise Kaufmann
Orientadora: Glaucimara Pires Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este relato visa descrever a prática pedagógica na Educação Infantil por meio da perspectiva do ensino colaborativo para favorecer a inclusão das crianças público-alvo da Educação Especial. A Educação Infantil é a etapa mais importante do desenvolvimento e formação da criança, principalmente da criança com Necessidades Educacionais Especiais – NEE e, é nessa fase que se inicia o processo de inclusão. Com isso, o ensino colaborativo é considerado uma estratégia fundamental e efetiva para favorecer a inclusão da criança pequena, no contexto da Educação Infantil. Trata-se de um relato de experiência de uma prática inclusiva que vem sendo realizada na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo – UEIIA, da Universidade Federal de Santa Maria/RS, enquanto bolsista com formação inicial do curso de Educação Especial, vinculada ao curso de pós-graduação da UFSM. O atendimento das crianças público-alvo da Educação Especial que frequentam a UEIIA ocorre em práticas de ensino colaborativo e em Sala de Recursos Multifuncional através do Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecidos de forma complementar e/ou suplementar, dispondo de recursos e serviços que possibilitem o desenvolvimento integral da criança pequena. Na Unidade, entende-se que o AEE não é restrito ao espaço da sala de recursos, mas sim priorizar todo o ambiente da instituição, acontecendo também por meio do ensino colaborativo. O ensino colaborativo vem sendo desenvolvido em forma de atendimento da Educação Especial em articulação com professores de turma, na qual são elaboradas propostas para atender as necessidades e possibilidades de cada criança, planejando estratégias e organizando recursos adequados para a sua aprendizagem. No entanto, constatou-se a importância da articulação dos professores da sala regular e da Educação Especial, garantindo ações pedagógicas que atendam suas necessidades, permitindo a inclusão de todas as crianças no processo de ensino. Por isso, estratégias pedagógicas inclusivas são fundamentais e necessárias, para que de fato a criança com NEE tenha um desenvolvimento contínuo e que respeite as suas características. Assim, o trabalho é organizado de modo que todas as crianças possam se envolver nas atividades, fazendo adaptações quando necessárias, eliminando as barreiras para a plena participação das crianças, considerando suas necessidades específicas. Portanto, a prática pedagógica através do ensino colaborativo é relevante para o processo de inclusão da criança pequena com NEE, garantindo tanto apoio às crianças público-alvo da Educação Especial quanto aos seus professores, primando por práticas pedagógicas articuladas entre a Educação Infantil e Educação Especial. Até o momento, constatamos avanços significativos no desenvolvimento das crianças em processo de inclusão, melhorando e garantindo a qualidade de ensino na Educação Infantil.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Inclusão. Criança pequena. Educação Infantil.

O ENSINO DE CÉLULA: UTILIZANDO MODELOS DIDÁTICOS COM ALUNOS VIDENTES E COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Angela Michelotti
Elgion L. S. Loreto

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

No ensino de Ciências há estruturas que não são possíveis visualizar a olho nu, denominadas microscópicas. O docente, ao ensinar o Mundo Microscópico, utiliza-se de vários recursos, internet, livros ilustrados, esquemas de células para colorir, lentes de aumentos, o que torna um agravante para aqueles que não possuem a visão. Cerca de 70% do aprendizado no ensino de Ciências é realizada através da visão. Para os alunos com Deficiência Visual este conhecimento fica restrito, então eles buscam nos demais sentidos (tato, olfato, audição e paladar) a chance de conhecer o que o cerca. Neste contexto o professor de Ciências necessita transformar este Mundo Microscópico em macroscópico, onde os alunos com Deficiência Visual consigam através do tato, tocar e criar uma imagem mental que possibilite conhecer tais estruturas e suas formas. A atividade ocorreu em duas turmas de escolas distintas da rede pública. Participaram da atividade 23 alunos videntes e 5 alunos com Deficiência Visual (3 cegos e 2 baixa-visão). A atividade com as turmas se deu em cinco momentos diferentes: pré-teste; atividade de percepção tátil; conversa com a turma após a atividade; pós-teste I e pós-teste II. Na atividade foram abordados os seguintes conceitos: conceito/imagem de células, formatos das células, crescimento humano e processo de cicatrização. Os resultados obtidos através da realização das atividades foram os seguintes: o entendimento dos alunos referente ao modelo de célula é a do tradicional modelo ‘ovo-frito’. Os alunos compreenderam que somos formados por células e que estas células realizam funções específicas, e as células têm diferentes formatos. No início da atividade os alunos não tinham conhecimento sobre os processos de multiplicação celular e cicatrização da pele, no final da atividade os alunos conseguiram explicar oralmente tais processos embora de forma muito simples e sem mencionar células específicas que atuam nestes processos. Portanto, a utilização dos modelos didáticos das células auxiliou os alunos para uma maior compreensão sobre os conceitos básicos de formatos células, multiplicação celular e cicatrização da pele, além de contribuir para a inclusão dos alunos videntes e com Deficiência Visual, em uma atividade pensada e planejada para envolver os dois públicos e estes alunos tornarem ativos durante o processo.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Modelos Didáticos. Célula. Inclusão.

OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ALUNOS PÚBLICO ALVO QUE FREQUENTAM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Eliane Sperandei Lavarda

O presente relato de experiência visa problematizar a atuação da Educação Especial através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (público alvo da educação especial segundo a política nacional de educação especial de 2008) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola da rede municipal de ensino de uma cidade na região central do estado do Rio Grande do Sul. Entende-se a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo esta oferta realizada na rede comum de ensino através do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Entre as atribuições do professor de educação especial que atua no AEE estão a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos público alvo no turno inverso ao que frequentam a sala de aula comum, o acompanhamento dos recursos necessários a estes alunos, bem como a articulação com os professores do ensino comum que atuam com estes alunos. Sendo a Educação de Jovens e Adultos - EJA, uma modalidade da educação escolar destinada a alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, encontramos nela também alunos público alvo da educação especial, que tem por direito o AEE, e todas as atribuições deste serviço desenvolvido pelo professor de educação especial, porém existem alguns percalços neste atendimento, como o atendimento no contraturno que em muitos casos não é possível visto que os alunos adultos já se encontram inseridos no mercado de trabalho ou tem atribuições de uma vida adulta que não os permite a presença na escola em outro horário. Outra dificuldade é a presença do professor de educação especial na escola no turno noturno, sob a justificativa que o AEE deve ser ofertado no contraturno, desconsiderando assim as demais atribuições deste profissional como prevê a Resolução 04/2009. O objetivo deste relato de experiência é a discussão sobre a importância da presença deste profissional no turno que os alunos público alvo da educação especial estão na escola e a verificação da exigência do AEE no contraturno para estes alunos, matriculados na EJA. O método para a construção deste relato foi a observação e vivência do professor de educação especial atuando no AEE com alunos público alvo da educação especial matriculados na EJA. É possível concluir que quando o aluno é público alvo da educação especial ele tem o direito de receber o AEE não apenas no que diz respeito ao seu atendimento na sala de recursos e sim de todas as demais atribuições que são deste serviço na escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Atendimento Educacional Especializado, alunos público alvo da educação especial.

O TRABALHO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E SEUS COLEGAS DO ENSINO REGULAR

Maria Cristina Ferreira da Silva de Carvalho

Secretaria de Estado da Educação Paraná – SEED/PR

Apresenta um relato de experiência qualitativa que teve como objetivo trabalhar conteúdo de Língua Portuguesa, sob perspectiva de mostrar aos alunos videntes como se pode incluir o aluno com deficiência visual oportunizando a todos uma estratégia diferenciada para a execução do trabalho sobre reportagem. A elaboração da estratégia apoiou-se teoricamente na afirmação de que a inclusão “é uma inovação...inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que o direito de todos à educação, (MANTOAN, 2004). O desenvolvimento desta atividade teve como laboratório uma turma do oitavo ano, do ensino fundamental composta por alunos videntes e um aluno com deficiência visual da Rede Pública da grande Curitiba, no Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, no município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná. O trabalho empírico destinou-se a abordar o conteúdo de reportagem na disciplina de Língua Portuguesa compartilhando os recursos e acessibilidade que seriam usados apenas para o aluno de necessidades especiais com todos os alunos videntes da sala de aula. Notou-se um envolvimento com o desafio de algumas descobertas como: o sistema de escrita Braille, visualização de vídeo, pesquisa na internet, trabalhos manuais, criação em relevos, exploração de atividades e jogos paraolímpicos. Foram também analisados o processo e aprendizagem diante da execução de tarefas e participação nas atividades. Os resultados apontaram que incluir os alunos videntes na proposta de trabalho preparada para o aluno cego reconhecendo as especificidades de cada aluno traz uma perspectiva inversa e estimulante. Todo aluno, cego ou não, tem limitações. Houve a percepção de que os recursos direcionados a aprendizagem do aluno com deficiência visual dão mais vida à aquisição do conhecimento, pois este só se efetiva se realizado na prática: no uso da voz, audição, tato, olfato. Sentidos que orientam e permitem o entendimento do conteúdo quando só nos falta, a visão. O processo de ensino e aprendizagem acaba favorecendo o processo de inclusão de alunos cegos no Ensino Regular.

Palavras-chave: Deficiência visual; Inclusão; Aprendizagem; Língua Portuguesa

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA VIDA ADULTA: AUTONOMIA, INDEPENDÊNCIA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Gabriela Brutti Lehnhart
Thais da Silva Oliveira
Sabrina Fernandes de Castro

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este resumo foi desenvolvido a partir de um trabalho ao longo das disciplinas de Investigação e Orientação na Educação Especial (I a VII) do curso de licenciatura em Educação Especial, noturno. O objetivo das referidas disciplinas são identificar a pesquisa como prática da formação e da atuação do educador especial e, ainda, refletir e produzir pesquisa. Nesse sentido, propõem-se aos alunos, iniciantes em pesquisa, desenvolver um projeto com uma temática do seu interesse, partindo de um referencial teórico comum referente à história da educação especial e as políticas públicas atualmente vigentes no país. Assim, ao longo das disciplinas desenvolvemos uma pesquisa cujo objetivo geral foi identificar a existência de instituições especializadas de ensino que recebam pessoas com deficiência após conclusão do período escolar, verificando se ocorre a preparação do sujeito para as questões da vida adulta, especialmente, quanto a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. A pesquisa constituiu-se de entrevistas semiestruturada, sendo os participantes da pesquisa: três educadoras especiais, três assistentes sociais e duas terapeutas ocupacionais, de três instituições especializadas, que tem atendimento direcionado aos alunos com deficiência já em idade adulta, localizadas na cidade de Santa Maria/RS. Após a aplicação das entrevistas, realizamos a análise dos dados e elaboramos as seguintes categorias: Encaminhamento e adaptação dos sujeitos nas Instituições Especializadas; Autonomia e Independência na Vida Adulta; Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Constatamos, que muitas dessas pessoas com deficiência, chegam até as instituições por meios dos familiares e encaminhamento de outros centros ou escolas, com o objetivo de “socializar” e ter atividades além da rotina familiar. Se realiza um contato inicial através da conversa com o responsável, seguido de uma anamnese e a identificação das necessidades e interesses da pessoa com deficiência, encaminhando-as para as oficinas, grupos de convivência, dentre outras atividades. Para algumas pessoas com deficiência existe objetivo de desenvolver a sua independência e uma futura inserção no mercado de trabalho. O encaminhamento para o mercado de trabalho é comum, algumas empresas da cidade estão vinculadas a essas instituições, porém ainda existem barreiras como: treinamentos e o acompanhamento específico do sujeito no espaço profissional e bloqueio do benefício da prestação continuada (caso o sujeito comece a trabalhar). Se observou das instituições, um trabalho amplo que respalda as questões da vida adulta, mobilizando a família e, de certo modo, a sociedade para receber o sujeito com deficiência no âmbito social e de trabalho, buscando ainda desenvolver ou potencializar a autonomia do mesmo.

Palavra-chave: Educação Especial; Vida Adulta; Instituições Especializadas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA: DESAFIOS DO BOLSISTA PIBID

Jeniffer Millani Viera
Josefa Lúcia Costa Pereira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Neste estudo, será apresentado um relato de experiência sobre as práticas desenvolvidas como bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsas a Iniciação à Docência) em uma escola Estadual no Município de Santa Maria, e também será abordado sobre a temática: “inclusão de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem no modelo de ensino colaborativo” por considerar que crianças com necessidades educacionais especializadas (NEE) inseridas no contexto de rede pública/ estadual, apresentam muitas carências quanto ao processo ensino-aprendizagem. Há necessidade da parceria entre o professor de ensino regular e o educador especial da escola. Tendo em vista, a falta que a parceria faz para o desenvolvimento destes alunos, há casos e relatos de escolas públicas que estabelecem e concretizam esse vínculo de professor do ensino regular e educador especial. Os alunos com NEE que estão na sala comum, precisam de um apoio especial, para isto que o educador especial juntamente com o professor da sala regular, realizarão atividades para desenvolver o potencial e o empenho do aluno. Busca-se estabelecer essa parceria entre o profissional da sala regular o educador especial, mas nem sempre se concretiza, por inúmeros fatores que influenciam na tal parceria que se busca. O ensino colaborativo tem como objetivo de serviço de apoio do professor comum e um professor especializado, dividindo as responsabilidades como: planejar, instruir e avaliar o ensino aprendizagem de todo o grupo de alunos. É preciso que o professor do ensino comum e de Educação Especial realizem o planejamento em comum, considerando os conteúdos que constam no currículo, as adaptações curriculares, distribuição de tarefas e responsabilidades. Em um momento chegou a ser pensado em uma atividade juntamente com a professora do ensino regular do terceiro ano do ensino fundamental, para realizar com a turma, pensando nas dificuldades/ habilidades que os alunos apresentam, mas por questões da rotina da escola, atividades comemorativas, precariedade da rede pública/ bairro, acabou não sendo efetivada. Ainda se encontram muitos professores do ensino comum que não conhecem o modelo de ensino colaborativo e se retraem quando a ideia é apresentada, pois temem em “perder” a função de professor de ensino regular. Para isto se estabelecem e dividem-se responsabilidades. Através das vivências e as práticas pedagógicas obtidas pelo projeto PIBID, foi possível presenciar tal experiência na sala regular. Tendo em vista, a falta de comunicação entre os professores das salas regulares e os professores da educação especial, juntamente com os bolsistas para planejar as atividades em conjuntas. Finda-se com a esperança de haver possibilidade de parceria almejada entre o professor do ensino comum e educação especial. Pois existirá avanços expressivos para os alunos e a colaboração entre os professores, fazendo a troca de experiência, dividindo conhecimentos entre os professores e alunos e colocar as ideias em prática.

Palavras-chave: Ensino colaborativo, práticas pedagógicas, ensino comum, educador especial.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E AUTISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO DO CAMPO DA PSICOMOTRICIDADE

Eliane Bianchin Pereira
Marcia Doralina Alves

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências vividas durante a disciplina de Estágio Supervisionado I- Observação e Proposta, disciplina do oitavo semestre do curso de Licenciatura em Educação Especial-Noturno da Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2017. O referido estágio foi realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no interior do Rio Grande do Sul. Durante a investigação observou-se uma aluna diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cursando o quinto ano do ensino fundamental. Como metodologia de trabalho foram realizadas observações em sala de aula regular, Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e demais dependências da escola. As observações referentes à aluna evidenciaram aspectos como suas interações e seus comportamentos dentro e fora de sala de aula. Verificou-se, num primeiro momento, que a menina permanecia pouco tempo em sala de aula, não realizando as atividades propostas e manifestando dificuldades acentuadas de interação com colegas e professores. No decorrer dessas observações averiguou-se a necessidade de potencializar a interação da aluna com os colegas, a fim de favorecer o seu processo de socialização. A partir das observações foi elaborada uma proposta de intervenção pedagógica visando fomentar o desenvolvimento da aluna, principalmente no que tange a área da socialização. Sendo assim, elencaram-se atividades psicomotoras que foram realizadas na quadra de esportes da escola, local onde a aluna se mostra mais confortável, e também por ser uma alternativa que promove o desenvolvimento de inúmeras áreas. Portanto, supõem-se que por meio da psicomotricidade desenvolver-se-ão áreas como a cognitiva, a linguagem e o brincar simbólico, o que possibilitará a ampliação de sua interação com os colegas. As atividades serão realizadas na quadra de esportes e na SRM, mais especificamente, através de circuitos psicomotores. É importante ressaltar que a aplicação da proposta pedagógica está em andamento e será concluído no segundo semestre de 2017, na disciplina de Estágio Supervisionado II Prática Pedagógica e Relatório.

Palavras-chave: Intervenção. Transtorno do Espectro Autista. Psicomotricidade.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elisiane Perufo Alles
Taís Guareschi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

No curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, a disciplina Estágio Supervisionado I – Observação e Proposta determina a inserção do acadêmico no campo de estágio e a construção de uma proposta de intervenção pedagógica com base nas observações realizadas na instituição de ensino. Essa proposta é, posteriormente, desenvolvida na disciplina Estágio Supervisionado II – Prática Pedagógica e Relatório. Este trabalho tem por objetivo apresentar a experiência de estágio vivenciada em uma turma de jovens e adultos com deficiência intelectual. Para a elaboração da proposta de intervenção pedagógica, ocorreram observações no primeiro semestre de 2017, duas vezes por semana, em uma entidade beneficente, que presta atendimento a pessoas com deficiência nas áreas da educação e da assistência social. Essa prática foi realizada na turma nomeada “oficina de letras”, na qual são desenvolvidas atividades voltadas à leitura e à escrita, possibilitando a busca de informações, a (re) significação da construção do conhecimento, o desenvolvimento da cidadania, da autonomia, da independência e da autoestima. A turma é composta por nove participantes. Além das observações, foi aplicada, junto aos sujeitos com deficiência e à professora regente, a Escala de Intensidade de Apoio (SIS), que está em processo de validação no Brasil, projeto este coordenado pela pesquisadora Almeida (2013), da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. A SIS objetiva mensurar a intensidade de apoio que uma pessoa com deficiência necessita para viver em comunidade. Ao verificar os resultados apresentados após a aplicação, observou-se que a necessidade de apoio é mais significativa nos itens referentes às Atividades da Vida Comunitária (Parte B da escala). A partir dessa constatação, procurou-se delinear alternativas de intervenção nesse aspecto, interligando os recursos presentes na instituição e a possibilidade de inserção e participação dos alunos na vida comunitária. Nesse sentido, a proposta de intervenção pedagógica visa à independência e à autonomia, a partir do aprendizado de competências acadêmicas funcionais, a fim de contribuir na efetiva participação nos espaços da comunidade. Para tanto, a proposta contempla duas subescalas da SIS, utilizando-se das tecnologias e do aprendizado de competências acadêmicas funcionais (itens 4 e 6 da Parte C da escala), em consonância com o deslocar-se de um local para o outro na comunidade e adquirir produtos (itens 1 e 6 da Parte B da escala). Desse modo, por meio das observações e da aplicação da SIS na turma, evidenciou-se a necessidade de elaborar uma intervenção pedagógica que propicie o desenvolvimento de conceitos e habilidades úteis e necessárias à autonomia; o deslocamento na comunidade; a realização de atividades na comunidade que permitam a convivência e a generalização das habilidades e conceitos aprendidos; e a utilização de recursos tecnológicos. Aposta-se que, por meio dessas experiências, os alunos poderão (re) significar suas aprendizagens, superar dificuldades e construir competências acadêmicas funcionais para uma maior autonomia na vida comunitária.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Escala de Intensidade de Apoio. Vida Comunitária.

RECORTE DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA POLÍTICA DA “IN(EX)CLUSÃO”

Bruna Bertoldo Barreto
Danielle Marques da Cruz

Prefeitura Municipal de Porto Alegre – SMED - EMEEF. Prof^o Luiz F. Lucena Borges

Introdução: O presente trabalho representa um recorte do atendimento realizado na Escola Especial, em uma turma de 1º ciclo do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. A turma AM1 é composta por cinco meninos e uma menina, perpassando a faixa etária de sete a nove anos, em sua maioria, diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que requerem suporte grande a intenso; sendo alunos excluídos do sistema de ensino, da escola comum. Logo, o atendimento aos alunos, configura-se de maneira diferenciada, a fim de atender as necessidades específicas de cada um que compõe a turma. Os alunos são reunidos em pequenos grupos e, alguns, por sua vez. São atendidos individualmente, de acordo com suas especificidades. As propostas pedagógicas são realizadas por duas professoras regentes, de Educação Especial, atuantes na sala de aula e em diferentes espaços, como a sala de Culinária, sala de Cinema, o laboratório de Informática e passeios pelo entorno da escola. Ainda se ressalta que, em todos os espaços da escola explorados (pátio, ginásio, refeitório, banheiros), tem-se a intenção de oferecer oportunidades de desenvolvimento integral, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família; contextualizando o (a) aluno (a) com sua realidade. O trabalho pedagógico configura-se a partir do brincar. As intervenções seguem um plano multimodal e individual partindo do princípio de que toda criança tem capacidade de aprender, com a intenção de transformar, reconstruir e ressignificar as aprendizagens. **Objetivos:** possibilitar a inserção social e educacional destes alunos; oferecer um serviço de Educação Especial a fim de ampliar suas relações, por meio do brincar, construindo novos conhecimentos e expressando-se de acordo com suas possibilidades, adquirindo habilidades funcionais para poder usar todo seu potencial. **Método:** Respalda-se, na perspectiva da inclusão responsável, em oferecer espaços escolares possíveis; o atendimento na turma, parte da perspectiva da Integração Sensorial (IS), utilizando de estratégias sensoriais como facilitador na aquisição ou regulação de uma modulação no processamento sensorial, de modo a favorecer as funções de interação, comunicação, brincar, AVD (Atividade de Vida Diária), AVP (Atividade de Vida Prática) e mobilidade. As atividades são desenvolvidas através da ludicidade articulada com diferentes propostas do coletivo da escola. **Resultados:** Este serviço oferece um espaço escolar de transitoriedade para alguns alunos, que num dado momentos de sua vida o necessitam; para outros, como um lugar possível para se desenvolver integralmente. **Conclusão:** Por fim, acredita-se na inclusão escolar responsável, sustentada por uma escola que de fato tenha condições de acolher a diferença, de sustentar a permanência e de acreditar na possibilidade de aprendizagem para todos, com a construção do conhecimento e com a participação de todos os segmentos que a compõe.

Palavras –chave: educação especial; práticas de in/exclusão; transtorno do espectro autista.

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA

Adriana Cristina Gomes
Letícia Corrêa Machado

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Este relato de experiência é construído da professora regente e da monitora de um aluno com deficiência mental, as quais têm por objetivo apontar percepções relacionadas à inclusão do mesmo em turma regular, nos anos iniciais, em uma escola pública. Para embasar tal relato, foram utilizadas bibliografias que evidenciam a inclusão do aluno com deficiência, em classe regular, e a possibilidade de acesso às políticas sociais, como constam na Constituição Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Estatuto da Pessoa Com Deficiência (2015), Plano Nacional de Educação (2014) e autores que abordam sobre a inclusão no contexto dos direitos sociais. Alunos com alguma deficiência têm o direito de inserirem-se na classe regular, a qual se encontra o professor regente; monitores, quando necessário; e educadores especiais em salas de Atendimento Educacional Especializado, profissionais que podem auxiliar no acesso desses alunos aos objetivos educacionais (LIBANEO, 2013) por meio do reconhecimento das singularidades. O processo de inclusão requer o conhecimento das atribuições profissionais e limitações de cada categoria no espaço educacional, visualizando o aluno, como sujeito de direitos e de possibilidades do aprendizado (CARVALHO, 2000), de acordo com as especificidades. Na experiência dos autores deste relato, aponta-se a possibilidade da inclusão de um aluno com deficiência mental, no 4º ano do Ensino Fundamental, pertencente a uma escola pública estadual na cidade de Santa Maria -RS. Para isso, a educadora especial acompanhou-o através do atendimento individual na sala de recursos, utilizando atividades que detectassem as facilidades e limitações, as quais o aluno possui, nos diferentes sentidos corporais e psicológicos. Com o auxílio do diagnóstico de atendimento médico, essa profissional realizou o planejamento, conforme as particularidades deste, disponibilizando à professora regente algumas técnicas e adaptações que poderiam ser utilizadas, para a abordagem dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. O processo de inserção do novo aluno na turma foi realizado pela professora regente de maneira progressiva, sem enfatizar a deficiência mental como impossibilidade às atividades, antevendo objetivos e métodos na tentativa de proporcionar o contato do aluno com os conteúdos. A monitora tem papel importante no processo de inclusão. O começo das atividades desta deve-se a um processo judicial iniciado pelos pais do aluno, através da promotoria pública, onde solicitaram o acompanhamento no espaço escolar. Com a definição positiva da decisão judicial, a mesma torna-se responsável pela locomoção, higiene e alimentação do aluno. Identifica-se a necessidade do trabalho integrado do professor-educador especial-monitor na inclusão escolar, pois, a partir dessa interação e troca de informações, torna-se possível o planejamento de atividades, de acordo com as particularidades do aluno, visualizando resultados efetivos no processo de aprendizagem e a garantia do direito à educação pública.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Inclusão. Escola pública. Deficiência mental.

RELATO DE ESTÁGIO: PROPOSTA PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O ENSINO COLABORATIVO

Lidiane Simões
Marília Urach Becker
Taís Guareschi

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O processo de inclusão escolar de sujeitos com deficiência intelectual constitui-se um desafio para as escolas regulares, que devem acolher a todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais específicas. O presente trabalho tem por objetivo relatar uma experiência de observação vivenciada no atendimento educacional especializado de uma aluna com 10 anos de idade, que frequenta o 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública da cidade de Santa Maria/RS. Essa experiência foi requisitada na disciplina de Estágio Supervisionado I – Observação e Proposta, do curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, da Universidade Federal Santa Maria. As observações foram realizadas no primeiro semestre de 2017, na sala de recursos multifuncionais, duas vezes por semana com o intuito de construir uma proposta de intervenção pedagógica, a ser desenvolvida no segundo semestre. Durante as observações na sala de recursos multifuncionais foi possível perceber que a aluna apresentava entraves em aspectos do desenvolvimento como, por exemplo, na aprendizagem, na socialização, na linguagem, nas aquisições psicomotoras e de hábitos de vida diária. Notou-se que a aluna possuía dificuldade significativa na fala, tanto na articulação quanto na intenção comunicativa, e na interação com os professores e com os pares. Os relatos da professora do ensino comum evidenciaram que a dificuldade na interação social se intensificava na sala de aula, o que prejudicava significativamente o processo de construção de conhecimento da aluna. A partir dessas constatações a proposta de atuação na sala de recursos multifuncionais, embasada na perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, visará estimular a atenção, a memória, a imaginação, a linguagem, o desenvolvimento psicomotor e o processo de construção da leitura e da escrita. Além disso, a proposta prevê o ensino colaborativo com a professora do ensino comum a fim de favorecer as interações sociais de forma lúdica. No ensino colaborativo estabelecer-se-á uma parceria entre a professora de sala de aula e a estagiária da Educação Especial no planejamento e na avaliação das práticas pedagógicas, considerando as demandas do processo de inclusão. O ensino colaborativo é uma ferramenta, através da qual, o professor do ensino comum e da educação especial compartilham saberes e a responsabilidade de planejamento (MENDES, 2006; CAPELLINI, 2004). Nesse sentido, considerou-se esse semestre de observação e interação com a aluna e as professoras de suma importância para a construção de uma proposta de intervenção pedagógica, em que se procurou entrelaçar a teoria, do universo acadêmico, com a prática pedagógica. Acredita-se que a operacionalização da inclusão escolar de sujeitos com deficiência intelectual implica em a escola rever suas práticas e propor novas estratégias, como o ensino colaborativo, para que possa ser um espaço de aprendizagem que acolha as singularidades dos alunos.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Ensino Colaborativo. Deficiência Intelectual.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Marília Urach Becker
Lidiane Simões
Taís Guareschi

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual evidencia a importância das interações sociais no processo de aprendizagem desses sujeitos, tendo em vista o entrelaçamento dos aspectos biológicos e culturais no desenvolvimento humano. Considerando a relevância dessa temática, este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de observação de um aluno com deficiência intelectual, em uma sala de recursos multifuncionais de uma escola pública de Santa Maria/RS. Essa vivência ocorreu na disciplina de Estágio Supervisionado I- Observação e Proposta, do curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria. A disciplina teve como proposição a observação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no primeiro semestre de 2017 e a construção de uma proposta pedagógica para ser desenvolvida com o aluno no segundo semestre. A metodologia de trabalho iniciou-se por meio de um processo de conhecimento do aluno e da dinâmica do Atendimento Educacional Especializado, através de observações, realizadas duas vezes por semana no contraturno do ensino comum, e da análise de documentos, como o Projeto Político Pedagógico da escola e os pareceres pedagógicos do sujeito. No decorrer das observações foi possível perceber a necessidade de mediação nas relações sociais do aluno, pois se observou dificuldades na interação social com os colegas da sala de recursos multifuncionais. Além disso, a partir dos relatos do próprio sujeito, percebeu-se sua dificuldade em estabelecer um vínculo com seus pares no ensino comum, prejudicando o processo de socialização. Carneiro (2007), fundamentada nas contribuições de Vygotsky, afirma que o homem é produto e produtor da sua cultura, nascemos como sujeitos singulares e nos constituímos a partir da cultura, portanto a gênese da constituição do ser humano é histórico-cultural. A socialização da pessoa com deficiência pode ser mais difícil e requerer mais atenção, sendo que, às vezes, esse processo precisa ser mediado, auxiliando esse sujeito a construir essas relações sociais. Com base nessas constatações e na perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, foi elaborada uma proposta de intervenção pedagógica que visa estimular o estabelecimento de relações sociais mais efetivas, tendo em vista a importância das interações sociais para a construção do conhecimento dos sujeitos. Sendo assim, foram planejadas atividades voltadas para o reconhecimento e a valorização da diversidade, da convivência e das relações sociais, favorecendo a compreensão da importância de conviver com as diferenças, através da interação social e da troca com os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado. Além disso, as atividades pedagógicas propostas têm como objetivo estimular a memória, a atenção, o raciocínio lógico-matemático e favorecer o processo de construção da leitura e da escrita do sujeito. Acredita-se que a partir desse trabalho o aluno passará a fazer trocas e desenvolver-se socialmente com os sujeitos com que convive. Concluiu-se que as observações realizadas foram muito importantes para o delineamento da proposta de intervenção pedagógica, centrada nas interações sociais desse sujeito com seus pares no processo de aprendizagem, tendo em vista a relevância do aspecto social para a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual. Interações Sociais.

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DE ALUNOS SURDOS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Marta Cleonice Medeiros
Alexsandra dos S. Rosa

Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser

A docência no contexto da surdez é elemento que mobiliza novas e constantes aprendizagens. Porém, quando a surdez é associada a outros comprometimentos à docência torna-se ainda mais desafiadora para os profissionais que atuam na área da Educação Especial. Neste contexto, a escola sentiu a necessidade de criar uma turma que atendesse pessoas surdas com deficiências múltiplas tendo em vista a procura de alguns pais por um atendimento diferenciado a seus filhos, que apresentam quadro de surdez associada a uma ou mais deficiência, tais como: surdocegueira, surdez com paralisia cerebral, surdez com Síndrome de Down, surdez com autismo, surdez com Síndrome de CHARGE, entre outras. Sendo assim, realiza-se aqui um relato das experiências pedagógicas desenvolvidas em uma turma de Atendimento Individualizado para Pessoas Surdas com Múltiplas Deficiências na Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser, escola para surdos, do Sistema Estadual de Educação, na cidade de Santa Maria- RS. Os alunos que frequentam esta turma são: L.F., 8 anos, surdo com transtorno mental, retardo mental moderado, disartria e anartria; I. A., 18 anos, cadeirante surda com paraplegia espástica, transtorno global do desenvolvimento, esquizofrenia, disfagia, epilepsia, sequelas de doenças cérebro vasculares; e, M. L., 16 anos, surdocega, com episódios depressivos, doença extrapiramidal e transtorno dos movimentos não especificados. Estes alunos, em razão de suas singularidades, ainda não possuem condições de estarem incluídos em uma classe regular de alunos surdos, pois apresentam comprometimentos acentuados nas áreas motora, cognitiva, social e comunicacional, pela falta de estímulos na tenra idade. Isto faz com que necessitem de um plano didático de apoio pedagógico específico às suas necessidades de desenvolvimento. O objetivo desse atendimento é estimular as áreas cognitiva, afetiva, social e comunicativa em Libras e Libras tátil, que proporcionem a construção da aprendizagem de maneira natural e lúdica de forma sistemática, respeitando as especificidades de cada aluno e considerando, suas potencialidades e limitações. À medida que for observado, que o aluno obteve avanços significativos, que lhe permita estar inserido em turma regular para surdos, o professor regente e a equipe pedagógica farão esse encaminhamento. Percebe-se que, na prática da educação especial, é necessário reinventar a própria docência quando se trata de educação de alunos surdos com deficiências múltiplas, visto que estes apresentam um tempo de resposta único. Atualmente, pode-se evidenciar respostas aos estímulos trabalhados com essa turma, pois há uma melhora significativa na área social e comunicativa, como, também, os alunos já começam a apresentar indícios de comunicação receptiva e expressiva.

Palavras-chave: Surdez - Deficiências Múltiplas - Educação Especial.

SÍNDROME DE DOWN E INTERVENÇÕES PSICOMOTORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Francieli Trindade Ferreira
Glaucimara Pires Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este trabalho surgiu da inserção no estágio curricular obrigatório, da disciplina de “Estágio Supervisionado I – Observação e Proposta” e teve continuidade nas intervenções pedagógicas na disciplina de Estágio Supervisionado II – Prática Pedagógica e Relatório do Curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno (UFSM) no ano de 2017. O referido estágio está sendo realizado em uma Unidade de Educação Infantil, com uma criança com Síndrome de Down (SD) de seis anos matriculada em uma turma multi-idade com dezessete crianças. O objetivo principal é relatar o modo que ocorreram as observações e as intervenções psicomotoras com a aluna tanto na sala de aula como na Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Como metodologia destaca-se que no primeiro semestre foram realizadas observações na sala de aula, a partir da prática pedagógica das professoras e bolsistas responsáveis. Essas observações foram descritas em diário de campo, relatando as atividades desenvolvidas com as crianças. Nas observações constatou-se que a criança com SD tinha dificuldades nas habilidades motora fina, principalmente na manipulação de peças pequenas, o que requer movimento de pinça apurado. Nesse segundo semestre, além das atividades na sala de aula, também estão sendo realizadas as intervenções pedagógicas individualizadas com a aluna na Sala de Recursos Multifuncional. Um dos objetivos da proposta é desenvolver motricidade fina, através de atividades psicomotoras. Assim, no primeiro dia de intervenção na SRM a proposta foi desenvolvida por meio de um pegador de macarrão, bolas de isopor coloridas e caixinha de ovos pintadas nas mesmas cores das bolinhas de isopor. Onde a criança deveria pegar bolinhas coloridas com o pegador de massa em um recipiente, e colocar na caixinha de ovos pintada na cor correspondente. A menina conseguiu assim, transportar as bolinhas com o pegador de macarrão, e concomitantemente realizar o pareamento das cores das bolinhas com os lugares estipulados na caixinha de ovos. Espera-se que a criança tenha avanços nesta área, assim como esteja preparada para o ensino fundamental no ano posterior.

Palavras-chave: Educação Especial; Síndrome de Down. Intervenções. Turma Multi-idade.

ADAPTAÇÃO E/OU ELABORAÇÃO DE JOGOS PARA O ENSINO DE LIBRAS

Andressa B. Schütz
Catiele P. Lopes
Estelamaris B. Brondani
Mônica Z. Morais

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A inclusão escolar de alunos surdos vem sendo discutida amplamente, principalmente no que se refere à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ressaltamos a importância que a língua exerce na vida do sujeito surdo, pois se trata de uma língua natural. Porém, dentro do sistema educacional brasileiro, há diversos espaços escolares e cada espaço toma a libras de uma forma diferente. Por essa razão, as escolas inclusivas precisam assegurar condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, o desenvolvimento de atividades que envolvam a libras dentro do espaço pedagógico é uma alternativa para que os colegas ouvintes possam estabelecer uma comunicação com o colega surdo. Assim, o desenvolvimento dessa língua dentro das políticas educacionais inclusivas tem sido um desafio enfrentado pela comunidade escolar que busca alternativas para que essa diferença linguística vença barreiras de comunicação entre alunos surdos e ouvintes. O uso de recursos nas práticas educacionais como a criação e adaptação de jogos visando uma educação inclusiva faz-nos pensar como é possível fazer uma atividade diferenciada e atrativa com materiais lúdicos - educativos. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é evidenciar o processo de construção de jogos que estimulem o desenvolvimento da cultura visual do aluno surdo e a aprendizagem de libras pelos alunos ouvintes. A metodologia utilizada é relato das práticas desenvolvidas na disciplina de libras pelas alunas do terceiro semestre do curso de pedagogia - licenciatura plena diurno -UFSM. Desse modo, as ações foram da elaboração e adaptação de jogos, para revisão dos conteúdos trabalhados em aula sobre alimentos e bebidas, através dos jogos Pega-flor e Dominó. O jogo Pega-flor, constitui-se na construção de vinte e oito flores de papel cartão vermelho com velcro, contendo recortes de alimentos e bebidas de encartes de supermercados e de duas mãozinhas com velcro. Em duplas, um aluno neutro ou a professora, será o que irá virar a carta com o sinal em libras sobre alimento ou bebida. Cada jogador da dupla receberá uma mão com velcro. Vire a carta e procure o desenho correspondente, cuidado para não pegar a Flor errada. O aluno que pegar primeiro a carta correspondente a palavras em libras irá juntando a flor com a carta. Para o jogo de Dominó, números e quantidades, confeccionado com papel cartão colorido, sendo que uma imagem representa o número, outra carta a quantidade. Acreditamos que pensar sobre as práticas desenvolvidas no contexto educacional inclusivo, possibilitam novas aprendizagens a todos os sujeitos envolvidos respeitando as suas particularidades. Com base nisso, concluímos que para professores desenvolverem uma atividade que contemple o aluno surdo e o ouvinte, a formação acadêmica do professor deve contemplar práticas que deem importância a essa língua, uma vez que o jogo possibilita o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da expressividade e da interação com os colegas.

Palavras-chave: inclusão, libras, práticas pedagógicas

Eixo 5. Culturas, Identidades, Diferença e Educação Especial

A COMUNIDADE SURDA E SUAS REFLEXÕES NA LUTA PELO RECONHECIMENTO SOCIAL DA CULTURA SURDA.

Raquel Santos Pereira Job
Marenize Santos Eder

Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser.

O presente trabalho descreve a pesquisa realizada com nove alunos do Ensino Médio da Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser, localizada na cidade de Santa Maria/Rio Grande do Sul. O objetivo desta pesquisa é identificar qual o envolvimento dos alunos surdos, da referida escola com relação às reivindicações oriundas da organização dos movimentos surdos, bem como o conhecimento dos documentos encaminhados para os órgãos competentes, através da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, FENEIS. O embasamento teórico desta pesquisa aborda questões referentes à comunidade surda, identidades, cultura e educação de surdos. Por isso analisaram-se os fatores que interferem na construção das identidades surdas; as relações sociais, culturais e educacionais. A abordagem utilizada na pesquisa foi a qualitativa, pois se tratou de um estudo humano e social, tendo sido contempladas nesta metodologia as melhores possibilidades de encontrar e dar legitimidade à pesquisa. Foram realizadas entrevistas por pautas feitas para os alunos sobre as marcas surdas vivenciadas por eles no ambiente escolar, as perguntas básicas questionavam sobre a participação dos alunos na comunidade surda e seus conhecimentos sobre os documentos elaborados pela comunidade surda e pela Federação, FENEIS. Para a pesquisa foi necessária a presença de um educador surdo para conduzir a entrevista e a pesquisadora tendo o papel de observadora participante. Para o registro dos dados, foi usada gravação em vídeo e o auxílio de uma intérprete de Libras. Por meio dessa investigação, surgiram três categorias que teorizaram os dados coletados. A primeira trata das representações da escola de surdos para os alunos surdos. A segunda fala do movimento surdo e suas influências na escola de surdos e, para finalizar, como acontece a socialização dos documentos da luta e principais reivindicações na escola de surdos. Verificou-se a influência que a escola de surdos possui para estes alunos, que demonstraram um maior envolvimento com as atividades escolares do que com o movimento surdo, sendo suas maiores reivindicações o direito à escola de surdos e não à inclusão, a valorização da língua de sinais e dos educadores surdos.

Palavras-chave: comunidade, identidade, cultura e educação de surdos.

ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE E A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DE OFICINAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Letícia Corrêa Machado
Mírian De Agostini Machado
Adriana Cristina Gomes

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Este relato de experiência é produto de reflexões da estagiária em Serviço Social na Associação Orquestrando Arte, no período de fev. à set. de 2017, onde havia alunos com as seguintes especificidades: síndrome de Down, cegueira, e alguns com transtorno global do desenvolvimento-TGD. A estagiária observou a possibilidade da inclusão social de crianças e adolescentes com alguma limitação nas oficinas do Programa Orquestrando Arte - Incubadora Sociocultural Infantojuvenil através da Dança, Teatro, Teoria Musical, Prática Instrumental, Formação Humana e Apoio Pedagógico, as quais funcionam no contraturno escolar, contando com profissionais e estagiários de diferentes cursos de graduação. Além da observação no campo de estágio, foram utilizados referenciais teóricos e legislações, os quais contribuíram para as reflexões deste trabalho, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que norteou a criação de leis e decretos na busca pelos direitos sociais, especialmente, na possibilidade de acesso à convivência social através da cultura e educação nos diferentes espaços; Lei Orgânica da Assistência Social (1993), a qual trata da proteção e inclusão social através da Política de Assistência Social; assim como outras leis e decretos que visualizam a condição das Pessoas Com Deficiência (PcD) e das com TGD nos diversos espaços sociais, enquanto sujeitos de direitos. Percebe-se que na relação do Estado com a sociedade encontram-se as políticas sociais para alcance aos direitos sociais, porém nem todas as demandas são sanadas, atribuindo, assim, à sociedade civil a organizar-se na busca pelos seus direitos. É neste contexto que se encontra a Associação Orquestrando Arte, instituição beneficente, sem fins lucrativos, a qual busca o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário no intuito de prevenir e proteger as famílias que estão em vulnerabilidade e/ou risco social. Através de encaminhamento do Centro de Atendimento Psicossocial Infantil e pela rede regular de ensino acontece o acesso de PcD ou TGD no espaço institucional. A assistente social da Associação realiza o acolhimento inicial e o acompanhamento através de ficha socioeconômica, anexando laudos médicos e também pareceres de educadores especiais das respectivas escolas. A profissional faz encaminhamentos ao Benefício de Prestação Continuada, orienta e media a relação dos indivíduos aos direitos sociais e proporciona a inserção dos novos alunos, os quais escolhem as oficinas, juntamente com seus responsáveis. A equipe multidisciplinar realiza um planejamento estratégico das atividades gerais, conforme a reunião periódica, no entanto, prepara aulas visando as especificidades dos alunos, adaptando materiais e proporcionando a interação e a troca de saberes entre os envolvidos. Conclui-se que a Associação Orquestrando Arte busca a aproximação dos alunos, os quais possuem alguma deficiência ou TGD, com a cultura por meio das diferentes manifestações artísticas, além de proporcionar a inclusão social ao disponibilizar um espaço de interações e de possíveis aprendizados.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas Com Deficiência. Transtorno Global do desenvolvimento. Associação Orquestrando Arte.

COMPREENSÕES DOCENTES SOBRE A DEFICIÊNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Maria Vitória Witchs
Yuri Bento da Silveira

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

É possível assumir que, historicamente, a noção de deficiência esteve articulada a duas perspectivas: a da normalização e a dos direitos. A deficiência, desde a perspectiva da normalização, é alvo da erradicação ou de sua própria redução. Na perspectiva dos direitos, que emerge no final do século XX e início do século XXI, a deficiência está em oposição à discriminação e à exclusão. Sua ressignificação pelos Disability Studies a assume como produto da relação dos seres com o ambiente, que é constituído de instituições, da arquitetura, do urbanismo, do social e, também, das políticas. Esse campo reconhece a importância da transformação e adequação do ambiente em relação à deficiência, já que a desigualdade é fruto da exclusão de certos grupos por conta do mesmo. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de autores do campo dos Disability Studies. Seu objetivo é analisar o entendimento sobre deficiência em narrativas produzidas com docentes de nove estados brasileiros, sendo eles: Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tais narrativas foram produzidas por meio das técnicas da roda de conversa e da entrevista narrativa. Após efetuar uma busca pelo termo “deficiência” e seus cognatos, foi possível observar elementos dessas duas perspectivas nas narrativas docentes, tanto quando narram sobre corrigir e ajustar o aluno para que este seja como os demais, ou quando tentam modificar o ambiente para este acomodar o aluno. Percebe-se, também, que os elementos dessas duas perspectivas, às vezes, se confundem e coexistem em uma mesma narrativa. Sendo assim, conclui-se que as compreensões sobre deficiência, sejam quais forem as perspectivas, são sempre uma interpretação cultural sobre a diferença. A maneira com a qual a deficiência é tratada produz as práticas de inclusão, assim como também pode gerar práticas de exclusão. Uma mesma prática pode gerar inclusão como exclusão, porque essas duas condições não podem ser vistas como uma condição permanente, ou seja, são provisórias. Em vista disso, tencionar as formas como a deficiência tem sido naturalmente assumida pela docência pode ser um modo de qualificar as práticas de inclusão escolar desenvolvidas. Entretanto, entende-se que essas formas não devem estar limitadas a apenas duas perspectivas.

Palavras-chave: Deficiência. Docentes. Inclusão escolar. Direitos. Normalização.

CONSTRUÇÃO DO RESPEITO À DIFERENÇA E ÀS DIVERSIDADES: TUDO COMEÇA EM CASA

Marcio Gonçalves dos Santos

Danielle Mariam Araújo dos Santos

Os tempos modernos têm produzido dilemas e tensões para as sociedades. Dentre estes, o mais difícil tem sido o respeito à diferença e às diversidades. Isso se deve ao fato da falta de compreensão e incorporação de conceitos sobre a construção cultural da diferença. A força do discurso hegemônico científico que coloca a natureza biológica como determinante daquilo que é “normal” ou “anormal” ainda é um percalço para os direitos humanos, demandando ações afirmativas para o enfrentamento ao preconceito e estigmas direcionados a grupos minoritários como os alunos especiais. Este trabalho é resultado de uma experiência com professores do Programa de Formação de Professores (Parfor), do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas e objetivou discutir como se constrói o preconceito relacionado às crianças especiais. A partir de rodas de conversa e leitura do texto de Rosita Edler Carvalho “Para além da diferença, a diversidade”, reflexões provocativas foram lançadas no intuito de coletar concepções sobre a construção da diferença em suas experiências como professores de sala de recursos e salas especiais. Como resultado, percebeu-se que os professores conseguiam visualizar em seus cotidianos escolares manifestações de preconceito e estigmas relacionados à diferença dos alunos especiais que muitas vezes são vistos por outros colegas como “maluquinhos”, ou seja “anormais”. Outro resultado importante dessa atividade é o papel da família na construção de uma cultura do respeito à diferença. Muitos professores afirmaram que o respeito às crianças especiais deve começar em casa e na comunidade para que seja disseminado a outros espaços sociais como a escola, atingindo um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial. No entanto, para isso ocorrer os sistemas de ensino devem assumir o compromisso social de formação, discussão e instrumentalização das famílias e das comunidades, lugares onde essas crianças vivenciam suas experiências culturais. Dessa forma, para se construir uma cultura do respeito à diferença, é preciso perceber que a diversidade humana é uma rica fonte de conhecimentos, trocas culturais e identidades, mas somente superaremos os preconceitos quando desconstruirmos as relações hierárquicas dominantes e olharmos a sociedade de forma horizontal e interdependente, contribuindo para a humanização da humanidade.

Palavras-chave: Cultura – Respeito à diferença - Educação Especial – Formação de Professores

EXPERIÊNCIAS DA DOCÊNCIA NO AUTISMO

Autora Vaneza Silva da Rosa
Paula Lemos Silveira
Claudio Jose de Oliveira

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

A docência com os sujeitos nomeados autistas remete a diferentes experiências considerando a dimensão profissional e pessoal de cada professor (a). Dimensão que abrange a trajetória escolar, acadêmica e profissional, entendendo assim, que a história de vida envolve a singularidade da docência. Neste sentido, esse trabalho tem por objetivo discutir as experiências docentes com os sujeitos nomeados autistas em uma perspectiva da diferença. Compreendemos a diferença na representação de uma linguagem produzida no âmbito social e cultural da experiência concreta, é um direito político e humano. Não se restringe ao fenótipo do corpo, ou seja, as características físicas. Mas sim, há uma condição única de existir. A produção de dados desse estudo teve como ferramenta metodológica as entrevistas narrativas. Essa possibilitou a escuta das histórias de vida, sentimentos, inquietações e aprendizagens de um grupo de professoras em relação as suas experiências com os sujeitos nomeados autistas. O material produzido nesse estudo contribuiu para outro olhar e pensamento com relação aos sujeitos nomeados autistas, desnaturalizando, quem sabe, narrativas hegemônicas que determinam uma condição de materialização e nomeação da deficiência. Essa nomeação atribui à pessoa uma posição de sujeito com descrições na padronização de comportamentos em uma única maneira de ser e agir. Por sua vez, a diferença interpela a docência no tempo e espaço de cada aprendizagem, pois os sentimentos, desejos e inquietações respondem a uma docência com os sujeitos nomeados autistas e são particulares a cada professor (a). Tendo em vista que, cada experiência é única, não se repete e quem está sofrendo a experiência é envolvido pelo desejo de aprender ou pela insegurança do não saber. Portanto, nessa experiência, o olhar, a escuta e o sentir permite a expressão das muitas vozes da diferença, as quais o coletivo da ação docente poderá interpreta-la a partir da história de cada sujeito nomeado autista em sua maneira de ser e agir, minimizando a deficiência, as causas e a falta, potencializando assim, a diferença.

Palavras-chave: docência, experiência, diferença e autismo.

MOVIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VIAGEM PELO ESTÁGIO CURRICULAR DE SURDEZ

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin
Gabriela Barichello Mello
Naiara Nuh de Pires
Laisa de Castro Almeida

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente relato de experiência suscitou das experiências na disciplina EDE- 1023ESTÁGIO SUPERVISIONADO/SURDEZ, em que realizamos em uma Escola Estadual voltada para o ensino bilíngue para alunos surdos, localizada no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido no sétimo semestre do curso de Educação Especial – diurno, no ano de 2017. Possui como objetivo analisar os impactos das práticas docentes no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos em uma escola específica para esses educandos. A produção do relatório de Estágio articulou-se na perspectiva de narrativas, visto que decorre das construções de um diário, articulando a ideia de uma construção diária da vida escolar dos respectivos marujos (optou-se por nomear os alunos desta forma, pois, a construção desse diário foi constituído a partir do cenário de uma viagem, trazendo o trabalho desenvolvido como uma navegação). Os sujeitos envolvidos tratavam-se de alunos inseridos no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Este “Navio” possui uma proposta bilíngue, que foi elaborada e pensada na perspectiva de que os surdos são integrantes de uma comunidade, que possui valores, uma língua, oficializada, e uma cultura própria. Nessa esteira, o que se enfatiza é a possibilidade de os tripulantes terem acesso a uma educação que atenda a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, como segunda, para estabelecer suas relações com o mundo e fortalecer seus processos de aprendizagem. Destacamos que, ao final do estágio, podemos perceber que houveram grandes avanços e conquistas, no que tange pedagogicamente a formação dos marujos, bem como no que tange, a nossa formação como educadoras. Como educadoras em formação, tivemos a convivência e a contribuição de pessoas que auxiliaram e qualificaram esta experiência de estágio, que não ocorreu apenas dentro da sala de aula, mas coletivamente em todos os espaços, tanto escolar, como na própria universidade, em nossas discussões e orientações.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado/surdez; Escola de surdos; Educação bilíngue para surdos.

REFLEXÕES SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O SUCESSO NA SUPERAÇÃO DOS PRÓPRIOS LIMITES

Cátia de Lemos
Claudenilson Pereira Batista
Danilo Batista de Souza
Maria Almerinda de Souza Matos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

A Educação e Inclusão do professor com Deficiência Visual no ensino público exige o envolvimento de todos os que buscam uma escola aberta às diferenças. A concepção de uma sociedade inclusiva pressupõe um espaço democrático, onde todos ganham quando aprendem a lidar, a partir das próprias limitações, com a riqueza que existe em cada pessoa. Os estudos apresentados são parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulada “Formação e Práxis de Professores Cegos ou com Baixa visão de Manaus”, oferecendo como cenário a Filosofia do Olhar. Tais estudos se originaram com os objetivos de identificar como pessoas com Deficiência Visual se viam, como percebiam as outras pessoas e como o mundo as observava, tanto na superação dos próprios limites, quanto na relação familiar, escolar e profissional. A base teórica se fortaleceu a partir dos estudos de Aquino (1998), Omote (2001), Frigotto (2004), Lèvinas (2005), Gadotti (2006), Edler Carvalho (2006), e, mais recentemente, pelo Plano Municipal de Educação 2014-2024 da SEMED/Manaus/AM, Lima (2014) entre outros. Por se tratar de um estudo sobre professores com deficiência lutando pela emancipação, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo com enfoque no Materialismo histórico-crítico. Para a coleta de dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas com a aplicação de questionários semiabertos, para que cada um dos 11 participantes da pesquisa respondesse com maior liberdade as questões. Após a análise de dados, os resultados foram organizados em 7 categorias de acordo com os interesses do objeto estudado. Os resultados constataram que, as leis existem, mas, só se concretizam na prática quando são oferecidas as oportunidades aliadas a condições razoáveis de acesso e permanência com um esforço da sociedade pelo sucesso das Pessoas com Deficiência presentes nos ambientes acadêmicos, profissionais ou sociais. É possível educar o próprio olhar para não se deixar enganar e/ou iludir com o que está aparente. Aprendeu-se também que a convivência com pessoas cegas ou com baixa visão pode oferecer a oportunidade na construção do tipo de relação que se tem com o mundo por meio da visualidade imediata, no cuidado em não continuar classificando as pessoas conforme uma ótica única, excludente e parcial, obedecendo somente a estereótipos cristalizados pelo tempo. Acredita-se, portanto, que o pressuposto de reconhecer que o outro é capaz é um processo pessoal, intrínseco e que pode ser aprendido a partir de um movimento dialético de transformação social mediatizado pela História. Em contradição ao que se costumou postular ao longo da História, uma grande parte dos profissionais com Deficiência Visual estão cada vez mais preocupados com atualizações técnico-científicas para ingressarem no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Professores. Deficiência Visual. Filosofia do Olhar. Limites e Superação.

VIAGEM AO FANTÁSTICO MUNDO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: CULTURA, IDENTIDADE E LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Évelyn da Rocha Bueno
Camila Portella Mendonça
Joyce Santiago de Moraes
Natalia de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

O presente trabalho é resultado do Estágio Supervisionado/Surdez, o qual foi executado pelas acadêmicas no sétimo semestre do curso de Educação Especial Diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assim, pretende-se apresentar sobre um período específico de inserções realizadas em uma Escola Estadual de Educação Especial, da cidade de Santa Maria-RS, as quais se efetivaram a partir do trabalho com alunos surdos da Educação Infantil. Assim, ao tornar conhecido esse espaço de saber, que possuía como objetivo a educação bilíngue, procurou-se entender o trabalho que precisava ser realizado, preocupando-se em pensar em estratégias que iriam ao encontro às demandas e potencialidades visualizadas na turma em questão, de forma a se articular a importância de se desenvolver a cultura e identidade desses sujeitos surdos, a fim de que se reconhecessem como sujeitos pertencentes à uma sociedade. A partir dos contatos com os professores da escola, com os pareceres dos alunos e com a literatura específica acerca da educação de surdos, possibilitou-se criar pontes para se chegar a melhor visualização do que se trabalhar ou não com esses alunos. Nesse sentido, fazendo alusão ao Fantástico Mundo de Oz, criou-se um relatório, porém em formato de um diário, para fazer a apresentação dos planejamentos e relatos, que de forma articulada com as leituras ao longo das orientações, possibilitou explicar como se deu esse processo de inserção, tal como, métodos utilizados, tentativas, dificuldades, conquistas alcançadas, entre tantas vivências e sensações que foram possibilitadas ao longo desse estágio. Destaca-se que os planejamentos abarcaram muitas atividades, pois o tempo de concentração dos alunos era pequeno, o que foi considerado normal em uma turma de educação infantil, onde as vivências são tomadas de novidades e descobertas. Por fim, a estimulação ao aperfeiçoamento da língua de sinais sempre esteve presente nas atividades, assim como o estímulo ao contato com a língua portuguesa e a ludicidade na forma de se trabalhar com ela. Nesse percurso, notou-se a importância de ter realizado essas intervenções com alunos surdos, de estar em contato com a comunidade surda e auxiliar no processo de reconhecimento do sujeito surdo enquanto criança.

Palavras-chave: Surdez. Educação Infantil. Educação bilíngue. Cultura. Identidade.

REALIZAÇÃO:



APOIO



ISBN: 978-85-61128- 51-7

